



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



CLOTILDES DE SOUZA FARIAS

**RONDON E A CATEQUESE DOS POVOS INDÍGENAS: UMA ANÁLISE
DIALÓGICA DOS ENUNCIADOS DO JORNAL MATO-GROSSENSE A CRUZ
(1910-1920)**

Rondonópolis – MT

2018

CLOTILDES DE SOUZA FARIAS

**RONDON E A CATEQUESE DOS POVOS INDÍGENAS: UMA ANÁLISE
DIALÓGICA DOS ENUNCIADOS DO JORNAL MATO-GROSSENSE A CRUZ
(1910-1920)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Câmpus Universitário de Rondonópolis, na Linha de Pesquisa: Linguagens, Cultura e Construção de Conhecimento, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Dantas Trevisan

Rondonópolis – MT

2018

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me guiado nesse caminho de produção de conhecimento, proporcionando-me saúde e determinação.

A esta Universidade e ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), pela oportunidade a mim concedida de ingressar como mestranda na instituição.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa, respaldo financeiro imprescindível para que eu mantivesse uma dedicação integral aos estudos.

Ao Professor Doutor Marlon Dantas Trevisan, pela confiança em mim depositada, e pela cordialidade e paciência com que conduziu a orientação deste trabalho.

Aos professores membros da banca, Dr. Geraldo Tadeu de Souza, Dra. Sílvia de Fátima Pilegi Rodrigues e Dra. Merilin Baldan, por terem gentilmente aceito contribuir com este trabalho.

Aos professores que ministraram as disciplinas do Mestrado em Educação, pela generosidade em partilhar conosco tão ricos conhecimentos.

Aos colegas do Mestrado, pelo companheirismo, em especial, ao Áureo, Cristiana, Keila e Poliana.

À Coordenação e à Secretaria do PPGEdu, pela eficiência e lisura com que conduzem suas funções.

Aos colegas e professores do Grupo de Estudos Alfabetização e Letramento Escolar (ALFALE), pelos momentos de estudo e partilha.

Ao meu marido, Vanderlei, pela compreensão diante de minhas angústias e ausências.

Aos meus filhos, Guilherme, Gabriel e Gustavo, por terem paciência e compreensão com uma mãe mestranda.

Ao meu primo, Benjamin Rodrigues dos Santos, por ter me apresentado o jornal *A Cruz*, do qual tomou conhecimento durante suas incansáveis pesquisas a respeito da história de nossa família.

A minha irmã Sandra, por ter ajudado a cuidar dos meus filhos durante esta minha trajetória como mestranda.

À professora Dra. Jocenaide Rossetto, por ter colocado à disposição desta pesquisa o seu rico acervo bibliográfico.

Aos colegas de trabalho do SESC/Rondonópolis, pelo apoio, particularmente, à Andréa Nassar, à Rejane Sousa e à Carmen Lúcia Arbués.

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

F224r Farias, Clotildes de Souza.
RONDON E A CATEQUESE DOS POVOS INDÍGENAS: : UMA ANÁLISE
DIALÓGICA DOS ENUNCIADOS DO JORNAL MATO-GROSSENSE A CRUZ
(1910-1920) / Clotildes de Souza Farias. -- 2018
203 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Marlon Dantas Trevisan.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de
Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Educação,
Rondonópolis, 2018.
Inclui bibliografia.

1. Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. 2. Teoria do enunciado. 3. Jornal
A Cruz. 4. Missão salesiana. 5. Positivismo. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Rod. Rondonópolis.-Guiratinga, km 06 MT-270 - Campus Universitário de Rondonópolis - Cep:
Tel : (66) 3410-4035 - Email : ppgedu@ufmt.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO : "RONDON E A CATEQUESE DOS POVOS INDÍGENAS: UMA ANÁLISE DIALÓGICA DOS ENUNCIADOS DO JORNAL MATO-GROSSENSE A CRUZ (1910-1920)"

AUTOR : Mestranda Clotildes de Souza Farias

Dissertação defendida e aprovada em 04/07/2018.

Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca / Orientador Doutor(a) Marlon Dantas Trevisan

Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO

Examinador Interno Doutor(a) Silvia de Fátima Pilegi Rodrigues

Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Examinador Externo Doutor(a) Geraldo Tadeu Souza

Instituição : Universidade Federal de São Carlos - Campus de Sorocaba

Examinador Suplente Doutor(a) Merilin Baldan

Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

RONDONÓPOLIS, 05/07/2018.

*Em memória daqueles que tiveram suas
vozes silenciadas pelos ecos autoritários
de uma história p rfida.*

RESUMO

A presente pesquisa vincula-se ao Grupo de Pesquisa Alfabetização e Letramento Escolar (ALFALE), do Programa de Pós-Graduação em Educação do Câmpus Universitário de Rondonópolis, da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGEdu/CUR/UFMT). Metodologicamente caracterizada como bibliográfica e documental, apresenta como tema uma análise dos discursos referentes à doutrinação indígena conduzida por duas grandes formações ideológicas no início da República: os ideais católicos da missão salesiana e, em oposição, a marcha positivista republicana, tendo na figura de Cândido Mariano da Silva Rondon um notório protagonista à frente da Comissão Rondon e das políticas indigenistas. A reflexão sobre tal contexto aportou-se em categorias enunciativas e analíticas, tais como a tríade *tema / composição / estilo*, os conceitos de exotopia, autoria, dentre outras proposições bakhtinianas, centrando-se em editoriais e artigos de opinião do jornal católico mato-grossense *A Cruz*, de 1910 a 1920, disponibilizados pela Hemeroteca da Biblioteca Digital Brasileira. O *corpus* de análise, além do periódico, reúne enunciados de autoria de Rondon ou aliados para caracterizar a arena de vozes sociais que se interpenetram naquele recorte cronotópico. O esforço da pesquisa se deu no sentido de responder à questão de como, na Primeira República, se concebia a inserção do indígena na sociedade capitalista. A resposta a tal problema encaminhou o objetivo geral: refletir, com ênfase em Rondon, sobre a complexidade daquele contexto em que o ideário positivista buscava expurgar a presença da Igreja, sobretudo com relação à catequização dos indígenas. Como objetivos específicos, enumeram-se: discorrer sobre os gêneros discursivos, conceitos da teoria do enunciado do “Círculo de Bakhtin” e como impactam a esfera jornalística; descrever aspectos relevantes do percurso histórico de Rondon e sua filiação ao Positivismo; caracterizar os principais pressupostos das ideologias contendentes: o positivismo republicano e o catolicismo ultramontano; analisar, à luz da teoria enunciativa e dialógica, os enunciados do jornal *A Cruz*, destacando-se sentidos e juízos encaminhados pela enunciação salesiana, como também aqueles de autoria opositora. O quadro teórico a subsidiar tais metas revela centralidade nos escritos de Bakhtin (2011), Bakhtin/Volochínov (2014), ainda se recorre a Brait (2016), Rodrigues (2001), Bigio (2000), Carvalho (2017), dentre outros. A pesquisa, ao concluir, apresenta inferências sobre a natureza do personagem histórico Rondon, cuja complexidade se aprofunda devido a seu protagonismo no contexto indigenista. Observamos que os artigos de opinião e editoriais, embora tenham o objetivo nem sempre explícito de orientar o olhar do leitor, de modo a reproduzirem um discurso monológico, revelam uma natureza dialógica perceptível nas relações volitivo-axiológicas estabelecidas com as vozes alheias. Gêneros jornalísticos como aqueles podem nos oferecer ferramentas instigantes para a compreensão dos fenômenos históricos e culturais, dentre eles a Educação, por serem prenes de vozes sociais, graças a sua natureza enunciativa. Os embates entre a ideologia católica e a positivista, nos primórdios do Brasil republicano, ganharam contornos concretos com a questão dos missionários salesianos e Rondon; com as escolhas teóricas aqui feitas, aquele contexto revelou-se um potente veio de pesquisa, pelo que podem produzir de sentidos novos, nem sempre legitimados pelos discursos hegemônicos, sobretudo os oficiais e escolares.

Palavras-chave: Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Teoria do enunciado. Educação. Missão salesiana. Positivismo. Jornal *A Cruz*.

ABSTRACT

The present research is linked to the Study Group Alphabetization and School Literacy (ALFALE), of the Graduate Program in Education of the campus of Rondonópolis, of the Federal University of Mato Grosso (PPGEdu/CUR/UFMT). Methodologically characterized as bibliographic and documental, presents as theme an analysis of discourses regarding the indigenous indoctrination conducted by two big ideological formations in the beginning of the Republic: the catholic ideals of the salesian mission and, in the opposite, the positive republican march, having in the figure of Cândido Mariano da Silva Rondon a notorious protagonist, in charge of the Commission Rondon and of the indigenous policies. The reflection about such context based itself on enunciate and analytical categories, such as the triad *theme / composition / style*, the concept of exotopy, authorship, among other Bakhtinian suppositions, centralizing it on the gathering of excerpts of the catholic newspaper of Mato Grosso *The Cross: the institution of the Brazilian Catholic Social League of Mato Grosso (A Cruz: órgão da Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso)*, from 1910 to 1920, provided by the Hemeroteca Digital Library of the Nacional Library Foundation. The *corpus* of analysis, besides the newspaper, gathers other fragments of authorship of Rondon and allies in the sense of better illustrating the arena of the social voices that interpenetrate that chronotopic focus. The effort of the research was in the sense of responding the question of how the insertion of the indigenous in the capitalist society was conceived in the First Republic. The response to such problem referred to the main objective: reflect, with emphasis on Rondon, about the complexity of that context in which the positivist ideology aimed to purge the presence of the church, especially in relation to the catechism of the indigenous people. As specific objectives, are listed: expatiate on the genres of discourse, concepts of the theory of enunciation of the “Bakhtin Circle” and how they impact on the sphere of journalist production; describe relevant aspects of the historical path of Rondon and his affiliation to Positivism; characterize the assumptions more significant to the adversary ideologies: the republican positivism and the ultra mount Catholicism; analyze with the enunciative and dialogic theory the statements of the catholic newspaper of Mato Grosso *The Cross*, highlighting the meanings and judgements directed by the salesian enunciation, as well as those of opposite authorship. The theoretical frame to subsidize such goals reveals centrality in the writings of Bakhtin (2011), Bakhtin/Volochínov (2014), in addition, it is drawn on Brait (2016), Rodrigues (2001), Bigio (2000), Carvalho (2017), among others. The research, in conclusion, presents inferences about the nature of the historical character Rondon, whose complexity extends due to his protagonism in the indigenous context. It was observed that articles of opinion and editorials, although not always having the explicit objective of guiding the point of view of the reader, in a way to reproduce a monologic discourse, do reveal a dialogical nature perceptible in the volitional-axiological relations established with the unrelated voices. Journalistic genres like those ones can offer stimulating tools to the comprehension of historical and cultural phenomena, among them Education, for being sowed to social voices, due to its enunciative nature. The conflict between the catholic ideology and the positivism, in the origin of republican Brazil, gained concrete shapes with the question of the salesian missionaries and Rondon; with the theoretical choices made here, that context revealed itself a powerful ground of research, for what they can produce of new meanings, not always legitimized by the hegemonic discourses, especially the official and school ones.

Key words: Marshal Cândido Mariano da Silva Rondon. Theory of enunciation. Education. Salesian Mission. Positivism. Newspaper *The Cross*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação das dimensões dos gêneros discursivos	31
Figura 2 – Representação do jornal como suporte de gêneros textuais	52
Figura 3 – Localização do município de Santo Antônio do Leverger (MT), onde se situa o distrito de Mimoso	58
Figura 4 – Casa onde Rondon morou com seu tio, em Cuiabá	59
Figura 5 – Rondon aos 16 anos (1878)	59
Figura 6 – Estações telegráficas	62
Figura 7 – Rondon e um ajudante realizando trabalhos topográficos	63
Figura 8 – Fotografia da Comissão Telegráfica de Cuiabá a Araguaia, 1890	65
Figura 9 – Índios Bororo que trabalharam na construção das linhas telegráficas	69
Figura 10 – Rondon distribuindo brindes aos índios Paresi	70
Figura 11 – Mapa com o traçado das linhas telegráficas das expedições de 1890-1891, 1900-1906 e 1907-1915	71
Figura 12 – Mapa da América do Sul, percurso da expedição Roosevelt-Rondon	73
Figura 13 – Roosevelt, ao lado de Rondon	75
Figura 14 – Roosevelt apresentando a inserção do Rio da Dúvida no mapa da América do Sul	76
Figura 15 – Projeto Balneário-Hotel- fonte Paulista	79
Figura 16 – Benjamim Constant, à esquerda e, à direita, o protótipo da bandeira do Brasil	87
Figura 17 – Excerto da carta de Rondon ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio	91
Figura 18 – Senhores de escravos pedem indenização à República, charge de Angelo Agostini, publicada na Revista Ilustrada, 9/6/1888	96
Figura 19 – Alegorias femininas: República Argentina e República Brasileira (esq.) e República Francesa (dir.)	97
Figura 20 – Alegoria feminina da República Brasileira “Moça Borôro de S. Lourenço, Estado de Matto-Grosso”	98
Figura 21 – “O grito do Ipiranga”, Pedro Américo (1888)	100

Figura 22 – Índio envolto com a bandeira brasileira	102
Figura 23 – Charge <i>Telegramma do Rondon!</i>	104
Figura 24 – Telegrama do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio	105
Figura 25 – Irmãs salesianas com crianças e jovens Bororo	106
Figura 26 – Recorte do “Mappa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil” (1908), mostrando o território de Mato Grosso	109
Figura 27 – Valores das assinaturas e das edições avulsas do periódico <i>A Cruz</i>	112
Figura 28 – Frei Ambrósio Daydé, redator-chefe do jornal <i>A Cruz</i> (1910-1924)	113
Figura 29 – Representação do jornal como suporte de gêneros textuais	115
Figura 30 – Exemplo de ornamento utilizado pelo jornal <i>A Cruz</i>	118
Figura 31 – Exemplos de páginas iniciais do jornal <i>A Cruz</i> (1910-1920)	119
Figura 32 – Exemplos de ilustrações sacras no jornal <i>A Cruz</i>	121
Figura 33 – Exemplos de foto-ilustração no periódico <i>A Cruz</i>	122
Figura 34 – Ilustrações em anúncios publicitários no jornal <i>A Cruz</i>	123
Figura 35 – Exemplos ilustrações do jornal <i>A Cruz</i>	124
Figura 36 – Fotografia de Amélia Rodrigues	125
Figura 37 – Revistas destinadas ao público feminino: <i>A Paladina</i> e <i>A Voz</i>	128
Figura 38 – Missão salesiana junto à aldeia Bororo no início do século XX	147
Figura 39 – Cabeçalho do jornal <i>A Cruz</i> , editorial “Desordem e Regresso”	153
Figura 40 – Primeira página do jornal <i>A Cruz</i>	155
Figura 41 – Excerto da edição 103 do <i>A Cruz</i>	159
Figura 42 – Excerto da edição 103 do periódico <i>A Cruz</i>	160
Figura 43 – Primeira página da edição 105 do <i>A Cruz</i>	161
Figura 44 – Primeira página da edição 110 do <i>A Cruz</i>	162
Figura 45 – Uma charge para Rondon	164
Figura 46 – Excerto da edição 370 do jornal <i>A Cruz</i>	169
Figura 47 – Excerto da edição 369 do jornal <i>A Cruz</i>	170
Figura 48 – Excerto retirado da edição 380 do jornal <i>A Cruz</i>	171

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cronologia de Rondon 1921-1958	80
Quadro 2 – Transcrição do artigo: “Catechese dos indígenas brasileiros” – parte 1	13
Quadro 3 – Transcrição do artigo: “Catequese dos indígenas brasileiros: conclusão” – parte 2	132
Quadro 4 – Transcrição do editorial “Catequese. Notícias espalhadas [...] nosso dever”	145
Quadro 5 – Relação dos editoriais publicados pelo jornal <i>A Cruz</i> em resposta ao relatório de Rondon	151
Quadro 6 – Transcrição do editorial “Campanha indigna contra a catechese cathólica: a proteção aos indios transformada em perseguição aos padres”	156

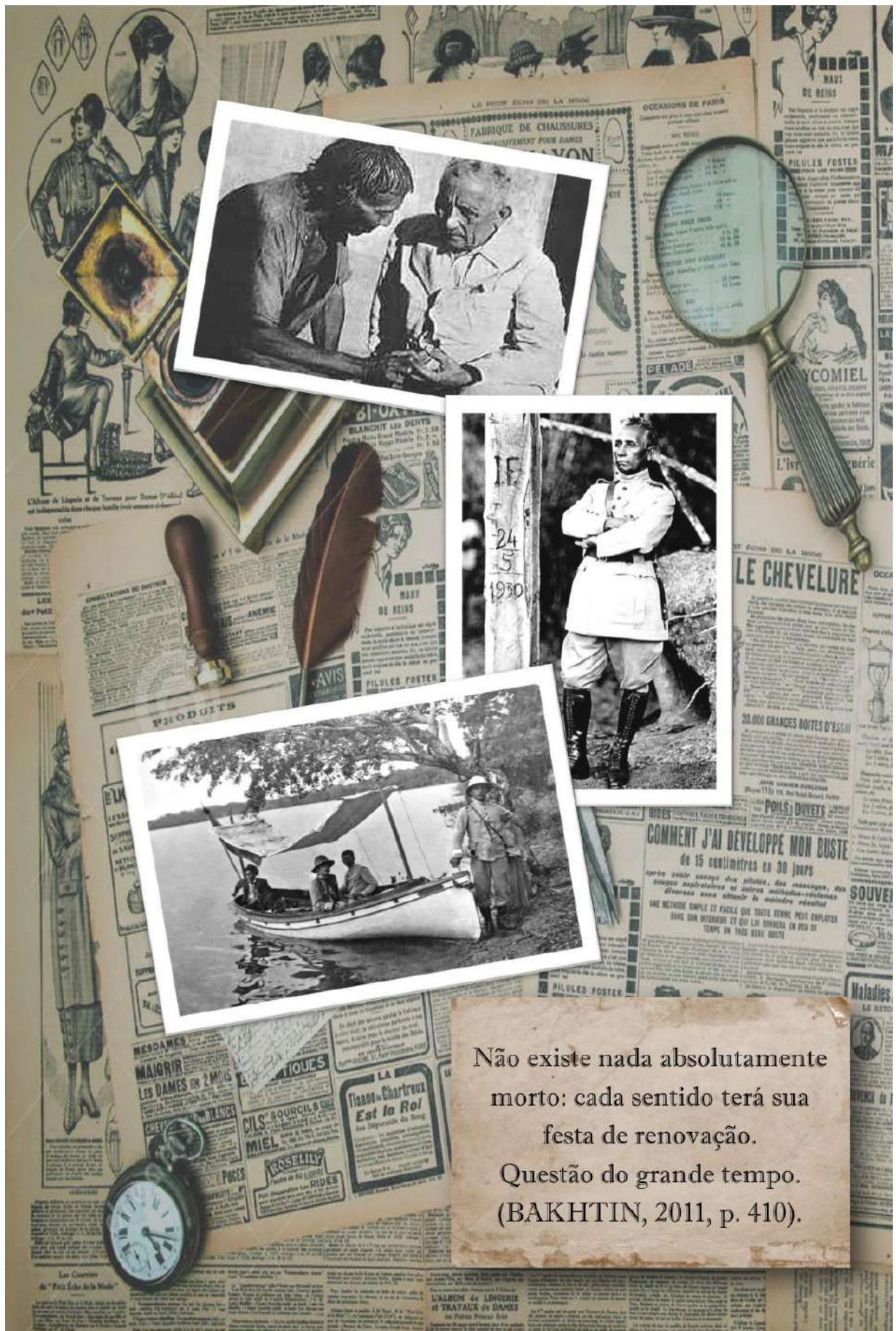
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALFALE	Grupo de Pesquisa Alfabetização e Letramento Escolar
BNDigital	Hemeroteca Biblioteca Digital
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
Cel.	Coronel
CLTEMTA	Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas
CI	Comissão de Inquérito
CUR	Câmpus Universitário de Rondonópolis
CNPI	Conselho Nacional de Proteção aos Índios
CNV	Comissão Nacional da Verdade
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
ICHS	Instituto de Ciências Humanas e Sociais
LSCMT	Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso
MAIC	Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PPGEdu	Programa de Pós-Graduação em Educação
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
Ten.	Tenente
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 ELEMENTOS CONCEITUAIS ACERCA DOS GÊNEROS DO DISCURSO	23
2.1 Primórdios das concepções acerca dos gêneros do discurso	25
2.2 Uma nova concepção para os gêneros textuais.....	28
2.2.1 Conceitos-chave do pensamento bakhtiniano: tema, significação, estilo e composição.....	32
2.3 Gêneros discursivos numa perspectiva sócio-histórica: signo e ideologia	35
2.4 Sobre a natureza do enunciado	40
2.5 Dialogismo e polifonia na perspectiva bakhtiniana	43
2.6 Gênero textual / tipo textual e esfera discursiva: algumas considerações .	45
2.7 A esfera jornalística	48
2.7.1 O jornal como suporte de gêneros	50
2.7.2 Os gêneros <i>artigo de opinião</i> e <i>editorial</i> sob uma perspectiva dialógica .	53
3 RONDON: O PERSONAGEM HISTÓRICO E SUA TRAJETÓRIA	57
3.1 Rondon: infância e juventude em Mato Grosso	57
3.2 O início da carreira militar	60
3.3 A Comissão Construtora das Linhas Telegráficas.....	61
3.4 Expedição científica Roosevelt-Rondon	72
3.5 Os principais trabalhos realizados pela <i>Comissão Rondon</i>	77
4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS: UMA ANÁLISE DIALÓGICA DOS ENUNCIADOS RELATIVOS À DOUTRINAÇÃO INDÍGENA.....	82
4.1 O ideário do Positivismo e a constituição inicial da República	84
4.2 A esfera de formação discursiva de Rondon e o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN).....	89
4.3 Apresentação do <i>corpus</i> central da pesquisa: contexto histórico-ideológico da fundação do periódico.....	107

4.4 O projeto gráfico: algumas considerações.....	117
4.5 A assinatura nos artigos de opinião: a questão da autoria em uma perspectiva dialógica.....	124
4.6 Os enunciados do jornal <i>A Cruz</i> sobre Rondon e a polêmica em torno da chamada catequese leiga: uma compreensão dialógica.....	129
4.7 Análise do editorial “Catequese. Notícias espalhadas [...] nosso dever” ..	144
4.8 A catequese leiga em outros enunciados do jornal <i>A Cruz</i> : refutação à ideologia positivista.....	153
CONSIDERAÇÕES.....	175
REFERÊNCIAS.....	Erro! Indicador não definido.
ANEXOS.....	190
Anexo I.....	191
Anexo II.....	196
Anexo III.....	197
Anexo IV.....	198
Anexo V.....	199
Anexo VI.....	200
Anexo VII.....	201



Não existe nada absolutamente
morto: cada sentido terá sua
festa de renovação.
Questão do grande tempo.
(BAKHTIN, 2011, p. 410).

1 INTRODUÇÃO

A presente investigação vincula-se ao Grupo de Pesquisa Alfabetização e Letramento Escolar (ALFALE), do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso – Câmpus Universitário de Rondonópolis (PPGEdu/ICHS/ /UFMT/CUR), na Linha de Pesquisa: Linguagens, Cultura e Construção de Conhecimento: perspectivas histórica e contemporânea.

Apresentando um caráter bibliográfico e documental, o trabalho tem como temática uma análise dos discursos referentes à educação indígena conduzida por duas grandes formações ideológicas no início da República: os ideais católicos da missão salesiana e, em oposição a tal perspectiva, a marcha positivista republicana, tendo na figura de Cândido Mariano da Silva Rondon um notório protagonista, à frente da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA - Comissão Rondon), e, sobretudo, do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), posteriormente denominado Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

O esforço da pesquisa se deu no sentido de responder à questão de como, na Primeira República, concebia-se a inserção do indígena na sociedade moderna e capitalista. Nosso objetivo geral, nesse sentido, constitui-se em refletir, com ênfase à personagem Rondon, sobre a complexidade daquele contexto em que o ideário positivista buscava expurgar a presença da Igreja, notadamente com relação à catequização dos povos indígenas. Como objetivos específicos, enumeramos: discorrer sobre os gêneros do discurso, conceitos da teoria do enunciado do “Círculo de Bakhtin” e como impactam a esfera da produção jornalística – destaque ao artigo de opinião e editoriais –; descrever aspectos relevantes do percurso histórico de Rondon e sua filiação à religião positivista; caracterizar os pressupostos mais significativos das ideologias contendentes: o positivismo republicano e o catolicismo ultramontano; analisar, à luz da teoria enunciativa e dialógica, enunciados do jornal católico mato-grossense *A Cruz: órgão da Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso*, no período de 1910 a 1920, destacando-se sentidos e juízos encaminhados pela enunciação salesiana, como também aqueles de autoria opositora; examinar excertos pertencentes a outros gêneros produzidos por Rondon e simpatizantes, a

título de melhor compormos o cenário dialogizador e, deste modo, obtermos inferências relevantes aos estudos da temática proposta.

A reflexão sobre tal contexto aportou-se em categorias enunciativas e analíticas, tais como a tríade *tema / composição / estilo*, os conceitos de exotopia e autoria, dentre outras proposições bakhtinianas, centrando-se na coleta de excertos do jornal *A Cruz*, disponibilizados, em formato digital, pela Hemeroteca Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (BNDigital), localizada na cidade do Rio de Janeiro. O *corpus* de pesquisa, além de abordar o periódico, reúne outros fragmentos de autoria de Rondon ou aliados que foram, em menor medida, examinados, no sentido de melhor ilustrar a arena de vozes sociais que se interpenetram naquele recorte cronotópico. Tal escolha concernente aos excertos analisados explica-se por ser aquele um período de intensa atividade política e militar do então Coronel Rondon, amplamente noticiado no jornalismo impresso mato-grossense, nacional e internacional, destaque aos feitos da Comissão Rondon.

Todo o conjunto enunciativo direta ou indiretamente relativo à temática delimitada – Rondon e a doutrinação indígena –, materializado pelos gêneros e suportes documentais investigados constitui-se centralmente o objeto da investigação. Este não se confina aos arcabouços da dimensão empírica e analítica dos dados, uma vez que toda a estrutura dissertativa remete ao mesmo.

A escolha do recorte temporal concernente aos fragmentos analisados explica-se por ser aquele um período de intensa atividade política e militar do então Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, amplamente noticiado no jornalismo impresso mato-grossense, nacional e internacional. A exemplo, ilustra-se o fato de que foi a partir de 1910 que se deu início às atividades do escritório central da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA), localizado no Rio de Janeiro e chefiado por Amilcar Botelho de Magalhães, tendo, dentre seus principais objetivos, a divulgação dos trabalhos da Comissão Rondon, por meio do envio de artigos e cartas a jornais (DIACON, 2006). Outro fato relevante ocorrido no período delimitado foi a missão científica intitulada Expedição Científica Roosevelt-Rondon (1913-1914), que foi amplamente noticiada, que teve como objetivo mapear o percurso, até então desconhecido, do rio da Dúvida, colher amostras de espécimes da fauna e flora local e estabelecer contato com os índios, se assim fosse possível (DOMINGUES, 2010).

Esta pesquisa insere-se nos estudos sobre educação, pois propõe uma reflexão sobre a natureza enunciativa do herói nacional, cuja complexidade diz respeito à imagem historicamente construída e legitimada por discursos monológicos presentes em todo o contexto social, portanto, também no escolar. Como exemplo para o que afirmamos, temos o lançamento do livro em quadrinhos *As aventuras de Rondon*, de Mauricio de Sousa (2016), encomendado pelo governo do estado de Mato Grosso visando-se à distribuição em todas as escolas do estado. Outra característica que nos faz pensar nas rotinas pedagógicas vem a ser a abordagem dos gêneros discursivos, os quais se fazem presentes, em especial, no ensino de língua portuguesa. Este tem nos gêneros jornalísticos inesgotável fonte de estudos.

Dessa forma, ao tomar os jornais impressos como fontes históricas, a instituição escolar dá oportunidade aos alunos de se posicionarem criticamente diante da realidade, promovendo, em termos bakhtinianos, um espaço polifônico de circulação de vozes sociais que, muitas vezes, foram silenciadas em nome de um ideal de nação. Jornais impressos, como o periódico *A Cruz*, se constituem ricas fontes de pesquisa multidisciplinar, tomados a partir de uma concepção dialógica da linguagem, por serem suportes de diferentes gêneros discursivos, onde estão refletidos e refratados discursos produzidos nas diversas esferas da comunicação.

Considerando-se esta introdução como primeiro capítulo, apresentamos o segundo, intitulado *Elementos conceituais acerca dos gêneros do discurso*, contemplou o referencial teórico e metodológico de nosso objeto de estudo, a teoria da enunciação bakhtiniana¹, que concebe a linguagem como um processo dialógico (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014). Nesta etapa da pesquisa, procuramos explanar sobre os conceitos-chave em que nos alicerçamos para a realização de uma análise dialógico-enunciativa dos excertos selecionados. Além dos escritos bakhtinianos, recorreremos, com relação aos gêneros discursivos/textuais, a Faraco (2016), Marcuschi (2008), Machado (2016), Rodrigues (2005), Brait (2016), Sobral (2009), dentre outros autores.

No capítulo seguinte, denominado *Rondon: o personagem histórico e sua trajetória*, apresentamos uma abordagem histórica a respeito de Rondon, desde sua

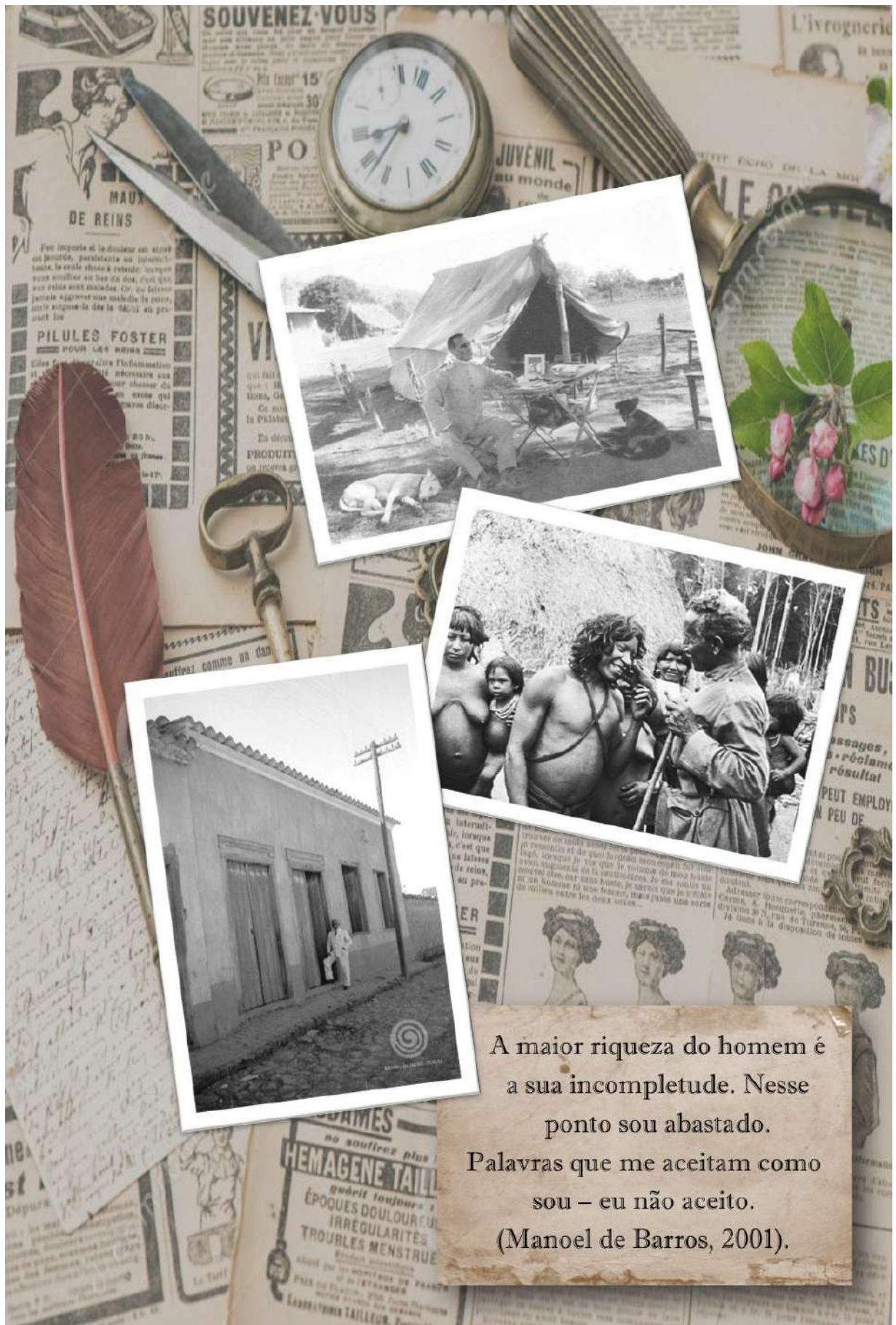
¹ Devido a vários estudos, ainda não conclusos, a respeito dos chamados “textos disputados” e sobre a polêmica que até o presente momento gira em torno da existência ou não do “Círculo de Bakhtin”, a designação “bakhtiniana” é aqui empregada com propósito de abranger a perspectiva presente no conjunto das produções atribuído principalmente a Bakhtin/Volochinov/Medvedev.

infância, perpassando os trabalhos chefiados por ele, para que nos fosse possível a construção de um fundo dialogizador, de modo a subsidiar nossas análises. Para a elaboração desse capítulo, pesquisamos em diferentes fontes documentais e bibliográficas. Vale destacar que nessa etapa nos deparamos com um vasto material de pesquisa, visto que os trabalhos realizados pela chamada Comissão Rondon renderam uma grande quantidade de documentação (relatórios, fotografias, filmagens, telegramas etc.). Assim, procuramos dar espaço às vozes sociais que ecoam sobre Rondon, especialmente as que confluem para um discurso dominante/oficial, produzido por um movimento centrípeto ao longo da história (destaque ao livro da jornalista Ester de Viveiros, de 1969), para podermos, no capítulo seguinte, assinalar aquelas que, em um movimento centrífugo, as refutam. Para a caracterização do percurso histórico de Rondon, contamos com os escritos de Viveiros (1969), Bigio (2000), Millard (2007) e Freire (2009).

O último capítulo, *Apresentação dos dados: uma análise dialógica dos enunciados relativos à doutrinação indígena*, trata da etapa de caráter mais empírico da pesquisa, em que os textos foram analisados tendo por parâmetro os aparatos teórico-metodológicos dos capítulos anteriores, destacando-se a concepção linguística enunciativa de Bakhtin. Esta parte do trabalho exigiu de nós uma postura exotópica no trato com a palavra alheia, pois, dentro dos preceitos bakhtinianos, sabemos que as pesquisas envolvendo as Ciências Humanas, tomadas pelo autor como ciências do texto, a chamada neutralidade do olhar do pesquisador em relação ao seu objeto é utópica, uma vez que o pesquisador e o sujeito pesquisado são igualmente produtores de texto, o que assegura às Ciências Humanas sua natureza dialógica (AMORIM, 2016). O *corpus* do trabalho, eminentemente documental, descreve o ideário positivista, seus nexos com a República e a figura de Rondon, apoiando-se em contribuições de Carvalho (2017), Maciel (1998), Baleeiro (2012), dentre outros; para aprofundamento dos conceitos sobre gêneros jornalísticos, além dos escritos bakhtinianos, recorre-se também a Cunha (1992), Rabaça e Barbosa (1987); com relação às leituras de excertos do jornal *A Cruz*, contou-se, em especial, com Canavarros (2007), Oliveira (2016), Passos (2005) e Rodrigues (2001).

Nossas impressões conclusivas atestam a importância da concepção linguística bakhtiniana no sentido de nos oferecer subsídios teóricos para a compreensão dos fenômenos histórico-culturais, por serem prenhes de vozes sociais, segundo sua natureza dialógica e polifônica. A esfera discursiva jornalística se revela

uma rica fonte para os estudos dos gêneros textuais, conseqüentemente nos favorece a compreensão da experiência de viver, que imprime nos enunciados sentidos que se recriam o tempo todo. A figura heroica de Rondon, nesse sentido, ganha novos contornos, mais próximos do humano e do que deveriam ser nossas representações sobre aqueles que nos lideram.



2 ELEMENTOS CONCEITUAIS ACERCA DOS GÊNEROS DO DISCURSO

Antes de discorrermos sobre os principais conceitos de ordem teórica, com os quais se fundamentou nossa pesquisa, faz-se indispensável nos posicionarmos a respeito de algumas alterações que acometem a assinatura do nosso referencial teórico-metodológico.

Há, atualmente, imensuráveis discussões em torno da existência ou não do chamado “Círculo de Bakhtin” e sobre a questão da autoria de algumas obras conhecidas como “textos disputados”, atribuídos por muito tempo a Mikhail Bakhtin. Por se tratar de um assunto ainda envolto em inextrincáveis debates e sem resultar em um consenso por parte dos pesquisadores até o presente momento, optamos por não nos debruçarmos com afincos sobre esse entrave, entretanto, é pertinente nos posicionarmos sobre o assunto, pois esta pesquisa se alicerça teórica e metodologicamente em obras inscritas nessa querela.

Faraco (2016), estudioso das obras bakhtinianas e do “Círculo”, afirma que esse infecundo debate ocasionou uma divisão dos textos disputados nas seguintes direções:

- a) a primeira é daqueles que respeitam as assinaturas das edições originais e, por consequência, só reconhecem como da lavra do próprio Bakhtin os textos publicados sob seu nome ou encontrados em seus arquivos;
- b) a segunda direção é daqueles que atribuem a Bakhtin todos os textos ditos disputados.
- c) há, por fim, uma solução de compromisso que inclui os dois nomes na autoria. Assim, *O freudismo e Marxismo e filosofia da linguagem* são atribuídos a Bakhtin/Voloshinov; e *O método formal nos estudos literários* a Bakhtin/Medvedev. (FARACO, 2016, p. 57, grifos do autor).

Diante do exposto, optaremos pela última direção, por compreendermos ser esta a mais adequada, em virtude das discussões contemporâneas em relação à paternidade dos textos envolvidos nesse polêmico debate e devido às edições que compõem a bibliografia aqui utilizada contarem com a dupla autoria Bakhtin/Volochinov. A designação “bakhtiniana” será empregada, nesta dissertação, com o propósito de abranger a perspectiva presente no conjunto das produções dos teóricos russos das primeiras décadas do século XX, que compreendem os teóricos que ficaram conhecidos como “Círculo de Bakhtin”, como o próprio Bakhtin, Volochinov e Medvedev.

2.1 Primórdios das concepções acerca dos gêneros do discurso

É necessário expormos que, no decorrer deste e dos demais capítulos, adotaremos as designações “gênero textual”, “gênero discursivo” e/ou “gênero do discurso” como análogas. Sustentamo-nos, para tal, nos apontamentos de Marcuschi (2008). Segundo este autor, a noção de gênero textual com a qual pactuamos hoje traz uma concepção de que todas as realizações discursivas, sejam orais ou escritas, agregadas ou não às pretensões literárias, implicam na noção de gênero, como operador de comunicação, relacionando-se ao conhecimento integral, incluindo-se, obviamente, a linguística.

O autor afirma que, por mais que exista, hoje, uma vasta produção acadêmica sobre os gêneros textuais – principalmente voltada para o ensino –, o estudo desta temática não é nada recente. Platão, ainda no século IV a.C., iniciou uma análise sistemática dos gêneros textuais com foco agregado aos gêneros literários, porém, com uma abordagem divergente da utilizada na atualidade. Mesmo sendo Platão o precursor do estudo sobre gêneros na tradição ocidental, é com Aristóteles (384-322 a.C.), seu discípulo, que o estudo sistemático sobre os gêneros textuais e sobre a natureza do discurso se firmam. (MARCUSCHI, 2008).

Marcuschi (2008) evidencia que Aristóteles, ao analisar sistematicamente os gêneros textuais, em seu capítulo intitulado *Retórica*, assevera que a natureza do discurso é composta por três elementos: aquele que fala, aquilo sobre o que se fala e aquele a quem se fala. Para o filósofo, existem três tipos de ouvintes que atuam no discurso e associa-os aos três gêneros de natureza retórica: como espectador que olha o presente (discurso deliberativo), como assembleia que olha o futuro (discurso judiciário) e como juiz que julga as coisas passadas (discurso demonstrativo). Portanto, é com Aristóteles que se esquematiza uma teoria de análise dos gêneros do discurso, por meio de associação de formas, função e tempo e que, na Idade Média, seria largamente desenvolvida.

Machado (2016), ao analisar a *Poética* de Aristóteles, destaca que o filósofo classifica os gêneros como obras da voz, adotando como critério a forma de representação mimética: sendo a poesia de primeira voz a representação da lírica; a de segunda voz, a representação da épica e a terceira, o drama. A autora afirma que os gêneros são classificados por Aristóteles de forma pragmática e hierárquica, por meio da observação da voz como único meio. Ela acrescenta que, antes de

Aristóteles, Platão propunha uma classificação binária: o gênero sério e o burlesco, em que cada esfera consistia em domínios precisos de obras representativas de juízos de valor. O primeiro, compreendido pela epopeia e a tragédia, e o segundo, pela comédia e a sátira.

Platão, em *A República*, elabora a tríade a partir das relações entre a realidade e a representação. A tragédia e a comédia são pertencentes ao gênero mimético ou dramático; o ditirambo, o nomo e a poesia lírica, ao gênero expositivo ou narrativo; a epopeia corresponde ao gênero misto. Essa classificação triádica, constituída na mimese, é que fundamenta Aristóteles na produção de sua *Poética*, na qual toma a tragédia como paradigma para o que denomina poesia (MACHADO, 2016).

Ainda a esse respeito, a autora citada anteriormente destaca que as bases teóricas que orientam até hoje a análise de gêneros foram fundadas a partir desses estudos de Platão e Aristóteles. Foi na literatura que a sistematização categórica aristotélica se consagrou, mesmo que constituída *a priori* no campo da Poética e da Retórica, sendo a teoria de gênero a base dos estudos literários nas sociedades letradas. Porém, segundo Machado (2016), foi com o surgimento da prosa comunicativa que se extrapolaram os limites do estatuto de gêneros textuais da época de Aristóteles, passando, assim, a exigirem-se outros parâmetros de análise a partir das formas interativas inerentes ao discurso.

E é nesse sentido que, ainda conforme esta autora, trataram os estudos de Bakhtin sobre os gêneros discursivos, examinando-os em seus aspectos dialógicos, levando em consideração as relações interativas como processos produtivos da linguagem e não simplesmente tomando-os em seus aspectos classificatórios. Machado (2016) destaca, também, que foi a partir dos apontamentos de Bakhtin que se tornou possível redimensionar os estudos sobre gêneros:

[...] além das formações poéticas, Bakhtin afirma a necessidade de um exame circunstanciado não apenas da retórica, mas, sobretudo, das práticas prosaicas que diferentes usos da linguagem fazem do discurso, oferecendo-o como manifestação de pluralidade. (MACHADO, 2016, p. 152)

Desde então, os estudos sobre gêneros textuais se diferenciam teoricamente dos conceitos clássicos, inaugurando, assim, um olhar para as formações discursivas para além da palavra, e é nessa perspectiva que muitos estudos sobre gêneros do discurso vêm sendo conduzidos na atualidade. Como vimos, o estudo sobre os

gêneros textuais que esteve, em sua origem, concentrado na literatura, no que se refere à tradição poética e à retórica, rompe seus limites e se direciona à linguística, em seus aspectos gerais. Como nos sinaliza Marcuschi (2008), essa nova abordagem sobre o estudo dos gêneros tem orientado, em especial, as perspectivas discursivas que possuem variadas vertentes teóricas em curso internacionalmente.

2.2 Uma nova concepção para os gêneros textuais

Ao fundamentarmos nossa pesquisa nas diretrizes ancoradas em uma abordagem sociodiscursiva, tomamos a linguagem em seu aspecto dialógico, como um conjunto de práticas, tanto sociais quanto cognitivas, situadas historicamente. Tais proposições seguem em consonância com os estudos dos teóricos russos conhecidos como “Círculo de Bakhtin”, pois partem da premissa de que toda e qualquer comunicação humana é, por excelência, um ato social, mesmo que realizada na individualidade dos sujeitos.

Dessa forma, corroboramos a proposição bakhtiniana de que a língua se constitui em um sistema de práticas sócio-históricas e passa a integrar a vida por meio de enunciados, que refletem e refratam uma dada situação comunicativa de forma contextualizada.

Nesse sentido, Rodrigues (2005) alerta para o fato de que, para analisarmos os gêneros do discurso dentro da perspectiva dialógica da língua, é imprescindível considerar previamente duas questões: a primeira consiste em atentarmos às oscilações terminológicas presentes na obra do “Círculo”. Tais oscilações são resultantes das várias traduções da obra bakhtiniana; para um mesmo texto pode haver flutuações terminológicas, em comparação com outras traduções. Outro motivo para essa inconstância, segundo a autora, pode ser reflexo da inclinação de Bakhtin em utilizar variadas designações para elaboração de seus conceitos em um diálogo com seus contemporâneos e antecessores.

A segunda consideração em relação aos estudos dos gêneros discursivos, apontada por Rodrigues (2005), esclarece que, para delinear a noção de gênero discursivo na perspectiva bakhtiniana, é indispensável compreender sua função a partir dos preceitos fundadores, em outras palavras, apreender a noção de gênero como:

[...] *concepção sócio-histórica e ideológica da linguagem, o caráter sócio-histórico, ideológico e semiótico da consciência e a realidade dialógica da linguagem e da consciência*; portanto, não dissociá-la das noções de *interação verbal, comunicação discursiva, língua, discurso, texto, enunciado e atividade humana*, pois somente na relação com esses conceitos pode-se apreender, sem reduzir, a noção de gênero. (RODRIGUES, 2005, p. 154, grifos da autora).

Sendo assim, o estudo dos gêneros textuais dentro da perspectiva dialógica exige alguns cuidados em decorrência da complexidade imposta, tanto pelas questões de tradução quanto de compreensão dos gêneros a partir de seus fundamentos centrais. Dessa forma, discorreremos sobre os principais conceitos-chave que compõem a perspectiva sócio-histórica e dialógica do pensamento bakhtiniano, hoje amplamente empregados em variadas perspectivas de estudo, que se tornaram polissêmicos e, muitas vezes, distantes de consenso entre os estudiosos da linguagem.

Marcuschi (2008) reitera que, atualmente, os estudos sobre gêneros textuais ganharam uma conotação divergente da antiga perspectiva aristotélica, com a qual tiveram origem, e estão presentes em um vasto campo de investigações, despertando a atenção de estudiosos de várias áreas do conhecimento, como os analistas do discurso, os teóricos da literatura, retóricos, sociólogos, cientistas da cognição, tradutores e professores de língua, dentre outros. Por conseguinte, o estudo sobre gêneros textuais tem tomado uma dimensão multidisciplinar, demandando, assim, uma compreensão mais complexa da língua:

[...] a análise de gêneros engloba uma análise do texto e do discurso e uma descrição da língua e visão da sociedade, e ainda tenta responder a questões de natureza sociocultural no uso da língua de maneira geral. O trato dos gêneros diz respeito ao trato da língua em seu cotidiano nas mais diversas formas. (MARCUSCHI, 2008, p. 149).

Portanto, a análise de gêneros textuais está intrinsecamente relacionada à vida em sociedade, por serem aqueles uma “forma de ação social” e compreenderem uma parte da estrutura comunicativa dos grupos sociais, como afirma Miller (apud MARCUSCHI, 2008, p. 149) e há muito a ser discutido no intuito de distinguir as ideias que compreendem sua natureza.

Marcuschi (2008) adotou e defende como ideia central que é impossível haver comunicação verbal sem fazermos uso de algum gênero discursivo. Isso porque toda e qualquer manifestação verbal ocorre sempre por meio de textos ancorados em algum gênero. Embora inúmeros, os gêneros são finitos, definidos deste modo pelo autor:

São os textos materializados em situações comunicativas decorrentes. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na interação de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. Em contraposição aos tipos, os gêneros são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas, constituindo em princípio listagens abertas. (MARCUSCHI, 2008, p. 155).

Tal definição está em consonância com os preceitos bakhtinianos (2011), pois apresenta uma conotação não enrijecedora e estanque da ação criativa, oriunda das mais variadas esferas da atividade humana com o desígnio de suprir as necessidades sociocomunicativas. Bakhtin (2011) parte da premissa de que:

Falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem *formas* relativamente estáveis e típicas da *construção do todo*. Dispomos de um rico repertório de gêneros do discurso orais (e escritos). *Em termos práticos*, nós os empregamos de forma segura e habilidosa, mas *em termos teóricos* podemos desconhecer inteiramente sua existência. (BAKHTIN, 2011, p. 282, grifos do autor).

Portanto, mesmo desconhecendo os fundamentos teóricos que regem a natureza dos gêneros do discurso, nos comunicamos no dia a dia, em termos de prática, utilizando esse repertório de gêneros histórica e socialmente constituído. Bakhtin (2011) destaca que apreendemos tais gêneros quase que na mesma medida em que nos apropriamos da língua materna. Dessa forma, para o autor, o fato de aprender a falar corresponde a aprender a produzir enunciados, pois, ao falarmos, fazemos isso por enunciados e não por palavras isoladas.

Para Bakhtin (2011), é ao ouvir o discurso alheio que nós aprendemos a estruturar o nosso discurso na forma de gênero e, assim, ao ouvirmos as primeiras palavras de um enunciado, identificamos imediatamente qual gênero está sendo utilizado. O autor salienta que o enunciado não se volta apenas para seu objeto, mas também para os discursos de outros sobre ele, pois o “enunciado é um elo na cadeia discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas.” (BAKHTIN, 2011, p. 300).

A designação “atitudes responsivas”, presente na citação acima e nos vários escritos bakhtinianos, remete à terminologia “responsabilidade” que, de acordo com

apontamentos de Sobral (2009), é um neologismo polêmico que tem como desígnio a união das palavras “responsabilidade” e “participatividade” relativos aos atos humanos. O autor esclarece que o ato “responsível” – responsável/responsível/ético – abrange tanto o conteúdo quanto o processo do ato e estão mutualmente unidos na “unidade do sentido”, por meio da valoração/avaliação do sujeito a respeito de seu próprio ato.

Nessa perspectiva, o conceito de linguagem perpassa a conotação instrumental e reducionista, asseverando, assim, seu caráter sócio-histórico, como práticas enunciativas situadas. Para Bakhtin (2011), o uso da língua se concretiza, efetivamente, em forma de enunciados, sejam eles orais ou escritos. E esses enunciados refletem determinadas condições e finalidades de cada campo da atividade comunicativa pelos seus recursos lexicais, gramaticais e fraseológicos e, sobretudo, pela construção composicional. Tais recursos encontram-se intrinsecamente correlacionados no todo do enunciado e são determinados por um campo da comunicação humana específico.

Bakhtin (2011) reitera o fato de que todo enunciado, em particular, constitui-se na individualidade, contudo, em cada campo da utilização da língua são elaborados tipos relativamente estáveis de enunciados, denominados gêneros do discurso. Este autor classifica os gêneros discursivos em dois grandes grupos: os primários (simples) e os secundários (complexos) e atenta para a diferença essencial entre ambos, sem se referir a uma diferença funcional:

Os gêneros discursivos secundários (complexos – romances, dramas, pesquisas científicas de toda espécie, os grandes gêneros publicísticos, etc.) surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) – artístico, científico, sociopolítico, etc. no processo de sua formação eles incorporam e reelaboram diversos gêneros primários (simples), que se formam nas condições da comunicação discursiva imediata. (BAKHTIN, 2011, p. 263).

Logo, são os gêneros primários simples que compõem os mais complexos, os secundários; adquirindo uma característica diferente, perdem sua natureza imediatista inerente à realidade concreta e aos enunciados reais alheios. Para o autor, essa diferença entre os tipos de gêneros é muito grande e fundamental e, por esse motivo, a natureza dos enunciados deve ser identificada e definida por meio de análise de cada tipo; somente a partir de tal análise, sua definição pode vir a adequar-se à

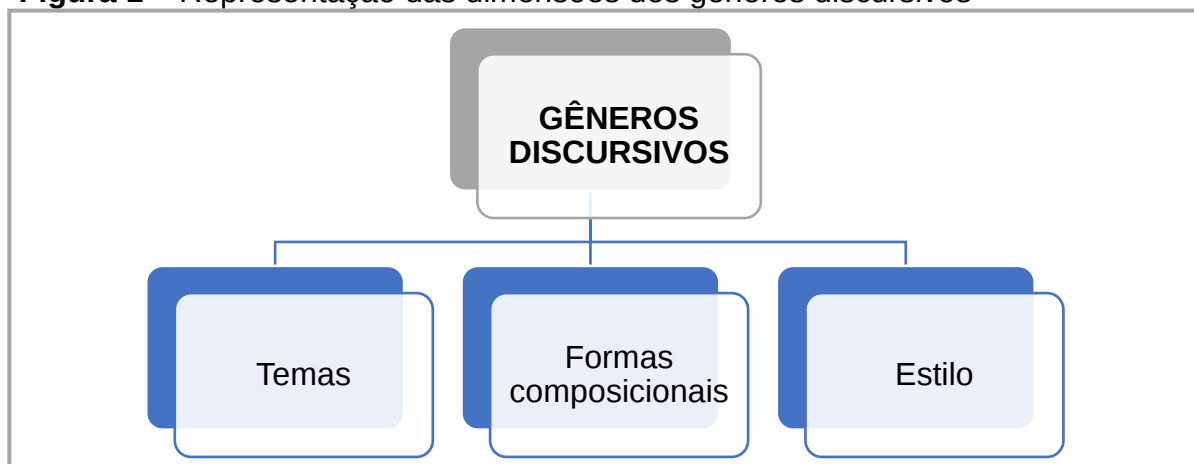
complexidade e à profundidade que compreendem a natureza do enunciado, abarcando, dessa maneira, seus aspectos mais importantes.

Parafraseando Bakhtin (2011), é imprescindível que, em um estudo de investigação de um dado material linguístico concreto, tenhamos uma noção exata da natureza do enunciado e de suas especificidades, pois operamos com enunciados concretos (sejam orais ou escritos) que estão presentes nas mais diversas esferas da comunicação humana. Para o autor, o desconhecimento da natureza do enunciado e de suas especificidades acarretaria um formalismo e uma abstração exacerbada, de modo a implicar a historicidade da análise e a enfraquecer as relações da língua com a realidade.

Assim, de acordo com o teórico russo, o enunciado opera como elo da comunicação discursiva, resultado da interação verbal situada em um dado momento específico e particular de uma situação real de comunicação. Dessa forma, os gêneros discursivos são constituídos por enunciados concretos, produzidos em situações determinadas de acordo com cada esfera da comunicação humana.

Bakhtin (2011) ressalta que os enunciados são constituídos por três dimensões relativamente estáveis: a) o conteúdo – tema, b) os recursos de linguagem utilizados – estilo, e c) as estruturas composicionais. Estes três elementos estão intrinsecamente correlacionados no todo do enunciado e estão condicionados às particularidades de um determinado campo da comunicação humana. O organograma (Figura 1) a seguir representa as dimensões dos gêneros discursivos:

Figura 1 – Representação das dimensões dos gêneros discursivos



Fonte: Esquema representativo elaborado por nós a partir dos apontamentos de Bakhtin (2011).

Nesse sentido, esclarece Rojo (2005), essas três dimensões que compõem os gêneros discursivos são imbricadas, principalmente, pela apreciação valorativa do locutor sobre o(s) tema(s) e sobre o(s) interlocutor(es) do seu discurso, e pela situação de produção em que ocorrem os enunciados.

2.2.1 Conceitos-chave do pensamento bakhtiniano: tema, significação, estilo e composição

Como ocorre com alguns conceitos-chave do pensamento bakhtiniano, as noções de estilo, tema e composição também vão se desenvolvendo no transcurso das obras e faz-se pertinente discorrermos sobre os principais aspectos dessas dimensões constitutivas dos gêneros do discurso.

Quanto à dimensão do conteúdo (tema), Bakhtin/Volochínov (2014) frisam que ele é individual e não reiterável, assim como a própria enunciação. Em linhas gerais, os autores asseveram que o tema da enunciação é determinado não apenas pelos elementos composicionais, mas igualmente pelos fatores extraverbaís da situação comunicativa. Porém, os autores atentam para a seguinte implicação:

Entretanto, se nos limitássemos ao caráter não reiterável e historicamente único de cada enunciação concreta, estaríamos sendo medíocres dialéticos. Além do tema, ou, mais exatamente, no interior dele, a enunciação é igualmente dotada de uma *significação*. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 134, grifos dos autores).

Diante do exposto, fica evidente a insuficiência em se tomar a enunciação somente pelo seu caráter não reiterável e único historicamente. O cerne do tema é constituído, também, pela significação. Por significação, Bakhtin/Volochínov (2014) ressaltam que, contrariamente ao tema, é compreendida como os elementos abstratos da enunciação, que são *reiteráveis* e *idênticos* cada vez que forem reproduzidos. A significação da enunciação, diferentemente do tema, pode ser examinada a partir de um conjunto de significações unidas aos elementos linguísticos que a compõem.

A esse respeito, Cereja (2016) aponta ser o problema da significação uma das questões mais complexas para Bakhtin/Volochínov, pois, para eles, as questões relativas ao sentido são tomadas em sua amplitude, os signos são pensados em seus sentidos restritivos, mas também em seu caráter ideológico dentro do domínio discursivo. Em linhas gerais, pode se dizer que:

[...] a significação está para o signo linguístico assim como o tema está para o signo ideológico; ou, ainda, que a significação está para a língua assim como o tema está para o discurso e para a enunciação. Não se pode, dentro do pensamento bakhtiniano, trabalhar produção e construção de sentido sem levar em conta significação e tema. (CEREJA, 2016, p. 218).

Em suma, o trabalho dentro de uma perspectiva bakhtiniana demanda uma compreensão mais ampla e complexa dos problemas relativos às questões de sentido. É necessária uma ruptura dos limites estabelecidos pela significação, levando em consideração os elementos extralinguísticos presentes na situação em que os enunciados foram produzidos.

No concernente às questões relativas à dimensão do estilo, Brait (2016) destaca que o texto de Bakhtin sobre gêneros do discurso reflete uma abordagem discursiva quanto à percepção dialógica de estilo que, avalia a autora, é a componente menos acatada pela maioria dos estudos sobre gêneros textuais. Ela enfatiza que em obras como *Problemas da poética de Dostoiévski* e *A cultura popular na Idade Média: o contexto de François Rabelais* é possível observar que Bakhtin inaugura uma nova leitura dessas produções literárias e funda uma nova perspectiva estilística, ao empreender suas análises sobre os estilos desses dois escritores, encontrando na tradição literária e não literária os subsídios para o estudo das especificidades de cada uma.

Brait (2016) afirma que, para Bakhtin, além de considerarem-se os estilos de linguagem e os dialetos sociais como caracterizadores de estilo, por exemplo, é necessário saber sob qual *ângulo dialógico* eles se chocam em um enunciado. A autora aponta ainda que, para Bakhtin, os critérios puramente linguísticos não são capazes de determinar o ângulo dialógico, pois as relações dialógicas são inerentes ao campo discursivo:

A estilística deve basear-se não apenas e nem tanto na linguística quanto na metalinguística, que estuda a palavra não no sistema da língua e nem num “texto” tirado da comunicação dialógica, mas precisamente no campo propriamente dito da comunicação dialógica, ou seja, no campo da vida autêntica da palavra. A palavra não é um objeto, mas um meio constantemente ativo, constantemente mutável de comunicação dialógica. Ela nunca basta a uma consciência, a uma voz. (BAKHTIN, 1997 apud BRAIT, 2016, p. 81-82, grifo da autora).

Brait (2016) assinala que a postura de estilo e de estilística discursiva assumida por Bakhtin em *Rabelais* e em *Problemas de poética de Dostoiévski*, considera a relação intrínseca entre a palavra na vida e a palavra na arte. A autora assinala que, por outro lado, em *Marxismo e filosofia da linguagem*² os estudos sobre o estilo são mais complexos e inovadores quanto às formas de difusão do discurso de outrem, em oposição às abordagens simplistas e mecânicas com que o discurso indireto, indireto livre e direto eram tratados.

Do ponto de vista teórico, Brait (2016) afirma ser no texto de *Discurso na vida e na arte (sobre a poética sociológica)* – assinado por Volochínov – que surge uma reflexão importante e, ao mesmo tempo, instigante, sobre estilo. Segundo a autora, nesse texto Volochínov retoma a preposição clássica do francês George Louis Buffon, “O estilo é o homem”, e acrescenta a afirmação de que o estilo seja pelo menos duas pessoas, o indivíduo e seu grupo social sob a forma de representante legítimo, o ouvinte.

Desse modo, Brait (2016) argumenta que o estilo passa a ser concebido em uma dimensão genuinamente particular e individual, como produto da relação estabelecida entre uma pessoa e seu grupo social. Segundo a autora, é por meio da análise feita no texto *Discurso na vida e na arte (sobre a poética sociológica)* que Bakhtin salienta o aspecto avaliativo e social da arte ao referir-se à poética clássica (que designava estilo em “alto” e “baixo”), evidenciando o fato de que, em um evento artístico, há fatores fundamentais que operam nas inter-relações dos membros nele envolvidos e que determinam, em absoluto, o estilo poético como um evento social. Para elaborar esse raciocínio, esclarece Brait (2016), Volochínov define três participantes: o autor, o herói e o ouvinte. Entretanto esses três componentes não devem ser tomados como entidades situadas fora da própria obra de arte, devendo ser, decididamente, compreendidas como entidades intrínsecas da obra, instituindo a força viva determinante da forma e do estilo.

² O livro *Marxismo e filosofia da linguagem* (2014) que estamos utilizando neste trabalho corresponde a sua primeira tradução, feita em 1979 por Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz, que foi produzida a partir da tradução francesa com consultas à versão americana e à original russa. Devido a nossa posição a respeito das questões de autoria desta obra, sobre as quais discorreremos anteriormente, optamos por manter, em nossas discussões, esta versão, por trazer como autores os nomes de Bakhtin/Volochínov, diferentemente da recente tradução, de 2017, realizada por Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo diretamente do idioma russo e que traz apenas a autoria de Volochínov.

Ao finalizar seus apontamentos sobre o conceito de estilo nas obras de Bakhtin e seu “Círculo”, Brait (2016) conclui que, dentro dessa perspectiva, não é presumível separá-lo “da ideia de que se olha um enunciado, um gênero, um texto, um discurso, como participante, ao mesmo tempo, de uma história, de uma cultura e, também, da autenticidade de um acontecimento, de um evento.” (BRAIT, 2016, p. 96).

A autora enfatiza que a concepção de estilo, no sentido bakhtiniano, rompe com os limites de uma análise simplista de mera identificação de traços que expressem a individualidade de um indivíduo. Brait (2016) assinala que essa perspectiva indica sujeitos que fazem história e são submetidos a ela, sujeitos que instauram discursos por meio de seus enunciados concretos e de suas formas enunciativas.

No seu texto sobre gêneros do discurso, Bakhtin (2011) afirma que todo enunciado – seja ele oral ou escrito, primário ou secundário – é individual e, dessa forma, pode refletir o estilo de seu autor, em outras palavras, pode apresentar estilo individual. Porém, reitera o autor, nem todos os gêneros discursivos são suscetíveis ao estilo individual, por demandarem uma forma padronizada, a exemplo de ordens militares e documentos oficiais. Nesse caso, podem ser refletidos – tendencialmente os enunciados oralmente realizados – os aspectos individuais superficiais, quase biológicos. Portanto, para o autor, em sua quase totalidade, os gêneros textuais não possuem estilo individual como parte de seus enunciados, exceto os gêneros artístico-literários que o têm como “próprio edifício do enunciado, é um dos seus principais objetivos” (BAKHTIN, 2011, p. 265-266).

Bakhtin (2011) assevera que o estudo da natureza dos gêneros discursivos e dos enunciados é de fundamental importância como mecanismo de superação das concepções reducionistas no trato do discurso, do chamado “fluxo discursivo”. O autor ressalta que tomar o enunciado como *unidade real da comunicação discursiva* propicia a apreensão, de forma mais adequada, da natureza da língua enquanto sistema (grifos do autor).

2.3 Gêneros discursivos numa perspectiva sócio-histórica: signo e ideologia

Para empreendermos nossas análises sobre gêneros discursivos na perspectiva bakhtiniana, faz-se necessária a compreensão de linguagem do ponto de vista dialógico. Bakhtin/Volochínov, em *Marxismo e filosofia da linguagem* (2014), escrito nas primeiras décadas do século passado, assinalam a ausência de uma

análise marxista no estudo da linguagem e propõem um esboço de parâmetros que fundamentem uma reflexão complexa sobre esse aspecto e sobre os procedimentos metodológicos que subsidiariam o estudo referente aos problemas concretos da linguística:

Não existe, atualmente, uma única análise marxista no domínio da filosofia da linguagem. Nem há nos trabalhos marxistas relativos a outras questões, próximas daquela da linguagem, alguma formulação, a respeito desta, que seja um pouco precisa e desenvolvida. Portanto, a problemática de nosso trabalho, que desbrava, de certa forma, um terreno ainda virgem, só pode, evidentemente, situar num nível bastante modesto. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 25)

Bakhtin/Volochínov propõem demarcar, dentro do conjunto da perspectiva marxista de mundo, o espaço para os problemas referentes à filosofia da linguagem. Os autores ressaltam que o objetivo de suas análises recai sobre a relação entre os problemas de linguagem, ao invés de se debruçarem sobre a relação entre os fatos estudados.

Para Sobral (2009), falar em gênero discursivo sob o olhar do “Círculo” é afirmá-lo como algo estável e, ao mesmo tempo, mutável: é estável por manter os elementos que o identificam e é mutável porque está em contínua transformação, modifica-se quando é utilizado e pode haver situações em que um gênero se transforma em outro. Sendo entendido dessa forma, o gênero é definido, por exemplo, como normativo e relativamente estável, é o que poderemos observar mais adiante nos apontamentos de Bakhtin (2011) em seu texto intitulado *Os gêneros do Discurso*.

O conceito de gênero também é atrelado às “formas e tipos da comunicação discursiva” que, para Sobral (2009), abordando a “comunicação discursiva”, atribui ao sentido o posto ocupado anteriormente pela significação. O autor frisa que essa concepção de gêneros discursivos pressupõe que os tipos e as formas estejam susceptíveis a transformações, a novas significações e a novas avaliações. Nesse sentido, os gêneros são regidos por normas, visto que o ambiente sócio-histórico exige essa cristalização de formas para que não seja necessário “reinventar” gêneros a cada situação enunciativa. Porém, para o autor, como isso ocorre no domínio dos enunciados, no nível da comunicação discursiva, essa dita normatividade é algo mutável.

A questão da ideologia ganha ênfase em *Marxismo e filosofia da linguagem* e em *Problemas da poética de Dostoiévski* e está presente em todos os escritos do

“Círculo”. Como exposto anteriormente, é em *Marxismo* que Bakhtin/Volochínov (2014) apontam para o problema da inexistência, dentro da produção teórica marxista, de um estudo da ideologia, e criticam tanto a filosofia idealista quanto o psicologismo cultural, por situarem a questão ideológica na consciência e em suas leis. Para os autores, essas duas concepções concebem a ideologia como um evento de consciência, sendo o aspecto externo do signo apenas um revestimento, um mecanismo de realização do efeito interior, ou seja, da compreensão.

Bakhtin/Volochínov (2014) ressaltam que não há como manifestar-se a própria compreensão, senão por meio de um mecanismo semiótico, que o signo pode se opor ao signo e que a própria consciência somente poderá existir como realidade em razão da encarnação material em signo, fatores esses que são esquecidos pela filosofia idealista e pelo psicologismo cultural.

Para os autores supracitados, as bases que sustentam uma teoria marxista da criação ideológica estão intimamente relacionadas aos problemas de filosofia da linguagem, pois tudo o que é ideológico agrega um significado e remete a algo estabelecido fora de si mesmo. Em suma, não há ideologia sem a existência de signos e todo e qualquer corpo físico pode ser percebido como símbolo sem que possa deixar de fazer parte da realidade material, pois “passa a refletir e a refratar, numa certa medida, uma outra realidade” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 31).

Apesar de os signos se manifestarem apenas em um terreno interindividual, não se trata, segundo Bakhtin/Volochínov (2014), de um terreno dito “natural”, situado paralelamente ao social. É necessário que os indivíduos estejam socialmente organizados, como unidade social, para que um sistema de signo possa se constituir como tal. Para os autores, é a palavra, como signo social, que exerce uma função de instrumento da consciência, acompanhando, assim, toda e qualquer criação ideológica. Entretanto, Bakhtin/Volochínov (2014) frisam que a palavra não pode superar qualquer signo ideológico:

Nenhum dos signos ideológicos específicos, fundamentais, é inteiramente substituível por palavras. [...] cada um deles, ao mesmo tempo, se apoia nas palavras e é acompanhado por elas, exatamente como no caso do canto e de seu acompanhamento. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 38).

Destarte, as palavras operam como um mecanismo funcional da consciência, abarcam quaisquer criações ideológicas e estão presentes em todos os atos de

compreensão e interpretação. Entretanto, são incapazes de suplantar os signos ideológicos em sua totalidade.

Bakhtin/Volochínov (2014) asseveram que nenhum signo cultural permanece isolado a partir do momento em que fora compreendido e a ele atribuído um sentido, passando a compor parte da consciência constituída verbalmente. Quanto aos predicados atribuídos à palavra, fazem dela um objeto essencial ao estudo das ideologias:

As leis da refração ideológica da existência dos signos e em consciência, suas formas e seus mecanismos, devem ser estudados, antes de mais nada, a partir dessa matéria que é a palavra. A única maneira de fazer com que o método sociológico marxista dê conta de todas as profundidades e de todas as sutilezas das estruturas “imanentes” consiste em partir da filosofia da linguagem concebida como *filosofia do signo ideológico*. E essa base de partida deve ser traçada e elaborada pelo próprio marxismo. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 39, grifos dos autores).

Em síntese, *Marxismo e filosofia da linguagem* expõe uma proposta na qual as ideologias presentes nos fenômenos de natureza linguística podem ser analisadas adotando como pressuposto o materialismo histórico dialético de domínio marxista, em detrimento das pressuposições restritivas da tradição ocidental que imperavam até então.

Tomando os preceitos dialógicos que abarcam o signo linguístico, Bakhtin/Volochínov (2014) destacam que estes são condicionados pela organização social e pelas condições em que a interação ocorre e cada alteração decorrente dessas formas desencadeia uma modificação do signo. Devido a essas características, os autores reiteram que se faz necessário um estudo da evolução do signo linguístico por parte da ciência das ideologias, considerando, para tal, a influência concomitante entre o signo e o ser no âmbito dialético. Destacam, para tanto, as seguintes regras metodológicas que servirão de norte nesse processo: 1) não dissociar a ideologia da realidade material do signo; 2) não separar o signo das formas concretas da comunicação social; e 3) não dissociar a comunicação em suas diversas manifestações de sua base material.

Dessa forma, Bakhtin/Volochínov consideram que todo signo ideológico também se configura como linguístico nas relações sociais e é assinalado pelas condicionantes sociais de uma dada época e de um determinado grupo social. Nesse

sentido, Miotello (2016) enfatiza que Bakhtin e os seus companheiros do “Círculo” trabalham com a questão da ideologia de forma concreta e dialética, como igualmente tratam a questão da constituição da subjetividade e do sujeito, em oposição à ideia de algo acabado e já dado, ou algo que reside apenas na consciência individual do ser humano.

Segundo este autor, o marxismo oficial até então compreendia a ideologia como uma “falsa consciência”, que era vista como um disfarce e como um ocultamento da realidade social, um obscurecimento que não permitia ter a percepção da existência de classes sociais e das contradições estabelecidas pelas forças dominantes para manter-se no poder. Ressalta, ainda, que Bakhtin e seu “Círculo” partem desse conceito de ideologia oficial, resignificando e colocando ao seu lado a ideologia do cotidiano.

Sobre a compreensão de ideologia oficial e do cotidiano, Miotello (2016) esclarece que:

A ideologia oficial é entendida como relativamente dominante, procurando implantar uma concepção única de produção de mundo. A ideologia do cotidiano é considerada como a que brota e é constituída nos encontros casuais e fortuitos, no lugar do nascedouro dos sistemas de referência, na proximidade social com as condições de produção e reprodução da vida. Para Marx e Engels, o momento do surgimento da ideologia é o instante em que a divisão social do trabalho separa trabalho manual do intelectual. (MIOTELLO, 2016, p. 169).

Dessa forma, ao colocar lado a lado conceitos diferentes de ideologia, Bakhtin e seu “Círculo” puderam constatar uma relação dialógica, em sua concretude, entre eles. A junção da ideologia oficial com a ideologia do cotidiano forma um contexto ideológico único e acabado, em uma relação mútua, não se distanciando do processo global de produção e também de reprodução social (MIOTELLO, 2016).

Volochínov (1930 apud Miotello, 2016, p. 169) define, resumidamente, o conceito de ideologia no texto intitulado *Que é linguagem*, escrito em 1930: “Por ideologia entendemos todo o conjunto dos reflexos e das interpretações da realidade social e natural que tem lugar no cérebro do homem e se expressa por meio de palavras [...] ou outras formas sígnicas.”

Miotello (2016) destaca ser essa a única definição atribuída à ideologia por alguém do “Círculo” de maneira direta e clara. Partindo dessa premissa, o conceito de

ideologia não se restringe ao falseamento da realidade ou a uma concepção simplista de expressão de ideias. Para o autor, a ideologia passa a ser tratada como expressão que representa a escolha de uma posição determinada, fundada em uma interpretação da realidade, tanto social quanto natural.

Nos estudos sobre signos, realizados por Bakhtin e o “Círculo”, essa concepção de ideologia também se encontra instaurada. Miotello (2016) ressalta que para a construção do conceito de ideologia, partiu-se do movimento mútuo entre as ideias relativamente estáveis e as instáveis, empregando o método marxista, de modo a se estabelecer uma conexão entre o estudo da ideologia e o estudo da linguagem.

2.4 Sobre a natureza do enunciado

Partindo dessa nova aceção em relação à linguagem, apresentada na obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, Marcuschi (2008) ressalta que a língua é compreendida como um conjunto de práticas enunciativas e não mais tomada de forma deslocada, pois toda e qualquer enunciação humana é constituída fora dos indivíduos pelos condicionantes inerentes ao meio social. Logo, a enunciação humana é concebida, nos preceitos bakhtinianos, essencialmente como uma ação social, mesmo que operada por um ser em sua individualidade.

Nos escritos de Bakhtin e seu “Círculo”, a designação “enunciado” aparece com constância. Qual seria, então, sua melhor definição, visto seu distinto emprego no decorrer dessa vasta produção? Brait e Melo (2016) se debruçaram sobre essa questão e frisam que, de forma geral, mesmo dentro dos preceitos bakhtinianos, as denominações *enunciado*, *enunciado concreto* e *enunciação* só possuem sentido agregados a outros termos e predicções.

As autoras assinalam, ainda, que os termos enunciado/enunciação, utilizados abundantemente dentro dos estudos de linguagem, apresentam uma extensa gama de conceitos e aplicações polissêmicas, distante de um consenso. Fator esse que, segundo elas, é bem característico do pensamento bakhtiniano, pois o sentido e as especificidades das denominações enunciado/enunciação são construídos ao longo do conjunto de obras e dialogam com as diferentes significações que lhes foram atribuídas.

As noções de enunciado/enunciação são os eixos centrais da perspectiva bakhtiniana, uma vez que, conforme Brait e Melo (2016, p. 65), “a linguagem é concebida de um ponto de vista histórico, cultural e social que inclui, para efeito de

compreensão e análise, a comunicação efetiva e os sujeitos”. As autoras destacam que, em algumas perspectivas, o termo enunciado possui a equivalência de frase ou de sequências frasais. Contrariamente a essa proposição e ancoradas nos fundamentos bakhtinianos, as designações relativas a enunciado tomam um aspecto pragmático dentro de algumas perspectivas, opondo-se ao conceito de frase e concebendo-o como unidade de comunicação e significação, passível de ser analisado somente de forma contextualizada.

Sobral (2009) atribui a um artigo de Bakhtin (1997) sobre a problemática do texto um dos importantes momentos em que o conceito de enunciado é definido. Segundo o autor, nele Bakhtin destaca dois fatores que determinam um texto, que fazem dele um enunciado: sua intencionalidade e de qual forma esta é operacionalizada, pois, entre o projeto e sua execução, é possível que haja modificações, em razão das naturais modulações que o locutor pode produzir no enunciado.

Ainda sobre o artigo anteriormente abordado, Sobral (2009) aponta que outra questão sobre enunciado é aí demarcada por Bakhtin: o fato de que todo texto necessita de um autor para assim tornar-se enunciado. Dessa forma, o autor conclui que, para o “Círculo”, o conceito de enunciado supera a equivalência restritiva de frase ou sequências frasais e não se resume à materialidade do texto. A frase e a materialidade de um texto, nessa perspectiva, constituem a parte material da qual o “autor/locutor procura realizar seu projeto de sentido, no plano concreto do tema.” (SOBRAL, 2009, p. 92)

Sobral (2009) salienta que o enunciado, a partir da pressuposição de que este se estabelece em relação mútua com a enunciação, não apenas se constitui como produto, mas também como processo, possuindo, assim, caráter concreto, pois é oriundo de uma relação concreta que reflete sua estrutura e é dada entre sujeitos concretos. O autor explica que o destaque dado ao termo “concreto” expressa justamente o fato de a concretude se constituir um conceito enunciativo, não uma denominação inerente ao texto, ao qual também é empregado o termo enunciado.

Ora, o que faz com que uma frase/texto seja compreendida como enunciado? Sobral (2009) afirma que a resposta para essa indagação é o fato de a frase/texto romper com seus próprios limites de formas da língua: a ação concreta de conceber (intencionalidade do autor) e o executar (enunciação) de um projeto enunciativo em uma dada situação de enunciação. O autor reitera que é necessário, além dos fatores mencionados, que haja entre o locutor e o interlocutor uma situação comum e que

ambos estejam cientes dessa situação e que acordem, mesmo em grau variável, sobre sua compreensão e sobre a forma em que a situação possa ser avaliada.

Além dos elementos anteriormente citados, Sobral (2009) assevera que o “Círculo” sugere dois critérios estruturais para a identificação do enunciado, com conotação oposta à frase ou oração. Ambos estão ligados de forma intrínseca:

O primeiro diz que todo enunciado implica a alternância entre sujeitos falantes: num dado momento, todo enunciado chega ao fim, e dá então lugar à compreensão responsiva ativa do leitor; o segundo diz que o enunciado é um todo, tem um acabamento, isto é, todo enunciado, uma vez que chegou ao fim, indica que seu autor disse tudo o que pretendia dizer. (SOBRAL, 2009, p. 92).

Há uma dependência mútua entre os critérios acima apresentados, sendo a alternância presumida e o acabamento do enunciado as ferramentas que subsidiarão a resposta do outro. Bakhtin (2011) ressalta que cada enunciado deve ser compreendido, primeiramente, como resposta aos enunciados anteriores de um determinado campo. A designação *resposta* é compreendida pelo autor em seu sentido mais amplo:

[...] ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. Porque o enunciado ocupa uma posição *definida* em cada esfera da comunicação, em uma dada questão, em um dado assunto, etc. (BAKHTIN, 2011, p. 297, grifo do autor).

Em *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin/Volochínov, ao criticarem a teoria da expressão traçada pelo subjetivismo individualista, atestam que o meio organizador de toda enunciação, de toda forma de expressão, é o exterior e não o interior, como denota o subjetivismo em destaque. Bakhtin/Volochínov (2014, p. 125) reiteram que somente um grito inarticulado proveniente de um animal advém do interior, ou seja, é produto “do aparelho fisiológico do indivíduo isolado”, não marcado ideologicamente.

Entretanto, quanto à enunciação humana mais primitiva, os autores reforçam que:

[...] ainda que realizada por um organismo individual, é, do ponto de vista de seu conteúdo, de sua significação, organizada fora do indivíduo pelas condições extra-orgânicas do meio social. A enunciação enquanto tal é puro produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade linguística. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 126).

Em suma, Bakhtin/Volochínov (2014) colocam a interação social como fator imprescindível à enunciação humana, independentemente das situações em que seja produzida. Assim, a verdadeira essência da língua é instituída pelo fenômeno social da interação verbal, efetivada por meio da enunciação/enunciações e não de forma isolada por meio da enunciação monológica e, tampouco, constituída por uma estrutura abstrata de formas linguísticas.

2.5 Dialogismo e polifonia na perspectiva bakhtiniana

Os conceitos de polifonia e dialogismo, dentro dos muitos estudos que se autodefinem fundamentados nos pressupostos bakhtinianos, mostram-se conflituosos e distantes, se comparados à sua base teórica e, por vezes, essas duas terminologias ganham uma conotação de unívoca, o que não condiz com suas noções originalmente delineadas³.

O termo “diálogo” é definido por Bakhtin/Volochínov (2014) em uma ampla abrangência, pois, em seu sentido estrito, constitui a mais importante forma da interação verbal, porém, não exclusiva: o “diálogo” rompe com os limites da comunicação face a face, compreendendo toda e qualquer forma de comunicação verbal. Como exemplo, os autores frisam que mesmo um livro, constituído de ato de fala impresso, é um elemento de comunicação verbal, pois é um objeto passível de discussões ativas por diálogos, o que pode fomentar variadas discussões nas mais diversas esferas da comunicação humana.

Sobral (2009), ao analisar as bases do pensamento do “Círculo de Bakhtin”, destaca que nessa perspectiva o exercício da língua é o contexto social e histórico onde se estabelecem as interações, sendo estas essencialmente dialógicas:

[...] a relação dialógica engloba e vai além da relação entre as réplicas de um diálogo real e alcança, por sua extensão, variação e complexidade, o plano de um meta-discurso (um discurso sobre o discurso, discursos nos discursos), num contínuo processo. Esse meta-discurso interliga discursos não em termos de sucessão temporal e de presença num mesmo espaço, mas em termos de sentido: o que é dito ou pode ser dito em outros discursos está presente num dado discurso. (SOBRAL, 2009, p. 89-90).

³ Acepções elaboradas a partir do estudo da obra *Problemas da poética de Dostoiévski*, Bakhtin (2013) e dos apontamentos realizados por Faraco (2009), Rodrigues (2001) e Brandão (2012).

Nesse sentido, a relação dialógica perpassa os próprios limites da interação verbal, abarcando, assim, o campo do meta-discurso em processo contínuo. Para este autor, essa concepção de linguagem dá ênfase à natureza ativa do intercâmbio linguístico, pois o produto dessa troca são os enunciados/discursos que só podem ser compreendidos se considerarmos o processo de sua produção, de sua circulação social e da forma que é recebida por outros sujeitos. É necessário, para isso, considerarmos o seu produto em um processo contínuo de produção de sentido.

Para o autor, nessa perspectiva, a linguagem é acometida por um processo constante de negociação e regulação do sentido, pois os sujeitos são diversos, dependendo do contexto em que estão inseridos, e articulam relações de sentido diferentes até mesmo para o mesmo enunciado.

Sobre essa questão, Faraco (2005) destaca a importância de que aquilo que Bakhtin designa de relações dialógicas não remete, decididamente, ao diálogo face a face, como erroneamente muitos creem, mas se refere “à dinâmica de múltiplas interrelações responsivas entre posições socioavaliativas. Na interação vista pelo olhar bakhtiniano, não se trocam mensagens, mas se dialogizam axiologias.” (FARACO, 2005, p. 219).

A noção de dialogismo como princípio fundador da linguagem é, segundo Marcuschi (2008), um aspecto importante nesse contexto teórico, pois toda linguagem é um ato dialógico, visto que todo e qualquer enunciado é apreendido de alguém para outrem. Para o autor, esse aspecto dialógico da linguagem permite “a noção de gênero como enunciado responsivo ‘*relativamente estável*’, o que está de acordo com a ideia de linguagem como atividade interativa e não como forma ou sistema.” (MARCUSCHI, 2008, p. 20, grifos do autor)

Já o conceito de polifonia é uma forma de metáfora⁴ empregada por Bakhtin e surgiu a partir do estudo sobre a obra de Dostoiévski, que resultou em vários escritos, dentre eles *Problema da poética de Dostoiévski* (2010). Bakhtin considera Dostoiévski como um dos maiores inovadores no campo da forma artística ao inaugurar um tipo de pensamento artístico: o polifônico.

Bakhtin observou em Dostoiévski uma multiplicidade de vozes que se mostravam excepcionalmente independentes na composição da estrutura da obra,

⁴ Polifonia é o nome atribuído a um estilo de música que se desenvolveu na Idade Média e que tem como principal característica a independência das vozes que compõe o canto. (ROMAN, 1992).

como se soassem lado a lado à voz do autor. Esse fenômeno foi denominado por Bakhtin de polifonia:

A essência da polifonia constitui justamente no fato de que as vozes, aqui, permanecem independentes e, como tais, combinam-se numa unidade de ordem superior à da homofonia. E se falarmos de vontade individual, então é precisamente na polifonia que ocorre a combinação de várias vontades individuais, realiza-se a saída de princípio para além dos limites de uma vontade. Poder-se-ia dizer assim: a vontade artística da polifonia é a vontade de combinação de muitas vontades, a vontade do acontecimento. (BAKHTIN, 2013, p. 23).

Nesse sentido, podemos concluir que o conceito de polifonia, tal qual inscrito por Bakhtin, não consiste apenas na multiplicidade de vozes presentes, mas presença de “vozes plenivalentes” (BAKHTIN, 2013, p. 04), que estabelecem uma relação igualitária com as outras vozes do discurso que compõem o grande diálogo.

Entretanto, vale aqui destacar a teoria de polifonia, originalmente esboçada por Bakhtin, mais tarde retomada por Ducrot, a partir de uma perspectiva da semântica da enunciação, localizando-a em um patamar linguístico. Dentro dessa abordagem, em um mesmo enunciado isolado, pode-se identificar mais de uma voz, contestando, assim, a tese da unicidade inerente ao sujeito falante. Nesse sentido, Ducrot rompe com a noção de história que, para Bakhtin, é essencial (BRANDÃO, 2012).

2.6 Gênero textual / tipo textual e esfera discursiva: algumas considerações

Marcuschi (2008) evidencia a importância da distinção entre gênero e tipo textual. Como destacamos anteriormente, os *gêneros textuais* são os textos que utilizamos cotidianamente em nossas ações comunicativas, sejam elas escritas ou orais, e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos.

Quanto à expressão *tipos textuais*, esta se refere a uma sequência definida teoricamente pela “natureza linguística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo} ” (MARCUSCHI, 2008, p. 154). O autor enumera cinco tipos textuais (também chamados por ele de modos textuais): argumentação, narração, descrição, exposição e injunção. Nesse sentido, quando há predominância de um modo textual, por exemplo, a argumentação, em um texto concreto, o classificamos como sendo um texto argumentativo, e assim sucessivamente.

À esfera discursiva ou campo discursivo (terminologias que aparecem nos escritos bakhtinianos), Marcuschi (2008) emprega a designação “domínio discursivo” e, ao defini-lo, o autor afirma que este se constitui mais como uma “esfera da comunicação humana” do que meramente um princípio de categorização de textos (MARCUSCHI, 2008, p. 155). Domínio discursivo sugere instâncias discursivas (por exemplo, o discurso jornalístico, religioso, político etc.) e não compreende, assim, um gênero em particular, contudo, dá origem a muitos deles, pois os gêneros são marcados institucionalmente, são produzidos em contextos e atendem a práticas sociocomunicativas específicas (BAKHTIN, 2011; MARCUSCHI, 2008).

Sendo assim, Marcuschi (2008) assevera que:

[...] os domínios discursivos produzem modelos de ação comunicativa que se estabilizam e se transmitem de geração para geração com propósitos e efeitos definidos e claros. Além disso, acarretam formas de ação, reflexão e avaliação social que determinam formatos textuais que em última instância desembocam na estabilização de gêneros textuais. E eles também organizam as relações de poder. (MARCUSCHI, 2008, p. 194).

Há várias práticas sociais que são desenvolvidas nos diversos domínios discursivos, sendo que estes atuam como reguladores de nossas ações comunicativas, o que dá origem a tipos relativamente estáveis de enunciados: os gêneros discursivos. Exemplo disso é o fato de termos um comportamento discursivo em situações cotidianas informais (conversa com amigos, familiares, colegas de trabalho, etc.) e outro quando precisamos nos apresentar em um evento acadêmico.

Grillo (2016) expõe que a constituição do conceito de esfera da comunicação discursiva se faz presente ao longo de toda a produção de Bakhtin e do “Círculo”. Segundo a autora, a posição assumida pelo “Círculo” foi construída assente nas reflexões acerca do formalismo russo e o marxismo, duas correntes teóricas da época. A autora destaca que, a partir do diálogo com o formalismo teórico, Bakhtin e o “Círculo” refutam a ideia dos estudos literários compreendidos a partir de um núcleo próprio, isento das influências das mudanças socioeconômicas e das outras esferas ideológicas, como a religião e a ciência.

Para o “Círculo”, todavia, a comunicação artística se insere em uma dada infraestrutura e ela compartilha com as outras instâncias sociais, conservando, além dessas outras instâncias, o seu caráter próprio. Dessa forma, uma produção artística tomada como um produto ideológico não se constitui como uma reprodução do real e

tampouco uma criação, “mas um modo próprio de refração da realidade social, segundo a lógica específica de cada esfera” (GRILLO, 2016, p. 147).

Já com o marxismo, a autora supracitada destaca que o “Círculo” desenvolve um diálogo mais consistente na obra *Marxismo e filosofia da linguagem* (2014) em que a esfera da comunicação discursiva é tomada como um grau específico de coerções. Estas dão origem às produções ideológicas, de acordo com a lógica específica de cada esfera/campo da comunicação humana, mas sem desconsiderar as influências de ordem socioeconômica. Nesse sentido, Bakhtin/Volochínov (2014) ultrapassam os limites fixados pela ortodoxia marxista da época, que vislumbrava uma abordagem determinista e mecanicista a respeito das influências de ordem socioeconômica comum sobre os artefatos ideológicos (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV 2014; GRILLO, 2016; RODRIGUES, 2001).

Bakhtin (2011), em seu texto dedicado ao estudo dos gêneros do discurso, retoma a noção de esfera/campo, afirmando que a dificuldade de sistematização dos gêneros é, dentre outras circunstâncias, devida ao fato de existir uma extensa diversidade e complexidade que envolvem as esferas/campos da atividade humana. Porém, o autor enfatiza a necessidade da noção de esfera/campo para a compreensão da constituição dos gêneros, de modo que, em consequência, haja uma classificação.

Marcuschi (2008), ao elaborar um quadro⁵ com o objetivo de sistematizar a distribuição dos gêneros orais e escritos nos domínios /discursivos correspondentes, constatou que muitos gêneros discursivos aparecem em domínios discursivos distintos. Outro ponto destacado pelo autor é o de alguns domínios discursivos que tendem a apresentar mais variedades de formas textuais em relação a outros.

Ao realizar esse agrupamento dos gêneros textuais por domínios discursivos e modalidades (oral e escrita), Marcuschi (2008) listou 12 domínios discursivos, sendo eles: institucional (científico, acadêmico e educacional), religioso, relativo à saúde, ao lazer, comercial, industrial, jurídico, publicitário, interpessoal, militar, ficcional e jornalístico.

⁵ Marcuschi (2008) deixa explícito que sua intenção, ao elaborar o quadro geral dos gêneros, agrupados por domínios discursivos e modalidades, não é a de ser definitiva e tampouco representativa, mas sim apresentar uma breve relação.

2.7 A esfera jornalística

Como exposto no tópico anterior, cada esfera discursiva é composta por seus gêneros, estes instituídos por características relativamente estáveis. Aqui iremos discorrer sobre a esfera jornalística, na qual se situa nosso objeto da pesquisa, tendo em vista que o estudo de gêneros dentro dos pressupostos bakhtinianos suscita a necessidade de se desenvolver uma análise para além do verbal, das condições sociodiscursivas e sócio-históricas.

Nesse sentido, Rodrigues (2001) assevera que:

Uma análise da natureza e da função de uma determinada esfera no conjunto da vida social deve ser pensada, seguindo a teoria bakhtiniana, também na sua relação dinâmica consigo mesma e com as outras esferas. Ou seja, no seu aspecto de consolidação sempre "em construção" (o não-acabamento) e na sua imbricação com as outras esferas sociais (não há interior, elas se constituem entre fronteiras). (RODRIGUES, 2001, p. 74, grifo da autora).

No que tange à esfera jornalística, há dificuldades em esboçar uma precisão conceitual sobre essa atividade, sendo uma das justificativas levantadas o fato de as pesquisas não conseguirem acompanhar as mudanças vertiginosas ocorridas dentro do próprio campo, pois os "gêneros jornalísticos não são estáticos. Ao contrário, possuem tendência híbrida e dialética", o que acarretou o desinteresse pelo seu estudo sistemático. (RÊGO; AMPHILO, 2010, p. 107).

Rodrigues (2001) sinaliza que a própria terminologia *jornalismo* limita a esfera jornalística aos seus meios de circulação e pré-produção, a esfera social se confunde com suas mídias. A autora atenta para o fato de que até mesmo as análises científicas dedicadas ao jornalismo estão sujeitas a cair nessa armadilha conceitual, que, por vezes, restringe a terminologia somente a elementos advindos da imprensa, por abordar apenas jornais e revistas.

Por conseguinte, o termo *imprensa* passou a compreender todo fenômeno da atividade jornalística, sendo, muitas vezes, denominado como *imprensa escrita* (para designar jornais e revistas) e *imprensa falada e televisiva* (as difundidas por meios eletrônicos como rádio e televisão)⁶. Em síntese, a expressão *esfera jornalística* não se limita a um suporte específico, o jornal, mas contempla diversos suportes.

⁶ Rodrigues (2001) frisa que não há consenso sobre a expressão "imprensa escrita", pois, para alguns, tal expressão consistiria em um pleonismo, crítica apontada pelo *Novo Manual da redação* (2000 apud RODRIGUES, 2001).

Rabaça e Barbosa (1987), na obra *Dicionário de comunicação*, definem *jornalismo* como uma:

[...] atividade profissional que tem por objetivo a apuração, o processamento e a transmissão periódica de **informações** da atualidade, para o grande público ou para determinados segmentos desse público, através de **veículos** de difusão coletiva (jornal, revista, rádio, televisão, cinema, etc.). Imprensa periódica. A informação jornalística difere da informação publicitária e de relações públicas, por seu conteúdo, pela finalidade de sua transmissão e pela exigência de **periodicidade**. Conforme o veículo utilizado na difusão de notícias, o jornalismo manifesta-se de diferentes formas. Mas todas essas formas (jornalismo impresso, telejornalismo, rádiojornalismo, cinejornalismo) possuem características semelhantes de tratamento da informação. (RABAÇA; BARBOSA, 1987, p. 346, grifos dos autores).

Já Rossi (1994) apresenta uma definição do que é jornalismo galgada em sua dimensão social:

Jornalismo, independentemente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes. Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra, acrescida, no caso da televisão, de imagens. Mas uma batalha nem por isso menos importante do ponto de vista político e social, o que justifica e explica as imensas verbas canalizadas por governos, partidos, empresários e entidades diversas para o que se convencionou chamar veículos de comunicação de massa. (ROSSI, 1994, p. 07).

Outra observação apontada por Rodrigues (2001) é o fato de que nem todos os gêneros que circulam em um jornal são, necessariamente, pertencentes à esfera jornalística, como é o caso dos anúncios publicitários, por exemplo. A autora sinaliza que a presença coercitiva de outros gêneros discursivos na esfera jornalística, como os pertencentes ao campo da publicidade, deve-se às influências das condições socioeconômicas que deram origem a essa nova área da comunicação social, a da publicidade.

O surgimento da esfera da publicidade e sua congruência com a jornalística ilustra a questão de como cada esfera da comunicação discursiva está suscetível às mudanças e transformações de ordem socioeconômica, refletindo e refratando a realidade dentro de uma lógica particular.

2.7.1 O jornal como suporte de gêneros

As terminologias *gêneros jornalísticos* e *esfera jornalística* não se restringem ao suporte jornal, até mesmo jornalismo impresso pode estar afixado em uma revista, por exemplo. Em suma, o jornalismo vai além do jornal, por abarcar outros suportes.

Partimos da proposição de que os jornais impressos, sejam eles diários ou semanais, são suportes de vários gêneros textuais. A designação “suporte de gêneros”, como pondera Marcuschi (2008), é, por vezes, substituída por “portadores de gêneros”, porém sem nenhuma diferença conceitual. Nesse sentido, o autor realiza a definição de suporte:

[...] entendemos aqui como suporte de um gênero um locus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação de um gênero materializado como texto. Pode-se dizer que suporte de um gênero é uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto. (MARCUSCHI, 2008, 174, grifos do autor).

Partindo dessa premissa, Marcuschi (2008) aponta três aspectos que compreendem o conceito de suporte de gêneros. O primeiro aspecto é o suporte enquanto lugar, seja físico ou virtual; o segundo constitui-se no fato de que todo o suporte possui um formato específico, como é o caso do jornal. Quanto ao terceiro e último aspecto do suporte, o autor enfatiza ser este a sua função básica, a de fixar o texto e torná-lo acessível às atividades comunicativas.

O autor citado divide os suportes de gêneros textuais em dois grandes grupos: incidentais e convencionais: os incidentais compreendem os que operam como suportes em situações eventuais ou ocasionais, pois toda superfície física pode eventualmente operar como suporte; é o caso, por exemplo, dos troncos de árvores, paredes, muros, portas de banheiro e até o corpo humano; os convencionais são aqueles suportes produzidos com o propósito de fixarem textos. Todavia, Marcuschi (2008) assinala que, nesse sentido, há controvérsias quanto à classificação dos suportes convencionais, pois há quem parta da discussão da natureza dos suportes, considerando apenas o aspecto mais genérico entre eles, a *folha de papel*.

Marcuschi (2008) mostra-se avesso a essa perspectiva de classificação, uma vez que afirma que a folha de papel não deve ser tomada como um suporte de forma universal, visto que, no caso de uma carta pessoal, ela equivaleria, entretanto, no caso

de um jornal, a *página* não é o suporte e sim o próprio jornal. Dessa forma, a partir dos apontamentos deste autor, tomamos, aqui, os jornais como um suporte convencional para diversos gêneros discursivos como: notícias, carta ao leitor, notas sociais, reportagens, história em quadrinhos, editoriais etc.

Maingueneau (2004) dedica um capítulo da obra *Análise de textos de comunicação* ao estudo dos suportes de gêneros textuais, denominado *Mídium e discurso*. O capítulo inicia com uma reflexão sobre o trato dado ao suporte dos gêneros até então e ressalta a necessidade de atribuir-se importância ao modo de “manifestação material” dos discursos, ou seja, ao seu suporte.

O autor destaca a necessidade de observar o modo de difusão desses gêneros: tela do computador e enunciados orais, por exemplo. Maingueneau (2004) salienta que havia o costume, principalmente nos estudos literários, de atribuir ao texto o sentido de sequências frasais dotadas de sentidos, sem considerar, para tal, seu *mídium*. Nesse sentido, o autor faz a seguinte observação:

Hoje, estamos cada vez mais conscientes de que o *mídium* não é um simples “meio” de transmissão do discurso, mas que ele imprime um certo aspecto a seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer. O *mídium* não é um simples “meio”, um instrumento para transportar uma mensagem estável; uma mudança importante do médium modifica o *conjunto de um gênero de discurso*. (MAINGUENEAU, 2004, p. 71-72, grifos do autor).

Assim, pode-se concluir que o *mídium* é um fator importante para os estudos dos gêneros do discurso, pois uma significativa mudança no *mídium* implicaria também uma mudança em termos de produção de gêneros. A esse respeito, Marcuschi (2008) pondera que é necessário considerar o fato de que um gênero se concretiza como tal na relação de elementos combinados no contexto de produção.

Na esfera jornalística, a palavra mídia é associada também ao meio de difusão, conforme a definem Rabaça e Barbosa (1987):

Mídia - Grafia aportuguesada da palavra *media*, conforme é pronunciada em inglês. Alguns dicionários preferem a forma *média*. *Media* é o plural de *medium* (palavra que significa “meio”). Designa os meios (ou o conjunto de meios) de comunicação: jornais, revistas, tv, rádio, cinema etc.). (RABAÇA; BARBOSA, 1987, p. 401, grifos dos autores)

A palavra mídia, segundo a definição dos autores, denota meios de comunicação em massa, podendo haver variações gráficas mesmo dentro do campo discurso jornalístico.

Raymond Williams, em *Cultura e materialismo* (2011), assevera que os meios de comunicação, de maneira geral, são sempre social e materialmente produzidos e, indiscutivelmente, reproduzidos. Entretanto, estes não se caracterizam por serem simplesmente formas, mas meios de produção. Pois, como explica o autor:

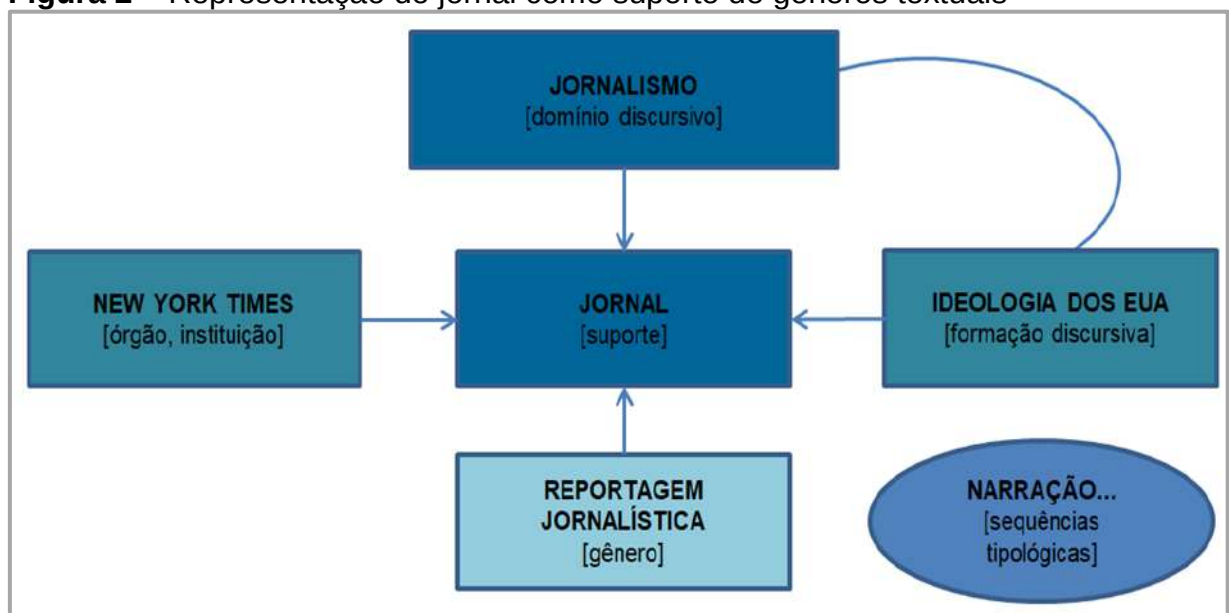
[...] a comunicação e seus meios materiais são intrínsecos a todas as formas distintamente humanas de trabalho e de organização social, constituindo-se assim em elementos indispensáveis tanto para as forças produtivas quanto para as relações sociais de produção. (WILLIAMS, 2011, p. 69).

Dessa forma, os meios de comunicação são tomados pelo autor a partir de uma percepção que os projeta para além dos objetivos do campo ideológico, são estes compreendidos como produtos e como meios de produção, que estão intrinsicamente sujeitos ao desenvolvimento histórico.

Os gêneros jornalísticos, que circulam em diferentes meios de comunicação, assim como os demais, são constituídos por uma ou várias sequências tipológicas e são produzidos em um domínio discursivo específico situado dentro de uma esfera de formação discursiva. (MARCUSCHI, 2008).

O organograma (Figura 2) a seguir exemplifica esses aspectos:

Figura 2 – Representação do jornal como suporte de gêneros textuais



Fonte: adaptado de Marcuschi (2008, p. 177).

Para Bonini (2011), os estudos sobre os gêneros jornalísticos são de grande relevância social, assim como o estudo dos outros gêneros constituintes das manifestações da comunicação de massa. O autor ressalta que as pesquisas desse tipo proporcionam elementos necessários não apenas para a formação e atuação de profissionais de áreas específicas, como jornalistas e professores de língua, por exemplo, eles oferecem subsídios também para a educação quanto à formação de sujeitos críticos e com habilidades necessárias no trato dessas manifestações, pois a sociedade, em geral, é por elas afetada.

Nesse sentido, Cunha (2010) lembra que, nos últimos 20 anos, os gêneros da mídia têm sido objeto de estudo sob diferentes enfoques, de acordo com o instrumento teórico utilizado.

2.7.2 Os gêneros *artigo de opinião* e *editorial* sob uma perspectiva dialógica

Os textos selecionados na presente pesquisa pertencem ao gênero discursivo **artigo de opinião** e **editorial**, que, diferentemente da notícia – que se ocupa de narrativas sobre um determinado fato –, são predominantemente argumentativos. Striquer e Oliveira (2017) destacam que a intenção de quem produz um artigo de opinião é:

[...] expor, defender, discutir um determinado assunto polêmico para a sociedade ou uma parcela dela ou/e, principalmente, convencer, influenciar o interlocutor para que ele pense como o autor, para que ele mude os valores que tem. Para cumprir com essa intenção comunicativa, o autor deve apresentar argumentos consistentes. (STRIQUER; OLIVEIRA, 2017, p. 130).

Em suma, o articulista, como é chamado o autor desse tipo de gênero textual, discorrerá sobre um determinado tema, dispondo de elementos persuasivos para alcançar seu objetivo comunicativo, ou seja, convencer o seu interlocutor.

Como anteriormente exposto, os gêneros **artigo de opinião** e **editorial** possuem a predominância das sequências tipológicas argumentativas, porém, de acordo com Striquer e Oliveira (2017), o primeiro pode ser composto também por sequências narrativas, explicativas e descritivas. Ainda nesse sentido, Adam (2011 apud STRIQUER; OLIVEIRA, 2017) define a sequência argumentativa como o resultado da composição dos seguintes elementos: exposição da tese inicial;

sustentação da tese a partir de argumentos persuasivos; restrição (a partir da elaboração de argumentos que contrapõem a tese em questão); e, por fim, a conclusão.

Striquer e Oliveira (2017) destacam que o articulista geralmente é uma pessoa que apresenta autoridade socialmente legitimada sobre o assunto a ser discutido e, ao assumir a autoria do texto, toma para si toda e qualquer responsabilidade perante o artigo, isentando, assim, o veículo de comunicação de quaisquer conflitos que envolvam interesses. Ainda para as autoras, o artigo de opinião difere do gênero **editorial**, pois neste não ocorre a exposição da autoria do texto e, dessa forma, é o jornal que detém toda a responsabilidade pelo conteúdo exposto.

Retomando o conceito bakhtiniano de dialogismo, não se trata, portanto, de “diálogo” em uma acepção restritiva, como simplesmente a situação de conversação face a face; qualquer discurso humano compreende uma rede complexa de muitos enunciados.

Nesse sentido, Bakhtin (2011) refere-se à natureza dialógica da linguagem:

Não existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites). Nem os sentidos *do passado*, isto é, nascidos no diálogo dos séculos passados, podem jamais ser estáveis (concluídos, acabados de uma vez por todas): eles sempre irão mudar (renovando-se) no processo de desenvolvimento subsequente, futuro do diálogo. [...] Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação. Questão do grande tempo. (BAKHTIN, 2011, p. 410, grifos do autor).

O excerto acima exprime, segundo Sobral (2009), uma das mais abrangentes exposições da “concepção dialógica da linguagem”. O autor destaca que essa concepção dialógica se institui como tal ao compreender que a linguagem, e consequentemente, os discursos, têm seus sentidos constituídos pela intersubjetividade na interação verbal, em situações concretas de linguagem. O autor afirma que a intersubjetividade, dentro dessa perspectiva, é compreendida tanto em termos psíquicos quanto em termos históricos e sociais.

Cunha (2010), em seu texto sobre o funcionamento dialógico da linguagem em notícias e artigos de opinião, esclarece que o termo “dialogismo” é carregado de múltiplos sentidos e que, por vezes, foi traduzido como intertextualidade; o que tem provocado, segundo o autor, certo conflito entre os conceitos. O próprio conceito de

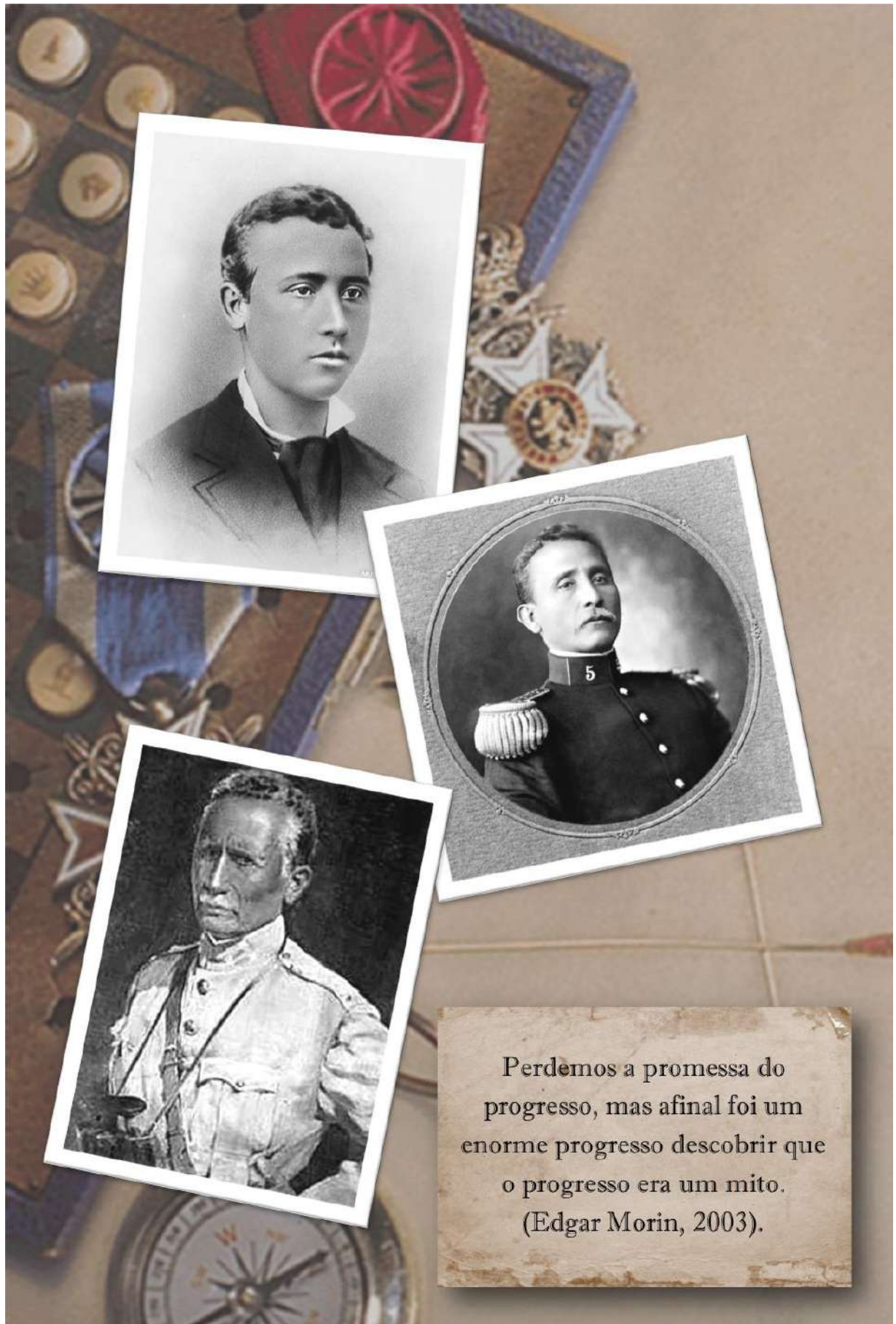
intertextualidade também já foi utilizado por vários autores para designar a questão da inserção de outras vozes no texto, sob a forma de paráfrase, citação, alusão, entre outras. O autor salienta que esse mesmo fenômeno também é denominado discurso reportado ou polifonia.

Ao tomarmos os gêneros artigo de opinião e editorial, inerentes ao domínio discursivo jornalístico, como gêneros polifônicos e considerando seu aspecto dialógico, é possível caracterizá-los, bem como analisarmos a imprensa com um olhar crítico. A esse respeito, Cunha (2010) assegura que:

[...] é por meio das formas marcadas e não das marcas de dialogismo que percebemos a posição e os pontos de vista do enunciador do discurso atual, o grau de distância ou de adesão aos discursos dos enunciados citados ou mencionados, e os lugares ocupados por eles. (CUNHA, 2010, p. 179).

Por meio das formas marcadas no gênero artigo de opinião e no editorial, é possível observar as vozes de outrem no enunciado e a relação de afastamento e aproximação dessas vozes com o enunciador no contexto de produção. Vale aqui ressaltar que estudo dos gêneros textuais citados anteriormente não se atém única e exclusivamente a uma abordagem descritiva do gênero, o que seria contraditório dentro de uma abordagem pautada nos pressupostos da dialógica bakhtiniana.

Cunha (2010) destaca que a perspectiva formulada por Bakhtin e seguida por outros estudiosos, como Authier-Revuz (2001 apud CUNHA, 2010), possibilita uma análise da relação entre o discurso de outrem e o contexto onde ele surge. Segundo a autora, é possível compreender as posições dos sujeitos, quem são seus aliados e seus adversários discursivos, entre outros fatores.



3 RONDON: O PERSONAGEM HISTÓRICO E SUA TRAJETÓRIA

Este capítulo tem como objetivo central destacar os principais episódios ocorridos na biografia de Rondon, no período que compreende sua infância, formação escolar e militar, até os idos de 1920. Fizemos este recorte tendo em vista a análise de excertos do jornal católico mato-grossense *A Cruz: órgão da Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso* referentes ao período de 1910 a 1920. Gostaríamos de narrar o percurso do militar até o fim de sua vida, contudo, isto extrapolaria muito os limites de nossa pesquisa.

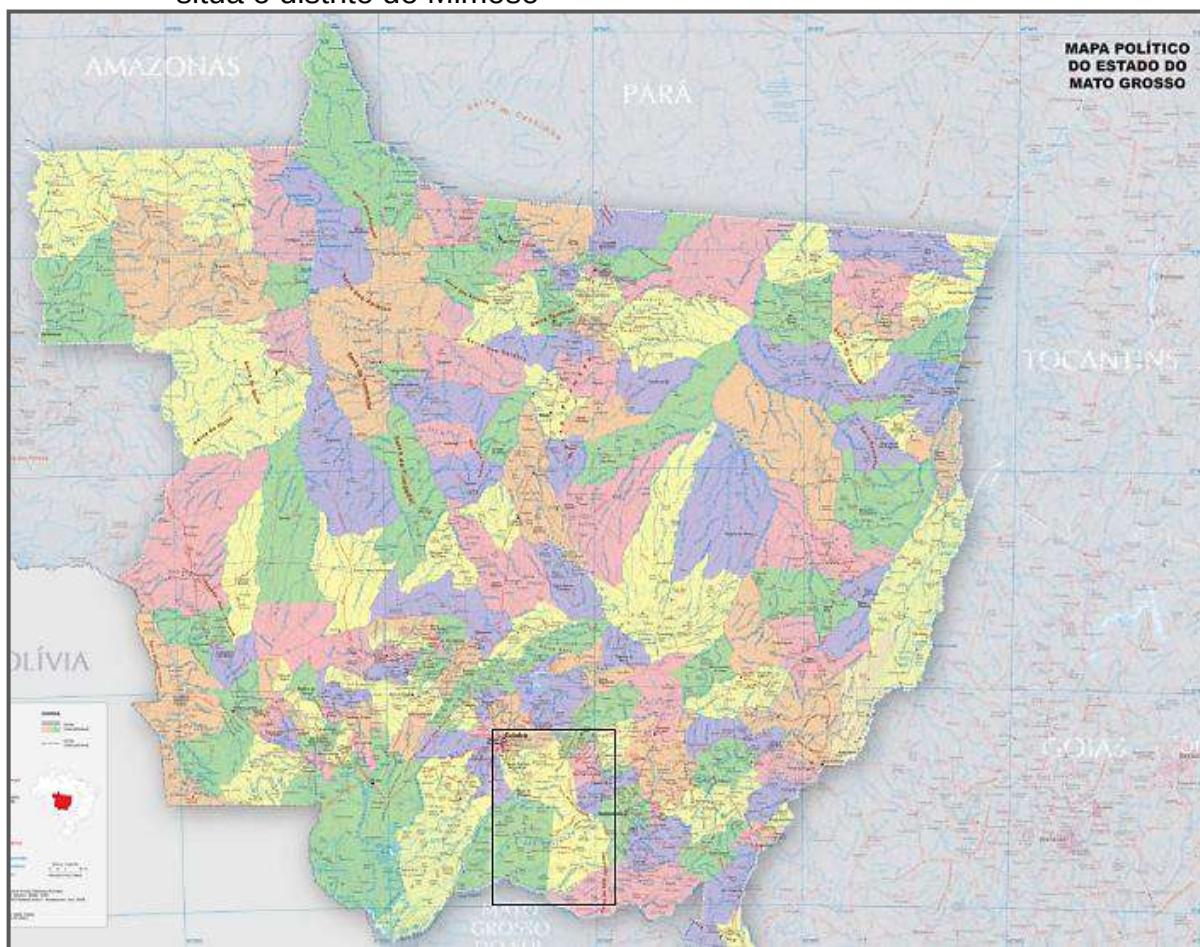
Dessa forma, atentamo-nos para o contexto histórico da época, de forma a distanciar nosso olhar de uma aceção polarizadora, que o descreve ora como herói, ora como anti-herói. Nesse movimento exotópico, de distanciamento e enquadramento do objeto, procuramos manter uma postura mais aproximada do conceito de polifonia, a fim de dar espaço às vozes sociais que emergiram e emergem a respeito de Rondon e dos trabalhos atribuídos à Comissão Rondon.

3.1 Rondon: infância e juventude em Mato Grosso

Cândido Mariano da Silva, filho de Claudina de Freitas Evangelista e Cândido Mariano da Silva, do qual herdara o nome, é natural do distrito de Mimoso, pertencente ao município de Santo Antônio do Leverger, da então província de Mato Grosso (Figura 3, p. 58). Nascido em 05 de maio de 1865, não chegou a conhecer seu pai, falecido antes mesmo de seu nascimento e, com dois anos e meio de vida, também ficou órfão de mãe, permanecendo aos cuidados de seu avô materno, em Mimoso, até os sete anos de idade. Seu tio, Manoel Rodrigues da Silva, atendendo ao pedido feito pelo irmão, pouco antes do seu falecimento, buscou o sobrinho para estudar em Cuiabá, onde morava e mantinha um pequeno comércio (VIVEIROS, 1969⁷).

⁷ Ester de Viveiros é a autora escolhida por Rondon para redigir sua “biografia oficial”, contribuindo para isso, segundo Maciel (1998), o fato de conhecer Rondon desde 1917; coadunar com as mesmas aspirações positivistas; ter prestado serviços de assistência social no Rio de Janeiro e possuir trabalhos publicados com temática conservadora voltados à mulher, ao casamento e ao amor.

Figura 3 – Localização do município de Santo Antônio do Leverger (MT), onde se situa o distrito de Mimoso

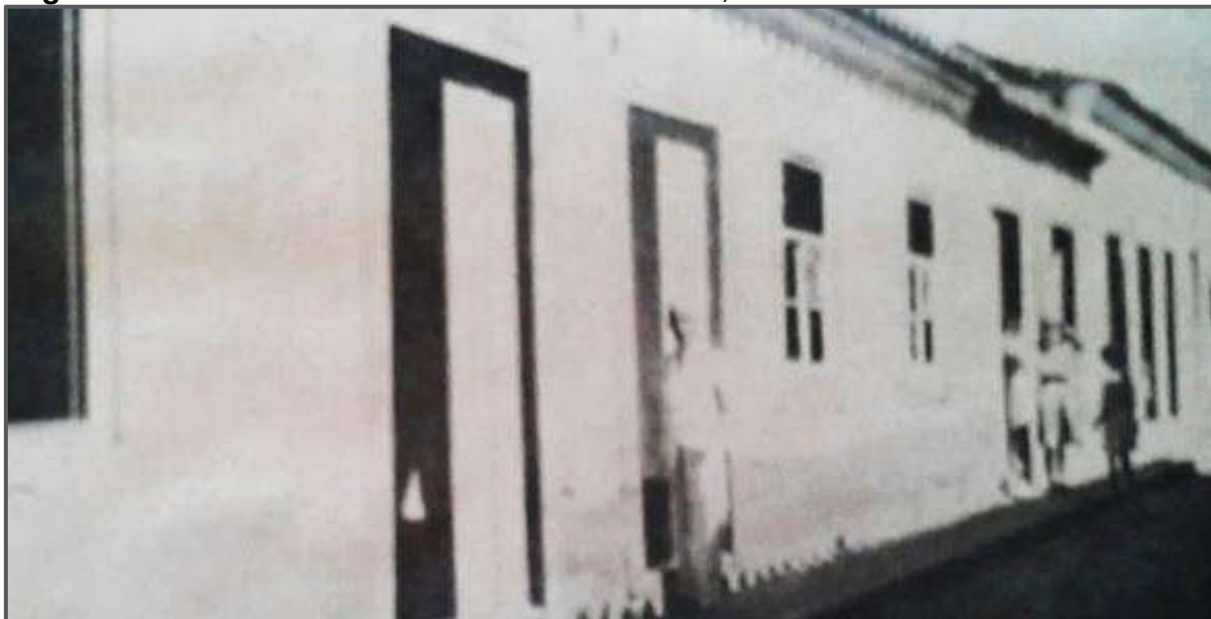


Fonte: IBGE, 2010⁸.

No texto de Viveiros (1969), Rondon conta que permaneceu até completar o curso normal no colégio Liceu Cuiabano e, mais tarde, considerou esse período de sua vida como solitário e triste, pois, após dois anos de sua ida para Cuiabá, seu tio ficara viúvo e, como possuía um pequeno ciclo de amizades, a convivência de seu pupilo limitava-se aos poucos amigos e parentes do tio e colegas de escola. Enfim, suas atividades diárias, nessa fase, resumiam-se em ajudar o tio no comércio e dedicar-se aos estudos. Na figura 4 (p. 59), vemos a casa onde Rondon passou parte da infância e juventude, em Cuiabá.

⁸ Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/vamoscontar2010/mapas/matogrosso.jpg> Acesso em: 12 mai. 2018.

Figura 4 – Casa onde Rondon morou com seu tio, em Cuiabá



Fonte: Viveiros, 1969.

Ao término do curso normal no Liceu Cuiabano, em 1881, aos 16 anos (Figura 5), conforme Viveiros (1969), Rondon expõe ao tio o desejo de mudar-se para o Rio de Janeiro a fim de ingressar na Escola Militar, inspirado, contou ele, nas resoluções dos colegas do Liceu, o que agradou ao tio, que se considerava incapaz de manter o sobrinho em terras distantes e temia as dificuldades que este enfrentaria como soldado.

Figura 5 – Rondon aos 16 anos (1878)



Fonte: Museu do Índio/Funai⁹.

⁹ Disponível em: <http://www.projetomemoria.art.br/rondon/vida-rondon-uma-vida-para-servir.jsp> Acesso em: 06 jun. 2018.

Manoel Rodrigues, aflito com essas possíveis dificuldades e aconselhado por um amigo, o Dr. Malhado (médico e professor de Pedagogia na Escola Normal), propõe a Cândido adotá-lo, para que, na condição de filho de um Capitão da Guarda Nacional, iniciasse sua carreira não como soldado, mas sim como cadete, com a apresentação, também, de uma carta de recomendação dada pelo seu amigo médico. Entretanto, a reação do sobrinho não foi a esperada. Cândido não aceitou a proposta do tio, disse que, se não fosse para encaminhar-se sozinho, renunciaria a seus projetos e seria um vaqueiro. Para não desapontar Dr. Malhado, disse ao tio que recebesse a carta de recomendação, porém, inutilizou-a (VIVEIROS, 1969).

Rondon, ao narrar sua biografia, esclarece que seu tio, Manoel Rodrigues da Silva, tinha um homônimo delituoso, cujas falcatuas eram frequentemente noticiadas nos jornais e, para evitar problemas futuros, decide então acrescentar ao seu nome o apelido de sua mãe, Rondon. Cândido, então, passou a utilizar o sobrenome Rondon ao formar-se, com a permissão do Ministro da Guerra, como forma de homenagear o tio que quisera ser seu pai, assinando, a partir de então, Cândido Mariano da Silva Rondon.

3.2 O início da carreira militar

A carreira militar de Rondon inicia-se logo após o término do curso no Liceu Cuiabano, assentando praça como soldado do 3º Regimento de Artilharia a cavalo em 1881, no Quartel do antigo acampamento Couto de Magalhães, com destino à Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Ao chegar ao seu destino, Cândido Mariano inicia a instrução de recruta no 2º Regimento de Artilharia, na 4ª bateria do Regimento sob o comando do então Capitão Hermes da Fonseca. Devido à constatação do preparo acima das atribuições que o cargo exigia, logo Rondon ocupa a função de amanuense (escrevente) da secretaria do Regimento, por possuir uma boa letra (VIVEIROS, 1969, p. 31).

Ao narrar sua trajetória militar à Viveiros (1969), Rondon destaca que o sonho de ingressar na Escola Militar da Praia Vermelha teve de ser adiado, pois os exames do Liceu Cuiabano não eram válidos nas Escolas Superiores do Rio e, conseqüentemente, não foi possível a sua matrícula imediata na escola militar em 1882. Diferentemente dos demais colegas vindos de Cuiabá ao Rio de Janeiro com o mesmo propósito, Rondon não desistira de seu objetivo, matriculando-se no curso

preparatório com duração de três anos. No entanto, cursou apenas o primeiro ano e solicitou exame vago dos 2º e 3º anos e obteve êxito em todas as avaliações¹⁰, uma façanha até então inédita na Escola Militar, cujo rigor era incontestável. Em 1884, habilitou-se à matrícula no almejado curso superior.

Cândido Mariano com frequência dava guarda no palácio do Imperador, além de desempenhar a função de amanuense e, nas horas de descanso, afastava-se do convívio dos soldados, preferindo ficar reservado. Como soldado da Escola Militar, Rondon participou de forma ativa dos movimentos cívicos: a libertação dos escravos em 1888 e, em 1889, do movimento de Proclamação da República, ao lado do então Ten. Cel. Benjamin Constant Botelho de Magalhães, um personagem que, segundo o próprio Rondon, foi um dos homens mais influentes em sua vida (VIVEIROS, 1969).

Sá (2009), em sua tese de doutoramento: *Rondon: o agente público e político*, reconstitui as principais atuações de Rondon como agente público no sertão. A autora assinala que, em 8 de janeiro de 1890, Cândido Mariano desliga-se da Escola Superior de Guerra, ocasião em que recebe a titulação de Engenheiro Militar e o diploma de Bacharel em Matemática e Ciências Físicas e Naturais. Pouco tempo depois, foi promovido a 2º Tenente de Artilharia e, logo em seguida, elevado a 1º Tenente de Estado Maior de 1ª classe. É nessa ocasião, informa a autora, que Cândido Mariano acrescenta Rondon ao seu nome, como forma de homenagear o tio Manoel da Silva Rondon.

3.3 A Comissão Construtora das Linhas Telegráficas

O capitalismo, no final do século XIX, se encontrava em sua fase monopolista, o que, segundo Bigio (2000), ocasionou uma série de mudanças no cenário econômico das sociedades. Segundo o autor, o Brasil, aos poucos, se inseriu nessa nova ordem, o que provoca não apenas transformações sobre a economia do país como também alcança o cenário político, tendo como ponto culminante a Proclamação da República, em 1889.

Desde o período monárquico, o governo brasileiro já esboçava planos de estender as comunicações telegráficas da Corte até a então capital brasileira mais ocidental, Cuiabá.

Nesse sentido, Oliveira e Freire (2006) asseveram que:

¹⁰ Ocasão em que conheceu o Professor Xavier, que viria a tornar-se seu sogro.

Após a guerra do Paraguai (1865-1870), o governo imperial brasileiro adotou uma série de medidas para a defesa e a ocupação da vasta região amazônica, principalmente a fronteira oeste do país, considerada a mais vulnerável. Para controlar o território, o governo iniciou o desbravamento da região, instalando postos militares e criando vilas e povoados, de forma a incentivar as atividades econômicas locais. Isto se deu a partir da instalação de linhas telegráficas que ligariam os centros urbanos às regiões remotas de Mato Grosso. Os trabalhos, iniciados no final do regime imperial, tiveram sequência com a República (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 107).

Portanto, a instalação das linhas telegráficas (Figura 6) surgiu da necessidade da ocupação e da defesa dos territórios desocupados e próximos às áreas fronteiriças do Brasil. Sobre essa questão, Rondon (1920 apud MACIEL, 1998, p. 97-98) enfatiza que os sertões de Mato Grosso, durante 67 anos, foram lembrados pelo Império apenas “como terrenos para estudos de sábios estrangeiros, que andavam à cata de assuntos sensacionais para livros e de objetos exóticos para Museus”.

Figura 6 – Estações telegráficas



Fonte: Freire (2009, p. 53-54)

Com a autorização do Congresso, em 1891, a Comissão Construtora da Linha Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia se constituiu na primeira comissão criada pela recente República para adentrar os sertões, chefiada pelo Major Antônio Gomes Carneiro. Cândido Mariano da Silva Rondon integrou a comissão, retornando a sua terra natal oito anos após a saída, com a atribuição de efetuar os levantamentos topográficos da linha já construída, além de definir as coordenadas geográficas dos pontos considerados mais importantes (BIGIO, 2000; VIVEIROS, 1969).

Pouco tempo depois de assumir suas atribuições junto à Comissão, Rondon, por indicação de Benjamin Constant, é nomeado ao cargo vitalício na 1ª seção da Escola Militar. Mas, atendendo ao pedido de Gomes Carneiro e, com a aprovação do Ministro da Guerra, permanece na execução das atribuições a que fora anteriormente designado.

Os trabalhos da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia (1890–1891) foram realizados com muitos empecilhos, posteriormente descritos por Rondon e registrados por Viveiros (1969). Dentre os obstáculos oferecidos pelo sertão, a escassez de alimento era o que mais acometia os membros da Comissão. Segundo descreve Rondon a Viveiros (1969), alguns oficiais também contraíam doenças durante a construção das Linhas Telegráficas, fazendo com que Rondon, além do cargo ao qual fora encarregado, tivesse de acumular as funções de Ajudante encarregado do serviço topográfico, o de pagador da Comissão e o de Comandante do contingente (Figura 7).

Figura 7 – Rondon e um ajudante realizando trabalhos topográficos



Fonte: Freire (2009, p. 22).

Rondon retornou em julho de 1891 ao Rio de Janeiro para assumir o cargo, por ele almejado, junto à Escola Militar da Praia Vermelha, cumprindo a portaria do Ministro da Guerra, de 4 de março de 1891, cargo indicado por Benjamin Constant. Quando era noivo de Francisca Xavier, que logo se tornaria sua esposa, Rondon planejava o futuro na “remansosa” vida que lhe proporcionaria a função de professor, que sentia como verdadeira vocação, e na convivência com a família que seria fundada.

No entanto, Rondon permaneceu um curto período em seu novo cargo, de 1892 a 1898, por indicação de Gomes Carneiro e passou a atender a dois Ministérios, o da Viação – como chefe de distrito telegráfico – e da Guerra – como inspetor-geral dos destacamentos do território onde passavam as linhas telegráficas (VIVEIROS, 1969).

Para assumir o novo posto de chefe do 16º Distrito telegráfico de Mato Grosso, foi necessário que Rondon fosse rebaixado do cargo de major em comissão, requerendo ao Ministro da Guerra que, primariamente, indeferiu o requerimento. Após insistência de Rondon, foi a ele concedida a permissão, o que encerrou sua breve carreira de professor.

Além do desígnio da reconstrução das linhas telegráficas (substituindo os fios de cobre que possuíam a medida de 2,5 mm de diâmetro, facilmente danificados pelos frequentes temporais, sendo as interrupções quase semanais), Cândido Rondon foi encarregado de comandar a construção da estrada estratégica. Isso porque havia a necessidade de preparar um caminho de Goiás a Cuiabá para o possível envio de tropas terrestres, devido às relações entre o Brasil e Argentina terem se tornado tensas. Destarte, Rondon ficou encarregado da construção da estrada estratégica do trecho entre Cuiabá e o Araguaia (VIVEIROS, 1969; GUERRA, 1965).

A figura 8 (p. 65) ilustra o avanço deste trabalho sobre a floresta.

Figura 8 – Comissão Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia (1890)



Fonte: Lasmar (2011, p. 75)

Quanto ao seu chefe e amigo, Gomes Carneiro, fora enviado por Floriano Peixoto ao Rio Grande do Sul com o objetivo de defesa da República no combate aos revoltosos da chamada Revolução Federalista que lá estavam reunidos. Ao organizar suas forças no Paraná, foi surpreendido pelos rebeldes, que foram ao seu encontro na Lapa, no episódio que ficou conhecido como *O Cerco da Lapa*, e, mesmo ferido, prosseguiu no comando até vir a óbito dois dias depois, em nove de fevereiro de 1894, sendo promovido a general após sua morte (VIVEIROS, 1969; GUERRA, 1965; MOCELLIN, 2014).

Rondon relata a Viveiros (1969) episódios em que teve de utilizar o chamado “processo do Conde de Lipe”¹¹ contra os soldados, em dois momentos distintos. A primeira ocorrência descrita por Rondon refere-se a uma ocasião em que teve de se ausentar de seu posto, passando a chefia da Comissão ao comandante do

¹¹ Conde de Lippe foi um militar alemão de grande notoriedade em sua época, atribuiu-se a ele a reorganização das tropas portuguesas e a legislação militar de Portugal, em 1763. Aqui no Brasil, a designação “Conde de Lipe” referia-se ao código, inspirado na postura do militar português, considerado draconiano devido à severidade com que as punições eram dadas, como procedimentos de disciplina, mantendo-se em vigor até 1828. No Brasil, as punições com castigos físicos cometidos pelo exército e marinha foram proibidas a partir do Decreto nº 5.884, de 8/3/1875, prevista no Regulamento Disciplinar. Entretanto, tais “procedimentos disciplinares” ainda estavam presentes na vida militar, mesmo após sua proibição, até o início do século XX (MACIEL, 1998, p. 125).

contingente, dois meses após o nascimento de seu segundo filho, ocasião em que deslocou sua família para o Rio de Janeiro.

Ainda no dia de sua partida, com as bagagens já a bordo, recebeu um telefonema comunicando que os soldados da comissão se haviam rebelado e, após expulsarem os oficiais, entregaram-se, em sua maioria, à embriaguez. Diante da notícia, Cândido Mariano não hesitou em retornar e ordenou ao corneteiro da Comissão que tocasse a corneta para reunir os rebelados. E assim foi feito: após retornarem, os soldados foram severamente advertidos e, em forma, foram vergastados. Rondon relatou ter sido forçado a recorrer ao processo do Conde de Lipe e que lhe doía profundamente tal recurso. Refletia, pois, sobre o fato de que eram enviados, em geral, para o trabalho na Comissão, homens tidos como indisciplinados, ainda na fase da obediência forçada.

A outra ocasião em que teve de recorrer aos castigos físicos, também relatados pelo próprio Rondon a Viveiros (1969), foi ao voltar do Rio de Janeiro, após ter acomodado sua família. Quando retornou à Comissão, tomou ciência de que fora necessária a vinda de reforço com oficiais da guarnição para restabelecer a ordem. Mesmo a rebelião sendo controlada antes de seu retorno, Rondon revelou que se formou, então, um motim, com o intuito de executá-lo – e aos outros oficiais – no instante do pagamento e subtrai o cofre do contingente.

Porém, a tentativa foi frustrada, pois 20 dos praças envolvidos no plano desistiram e fugiram, confessando a um sargento as intenções do grupo, antes de empreenderem fuga. Sob as ordens de Rondon, foram organizados dois contingentes que partiram à captura e, ao fazê-lo, os tidos “menos culpados” foram desligados e recolhidos ao batalhão. Todavia, o líder do grupo não teve o mesmo tratamento e permaneceu por uma semana amarrado ao pau da bandeira, frente à barraca de Rondon para “meditar sobre a sinistra ideia de o querer assassinar”. Rondon não permitiu que ficasse junto à Comissão, exigiu que se recolhesse ao batalhão e que lá oferecesse provas de sua regeneração (VIVEIROS, 1969, p. 111).

As atitudes tomadas por Cândido Rondon chegaram ao conhecimento do Capitão Távora, comandante do 8º Batalhão de Infantaria que, por meio de ofício, manifestou-se contra as medidas punitivas adotadas por Rondon. Tal repreensão não fora bem recebida pelo ele, que entendia se tratar de um ofício de um capitão para outro, com a mesma patente: “Aliás, em boa ética, deveria o Capitão Távora ter-se

dirigido ao Capitão Chefe da Comissão Telegráfica, por intermédio do Comandante do Distrito Militar e da Diretoria de Engenharia”. (VIVEIROS, 1969, p. 112).

Em Viveiros (1969), Rondon narra que nesse período em que esteve à frente da Comissão, além das inspeções periódicas ao longo da linha, realizava também excursões extraordinárias no sertão mato-grossense, com intuito de colher dados para trabalhos futuros, pois almejava cortar de linhas telegráficas o seu estado natal. Todavia, essa postura provocou um atrito com o engenheiro alemão Dr. Waiss, então Diretor Técnico da Repartição Geral dos Telégrafos que, por meio de um telegrama, demonstrou sua desaprovação quanto a essa atitude de Rondon. Entretanto, a resposta de Rondon ocorreu em desacordo com a observação feita pelo Dr. Waiss, ao rebater que tinha condições de decidir sobre as modificações do projeto e de aplicá-las no serviço.

Ao término dos trabalhos, em 1898, Rondon fora consultado pelo diretor dos Telégrafos sobre o interesse de prosseguir com seu cargo de chefe do 16º distrito telegráfico pelo Ministério da Viação. Devido à divergência entre ele e o diretor técnico, Dr. Waiss, decide, então, desligar-se simultaneamente, solicitando ao Ministro da Guerra e ao da Viação que o dispensassem das atribuições.

Os domingos eram os dias de descanso da Comissão. Rondon dedicava-se à leitura dominical do “Catecismo Positivista”, ocasião em que, no Templo, seus companheiros de crenças assistiam à explicação proferida por ele. Alguns telegrafistas da Comissão demonstraram interesse pela Doutrina e, durante todo o período da empreitada, aos domingos, Rondon compartilhava a leitura com as explicações tidas como necessárias para a compreensão dos que ali estavam. Tais leituras, lembrou, contribuíram para a consolidação de suas crenças e, em 1898, ao retornar ao Rio de Janeiro, solicitou sua admissão na Igreja Positivista (VIVEIROS, 1969).

Segundo consta em Viveiros (1969), durante o período de 1899 a 1900, Rondon exerceu o cargo de Auxiliar Técnico da Intendência Geral da Guerra sob a direção do então General Francisco de Paula Argôlo. Compreendia esta uma comissão temporária entre a 2ª e a 3ª fases da exploração em território mato-grossense. Com o objetivo de cuidar da saúde da esposa, que se apresentava debilitada, Rondon se muda com a família para Buarque de Macedo, em uma casa alugada, próximo à fazenda de um amigo da família, onde conclui uma planta que há tempos era

planejada. Retorna, então, ao Rio de Janeiro e apresenta-se ao Gen. Argôlo, para retomar suas funções, após sua estadia de 100 dias em Buarque de Macedo.

Como descreve Rondon, havia, naquele momento, a necessidade de o Governo ligar a então capital da República às fronteiras de Mato Grosso com o Paraguai e a Bolívia, restabelecendo a Comissão Cuiabá-Corumbá, o que tornaria o estado mato-grossense apto, se necessário, para a defesa do país. Pelo fato de ter prestado serviços como ajudante do Ten. Cel. Antônio Ernesto Gomes Carneiro e sendo por ele indicado para a reconstrução da linha Cuiabá-Araguaia, foi Rondon o nome lembrado para chefiar a nova Comissão, que perdurou de 1900 a 1906, período em que se deu a conclusão de 16 estações telegráficas e a construção de 1667 km de linhas telegráficas (BIGIO, 2000; MACIEL, 1998).

Foi nessa época que Rondon contou com o trabalho de um grupo de índios Bororo¹² na construção das linhas telegráficas, pois, dos 81 praças que haviam iniciado os trabalhos na Comissão, restaram apenas 30, devido a deserções, ocorrências de impaludismo¹³ e polinevrite, que resultaram em fatalidades. Cândido Rondon solicitou o auxílio dos índios Bororo quando estes vieram para uma habitual visita e assistir à inauguração da Estação de Itiquira. O pagamento aos índios era feito por meio de “valiosos presentes para esses bons amigos” (VIVEIROS, 1969, p. 131).

¹² Rondon ganhara a confiança desse grupo indígena durante a reconstrução da linha que se estendia de Cuiabá até o Araguaia, ocasião em que também aprendeu a sua língua, a língua do Boe (VIVEIROS, 1969, p. 129).

¹³ Conhecida também como malária, que pode ser provocada por organismos simples como os protozoários, presentes no mosquito barbeiro, e em seres multicelulares mais desenvolvidos, como os vermes. (TANOS et al, 2008).

Figura 9 – Índios Bororo que trabalharam na construção das linhas telegráficas



Fonte: Freire (2009, p. 21).

Sobre a questão do uso da mão de obra dos povos indígenas, Bigio (2000) destaca que esse foi um traço particular nos trabalhos referentes à instalação das linhas telegráficas e, ainda, que enquanto Rondon esteve sob o comando dos trabalhos da Comissão, do SPI e da Inspetoria de Fronteiras do Ministério da Guerra, foi estabelecida uma política simultaneamente assistencialista e tutelar em relação aos indígenas, inserindo-os, assim, no trabalho do mundo civilizado (Figura 10, p. 70).

Figura 10 – Rondon distribuindo brindes aos índios Paresi

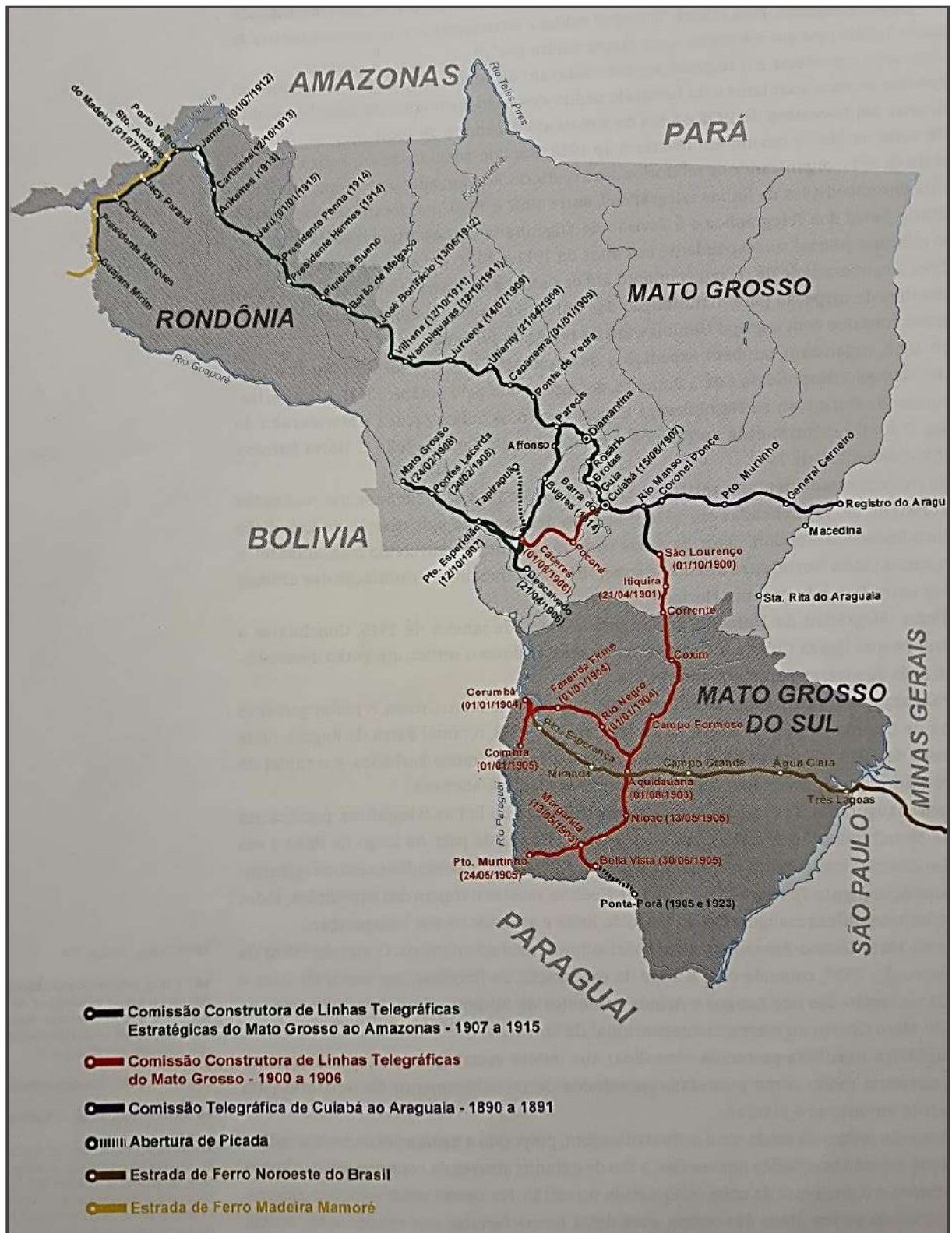


Fonte: Lasmar (2011, p. 212).

Conforme afirma Bigio (2000), primeiramente Rondon contou com o trabalho dos índios Bororo na Comissão, alegando a perda de soldados em decorrência de doenças, e, posteriormente, os povos indígenas Paresi também foram incorporados como mão de obra na manutenção de vários trechos que compunham as linhas telegráficas.

Durante os anos de 1907 a 1915, Rondon foi encarregado de comandar o projeto de implantação das linhas telegráficas no noroeste do país, denominado Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA), que se estenderia até o Amazonas, paralelamente à construção da ferrovia Madeira-Mamoré, conforme mostra o mapa abaixo (Figura 11, p. 71). Esta comissão foi responsável pela construção de cerca de 4500 km de linhas telegráficas e de 55 estações telegráficas, além de realizar o reconhecimento geográfico de aproximadamente 600 km lineares (CARDOSO, 2010; VIVEIROS, 1969; MACIEL, 1998).

Figura 11 – Mapa com o traçado das linhas telegráficas das expedições de 1890-1891, 1900-1906 e 1907-1915



Fonte: Lasmar (2011, p. 48).

Cardoso (2010) esclarece que eram objetivos centrais da CLTEMTA: a construção de linhas e de estações telegráficas, o serviço de inspeção das fronteiras

do Brasil, ao mesmo tempo em que eram feitos reconhecimentos sistemáticos de dados geográficos e topográficos, o reconhecimento da fauna e da flora, um levantamento da climatologia, da mineralogia, da geologia e estudos de caráter etnográfico.

Enquanto Rondon esteve à frente da CLTEMTA, houve a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), projeto idealizado por ele próprio, que foi instituído pelo então Presidente da República, Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 8.072. O SPILTN (em 1918 transformado em Serviço de Proteção ao Índio, SPI) teve por objetivo fundante a racionalização do processo de incorporação dos territórios e das populações de povos indígenas à sociedade brasileira no contexto da Primeira República¹⁴. Por indicação do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Rondon assume a direção do SPI, permanecendo no cargo até 1930 (LIMA, 1992).

Também foi no período em que liderava a CLTEMA que Rondon participou de uma expedição juntamente com o ex-presidente norte-americano Theodore Roosevelt, conhecida como Expedição Científica Roosevelt-Rondon (1913-1914), o que deu visibilidade internacional à Comissão, da qual trataremos a seguir.

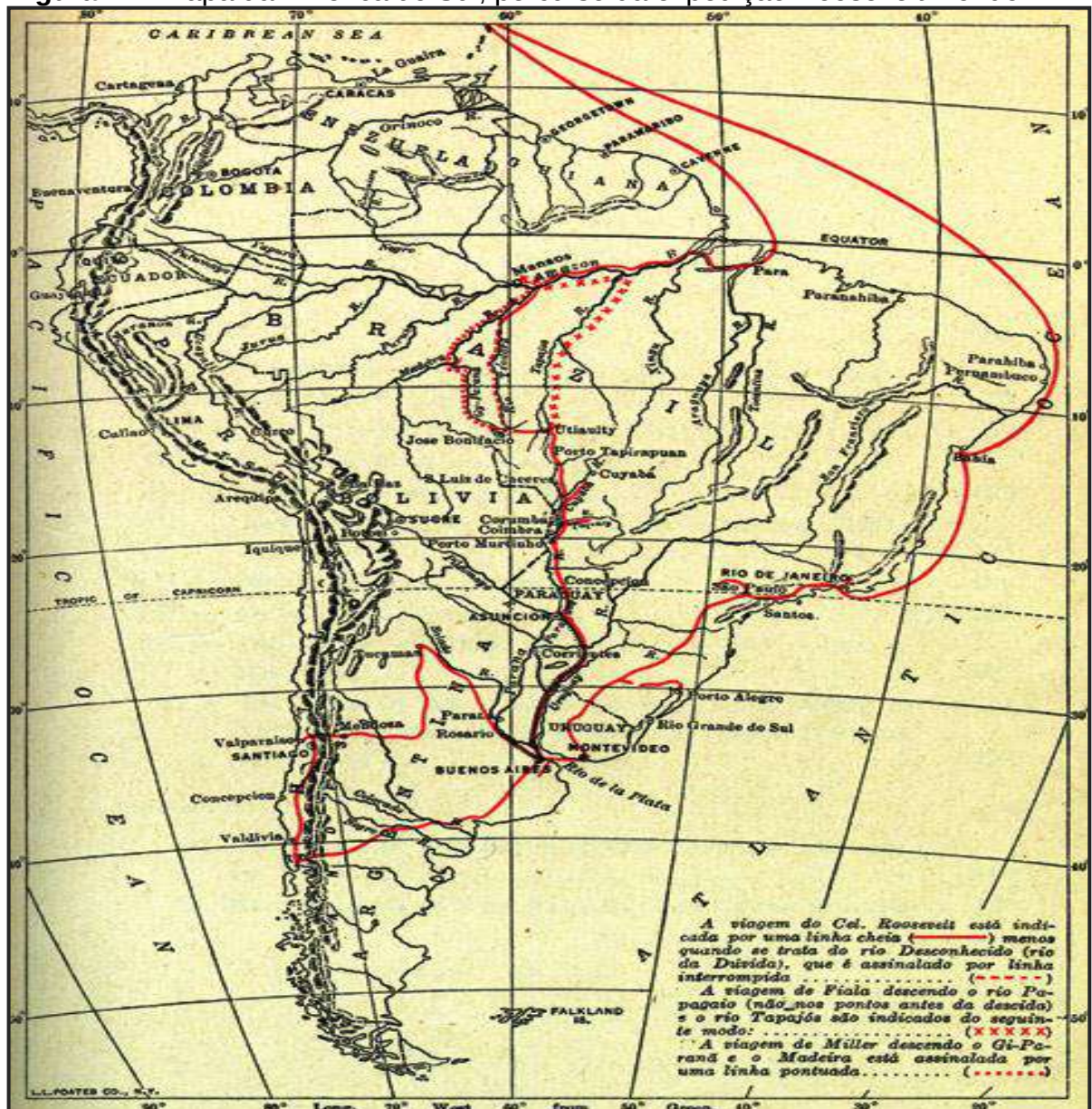
3.4 Expedição científica Roosevelt-Rondon

Em 1913, Rondon foi designado pelo governo brasileiro a comandar, juntamente com o ex-presidente norte-americano Theodore Roosevelt, que governou os EUA de 1901 a 1909, uma expedição com o objetivo de mapear o então desconhecido curso do rio da Dúvida, que abrange o território de três estados brasileiros: Rondônia, Mato Grosso e Amazonas, situado em plena Floresta Amazônica (VIVEIROS, 1969; MILLARD, 2007). Tal expedição deu-se devido à política de aproximação entre os Estados Unidos e os países da América do Sul.

Na figura 12 (p. 73) podemos observar todo o trajeto percorrido pela Expedição.

¹⁴ Tendo em vista a complexidade e as controvérsias em torno do projeto de ação indigenista almejado pelo SPILTN, retomaremos essa discussão nos próximos capítulos.

Figura12 – Mapa da América do Sul, percurso da expedição Roosevelt-Rondon



Fonte: Lasmar (2011, p. 52).

Nesse período, Roosevelt estava realizando várias conferências e, ao final de seus trabalhos, requereu ao então ministro das Relações Exteriores do Brasil, “uma espécie de safári turístico” (CARDOSO, 2010, p. 03). A autora salienta que já era esperado que a viagem acabasse se tornando uma missão científica, como efetivamente aconteceu.

Para Viveiros (1969), Rondon relatou que recebeu um telegrama do Ministro da Guerra, Viação e Exterior, avisando-o de que fora o escolhido para a missão. Entretanto, Cândido Rondon impõe uma condição para aceitar essa designação: “de

que a expedição não circunscreveria sua atividade a uma excursão com episódios cinegéticos” (VIVEIROS, 1969, p. 365).

Conforme Millard (2007), ao fim da expedição, Rondon foi ovacionado como herói da mesma forma que ocorrera com Roosevelt. Roosevelt “louvara o coronel Rondon em todos os lugares onde podia ser ouvido, classificando-o como um dos quatro maiores exploradores de sua época” (MILLARD, 2007, p. 322).

A expedição Científica Roosevelt–Rondon, como ficou denominada essa missão, contribuiu para que o mundo voltasse os olhos para o Brasil e, conseqüentemente, para Rondon. Nas palavras de Amoroso (2007), autora que assina o posfácio da versão brasileira da obra norte-americana “O Rio da Dúvida: a sombria viagem de Theodore Roosevelt e Rondon pela Amazônia”¹⁵ de Millard (2007), essa expedição lançou, definitivamente, dois novos nomes que comporiam o “panteão” dos maiores desbravadores do planeta. Além do mérito de “desbravador”, Cândido Rondon é destacado como “o patrono maior do indigenismo brasileiro” (MILLARD, 2007, p. 335).

O encontro de Rondon com o grupo liderado pelo ex-presidente Roosevelt se deu no dia 13 de dezembro de 1913 e chegou ao fim no dia 7 de maio do ano seguinte. A figura 13 (p. 75) mostra Rondon ao lado do ex-presidente americano, que exhibe sua presa, após uma caçada durante a expedição.

¹⁵ Obra de autoria da norte-americana Candice Millard, elaborada principalmente a partir dos arquivos pessoais de Roosevelt e sua família. Para sua composição, a autora lança mão, também, de diários e memória, de relatos biográficos e das correspondências sobre o Brasil, a fim de registrar os sentidos dessa experiência dos expedicionários americanos na floresta amazônica (MILLARD, 2007).

Figura 13 – Roosevelt, ao lado de Rondon



Fonte: Millard (2007).

A expedição científica visitou vários grupos indígenas, principalmente em Mato Grosso, como os povos Paresi e Nhamiquara. Os naturalistas que compunham a expedição catalogaram aproximadamente 500 espécies de mamíferos, répteis, peixes e batráquios, além de mais de 2500 aves. Entretanto, para o ex-presidente norte-americano, o mais importante feito da expedição foi o trabalho de exploração do maior afluente do rio Madeira, o rio da Dúvida, que mais tarde foi denominado Roosevelt, por determinação do governo brasileiro (BIGIO, 2000).

A obra de Millard (2007) aponta alguns dos reconhecimentos e tributos feitos a Rondon. Dentre elas, a ocasião em que Albert Einstein, após conhecer Rondon, o indicou para o prêmio Nobel da Paz, em 1920 e a homenagem feita pelo governo brasileiro ao nomear Rondônia e, para ilustrar a dimensão real do território rondoniano aos seus leitores, a autora ressalta ser ele correspondente a duas vezes o tamanho da Inglaterra.

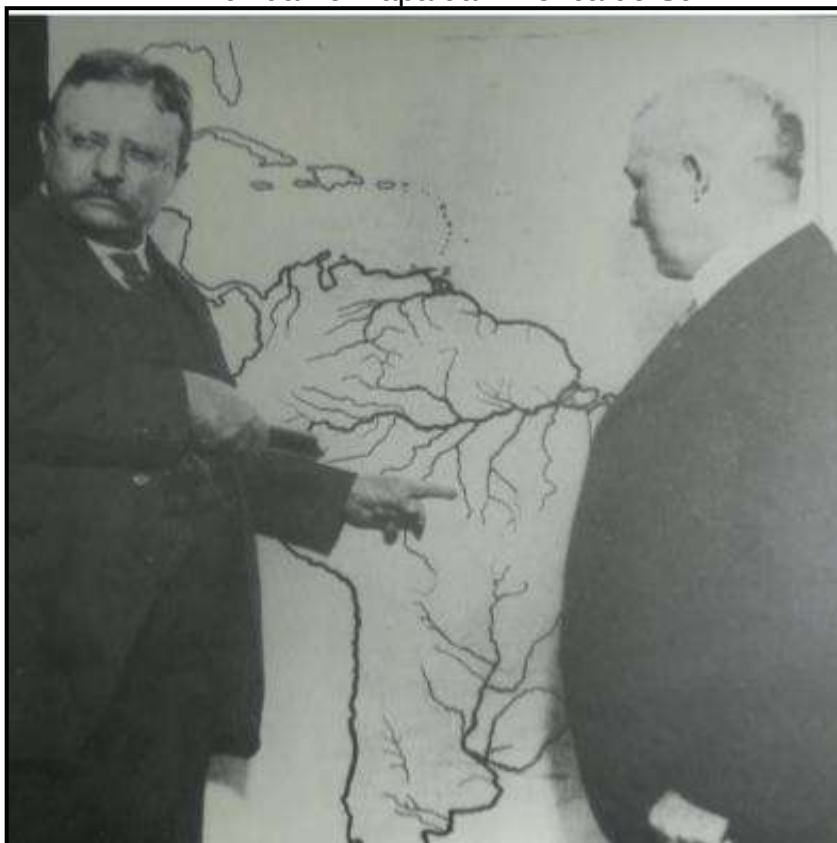
Millard (2007) sinaliza que:

Rondon segue hoje sendo um dos maiores heróis do Brasil, e seus esforços em favor dos índios da Amazônia tiveram continuidade na forma da moderna Fundação Nacional do Índio, Funai, sucessora do serviço de Proteção ao Índio. [...] Durante os últimos anos de vida de Rondon, na década de 1950, o caminho que abrira na mata para a efêmera linha telegráfica tornou-se uma rodovia hoje conhecida como 364. (MILLARD, 2007, p. 328).

A autora supracitada destaca Rondon como um dos maiores heróis brasileiros, apontando alguns de seus feitos. Ainda nesse sentido, Freire (2009) sinaliza que, após a Expedição Roosevelt-Rondon, o então ex-presidente norte-americano divulgou, no exterior, mais precisamente em Londres e Nova York, os resultados da expedição, tecendo elogios ao trabalho realizado por Rondon nas selvas do Brasil. O autor ressalta que os artigos de Roosevelt foram publicados no livro *Through the Brazilian Wilderness*, em português, *Através do Sertão do Brasil*, enquanto o filme da viagem e os filmes da Comissão Rondon foram exibidos em Nova York.

Na fotografia a seguir (Figura 14), vemos Roosevelt em um dos momentos de divulgação da Expedição, apontando, especificamente, a inserção do Rio da Dúvida no Mapa da América do Sul.

Figura 14 – Roosevelt apresenta a inserção do Rio da Dúvida no mapa da América do Sul



Fonte: Millard (2007, p.160)

A expedição Roosevelt-Rondon fez com que Rondon e os trabalhos da Comissão fossem reconhecidos internacionalmente, pois, para além das homenagens, temos as pesquisas realizadas pelo historiador norte-americano Todd A. Diacon que deram origem à obra intitulada *Stringing Together a Nation: Cândido Mariano da Silva Rondon and the Construction of a Modern Brazil, 1906–1930* (2004), sendo o primeiro estudo completo sobre a carreira de Rondon publicado em inglês. Foi publicado no Brasil com o título *Rondon: o Marechal da Floresta* (2006), com tradução de Laura Teixeira Motta. Na avaliação de Sá (2009), este é um dos trabalhos que versam sobre Rondon e suas atividades referentes às Comissões de Linhas Telegráficas, a partir de um ângulo mais imparcial.

Em sua obra, Diacon (2004) expõe o fato de que Rondon, com o trabalho na Comissão, na construção de linhas telegráficas e estradas ligando o interior do Brasil com seu litoral, tenha galgado a unificação do país no momento em que as identidades ainda eram mais locais e regionais, servindo-se, para tal, de um apanhado de simbologias que remetem aos ideários positivistas de nação. O autor norte-americano discorre sobre algumas questões de caráter historiográfico e contemporâneo sobre Rondon, revelando-o como um personagem fundamental e controverso na história cultural do Brasil. Falaremos mais detalhadamente sobre o Positivismo no próximo capítulo para melhor compreensão da atmosfera axiológica de um determinado grupo social, no contexto histórico-ideológico da Primeira República, do qual Rondon participava.

3.5 Os principais trabalhos realizados pela Comissão Rondon

A expressão Comissão Rondon é amplamente empregada e consagrada quando se refere, de forma genérica, a todos os trabalhos e viagens realizados no período que compreendeu as três primeiras décadas do século XX, por militares brasileiros da divisão de Engenharia e construção do Exército. Nesse sentido, Sá et al. (2008) enumeram os trabalhos que estão contemplados por esta expressão:

- (1) a realização dos trabalhos da Comissão Telegráfica do Mato Grosso (1900-1906) e da CLTEMTA (1907-1915); (2) a administração das estações e da conservação das linhas e a preparação de relatórios, com a sistematização dos resultados e registros das viagens ao Mato Grosso e ao Amazonas, pelo Escritório Central da Comissão, sediado no Rio de Janeiro; (3) a consolidação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) no interior do Maic; e, finalmente, (4) a realização dos serviços de Inspeção de Fronteiras aos quais Cândido Mariano Rondon, o comandante militar da CLTEMTA, dedicou-se de 1927 a 1930. (SÁ et al., 2008, p. 784).

Dessa maneira, a expressão Comissão Rondon supera os limites de seu propósito fundante, ou seja, a construção das linhas telegráficas pelo interior do Brasil, contemplando outras importantes atividades de ordem militar chefiadas por Rondon.

Prosseguiremos, pois, com a descrição cronológica da trajetória do personagem histórico Cândido Mariano da Silva Rondon. Foi em 1915, um ano após o fim da expedição científica Roosevelt-Rondon, que se concluíram os trabalhos da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA). Entretanto, de acordo com o Ministro da Viação, o Governo não dispunha de mão de obra capacitada para conservar tamanha extensão de fios e postes telegráficos, assim, solicitou a Rondon que comandasse esse trabalho de manutenção (COUTINHO, 1975; VIVEIROS, 1969).

O período entre os anos de 1915 e 1919 é descrito por Rondon, em Viveiros (1969), como sendo a última fase de sua carreira sertanista, quando, além de prosseguir com as ações indigenistas do SPILT, Rondon trabalhou na elaboração da Carta Geográfica de Mato Grosso.

Nesse período o estado de Mato Grosso estava sob o mandato do bispo católico Dom Aquino Correa, a quem Rondon desferiu severas críticas ao seu pleito como presidente do estado. Entretanto, como destaca Bigio (2000), mesmo tendo recebido críticas de Rondon em relação à sua candidatura, o bispo cumpriu rigorosamente o compromisso firmado entre o General Caetano de Albuquerque e a Comissão Rondon, o que garantiu os recursos necessários para a elaboração da Carta Geográfica de Mato Grosso. Bigio (2000) assevera que:

O empenho de dom Aquino na elaboração da Carta Geográfica, as gestões realizadas junto a deputados e senadores para que fossem assegurados à Comissão Rondon recursos financeiros para conservar as linhas telegráficas e seu empenho em viabilizar os estudos sobre águas termais contribuíram para salvar a Comissão Rondon, em face da resistência encontrada no Ministério da Viação em continuar a financiá-la. (BIGIO, 2000, p. 17).

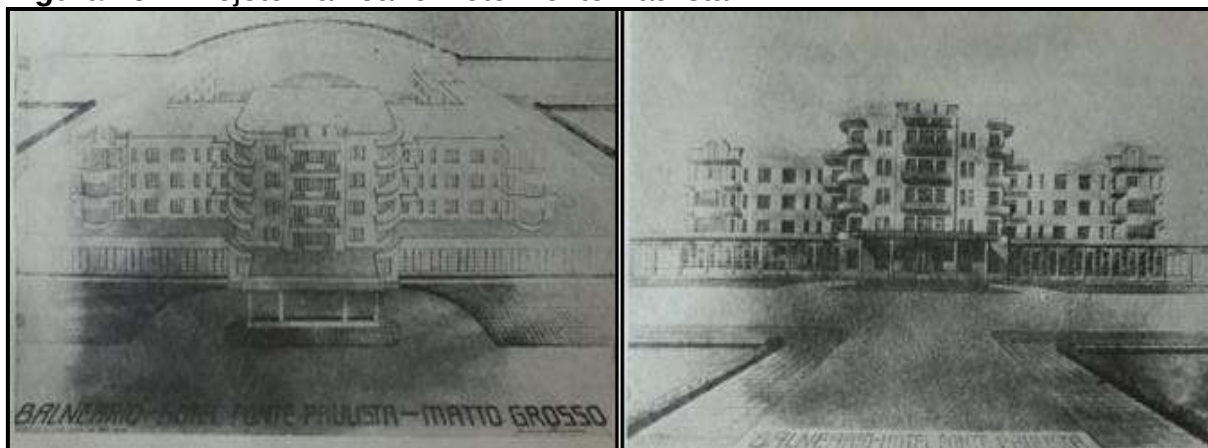
Em relação aos estudos sobre as águas termais, vale aqui destacar o trabalho apresentado em relatórios pelo Dr. Orozimbo Corrêa Netto a Rondon, publicados, inicialmente, em 1919 e 1920, com o título *Águas Termais de Mato-Grosso: com estudos “in loco” das fontes de Palmeiras, Baía do Frade e Poúro* (CORRÊA NETTO, 1946), cujo objetivo era identificar as águas termais no estado e investigar seu potencial terapêutico. Dentre as três fontes de águas termais estudadas por Corrêa

Netto, a do Poúro, localizada em uma propriedade rural denominada “Boa Vista” e localizada no município de Rondonópolis, foi a que mais chamou a atenção, devido às suas características, que a tornavam uma das mais ricas e importantes do continente sul-americano. Corrêa Netto descreve que, depois de terminadas as análises e o reconhecimento das termas do Poúro, recomendou, por meio de um relatório provisório, a desapropriação das terras onde se situavam as fontes de águas termais:

Trate o Estado de adquiri-las sem demora, estabelecendo lá um perímetro de proteção e desenvolva essa grande estação balneária, a fim de que venha a ser, depois de aproveitada e beneficiada, um atestado eloquente da grandeza imortal de nossa raça, praticando um ato elevado de patriotismo e grande benemerência. (CORRÊA NETTO, 1919 apud CORRÊA NETTO, 1946).

Entretanto, por motivos ainda não revelados, não houve a desapropriação das terras onde se situavam as termas do Poúro e tampouco a construção da estação balneária no local. A edificação de balneários se constituía um projeto colossal em meio aos sertões quase inóspitos da época, como se pode observar em um croqui (Figura 15) planejado por Corrêa Netto (1946) para uma das fontes estudadas por ele:

Figura 15 – Projeto Balneário-Hotel- fonte Paulista



Fonte: Corrêa Netto (1946, p. 159).

As descobertas e os estudos feitos pela Comissão Rondon a respeito das águas termais foram amplamente divulgados na imprensa local e nacional, como o periódico mato-grossense *O Matto Grosso*¹⁶, e os jornais cariocas *O Paiz*¹⁷, *Jornal do Brasil*¹⁸ e *Correio da Manhã*¹⁹.

¹⁶ *O MATTO-GROSSO*. Cuiabá. 26/10/1919, ed. 1616.

¹⁷ *O PAIZ*. Rio de Janeiro. 29/03/1919, ed. 12588.

¹⁸ *JORNAL DO BRASIL*. Rio de Janeiro. 04/07/1919, ed. 183.

¹⁹ *CORREIO DA MANHÃ*. Rio de Janeiro. 03/09/1919, ed. 7492.

Com os trabalhos da *Comissão* relativos à Carta do Estado de Mato Grosso em andamento, Rondon foi convidado a comparecer às festas do bicentenário de Cuiabá, em 1920, com o objetivo de realizar uma exposição cartográfica.

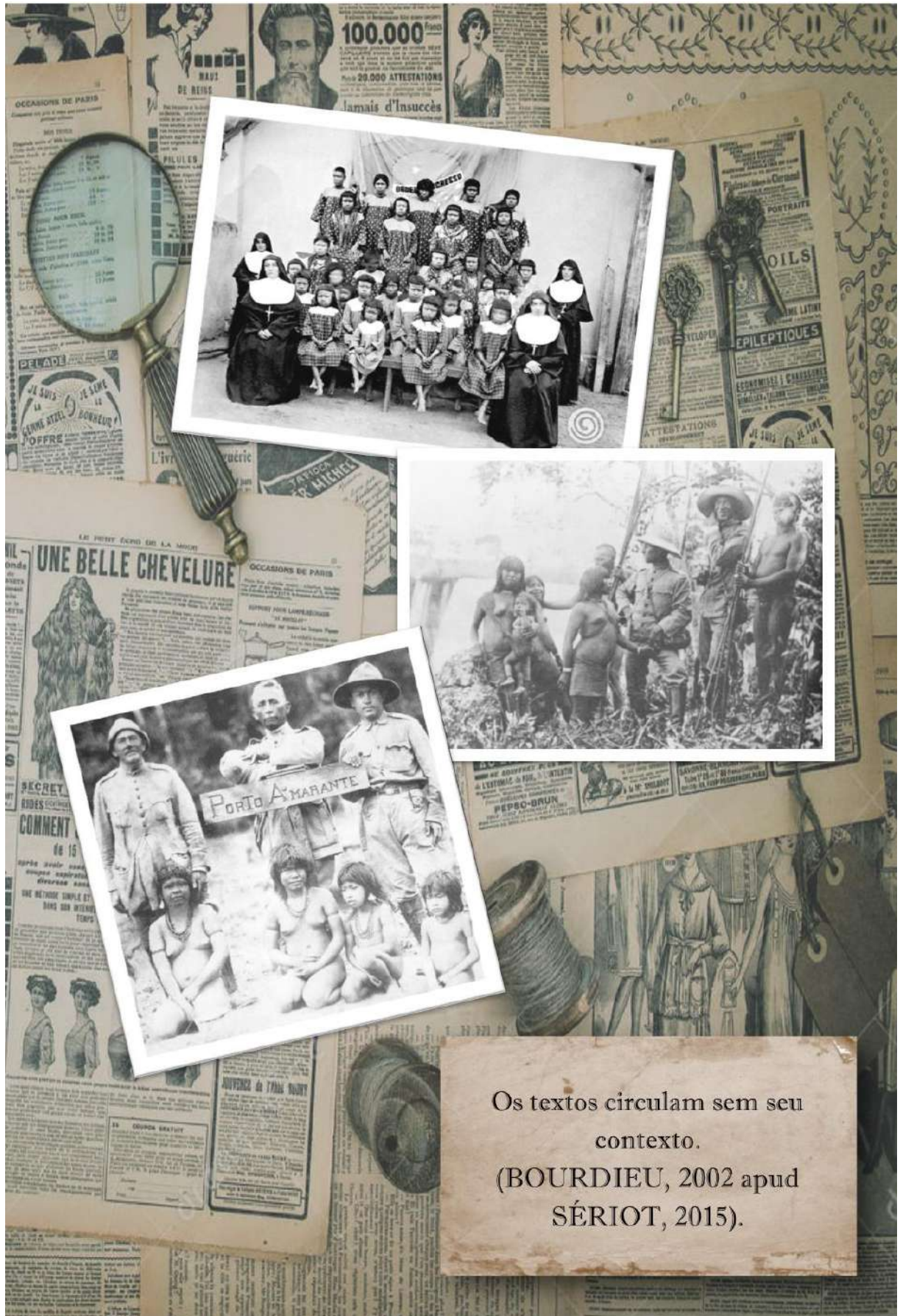
Apresentamos a seguir, no quadro 1 (p. 80), uma síntese dos principais fatos biográficos referentes a Rondon e posteriores ao ano de 1920, e, portanto, descolados do período aqui investigado. Contudo, embora não participem de nosso recorte temporal, consideramos relevante tal levantamento, sobretudo pela natureza dinâmica do enunciado que, ao ecoar em outros, inclusive replicando-se em gêneros diversos, atravessa contextos históricos e sociais.

Quadro 1 – Cronologia de Rondon: 1921-1958

Ano	Fatos biográficos
1921-1922	Serve à Missão Militar Francesa no Brasil. É condecorado, no Rio de Janeiro, pelo Rei Leopoldo da Bélgica, com a medalha de Comendador da Ordem de <i>La Couronne</i> da Bélgica.
1922	Trabalha na inspeção das obras contra a seca na região Nordeste do país.
1923	Recebe a promoção para general de divisão.
1924-1925	É convocado para reprimir os militares rebeldes que, sob o comando de Isidoro Dias Lopes, combatiam o governo federal nos Estados do Paraná e de Santa Catarina.
1925-1926	Trabalha na inspeção das linhas telegráficas e, segundo ele próprio, aproveita para colher elementos para a elaboração da Carta de Mato Grosso.
1927-1930	É nomeado para realizar a inspeção das fronteiras brasileiras, além de estudar seu povoamento e segurança, enquanto realiza o serviço de inspeção das linhas telegráficas.
1930	É preso no Rio Grande do Sul pelos revolucionários. Com a Revolução de 1930, solicita passagem para a reserva do Exército.
1934-1938	É designado a chefiar a Comissão Mista Peru, Colômbia e Brasil, que tinha por objetivo solucionar os conflitos na região de Letícia.
1939	É nomeado presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI).
1943	É instituído no Brasil o Dia do Índio por meio do Decreto-lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943.
1948	Com recursos próprios, constrói, em Mimoso, sua cidade natal, as Escolas Reunidas Santa Claudina.
1952	Envia ao presidente da República o projeto que previa a criação do Parque do Xingu, elaborado por antropólogos e indigenistas. A chamada Carta de Mato Grosso é concluída e entregue para ser finalmente publicada.
1953	Juntamente com Darcy Ribeiro, inaugura o Museu do Índio, no Rio de Janeiro.
1954	A Universidade de Sorbonne, em Paris, realiza uma seção especial em comemoração ao 89º aniversário de Rondon.
1955	É promovido à patente de Marechal do Exército brasileiro.
1956	Em sua homenagem, o território de Guaporé recebe o nome de Rondônia.
1957	Tem seu nome apresentado para a candidatura ao Prêmio Nobel da Paz.
1958	Falece a 19 de janeiro, com 92 anos, em sua residência, no Rio de Janeiro.

Fonte: Cronologia elaborada por nós com base nos apontamentos de Viveiros (1969), Coutinho (1975), Bigio (2000) e Freire (2009).

Como podemos perceber no quadro cronológico, Rondon recebeu diversas homenagens pelos trabalhos prestados ao Estado. Bigio (2000) destaca que, além das honrarias obtidas em vida, ele também as recebeu postumamente: em 1963, o Exército Brasileiro fez de Rondon o Patrono da Arma de Comunicações e, em 1966, o Ministério da Educação cria o Projeto Rondon, que visava à prestação de assistência às populações de baixa renda por meio de estágios de estudantes universitários pelo interior da região amazônica. Tal política pública permanece até os dias atuais.



4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS: UMA ANÁLISE DIALÓGICA DOS ENUNCIADOS RELATIVOS À DOCTRINAÇÃO INDÍGENA

Neste capítulo, de natureza mais empírica, primeiramente analisamos a dimensão social de diferentes enunciados com foco na formação discursiva de base positivista sobre a qual foi fundamentada a instituição do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPIILTN), referida nos enunciados do jornal católico *A Cruz* como catequese leiga.

Reiteramos aqui que o foco central de nosso *corpus* de pesquisa é o jornal mato-grossense *A Cruz*, entretanto, para compor o universo dialogizador de forma a dar espaço às vozes que se fizeram presentes na arena ideológica que se encontra refletida e refratada nos enunciados, fez-se também necessária uma descrição da posição axiológica de Rondon, à frente do SPIILTN, tema que ordenou os discursos do jornal católico tomados para análise.

Assim, pinçamos alguns discursos proferidos por Rondon e os oficialmente atribuídos a sua Comissão, que estão afixados em diferentes gêneros textuais e suportes, para melhor compreendermos esse embate ideológico travado em torno da chamada catequese indígena salesiana e as proposições positivistas – ditas laicas – do Estado. Posteriormente, foram analisados os enunciados dos gêneros discursivos editoriais e artigos de opinião, presentes no jornal mato-grossense *A Cruz*, que discorrem a respeito de Rondon e, conseqüentemente, sobre seus trabalhos como chefe da Comissão que recebera seu nome, especialmente sobre o SPIILTN.

Destacamos que o acesso aos exemplares do jornal *A Cruz*, no período correspondente a uma década, de 1910 a 1920, ocorreu por meio da Hemeroteca Biblioteca Digital (BNDigital), em que os jornais se encontram em formato digital. A plataforma eletrônica da BNDigital foi lançada em 2006, em caráter oficial, com o objetivo, em termos amplos, de efetivar duas das missões características das bibliotecas nacionais: “preservar a memória cultural e proporcionar o amplo acesso às informações contidas em seu acervo²⁰”.

Ao tomarmos o corpus da pesquisa para análise, procuramos adotar uma postura exotópica em relação ao texto do outro (vozes presentes), conforme propõe Bakhtin (2011), para o trato com produções em Ciências Humanas. Dessa forma,

²⁰ Informações obtidas no portal eletrônico da BNDigital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 jun. 2017.

tornou-se fundamental compor o cenário dialogizador, orientado por posições volitivas específicas dos envolvidos no ato da comunicação.

Ao conduzirmos nossas análises, procuramos compreender como eram engendrados os enunciados opinativos, de forma a atender aos objetivos comunicativos dentro daquela atmosfera axiológica, que orientava as vozes sociais no interior do discurso. Assim, ao assumirmos as proposições bakhtinianas, o próprio enunciado orientará o nosso caminhar metodológico nas análises, para além de sua dimensão singular e concreta, de forma a alcançar a dimensão social, visto que todo enunciado opera como um elo dentro da comunicação.

Vale aqui destacar que, de acordo com esses pressupostos, consideramos que o pesquisador também está dentro de um universo discursivo situado sócio-historicamente, e, dessa maneira, concebemos sua participação nos enunciados como participante desses diálogos, atribuindo a estes uma significação. Assim, a presente análise expressa uma interpretação inferida a partir de uma determinada posição valorativa axiológica, podendo outros pesquisadores, orientados segundo outras posições, inferir diferentes sentidos aos mesmos enunciados ora tomados em estudo.

Os enunciados do jornal *A Cruz*, que constituíram o corpus central desta pesquisa foram analisados em seus aspectos estruturais, de natureza verbal, social, histórica, dentre outras características. No que tange aos aspectos verbais, discorreremos sobre a tríade bakhtiniana que constitui os gêneros discursivos: *estilo*, *tema* e *composição*. No entanto, tais análises não foram apresentadas de forma rígida, para não comprometerem a fluência do texto e a compreensão do enunciado em sua dimensão também extraverbal.

Quanto aos aspectos concernentes à natureza social do enunciado, partimos do que se pode denominar de uma grande categoria: o dialogismo constituinte dos enunciados. Assim, a partir dessa percepção dialógica da língua, procuramos restituir o fundo dialogizador: os sentidos sócio-históricos e ideológicos que orientam a produção discursiva.

4.1 O ideário do Positivismo e a constituição inicial da República

Segundo o dicionário filosófico de Lalande (1999), a palavra Positivismo representa o conjunto das doutrinas aspiradas por Auguste Comte, cuja tese central

parte do pressuposto de que apenas o conhecimento dos fatos é profícuo; somente as ciências experimentais são capazes de oferecer o modelo da certeza; o espírito humano apenas superará o verbalismo ou o erro quando se debruçar tão somente sobre a experiência, de forma a renunciar a quaisquer *a priori*, aplicando-se tanto na filosofia quanto na ciência; e, por fim, a conjectura de que o domínio das coisas em si é algo inalcançável e, dessa forma, o pensamento em momento algum poderá alcançar senão leis e relações.

Segundo Freire (2009), a doutrina positivista, pensada como tal por Auguste Comte, conduziria o comportamento moral das pessoas com objetivo de valorizar a fraternidade humana. A “Religião da Humanidade”, também fundada por Comte, tinha o propósito de divulgar tais acepções positivistas, como forma de levar sentimento à ciência. Nesse sentido, o autor destaca que:

A busca de um pacto entre classes sociais que associasse empresários e proletários permitiria a unificação da sociedade na “humanidade”, substituindo Deus na crença dos positivistas. A Religião da Humanidade destacou personalidades históricas, elaborou um calendário próprio e valorizou as mulheres no culto religioso, veneradas por serem transmissoras das crenças positivistas. Na França e no resto do mundo, inclusive no Brasil, o Positivismo dividiu seus seguidores entre os religiosos e os que adotaram a parte científica de sua doutrina. (FREIRE, 2009, p. 10, grifo do autor).

Para Maciel (1998), é inegável a influência do Positivismo na formação dos intelectuais e técnicos que, nos primeiros anos da República, almejavam instituir uma identidade coletiva do Brasil e buscariam os pilares para estruturar a nação brasileira. Além das questões relativas à formação da Nação, desde o início da República, os velhos problemas já presentes no antigo regime tiveram de ser enfrentados pelos republicanos, como: “a escravidão, a diversidade racial e a busca pela própria ‘identidade’ nacional” (MACIEL, 1998, p. 17, grifo da autora).

No mundo moderno, a ideologia constitui um instrumento de dominação e de legitimação de ideários políticos. No Brasil, nas últimas décadas do século XIX, três correntes travavam uma verdadeira queda de braços pela definição da natureza da República, de modo a atribuir significação particular para os problemas ainda remanescentes: os liberais, os jacobinos e os positivistas. Esta última corrente foi a vencedora da disputa, que se deu nos anos iniciais do regime republicano (CARVALHO, 2017; MACIEL, 1998).

Carvalho (2017) enfatiza que, apesar da natureza essencialmente discursiva, as justificativas ideológicas dessas três correntes apresentavam, também, elementos que ultrapassavam o simplesmente discursivo ou o demonstrável cientificamente:

Supunham modelos de república, modelos de organização da sociedade, que traziam embutidos aspectos utópicos e visionários. No caso do jacobinismo, por exemplo, havia a idealização da democracia clássica, a utopia da democracia direta, do governo por intermédio da participação direta de todos os cidadãos. No caso do liberalismo, a utopia era outra, era a de uma sociedade composta por indivíduos autônomos, cujos interesses eram compatibilizados pela mão invisível do mercado. Nessa versão, cabia ao governo interferir o menos possível na vida dos cidadãos. O positivismo possuía ingredientes utópicos ainda mais salientes. A república era aí vista dentro de uma perspectiva mais ampla que postulava uma futura idade de ouro em que os seres humanos se realizariam plenamente no seio de uma humanidade mitificada. (CARVALHO, 2017, p. 09-10).

Entretanto, nenhuma dessas três correntes era composta pelos ideais advindos do povo, representavam ideologias restritas à elite brasileira da época, onde circulavam. Carvalho (2017) afirma que, diante da natureza do discurso de cada uma dessas correntes ou pelos subsídios utópicos, elas demandavam o rompimento dos limites restritivos do universo das elites e, à sua própria maneira, cada uma defendia a participação popular na política.

Freire (1894), em sua obra intitulada *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*, editada cinco anos após a Proclamação da República, descreve os feitos que a antecederam e os primeiros anos do novo regime. O autor ressalta a alta posição que Benjamin Constant tinha alcançado na revolução²¹, devido ao fato de ter empreendido a força armada à nação, com o suporte dos “moços militares”, seus discípulos, os quais estavam embevecidos pelas mesmas ideias do mestre. Dentre esses jovens militares, discípulos de Benjamin Constant (Figura 16, p. 87), estava Cândido Mariano da Silva Rondon, então com 24 anos.

As ideias positivistas dominaram esse período e sobrepuseram-se às convicções políticas e filosóficas de outros grupos que também integravam o novo governo. Freire (1894) aponta como prova disso o decreto de 19 de novembro de 1889, que adiciona à bandeira nacional o lema positivista “Ordem e Progresso” (Figura 16, p. 87). Todavia, o autor ressalta que tais aspirações positivistas se limitavam

²¹ Freire (1894) refere-se ao ato da Proclamação da República, ocorrido dia 15 de novembro de 1889.

apenas a uma pequena gama da sociedade do país na época, não representando, por conseguinte, as aspirações da maioria da nação.

Figura 16 – Benjamin Constant, à esquerda e, à direita, o protótipo da bandeira do Brasil



Fonte: Freire (2009, p.13 e p. 15, respectivamente).

Sobre a influência do Positivismo na deflagração da República, em novembro de 1889, Baleeiro (2012) salienta que os positivistas, indubitavelmente, estavam presentes também com sua “picareta”, colaborando com a ruína do regime imperialista. Os positivistas requeriam a Benjamin Constant²² a incorporação, à República, da filosofia política do mestre. Desde o início, muitos militares que participaram ativamente da Proclamação da República estavam seduzidos pela chamada “ditadura científica”, pautada nos fundamentos de Augusto Comte.

Os recém-republicanos, como exposto anteriormente, divergiam sobre seus posicionamentos frente ao novo regime e essas divergências também ocorriam entre os próprios positivistas. Para Baleeiro (2012), isso se deve ao fato de que havia, no Positivismo brasileiro, várias correntes e diretrizes claramente distintas²³. Ainda sobre

²² De acordo com Alves (2008), a maior contribuição de Benjamin Constant para as instituições políticas do Brasil Imperial foi a proposta de previsão constitucional de um Poder Moderador que se constituiu em uma importante inovação de maneira a agregar à clássica tripartição dos poderes, assim como fora pensada por Montesquieu, após a observação das atividades da monarquia parlamentar inglesa.

²³ Na instituição do período republicano no Brasil, o Positivismo apresentou correntes defendidas por grupos que se orientavam tanto pelas aspirações de Auguste Comte quanto os que se valiam dos princípios ortodoxos do francês Pierre Laffitte. (BALEIRO, 2012).

a participação dos positivistas no princípio do novo regime, Baleeiro (2012) ressalta que:

[...] desde o primeiro dia, após a proclamação da República, os positivistas que tinham infiltrações nos círculos de jovens militares, os “cadetes filósofos”, procuraram implantar no País a “ditadura científica” das ideias filosóficas e políticas de Augusto Comte. Além dos pronunciamentos de Demétrio Ribeiro, Ministro do Governo Provisório, e de alguns oficiais do Exército e da Marinha nos postos iniciais da carreira, batia-se, por isso, convencionada e tenazmente o Apostolado Positivista, com sede no Rio e influências fortes no Rio Grande do Sul. (BALEIRO, 2012, p. 26, grifos do autor).

Portanto, mesmo representando a minoria da população brasileira, os militares positivistas tinham grande alcance em vários setores do novo regime político. Freire (2009) destaca que os preceitos positivistas pautados em uma moral de serventia à Pátria, à família e à humanidade, sucessivamente, encontraram na difusão do progresso científico uma maneira de suprimir o comportamento religioso. O autor acrescenta que os positivistas aspiravam à ideia da universalização de povos e indivíduos, ao crerem nos benefícios que o progresso²⁴ poderia assim proporcionar. Dessa forma, “era preciso forjar a Pátria e estender o alcance do Brasil republicano, trabalhando para a superação do estado metafísico” (FREIRE, 2009, p. 13).

A luta pela constituição de uma identidade coletiva para o país e, por consequência, a construção de uma nação, segundo Carvalho (2017), seria uma tarefa galgada por essa geração de intelectuais da Primeira República (1899-1930). A falta de participação e envolvimento popular na constituição do novo regime impulsionou ainda mais a necessidade de haver uma mobilização simbólica, na tentativa de instalar o sentimento de estado-nação.

Segundo Carvalho (2017, p. 58), não existe “regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico”, entretanto, nesse contexto em que se deu a instituição da República no Brasil, tal tarefa mostrou-se árdua, pois a indicação dos principais integrantes do “15 de Novembro” para o posto de heróis republicanos, nomes emergentes como Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant e

²⁴ Dupas, em seu livro *O mito do progresso* (2006), debruça-se sobre o conceito de progresso e depreende uma reflexão sobre a complexidade que envolve essa terminologia. Para o autor, a ideia de progresso pautada nos princípios positivistas de Comte, cujo lema a ser seguido para o pleno desenvolvimento da sociedade seria “ordem e progresso”, pressupunha o alcance de suas leis, divididas em três estágios: “a teologia, em que a mente inventa; a metafísica, em que abstrai; e a científica, em que ela submete aos fatos positivos” (DUPAS, 2006, p. 52).

Floriano Peixoto, não atenderia em profundidade histórica à função de mito republicano. A partir dessa carência de um personagem que atendesse às exigências que a figura de herói republicano demandava é que surgiu o nome de Tiradentes.

A escolha de Tiradentes para o posto de herói da República não se deu no vazio histórico-social, uma vez que ele já era um nome conhecido dos republicanos e vinha sendo referenciado por outras autoridades e estados brasileiros desde os tempos que precederam a República. De acordo com Carvalho (2017), a alusão de sua imagem a Cristo, representando um Cristo cívico, surgida logo após o reconhecimento de sua contribuição histórica na Inconfidência Mineira, continuou sendo empregada após a Proclamação, sendo esse um dos fatores facilitadores da aceitação popular de Tiradentes como herói republicano.

Não adentramos, obviamente, às discussões historiográficas e políticas a respeito do personagem histórico Tiradentes. A questão a ser discutida gira em torno da importância para o novo regime de se construir uma identidade nacional coletiva do período que compreendia seus anos iniciais, onde se situa o cronotopo²⁵ de nossas análises. O que defendemos é que, décadas após o nascimento da República, Rondon apresentaria credenciais para ocupar a função de herói, tal como ocorrera com o mártir mineiro.

4.2 A esfera de formação discursiva de Rondon e o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/NTN)

A Igreja Católica no Brasil, que por séculos dedicou-se à catequese dos indígenas, desde os trabalhos missionários dos padres Jesuítas, no início do processo colonizador, no século XVI, com o objetivo de propagar, de acordo com Cunha (1992), a fé católica no Novo Mundo, viu-se diante de um embargo causado pelos pressupostos ideológicos que ganharam pujança com a instituição do novo regime no Brasil e que visavam a laicidade do Estado.

Até então, a legislação indigenista do século XIX era pontual e oscilante, pois, como explica Cunha (1992) era decorrência de uma larga medida subsidiária que envolvia uma política territorial. Os vários níveis do Governo entendiam a real necessidade de arquitetar uma legislação indigenista global e José Bonifácio havia

²⁵ Amorin (2016, p. 105) destaca que o conceito de cronotopo se refere a uma produção histórica. Representa um lugar coletivo, como uma matriz espaço-temporal em que as “várias histórias se contam e se escrevem”.

mensurado esse ponto como essencial e exigia medidas amplas e permanentes²⁶, na Assembleia Constituinte de 1823, entretanto, não logrou sucesso.

Dessa forma, o que prevaleceu foi a competência atribuída às províncias de promoverem as missões e as catequese dos indígenas e, após dissolvida a Constituinte por D. Pedro I, não consta, em nossa primeira Constituição, nenhuma política voltada para os povos indígenas e, conforme a autora, nem se menciona a existência de índios em território brasileiro. O Regulamento das Missões, de 1845, é o único documento de caráter indigenista geral do Império (CUNHA, 1992).

Assim, sob influência das proposições positivistas, em 26 de junho de 1910 fundou-se o chamado Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN)²⁷, por meio da instituição do Decreto-Lei nº 8.072. A criação desse órgão se deu a partir das organizações sociais que ligavam os membros integrantes do Apostolado Positivista, do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) e do Museu Nacional, motivada pela repercussão das ações indigenistas de Rondon enquanto chefe da Comissão de Linhas Telegráficas, que foi determinante para que este se tornasse um dos articuladores fundamentais da política indigenista do Brasil Republicano (LASMAR, 2011; OLIVEIRA; FREIRE, 2006).

Em suma, a criação do SPILTN atendia às perspectivas do governo republicano, que, além dos propósitos de demarcação dos pontos estratégicos do Brasil, estabelecendo a comunicação e a vigilância nas regiões de fronteiras, procurava integrar os povos indígenas ao projeto socioeconômico em curso, de modo a justificar, assim, a criação desse órgão governamental de proteção aos povos indígenas (BIGIO, 2000).

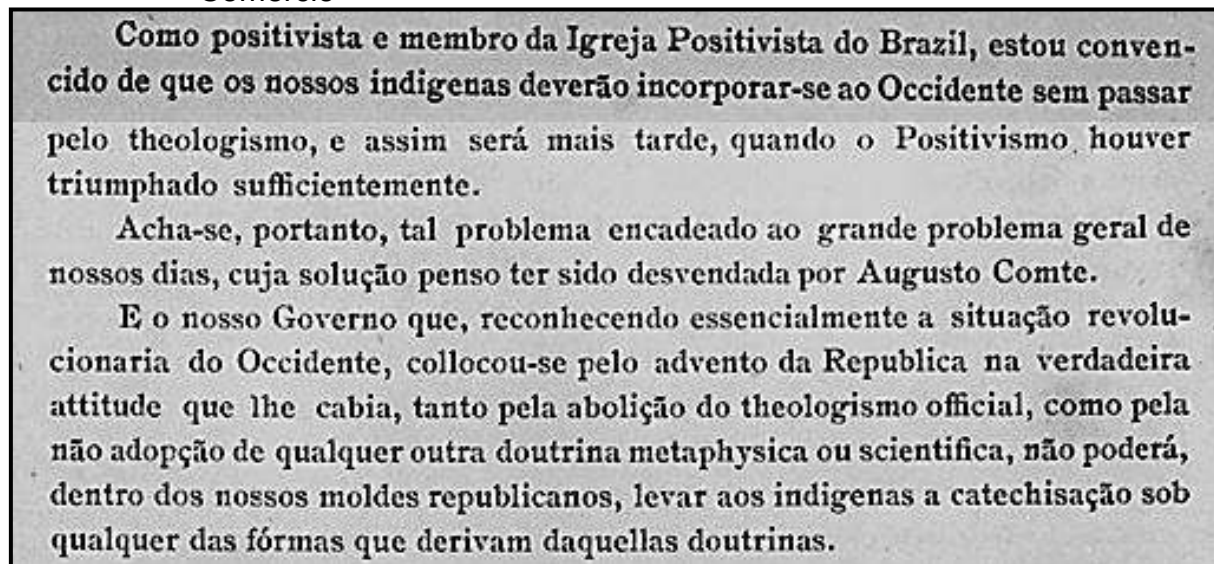
Para melhor compreensão de como o Positivismo ancorava os novos projetos e os discursos em relação às políticas indigenistas republicanas do período que corresponde ao nosso recorte temporal, destacamos, aqui, alguns enunciados produzidos por Rondon e pela equipe que compunha a denominada Comissão Rondon.

²⁶ Os "Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil", de José Bonifácio, fazem *pendant* em relação à "Representação sobre a escravatura". Tais apontamentos consistiam em diretrizes que soam hoje como ingênuas e carregadas de preconceitos. (CUNHA, 1986, Apud CUNHA, 1992).

²⁷ A partir do ano de 1918, o SPILTN recebe o nome de Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e, em 1967, o SPI é extinto e cria-se assim a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), pela Lei nº 5.371 de 5 de dezembro de 1967, que permanece em atividade até os dias atuais (LASMAR, 2011)

Para compor esta análise, salientamos, primeiramente, um excerto de uma correspondência²⁸ de caráter oficial de 1910 entre Rondon e o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Rodolpho Miranda. Trata-se de uma resposta de Rondon a uma carta do Ministro em que este indicaria o militar para “fomentar e dirigir a catequese que o Governo da República deliberou empreender” (BRASIL, 1910, p. 07). Rondon se pronuncia então favorável à sua indicação e tece o discurso pautado nos pressupostos de sua orientação ideológica. Observamos, no excerto extraído deste documento, que os ideários positivistas estão bem demarcados nos enunciados de Rondon:

Figura 17 – Excerto da carta de Rondon ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio²⁹



Fonte: Rondon (1910 apud BRASIL, 1910, p. 08-09).

É impossível a compreensão do lugar axiológico de Cândido Rondon sem passarmos pelo Positivismo com sua vasta quantidade de símbolos que se fizeram presentes no contexto do advento da República brasileira e nas primeiras décadas após sua instituição. Podemos perceber, no trecho destacado, que Rondon tece a enunciação articulando-a explicitamente a um posicionamento axiológico pautado nos pressupostos ideológicos positivistas, ancorando-se, para tal, nas proposições de Augusto Comte, ao qual se refere de forma direta e retórica e nas novas aspirações do Estado em relação à laicidade.

Sobre esta questão, Faraco (2009) destaca que:

²⁸ Esta correspondência foi incorporada ao Relatório do Ministro do MAIC à Presidência da República, escrito em 1910 (BRASIL, 1910).

²⁹ O conteúdo completo da carta oficial de Rondon ao Ministro se encontra no anexo I (p. 191) desta pesquisa.

Os enunciados manifestam-se fundamentalmente como uma tomada de posição axiológica, como uma resposta ao já dito. Sua significação comporta sempre esse estrato valorativo. Ela, portanto, não é dada apenas pelo verbal (pela estrutura), mas também pela correlação entre o verbal e os horizontes sociais de valor. (FARACO, 2009, p. 122).

Assim, ao defender a ideia de um ensino dito laico para os povos indígenas do Brasil, Rondon parte da alegação de que com o advento da instituição da República, o Estado deixaria de possuir um “teologismo oficial”, não aderindo a qualquer outra doutrina “metaphysica ou scientifica”. No enunciado de Rondon ecoa sua posição axiológica, refletindo e refratando outros já ditos sobre a questão da catequização indígena, oriundos da ideologia católica que conduzia missões em vários aldeamentos pelo Brasil.

Partindo dessa premissa, faremos algumas considerações sobre como o ideário positivista se fez presente na vida de Rondon como agente público nos sertões do Brasil, a serviço de uma nova concepção de Estado. O próprio Rondon, ao narrar sua biografia a Viveiros (1969), fez várias menções no decorrer da obra sobre a doutrina positivista. Rondon centrou seus estudos do catecismo positivista mesmo em pleno sertão, durante os trabalhos da Comissão, com frequentes idas ao Postulado Positivista, às vezes por ele denominado “Igreja Positivista”.

Benjamin Constant e Gomes Carneiro foram, segundo o próprio Rondon, as pessoas que tiveram maior influência sobre sua formação, referindo-se a eles como “Mestres”. Como contou Rondon a Viveiros (1969), ao matricular-se na Escola Militar, conheceu Luiz Ponce, o primeiro positivista mato-grossense, que lhe chamou a atenção para as aulas de Benjamin Constant e para seu livro de cabeceira, o *Catecismo Positivista*. Benjamin Constant Botelho de Magalhães ministrava aulas de Matemática Superior, Cálculo Diferencial e Integral e Geometria Analítica no 1º ano de infantaria e cavalaria, no qual Rondon estava matriculado em 1884. Sobre seu contato com Benjamin e sobre o Positivismo, Rondon relatou que:

Foi um deslumbramento o contato com Benjamin Constant. Constituíam suas aulas verdadeira “exposição filosófica” [...]. Iniciou-se em mim a renovação mental que constituiu o escopo da obra de Bacon e Descartes³⁰ – pus-me a subordinar as construções subjetivas aos materiais objetivos que chegam à inteligência através dos

³⁰ Descartes e Bacon, filósofos que deram início ao exame da capacidade do homem para o erro e a verdade, podem ser apontados como os principais precursores da construção das chamadas bases filosóficas da ciência moderna, embora divergissem quanto aos seus métodos e em suas ideias em relação ao conhecimento e sua construção. Logo, podem ser considerados complementares e essenciais para uma caracterização adequada da ciência moderna (GERMANO, 2011; CHAUÍ, 2000).

sentidos. Essa renovação galgou degraus superiores da escada enciclopédica – a Sociologia e a Moral – e a resplandecente luz da positividade rasgou as brumas de matizes opalinos que, até então, haviam envolvidos minhas concepções. Dissiparam-se as últimas névoas, quando compreendi que o altruísmo é tão inato quanto o egoísmo. (VIVEIROS, 1969, p. 587, grifos da autora).

A narrativa apresentada exprime poeticamente o seu deslumbre, como o próprio Rondon designou, em relação a Benjamin Constant, à doutrina positivista e, em linhas gerais, resume de que forma os ensinamentos positivistas o influenciaram em suas concepções. Rondon declarou, ainda, que muitos dos alunos da Escola Militar frequentavam a Igreja Positivista, porém, obedecendo à meta estabelecida por ele próprio: não saíam da escola por nenhuma questão. Foi somente depois de se tornar alferes-aluno que passou a frequentar assiduamente o templo positivista, assim que concluído seu curso. (VIVEIROS, 1969).

Freire (2009) salienta que Benjamin Constant é reconhecido como um dos maiores responsáveis pela divulgação do Positivismo no Brasil. Foi ele quem, além de influenciar Rondon quanto ao Positivismo como lente na academia militar, aproximou-o dos princípios republicanos. O autor ressalta o fato de que os alunos de Benjamin Constant se ocupavam mais com o saber científico e, secundariamente, com o aprendizado técnico militar.

Sua dedicação ao Positivismo foi de tal forma intensa que Rondon solicitou ao Apostolado a renovação do seu matrimônio. A antiga veneração pelo catolicismo, segundo Rondon, possibilitou-lhe receber, na época, o sacramento do matrimônio conforme a religião católica, porém, pediu que lhe fossem poupadas algumas formalidades, como, por exemplo, a confissão. E, após vários anos dedicando-se inteiramente ao Positivismo, e devido à adesão de sua família, requereu ao Apostolado Positivista do Brasil a renovação de seu casamento religioso, que ocorrera em janeiro de 1903 (VIVEIROS, 1969).

Ao justificar sua filiação ao Positivismo, de maneira a tomar seus princípios como lema religioso, Rondon esclarece:

Porque o dogma do Positivismo é a própria ciência e, como esta, universal, relativo, demonstrável. Porque só abrange o que é positivo, isto é, rela, útil, certo, preciso, orgânico, relativo, simpático. Porque dilatou, até à Espécie, a sociabilidade que a evolução já entendera das famílias às pátrias. Porque estabelece cooperação na indústria, pacífica e altruísta, sem ódios de nações nem de raças. Porque institui meios de aperfeiçoar o homem, para torna-lo útil instrumento da

sociedade. [...] Porque estuda ordem universal, para melhorá-la. Porque aperfeiçoa a ciência, tendo como objetivo o aperfeiçoamento do homem. [...] Porque é, ao mesmo tempo, a religião do amor, a religião da ordem, a religião do progresso. Minha formação cerebral fizera-me, ao contato com o Positivismo, ter a sensação de que, espontaneamente, norteara minha conduta pelos seus princípios. Daí o entusiasmo com que formulei e adotei o lema, verdadeiramente religioso, que foi a diretriz dos trabalhos da Comissão: “Morrer, se necessário for, matar nunca!” (VIVEIROS, 1969, p. 588-589, grifos da autora).

O lema da Comissão Rondon, formulado por Rondon, pensado a partir de suas convicções positivistas, ficou marcado na história daquela ação pública. A exemplo, podemos constatá-lo citado na obra sobre a expedição Roosevelt-Rondon, da norte-americana Candice Millard (2007), ao referir-se aos inúmeros ataques dos índios Nhambiquara contra a Comissão: “Rondon ordenara a seus homens que não reagissem atirando, obrigando-os, como sempre, a seguir seu lema admirável, ainda que suicida: ‘Morrer se preciso, matar nunca’” (MILLARD, 2007, p. 168, grifos da autora).

Sobre essa intrínseca relação que Rondon tinha com o Positivismo, Diacon (2006) considera que:

Dizer que Rondon era positivista é afirmar algo tão óbvio quanto o fato de o homem ser bípede. O Positivismo foi tudo para ele. Moldou sua visão de mundo. Forneceu o esquema para o desenvolvimento nacional que ele seguiu ao planejar e construir a linha telegráfica. E também determinou suas ideias sobre as relações entre índios e brancos no Brasil. [...] Em suma, Rondon construiu os êxitos de sua carreira sobre os alicerces do positivismo (DIACON, 2006, p. 96).

Entretanto, como sinaliza o autor, além dos êxitos logrados por meio do positivismo, este também se constituiu em uma fonte de problemas para Rondon. Nesse sentido, Diacon (2006) destaca o fato de que ele tenha sido impelido a adentrar em alterações desnecessárias com autoridades, em virtude das questões de fé e a se contrapor a representantes da Igreja Católica - fatos que, segundo o autor, tornaram-se empecilhos impostos por partidários desta religião à execução de seu projeto na região Nordeste do Brasil. Aqui também vale frisar o impasse causado pela orientação positivista de Rondon quanto à política do SPILTN nas colônias indígenas assistidas pela Missão Salesiana em Mato Grosso, o que será discutido com mais afinco na sessão 4.6 (p. 129).

Refletindo sobre os cenários que envolvem orientações valorativas aos atores sociais, deparamo-nos com uma gravura carregada de simbologia e que nos reporta

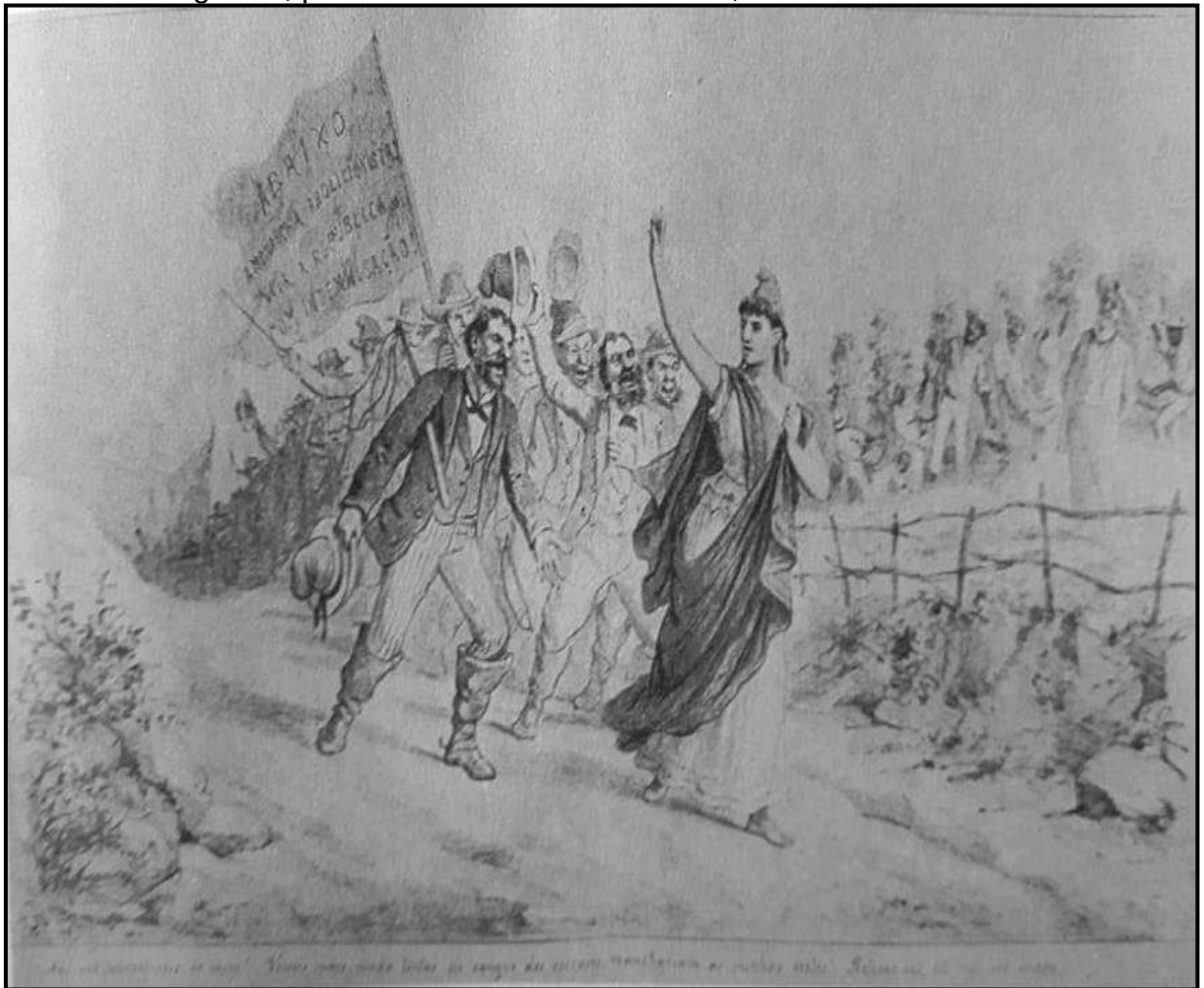
a um dos elementos icônicos do imaginário republicano da França: a alegoria feminina como representação da República, com a popularização de Marianne, nome popular de mulher (CARVALHO, 2017). O autor justifica o surgimento da alegoria feminina no regime republicano da seguinte forma:

A Monarquia representava-se naturalmente pela figura do rei, que, eventualmente, simbolizava a própria nação. Derrubada a Monarquia, decapitado o rei, novos símbolos faziam-se necessários para preencher o vazio, para representar as novas ideias e ideais, como a revolução, a liberdade, a república, a própria pátria. Entre os muitos símbolos e alegorias utilizados, em geral inspirados na tradição clássica, salienta-se o da figura feminina. (CARVALHO, 2017, p. 79).

Os positivistas que compunham o cenário político e militar da Primeira República tiveram grandes influências do modelo republicano francês e com o objetivo de compor o imaginário popular do novo regime, segundo este autor, foi necessário traduzir o ideário da república para além dos símbolos das elites. Isso se daria a partir da utilização de sinais mais universais e de fácil compreensão como as alegorias, as imagens, os mitos, uma vez que a elaboração do imaginário social comum é um elemento imprescindível na legitimação de qualquer regime político. Deste modo, republicanos brasileiros que se espelhavam nos feitos dos franceses contavam com um vasto repertório de imagens e símbolos para se inspirarem. Todavia, como sinaliza Carvalho (2017), diferentemente do que ocorrera na França, cujo governo era representado pela figura masculina do rei, no Brasil o Império era conduzido, mesmo que como eventual regente, pela herdeira do trono: a Princesa Isabel.

Diante disso, a imagem feminina de Isabel fora, à ocasião, diminuída ao apresentá-la como “simples brinquedo nas mãos do Conde d’Eu” e, a partir de então, foi montada uma campanha intensa para desmoralizar o Conde. O fato de o Conde ser francês foi um elemento facilitador para associar sua imagem ao Antigo Regime, chegando ao extremo de sugerir que ele tivesse o mesmo fim que a Revolução Francesa guardara para o Rei Luiz XVI: sua execução. Dessa forma, daria espaço para a assimilação republicana da figura feminina (CARVALHO, 2017), que, mesmo antes da Proclamação da República, já era representada pelos cartunistas da imprensa periódica brasileira, como podemos observar nas figuras 18 (p. 96), abaixo:

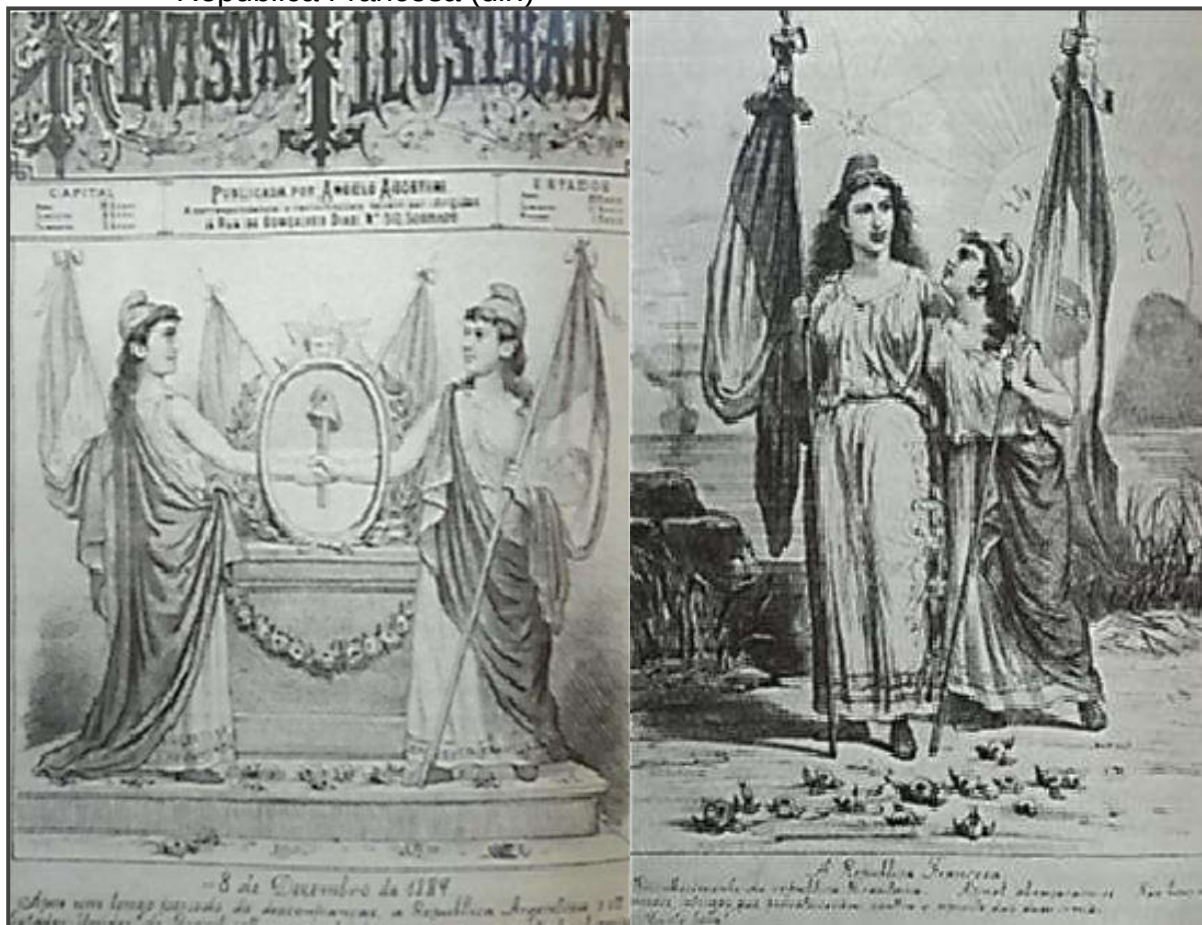
Figura 18 – Senhores de escravos pedem indenização à República, charge de Angelo Agostini, publicada na Revista Ilustrada, 9/6/1888



Fonte: Carvalho, 2017, p. 85.

Segundo Carvalho (2017), a alegoria feminina da República continuou sendo reproduzida e divulgada, como podemos constatar na figura 19 (p. 97):

Figura 19 – Alegorias femininas: República Argentina e República Brasileira (esq.) e República Francesa (dir.)



Fonte: CARVALHO (2017, p. 86 e p. 116, respectivamente).

Carvalho (2017) elucida que a utilização das alegorias femininas se fundamentava em um conjunto de interpretações sobre o mundo em que a república, embora importante, era apenas parte de um todo. A esse respeito, o autor afirma que “na escala dos valores positivistas, em primeiro lugar vinha a humanidade, seguida pela pátria e pela família. A república era a forma ideal de organização da pátria. A mulher representava idealmente a humanidade” (CARVALHO, 2017, p. 88).

Neste cenário, a gravura que nos chamou a atenção, nos escritos sobre a Comissão Rondon, é intitulada “Kuiáure - Moça Borôro de S. Lourenço, Estado de Matto-Grosso” (Figura 20, p. 98), uma ilustração de uma jovem mulher Bororo, da região de São Lourenço, localizada no Mato Grosso, que consta no livro original *Missão Rondon* (1916).

A índia representada segura a Bandeira Nacional do Brasil, traja uma veste com tons rosados e porta um barrete frígio³¹, na cor vermelha, sobre a cabeça, tal qual a figura de Marianne, representação da República Francesa, que servira de inspiração aos republicanos positivistas brasileiros. Há traços característicos europeus, embora a legenda da foto informe tratar-se de uma índia da etnia Bororo. Observemos, na ilustração abaixo, a semelhança com as figuras 18 e 19 (p. 96-97) expostas anteriormente:

Figura 20 – Alegoria feminina da República Brasileira
“Moça Borôro de S. Lourenço, Estado de Matto-Grosso”



Fonte: Missão Rondon (1916).

³¹ As primeiras representações da figura feminina usando o barrete frígio, uma espécie de gorro vermelho, surgiram durante a Revolução Francesa como uma alegoria representativa da Liberdade e da República. (Dans la même rubrique). Disponível em: <<http://www.elysee.fr/la-presidence/marianne/>>. Acesso em: 29 out. 2017.

Carvalho (2017) ressalta que foram os pintores positivistas que se empenharam seriamente na tentativa de utilizar a imagem feminina como alegoria representativa cívica. O autor talha uma crítica aos positivistas que, mesmo dando importância aos negros, atribuindo a eles uma superioridade à raça branca, e defendendo a integração à nação brasileira dos índios e dos proletários, não os representavam em suas alegorias de humanidade e de república.

A foto reprodução de uma moça Bororo da região de São Lourenço poderia se tornar uma exceção às outras representações dos artistas positivistas republicanos brasileiros, se não fosse o fato de a mulher representada não possuir as características físicas da etnia Bororo, sendo mais uma reprodução à moda francesa de Marianne, personagem do positivismo francês, contexto pós-monárquico.

Entretanto, mesmo sem fugir de tal estereótipo eurocêntrico, há a intenção, por parte da Comissão de representar a nova República que emergia, dispondo da imagem indígena. Esta se tornaria um ícone cristalizado nas representações do que foram os trabalhos de Rondon.

Fiorin (2009), ao discorrer em seu texto a respeito da construção da identidade nacional brasileira, fundamentando-se nas proposições de Thiesse (1999 apud FIORIN, 2009), ressalta que a identidade nacional é uma criação da modernidade constituída no século XVIII e que se desenvolveu com plenitude no século XIX. Para o autor, o Brasil foi uma das primeiras experiências de criação de uma nação com sucesso fora da Europa, compreendendo nação como:

A nação é vista como uma comunidade de destino, acima das classes, acima das regiões, acima das raças. Para isso, é preciso adquirir uma consciência de unidade, a identidade, e, ao mesmo tempo, é necessário ter consciência da diferença em relação aos outros, a alteridade (FIORIN, 2009, p. 117).

Nesse sentido, o autor ressalta que a criação ideológica de nação no Brasil teve suas peculiaridades, o “outro” da criação na nacionalidade brasileira foi sua metrópole, Portugal. Porém, pondera ele, a constituição da nação brasileira teve um agravante, pois a independência do Brasil fora proclamada por um príncipe português sucessor do trono, não havendo, portanto, uma ruptura plena com a antiga metrópole.

Em contraposição, assinala Fiorin (2009), a construção da nacionalidade brasileira se inicia a partir da brasilização do monarca de origem portuguesa. Segundo o autor, ele é representado e tem sua imagem reforçada nos manuais de História pelo

“Dia do Fico”, quando, pressionado para voltar a Lisboa, optou por ficar no Rio de Janeiro, e também pela emblemática pintura de Pedro Américo (Figura 21), que representa D. Pedro II sobre um cavalo no alto de uma colina que, antes do “grito” de independência, arranca fora os laços da coroa portuguesa.

Figura 21 – “O grito do Ipiranga”, Pedro Américo (1888)



Fonte: Ensinar História (2015)³².

Fiorin (2009) salienta que, quando se fala em identidade nacional, temos de tomá-la como um discurso, um produto ideológico constituído dialogicamente, no sentido bakhtiniano do termo. Como podemos constatar, a busca de uma identidade nacional brasileira advém ainda dos tempos do Império, e contou com um papel importante na literatura, com o resgate da imagem do índio como representação de brasilidade, de autores como José de Alencar, em obras como *O guarani* (1857) em que, segundo Fiorin (2009), o mito de origem da nação surge da síntese do Velho e do Novo Mundo.

Entretanto, no contexto da República Velha, as referências e aspirações eram outras. A alegoria feminina representa as proposições positivistas da Comissão em delinear um ideário de uma nação republicana que acabara de emergir. Assim como a Bandeira Nacional e a construção do mito de Tiradentes como herói para a

³² Disponível em: <http://www.ensinarhistoriajoelza.com.br/o-grito-do-ipiranga-uma-fraude> Acesso em: 10 jun. 2018.

República, a alegoria feminina projetada pela Comissão figura também como mais um elemento simbólico, constituído a partir de inspirações positivistas, com o intuito de elaborar uma identidade essencial para a nação.

Para Bigio (2000, p. 31), Rondon, enquanto positivista, acreditava na divisão da sociedade humana em três estágios evolutivos distintos: “O estado teológico ou fetichista, o estado metafísico ou abstrato, e o estado científico ou positivo”. Assim, o autor sublinha que, para Rondon, os indígenas brasileiros se encontravam no primeiro estágio, mas poderiam atingir o estágio positivo por meio da educação e do aprendizado de novos moldes de produção.

Esse estado positivo almejado pelas ações políticas positivistas de Rondon seria modelado de forma gradativa, como podemos constatar no livro *Missão Rondon* (1916), em que é explicitamente apresentado o que se propunha com o SPILTN: uma política de aproximação e “pacificação”, sem o emprego de violência física, mas que resultaria em profundas mudanças na cultura dos povos indígenas. Tais transformações seriam alcançadas de forma gradativa, como podemos observar no excerto a seguir:

É preciso não se ter pressa em impor aos selvícolas a sedentariedade, nem querer obrigar a viver em aldeias construídas à nossa feição; não destruir nem amesquinhar a influência de seus chefes temporais ou espirituais; não suprimir as suas festas e ritos religiosos, nem se preocupar em tornar monógamos.

Tais modificações hão de se produzir como resultado duma evolução cuja marcha é acelerada pelos novos instrumentos de trabalho que nós lhe fornecemos, pelas armas de fogo, pelo sal, os fósforos, o açúcar, as roupas e outras utilidades que rapidamente entram nos seus costumes, tornando-os cada vez mais dependentes das relações conosco e determinando aproximações mais íntimas de dia para dia.

São essas aproximações voluntárias, espontâneas, que vão os modificando integralmente, sem sobressaltos nem perturbações. E tem-se notado que essas modificações se dão muito mais rapidamente do que se poderia imaginar (MISSÃO RONDON, 1916, p. 258-259, grifos nossos).

Nesse sentido, Diacon (2006) assevera que além das ações de proteção aos povos indígenas, a *Comissão Rondon* buscava a implementação de sua política indigenista, que consistia em conduzir os indígenas de forma gradual para o estado positivo da evolução. O autor conclui que as ideias e políticas engendradas por Rondon serviram como moldes para a relação entre o Estado e os índios por mais de quatro décadas, o que fez com que o nome de Rondon ganhasse popularidade no

Brasil e no exterior, de forma que “Rondon” e “política indigenista” converteram-se em sinônimos no Brasil.

Sendo assim, pautando-se em seu ideal positivista, Rondon realizou o trabalho de “pacificação” de centenas de tribos indígenas pelo Brasil, dentre as quais estão os Nhambiquara, Barbados, Ipot-uats, Urumis, Arikêmis, Kep-keriuats, Pernauts, Paresi, Bacaeris, Jarus, Urupás, Caripunas (VIVEIROS, 1969).

Figura 22 – Índio envolto com a bandeira brasileira³³



Fonte: Freire (2009, p. 77).

³³ No centro da foto, enrolado na bandeira do Brasil, o chefe Kaingang Vahuin com sua esposa. À direita, Vanuire, intérprete Kaingang. (FREIRE, 2009).

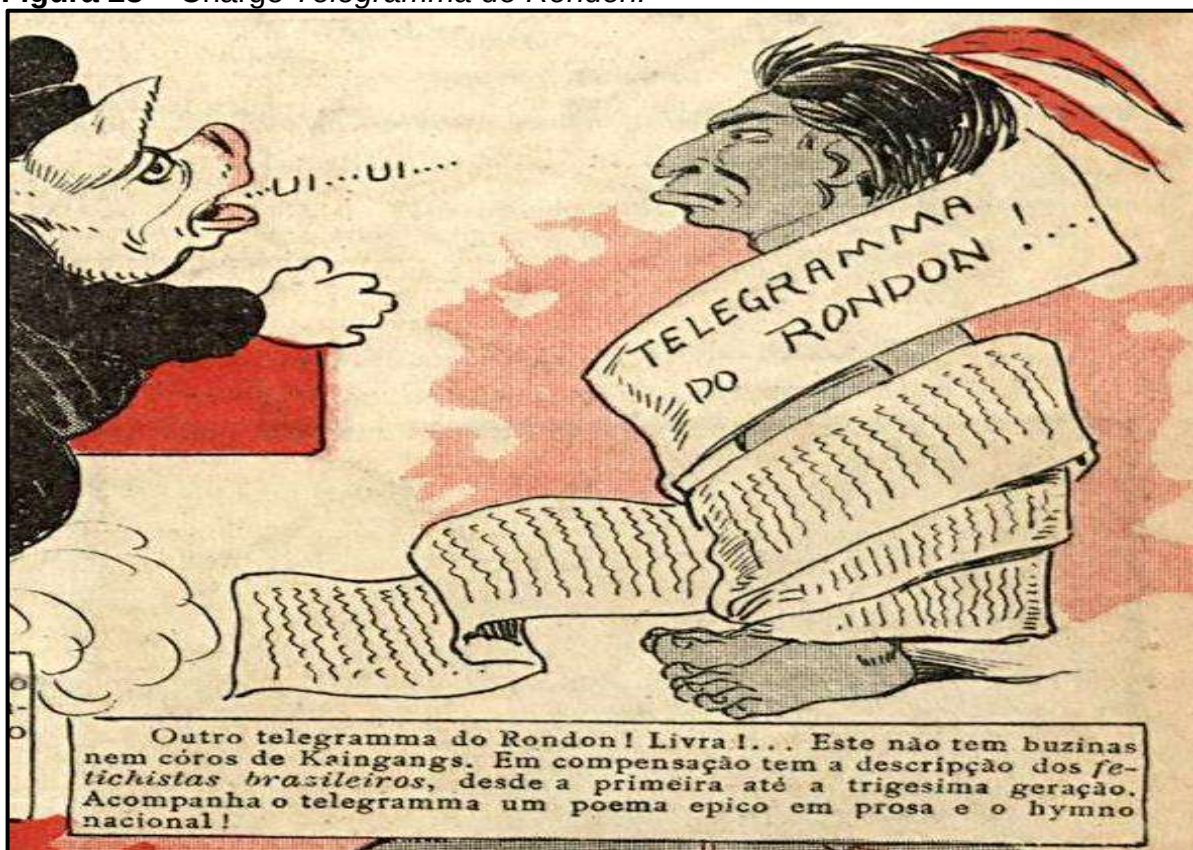
As opiniões a respeito das políticas indigenistas nunca foram consensuais, nos diversos setores sociais, fosse por meio da catequese católica ou mesmo a laica proposta pelo novo regime. É o caso, por exemplo, do antropólogo Darcy Ribeiro, que se tornou amigo pessoal de Rondon após trabalhar no SPI. Em *Falando dos índios* (2010), empreendeu severas críticas às ações religiosas por acreditar que o único objetivo dessas missões era “desindianizar” o índio por meio da desmoralização dos seus ritos e crenças, inviabilizando, assim, seus costumes, com o propósito de convertê-los ao cristianismo, e completa: “Não o faziam em benefício dos índios, mas de si próprios, com vista à santificação” (RIBEIRO, 2010, p. 37).

Ainda no tocante à questão da catequese indígena, em contramão ao ponto de vista de Darcy Ribeiro (2010), Lima Barreto, em 1919, formula, com críticas carregadas de ironia, sua opinião sobre o assunto, em um artigo de opinião publicado no jornal carioca *Caretas* (Ano 1919, Edição 0590): “Entretanto no Brazil, actualmente, há uns caboclistas muito engraçados. Um deles é o senhor Rondon, hoje general, que tem ar feroz de quem vai vencer a batalha de Austerlitz³⁴”, e acrescenta: “Rondon catechista é um grande general e o general é um grande catechista”.

No mesmo sentido, a revista carioca *O Malho*, edição 459, do dia 1º de julho de 1911, também tece críticas, por meio de uma charge em que ironiza a orientação ideológica positivista de Rondon frente ao SPILTN, presente no discurso dos telegramas oficiais, como vemos na figura 23 (p. 104):

³⁴ Consiste em um conflito ocorrido em 1805 entre o exército napoleônico e as forças militares da Áustria e da Rússia. Para Napoleão, a Batalha de Austerlitz representou “um misto de sagração imperial e apogeu do estrategista militar.” (MONDAINI, 2013, p. 206).

Figura 23 – Charge *Telegramma do Rondon!*



Fonte: *O Malho*, Ano X, 1º de julho de 1911, ed. 459.

Diferentemente dos demais telegramas que, de acordo com Costa (2014), geralmente, são sucintos em seu conteúdo, compostos por mensagens curtas e objetivas, aqueles produzidos por Rondon eram curiosamente longos, o que caracteriza a entonação satírica da charge ao ilustrar o texto de forma descomunal, usando a figura indígena com meio de transporte. Para ilustrar esse gênero discursivo bastante usual, que foi muito importante para a comunicação, principalmente durante as primeiras décadas do século XX, trouxemos, a título de exemplo, um telegrama oficial do Ministro Rodolpho Miranda do ano de 1910, enviado ao diretor da “Escola de Aprendizes Artífices de Curityba”, exposto na figura 24 (p. 105):

Figura24 – Telegrama do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio

Fonte: Portal UTFPR³⁵.

Ao trazermos diferentes fontes históricas, temos por objetivo a compreensão dos discursos situados sobre essas duas esferas da comunicação humana: a esfera política e a religiosa e, ainda, como se manifestam na arena de lutas as vozes sociais presentes no *corpus* da análise.

Nesse sentido, podemos destacar, com base nos apontamentos de Moraes (2003) que a esfera ideológica da Igreja dos anos iniciais da República foi delineada pelo episcopado brasileiro de duas formas: positiva, por um lado, e negativa, por outro. Os aspectos positivos dizem respeito à libertação da Igreja do jugo do Padroado, da influência do Estado nos assuntos religiosos; mas foi considerada nefasta à sociedade cristã por equiparar o catolicismo a outras religiões e tomar posicionamentos de cunho liberal como, por exemplo, o estabelecimento do casamento civil.

Nesse contexto liberal, a catequese indígena, antes articulada pela Igreja Católica, agora ganhara um caráter positivista, a chamada *catequese leiga* coordenada pelo SPILT, primeira instituição leiga do Estado brasileiro a assistir os povos indígenas. Entretanto, a esse respeito, Oliveira e Freire (2006) ponderam que:

Embora em muitos momentos os seus ideólogos enunciem os seus princípios de acordo com uma linguagem positivista (e mesmo com uma retórica anticlerical), o modelo indigenista adotado retoma – como herdeiro – formas de administração colonial empregadas desde os

³⁵ Disponível em: http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/dircom/departamento-de-documentacao-historica-1/museu-virtual/acervo-textual-e-de-impressos/arquivo-digital-textual-e-de-impressos/documentos-textuais-da-rotina-administrativa/580364_370579003051426_1073723789_n.jpg/image_view_fullscreen
Acesso em: 12 mai. 2018.

tempos dos missionários jesuítas. Os postos indígenas do séc. XX mantêm muito pontos de semelhança com os aldeamentos missionários constituídos desde o séc. XVI. A explicação circunstanciada de algumas regulamentações e a descrição de algumas práticas dos indigenistas no séc. XX permitirão a compreensão dessa genealogia. (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 112).

Em Mato Grosso, a Missão Salesiana da Igreja Católica fez-se presente desde os anos finais do século XIX, iniciando com os índios Bororo e, posteriormente, atendendo aos Xavante.

Figura 25 – Irmãs salesianas e crianças Bororo



Fonte: Museu do Índio/Funai³⁶.

Após a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), a Igreja sentiu sua primazia no trabalho da catequização indígena sendo ameaçada pelos trabalhos e discursos oficiais referentes à catequese leiga, coordenada pelo Estado, na figura do agente público e político, Rondon.

Segundo Diacon (2006), para se compreender o interesse de Rondon em sua empreitada nos sertões e seu posicionamento em relação aos povos indígenas, é necessário, antes de tudo, tomar os ideais positivistas que estavam presentes durante

³⁶ Disponível em: <http://www.projetomemoria.art.br/rondon/principios-educacao-dirigida.jsp> Acesso: 10 jun. 2018.

o período de sua formação militar no Rio de Janeiro e que o acompanharam em sua atuação nos trabalhos da Comissão no interior do Brasil. O que, de acordo com o autor, justificaria a maneira como a Comissão formulou sua política indigenista.

Sobre a questão indígena e o discurso ideológico constituído em torno dos trabalhos realizados por Rondon, Maciel (1998) destaca que:

A “história oficial da proteção aos índios” se encarregou de criar a ideia de um “grupo rondoniano” formado a partir de relações interpessoais de Rondon, que se caracterizaria por um caráter “civilista”, remanescente dos ensinamentos positivistas ortodoxos, dotados de intenções humanitárias e fraternas no trato das questões indígenas. (MACIEL, 1998, p. 17, grifos da autora).

A autora, apoiando-se nas reflexões de Lima (1992 apud MACIEL, 1998), destaca que essa “ficção” acabou por obscurecer outras realizações da carreira militar de Rondon, como sua atuação nos primeiros anos da República, marcada por seus laços com a Missão Francesa, suas atividades frente à Diretoria de Engenharia do Ministério da Guerra, sua atuação na repressão aos ditos “rebeldes”, em 1924-1925, sua especialização nos trabalhos relacionados à engenharia militar, ao conhecimento da topografia do território e também ao aparelhamento do exército.

4.3 Apresentação do *corpus* central da pesquisa: contexto histórico-ideológico da fundação do periódico

Partimos do pressuposto bakhtiniano de que o discurso consiste em um evento social e, para compreendermos a formação discursiva do periódico em questão, reportamo-nos ao contexto histórico-ideológico que orienta seu discurso, a compreensão da posição axiológica assumida pelo jornal *A Cruz: órgão da Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso*, a partir da constituição de sua formação discursiva.

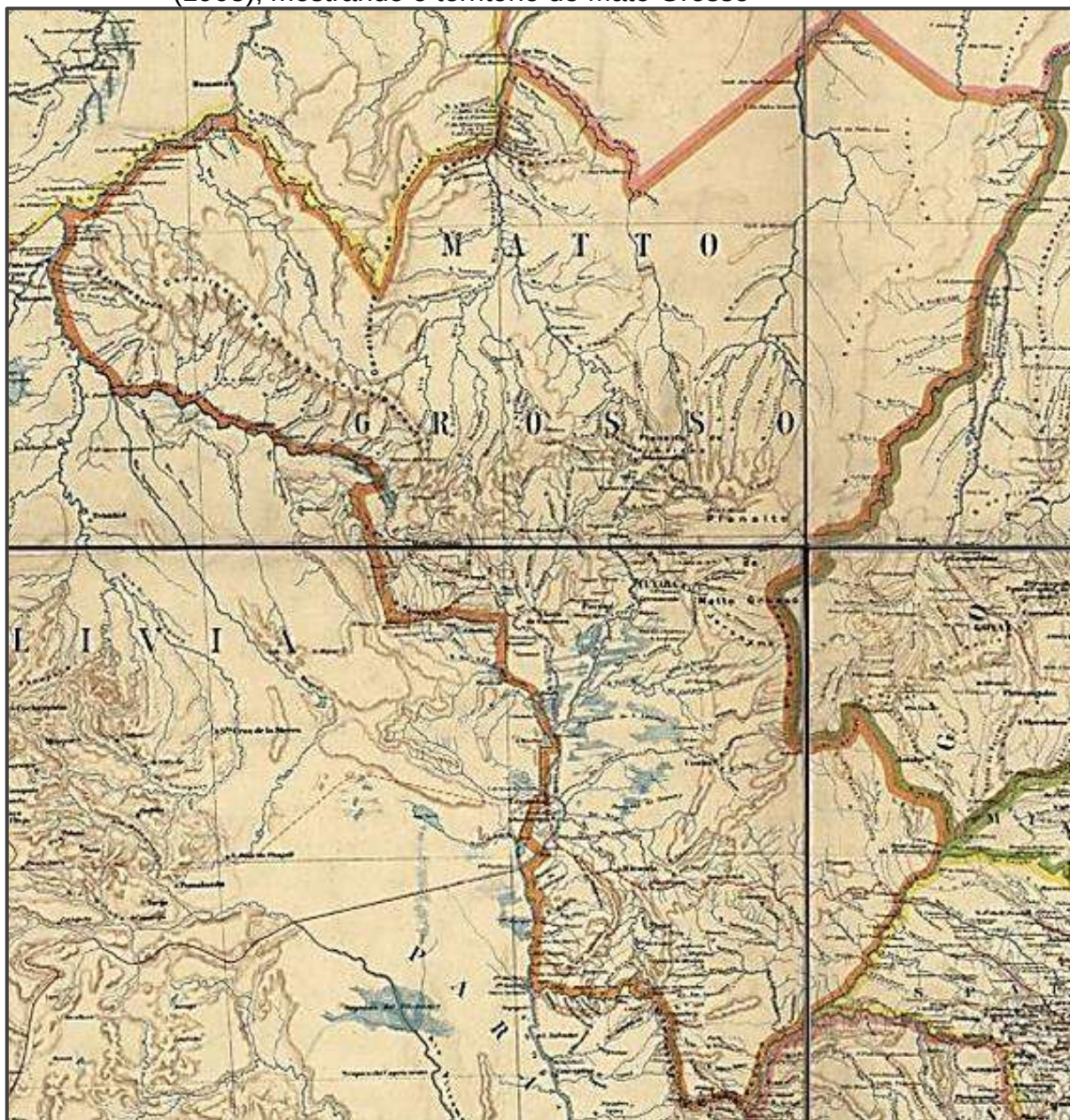
Dessa forma, existe um vínculo concreto entre o enunciado e a situação social, sendo esta parte integrante daquele e, portanto, indispensável à compreensão efetiva do seu sentido, de modo a demarcar, assim, o lugar sócio-ideológico de onde falam os seus atores e estão situados os seus destinatários. Em suma, “Estudar o discurso em si mesmo, ignorar a sua orientação externa, é algo tão absurdo como estudar o sofrimento psíquico fora da realidade a que está dirigido e pela qual ele é determinado” (BAKHTIN, 2010, p. 99).

O jornal *A Cruz* foi fundado em 1910 e esteve em circulação até 1969, o que faz dele o periódico não oficial do estado de Mato Grosso que esteve maior tempo em atividade. Em sua primeira década de existência, a redação desse jornal católico operava no Seminário Episcopal e sua tipografia era salesiana. Este órgão da imprensa era mantido pela *Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso* (LSCMT), composta por intelectuais e católicos que se destacavam socialmente. O periódico, que no primeiro ano de existência tinha publicação quinzenal, passou, então, após 1911, a ser semanalmente publicado, com uma tiragem inicial de mil exemplares, logo ampliada (OLIVEIRA, 2016; CANAVARROS, 2007).

Conforme Canavarros (2007, p. 03), o público-alvo do jornal era composto por “entidades, juízes, advogados, professores e demais profissionais liberais e suas respectivas esposas” e possuía assinantes assíduos por quase todo o interior do estado de Mato Grosso. Cabe aqui frisar que, no período em que foram produzidos os enunciados tomados para análise, o estado de Mato Grosso compreendia também o território do Mato Grosso do Sul.

A figura 26 (p. 109) traz um recorte do Mapa da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1908, em que foi selecionada a localização de Mato Grosso.

Figura 26 – Recorte do “Mappa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil” (1908), mostrando o território de Mato Grosso



Fonte: Biblioteca do Congresso dos EUA (Library of Congress)³⁷.

O contexto inicial de criação do jornal *A Cruz* ocorreu três anos antes do pontificado de Pio X (1903-1914), sendo marcado pelo início do terceiro período do ultramontanismo. Sobre tal formação discursiva, Coelho (2016) afirma:

³⁷ A figura representa um recorte feito por nós do *Mappa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil* publicado em virtude da Exposição Nacional, de 1908, cumprindo-se o pedido do então Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, conforme informações presentes no próprio mapa disponível no site da biblioteca digital do Congresso norte-americano, *Library of Congress*. Disponível em: <https://www.loc.gov/resource/g5400.ct000637/>. Acesso em: 20 de março de 2018.

[...] refere-se à doutrina e política católica que busca em Roma sua principal referência. Esse movimento surgiu na França na primeira metade do século XIX e tem por intuito a defesa do poder e as prerrogativas do Papa em matéria de disciplina e fé. Nos pontificados de Pio IX (1846-1878) e de seu sucessor Leão XIII (1887-1903), intensificaram-se as ações da Igreja Católica no sentido de combater a expansão do liberalismo, do racionalismo e de seus impactos nos campos religioso, filosófico e político. Esse combate ao mundo moderno ficou conhecido como ultramontanismo, pois pregava a total submissão dos poderes temporais à autoridade papal, situada “além dos Alpes” (COELHO, 2016, p. 15, grifos da autora).

Esse momento foi caracterizado pela constituição da Ação Católica, que articulava a atuação entre o clero e o laicato com objetivo de defender os interesses da Igreja Católica no combate às ideologias e às religiões opositoras (CANAVARROS, 2007; OLIVEIRA, 2016).

No Brasil, esses desafios se tornaram ainda maiores, visto que a recém-instituída República procurava expurgar, nos mais diversos terrenos, a presença católica, após séculos de Padroado. Nesse sentido, Bonavides e Andrade (2008) asseveram que a nova Constituição do regime recém-instituído se redigiu, principalmente, por se posicionar antagonicamente em relação à Constituição de 1824. Os autores destacam, dentre as mudanças na nova Constituição, o fim do Poder Moderador e do Senado vitalício e a separação entre o Estado e a Igreja, o que deu espaço ao Senado temporário e à liberdade de culto na República.

Impulsionado pelo momento anticlerical proveniente dos primeiros anos da República e professando aspirações ultramontanas, o conde romano D. Carlos Luiz d'Amour, que comandava a Diocese/Arquidiocese em Cuiabá, desde que deu início ao seu bispado, procurou reformar o clero e as práticas religiosas dos fiéis. Assim, d'Amour assumiu com veemência o combate ao protestantismo, ao espiritismo e à maçonaria, além de se opor às mudanças de ordem jurídica impostas pelo regime republicano que fossem contrárias aos interesses da Igreja Católica (CANAVARROS, 2007; OLIVEIRA, 2016).

Segundo Canavarros (2007), a chegada dos padres salesianos a Cuiabá em 1894, antiga reivindicação do bispado de Cuiabá, foi fundamental para o catolicismo de Mato Grosso e colaborou com a fundação do jornal *A Cruz*, pois os padres trouxeram para as oficinas de arte, uma gráfica. Em Cuiabá, os salesianos fundaram o colégio Lyceu Salesiano São Gonçalo e outras instituições, como a Escola Agrícola de Santo Antônio, no Coxipó, em 1897, e a Colônia Indígena do Sagrado Coração de

Jesus, em 1901. Sobre a chegada dos salesianos em Mato Grosso, Canavarros (2007) assegura que esta foi uma época “[...] de ceticismo e de anti-clericalismo, fruto da publicidade positivista e cientificista reinante. Havia um clima de estranhamento recíproco entre o clero, principalmente da alta hierarquia, e os republicanos mais radicais”.

Desse modo, a ideologia positivista, difundida principalmente após a proclamação da República, provocava um mal-estar recíproco entre a Igreja Católica e os republicanos mais ortodoxos. Ainda de acordo com o autor, a fundação do jornal *A Cruz* ocorreu devido a um polêmico episódio envolvendo o bispo D. Carlos Luiz d’Amour que, enquanto oficiava a missa fúnebre em decorrência da morte do presidente Afonso Pena, não permitiu a entrada da bandeira nacional no recinto da igreja, por esta conter o lema positivista: “Ordem e Progresso”.

Foi em resposta a esse fato acima mencionado que, segundo Canavarros (2007), foi criado, pelos chamados livres-pensadores, o jornal *A Reação*, que expressava, em seus discursos, ideias anticlericais. Para se contrapor a esse jornal é que surge o periódico *A Cruz*, cujo editorial de abertura contra-ataca com a frase: “A Cruz será a nossa bandeira. O Evangelho o nosso código. Por Deus e pela Pátria o nosso lema. Catholicos e brasileiros sempre” (MORAES, 2003 apud CANAVARROS, 2007, p. 02).

A implementação do regime republicano, e, em consequência, o fim do regime de Padroado, instituiu assim, por parte do Estado, um tratamento que buscava igualdade entre todas as religiões. Dessa forma, os governos estaduais tiveram que se inserir nesse novo modelo e garantir um ensino público laico traçado nos moldes republicanos. Em Mato Grosso, o ensino laico nas escolas públicas foi instituído no ano de 1910, causando, com afirma Oliveira (2016), a insatisfação dos integrantes da Liga Social Católica Brasileira de Mato Grosso.

Como frisamos anteriormente, dentro dos pressupostos bakhtinianos, um enunciado é um elo na cadeia da comunicação humana e opera dialogicamente com outros enunciados, seja em caráter de conformidade ou de refutação. Nesse sentido, outro ponto a ser observado é a epígrafe que está presente em todos os exemplares do jornal *A Cruz*: “Só a imprensa pode reparar os males da imprensa”, de Visconde de Bonald, que explicita a posição de contra-ataque do jornal em defesa de suas proposições ideológicas. Na esteira desse pensamento, Canavarros (2007) reflete

que, apesar de o periódico não ter o caráter político partidário, não existe, contudo, um jornal ideologicamente neutro:

A Cruz, órgão da Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso, procurava fazer a política católica no contexto mato-grossense da primeira República. Tinha enfoque cultural e preocupação catequética, doutrinária, procurando travar embates de ideias e valores, evitando as configurações personalísticas e partidárias. (CANAVARROS, 2007, p. 01).

Havia, portanto, a preocupação da Igreja, naquele momento, em atender a educação doutrinária dos jovens e combater as outras religiões e doutrinas que representavam uma ameaça à supremacia católica. Consta, também, no cabeçalho do periódico *A Cruz*, desde sua fundação em 1910 até o ano de 1950, uma citação atribuída ao Papa Pio X, que ilustra esse caráter de salvaguarda dos ideais e interesses católicos: “Venderei todas as minhas alfaías para que não se interrompa a publicação da ‘difesa’”. Ou seja, sua criação se justificava pelo fato de que a Igreja Católica necessitava “defender-se” do movimento anticlerical que se instaurava naquele momento, mesmo que, nas palavras do papa, fosse necessário vender seus próprios bens para garantir essa defesa.

Desde sua criação, *A Cruz* ofertou aos leitores as opções de assinatura, tanto anual quanto semestral, com os valores de cinco mil réis na primeira opção e três mil réis na segunda, além da alternativa de poder adquiri-lo de forma avulsa, com o custo de trezentos réis. Esta informação também fazia parte do cabeçalho (Figura 27).

Figura 27 – Valores das assinaturas e das edições avulsas do periódico *A Cruz*

Publicação Quinzenal	
ASSIGNATURAS	
Anno 5\$000—Semestre 3\$000	Num. 1
Numero avulso 300 réis	

Fonte: *A Cruz*, Ano I, 15/05/1910, ed. 01, p. 01

De acordo com Oliveira (2016), além dos valores pagos pela assinatura do jornal e pela venda dos exemplares avulsos, o jornal *A Cruz* também era mantido e representado juridicamente pela Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso (LSCMT), sendo incluído, no estatuto dessa associação civil, que cada membro pagaria uma cota anual em dinheiro para a manutenção da Liga e do jornal.

O autor assinala, também, que *A Cruz* recebia doações em dinheiro de muitos benfeitores, alguns até de forma anônima, e outros colaboravam prestando seus serviços de forma gratuita à redação do jornal. Como exemplos, Oliveira (2016) cita a doação de um novo cabeçalho para o periódico feito de madeira, que foi utilizado em janeiro de 1911 e a contribuição feita por artistas com a produção, sem ônus para a redação, de clichês³⁸ para que fosse possível a publicação de gravuras e caricaturas no jornal.

Canavarros (2007) esclarece que o jornal tinha suas publicações, inicialmente, quinzenais e, a partir do seu primeiro ano de criação, tornou-se dominical. A tiragem de mil exemplares logo se expandiu, mantendo assinantes por quase todo o interior mato-grossense. Segundo o autor, *A Cruz* contava com vários colaboradores em produção e era dirigido, desde a sua fundação até 1925, pelo editor-chefe, o frei franciscano Ambrósio Daydé (Figura 28), de nacionalidade belga. Após 1925, assume a direção do jornal o escritor cuiabano José Barnabé de Mesquita, que, além de poeta, era desembargador da Justiça.

Figura 28 – Frei Ambrósio Daydé, redator-chefe do *A Cruz* (1910-1924)



Fonte: Oliveira (2016, p. 85).

³⁸ Placa de metal, geralmente feita de zinco, gravada fotomecanicamente, que apresenta, em relevo e em sentido contrário à imagem matriz, os pontos que devem deixar marcados na folha de papel (RABAÇA; BARBOSA, 1987). Os clichês a que se refere Oliveira (2016) eram talhados na madeira, por artistas colaboradores do jornal, como consta na edição nº 10, do dia 1º de outubro de 1910.

Os jornais impressos, sejam eles diários ou semanais, são suportes de vários gêneros textuais e, segundo Marcuschi (2008), são considerados suportes convencionais. O jornal *A Cruz*, como informa Canavarros (2007), contava com 12 gêneros de matérias jornalísticas nos seus primeiros dez anos de criação, a saber:

Editoriais, Cartas Pastorais e Expedientes da Igreja, Campanhas, Notícias e Reportagens, Polêmicas, Anúncios, Crônicas Gerais e Folhetins, Efemérides, Propagação Doutrinária, Assuntos da Cidade, Referências de Leitura, Registros (Sociais, Políticos e Culturais). (CANAVARROS, 2007, p. 03).

Retomemos, brevemente, as discussões acerca da relação suporte/gêneros discursivos, empreendidas no capítulo sobre gêneros, em que apontamos que Maingueneau (2004) refere-se a esses suportes como *mídiu*m, que vai além de apenas um “meio” de transmissão de um dado discurso. Para o autor, o *mídiu*m imprime alguns aspectos aos conteúdos nele impressos e gerencia os usos que podemos fazer deles, de maneira que uma mudança significativa do *mídiu*m transformaria o “conjunto de um gênero de discurso”. (MAINGUENEAU, 2004, p. 71-72). Diante do exposto, o jornal, como suporte de gêneros/*mídiu*m, agrega valor ao conjunto de gêneros que o compõem.

O periódico *A Cruz*, então, tomado como um *mídiu*m, implicaria na escolha por gêneros predominantemente do tipo argumentativo (editoriais e artigos de opinião) e os essencialmente pertencentes à esfera religiosa, a exemplo, as cartas pastorais e os expedientes da Igreja.

Sendo assim, após discorrermos sobre o momento histórico ideológico em que se deu a fundação do periódico *A Cruz*, é possível compreender em qual formação discursiva os enunciados foram produzidos e as relações dialógicas instauradas, visando, assim, a percepção da posição axiológica assumida pelo jornal em questão.

O esquema (Figura 29, p. 115) apresentado a seguir representa, de forma sistemática, o jornal como um suporte de gêneros do discurso. Como afirmado anteriormente, nesta pesquisa, os gêneros em análise são artigos de opinião e editoriais, que têm predominância da tipologia textual argumentativa e que se encontram afixados no suporte jornal do órgão *A Cruz*:

Figura 29 – Representação do jornal como suporte de gêneros textuais



Fonte: Esquema representativo produzido por nós a partir dos apontamentos de Marcuschi (2008, p. 177).

Tal análise fundamenta-se nos preceitos teóricos apresentados e discutidos no segundo capítulo deste trabalho. Tanto o gênero artigo de opinião quanto o editorial pertencem ao domínio discursivo jornalístico e refletem e refratam a formação discursiva da ideologia católica do período histórico em questão e suas tensões em relação às vozes que destoavam da posição axiológica assumida pela Igreja Católica da época.

Como discurremos no capítulo anterior, no que tange ao estudo dos gêneros textuais, não se pode tomá-los de forma deslocada do seu contexto social e fora da intrínseca relação com as atividades comunicativas humanas. É necessário, antes, considerarmos os fatores externos, do âmbito social, com o objetivo de identificarmos as “vozes” entrelaçadas no tecido textual e que configuram os princípios do dialogismo e da polifonia, duas teorias instauradoras da obra bakhtiniana.

Podemos afirmar que, por estarmos tratando aqui de jornais antigos, datados do início do século XX, o cenário dialogado no qual os enunciados foram produzidos atende aos interlocutores situados naquele dado momento histórico-social, em um

espaço sóciogeográfico demarcado, por onde o jornal teve sua circulação efetiva. Ao tomarmos para análise esses enunciados, procuramos reconstruir tal panorama espaço-temporal, como o intuito de nos aproximarmos ao máximo possível das posições valorativas assumidas pelos atores sociais que participaram da enunciação.

Nesse sentido, Brait e Melo (2016) sinalizam que, para Volochínov, o enunciado está preso intrinsecamente às particularidades advindas de sua enunciação, de forma que o não verbal que compõe a situação enunciativa também é parte de um contexto-histórico mais amplo, antecedendo esse enunciado e projetando para diante:

Assim, a situação extra-verbal está longe de ser meramente a causa externa de um enunciado – ela não age sobre o enunciado de fora, como se fosse uma força mecânica. Melhor dizendo, a situação se integra ao enunciado como força constitutiva essencial da estrutura de significação (VOLOCHÍNOV, s.d. apud BRAIT; MELO, 2016, p. 67).

Para Volchínov, o enunciado concreto, compreendido como um todo significativo, é composto por duas partes, sendo a primeira realizada efetivamente como palavra e a segunda compreendendo, assim, a parte presumida. É nesse sentido que empreendemos nossas pesquisas de cunho histórico, para que o presumido nos fosse também acessível.

Como todo enunciado se constitui como resposta a outros, é fundamental apontarmos aqui a ampla divulgação dos trabalhos realizados pelo Escritório Central da Comissão, a partir de sua criação no ano de 1910, sob o comando de Amílcar Botelho de Magalhães. Este, além de suas atribuições burocráticas, permitiria a refutação das críticas, denunciadas pela imprensa, sobre os gastos excessivos e a ineficiência dos trabalhos realizados pela Comissão Rondon.

A esse respeito, Domingues (2010, p. 10) afirma que os aspectos que se destacam na divulgação dos trabalhos da Comissão Rondon eram: “os esforços para a incorporação e desenvolvimento das terras percorridas e das populações indígenas encontradas, e, o que certamente mais atraía o interesse do público, seu caráter de epopeia, repleta de sacrifícios heroicos”.

A criação do Escritório Central da Comissão decididamente contribuiu para a divulgação dos trabalhos realizados pela mesma, juntamente com a figura expressiva de seu comandante, Cel. Rondon. Nesse sentido, Cardoso (2010) ressalta que a decisão de Rondon de instituir o escritório da Comissão na capital federal deveu-se

ao fato do aumento progressivo de suas atribuições e de poder; a própria estrutura burocrática aumentava notadamente e, somando-se a isto, as dificuldades enfrentadas entre os anos de 1907 e 1909, devido às sucessivas ausências nos acampamentos da Comissão.

Em suma, foi particularmente após a criação do Escritório Central que a Comissão definiu estrategicamente vários meios de divulgação de seus trabalhos:

[...] via telegramas, encaminhados diretamente da ponta da linha às redações, anunciando “descobertas”, comunicando os quilômetros de linha concluídos, as inaugurações de cada estação, sempre acompanhadas de fotografias que “atestavam” as informações (MACIEL, 1998, p. 190, grifos da autora).

A criação do Escritório Central da Comissão propiciou, além da divulgação dos trabalhos e refutação às críticas advindas de outras esferas sociais, como a jornalística, persuadir a opinião pública em favor dos novos ideários positivistas e republicanos, nos quais estavam ancorados os pressupostos de seu chefe e idealizador, o Coronel Rondon.

4.4 O projeto gráfico: algumas considerações

Com relação ao projeto gráfico, iniciamos pela diagramação, isto é, a apresentação de um conteúdo noticioso ou informativo disposto em um suporte material, seja ele impresso, eletrônico ou digital. Para Rabaça e Barbosa (1987), diagramar é o processo de criação, execução e distribuição gráfica dos conteúdos a serem publicados em um veículo impresso.

O jornal *A Cruz* utiliza, majoritariamente, a diagramação vertical, que, de acordo com Justo (s.d.), é o tipo mais tradicional e corriqueiro que dá ênfase ao texto, muito utilizado em *layouts* de jornais. Nele, segundo o autor, o *layout* é dividido em colunas compostas com blocos de texto que estão verticalmente dispostos, orientados de cima para baixo e em sequência. Essa diagramação pode ser observada mais adiante na Figura 31 (p. 119), que expõe várias páginas iniciais do jornal *A Cruz* (1910-1920).

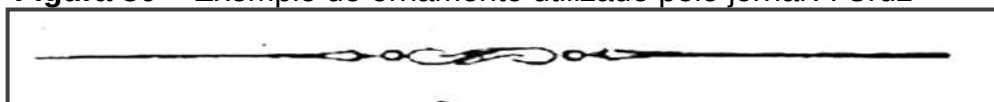
O jornal mato-grossense, conforme o período anteriormente delimitado, apresentou, em suas publicações, predominantemente, quatro páginas, salvo raras edições que alcançavam o número de oito laudas. Sobre a disposição das configurações do jornal *A Cruz*, Canavarros (2009a) destaca os seguintes aspectos:

As quatro páginas tinham a seguinte configuração: na primeira havia as manchetes, os editoriais, os expedientes, as pastorais e avisos da Igreja e a seção de Telegrammas, nacionais e internacionais. Esta seção, muitas vezes, era deslocada para a segunda página (Pelo Mundo), onde tínhamos as crônicas, folhetins de rodapé, poesias, e matérias mundanas. A terceira página era tomada pelos anúncios, geralmente de profissionais liberais (médicos, dentistas, advogados), casas comerciais, hotéis, oficinas, cafés, etc. Reclames ocasionais de vendas, como casas, terrenos, mobílias e peças diversas, além de aluguéis e serviço (CANAVARROS, 2009a, p. 14).

O autor acrescenta que a última página do periódico era destinada à complementação das matérias e comentários das páginas anteriores e também aos anúncios publicitários.

O periódico em análise também se utilizava do recurso estético de ornamentos (Figura 30) que são dispostos com objetivo de separar e organizar o conteúdo da página. Em nossos jornais impressos atuais são empregados os chamados fios ou filetes que, segundo Justo (s.d.), têm esse propósito.

Figura 30 – Exemplo de ornamento utilizado pelo jornal *A Cruz*



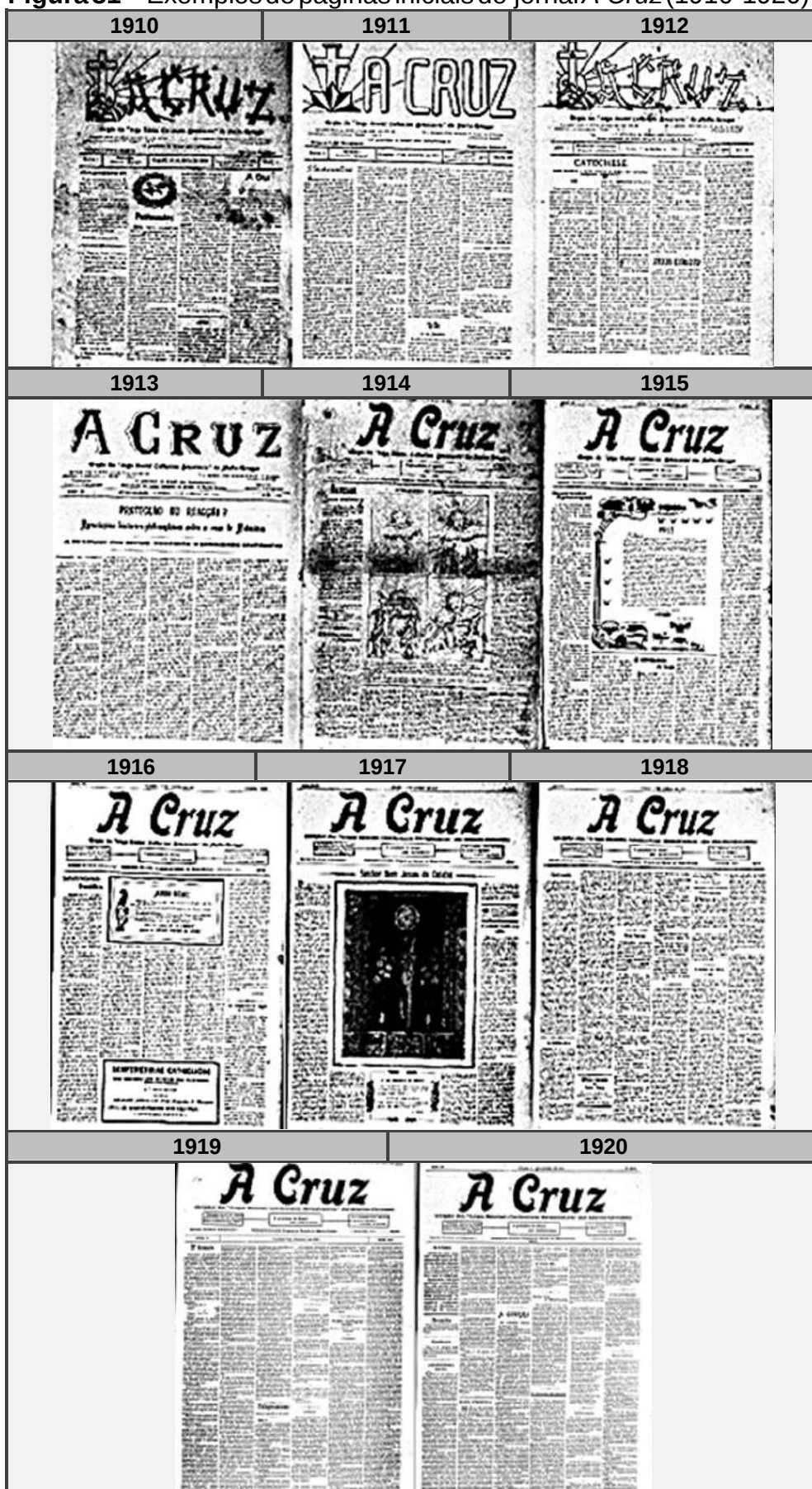
Fonte: *A Cruz*, 08/10/1911, nº 44, p. 01.

Os assuntos tidos como mais relevantes pelo jornal *A Cruz* eram dispostos obedecendo a uma hierarquia definida pela combinação entre o posicionamento e o tamanho dos enunciados.

Quanto ao título do jornal, sua tipografia³⁹, observada no período delimitado por este trabalho, de 1910 a 1920, sofreu algumas modificações, como podemos observar na figura 31 (p. 119):

³⁹ Tipografia é o nome atribuído à atividade que envolve a organização visual da linguagem verbal e, segundo Justo (s.d.), o trabalho com a tipografia “envolve a escolha dos tipos que serão utilizados, de acordo com as características dos desenhos das letras que compõem a família tipográfica e a composição das letras de um texto” (JUSTO, s.d. p. 140-141).

Figura 31 – Exemplos de páginas iniciais do jornal *A Cruz* (1910-1920)



Fonte: Elaborado por nós com base nas edições do periódico *A Cruz* (1910-1920).

Notemos, pois, que nos três primeiros anos de publicação há a combinação de imagens e texto no cabeçalho do periódico, onde a figura da Cruz aparece à esquerda do título, deixando de ser empregada a partir do ano de 1913. Quanto ao título, as fontes tipográficas nos anos de 1910 a 1912 remetem também aos elementos que compõem a imagem de Cruz, ou seja, as tábuas cravadas por pregos. Assim esse signo da esfera religiosa católica, que também designa o título do jornal, exprime o caráter ideológico católico/cristão, remetendo o leitor ao martírio da crucificação do Cristo, como um recurso de demarcação valorativa.

A imagem da cruz, para os católicos, consiste em seu principal símbolo ideológico, situada no universo contraditório entre a vida e a morte, entre a dor física e a elevação espiritual, entre o humano e o espiritual. Para Oliveira (2016), *A Cruz* representava uma espécie de *cruzada* moderna frente aos emergentes inimigos da religião católica, em defesa da supremacia do catolicismo. Para o autor, o projeto editorial do periódico estava em harmonia com a filosofia ultramontana, a qual alvitava a difusão dos valores católicos na sociedade de então, vista como decadente e moralmente em crise.

Oliveira (2016) ressalta que o jornal *A Cruz* não foi o único no Brasil com este nome: “*A Cruz*: no Rio de Janeiro, na década de 1860 (católico); em Goiás, na década de 1890 (católico); em Recife, na década de 1880 (espírita); e em Amarante/PI, na década de 1900 (espírita)” (OLIVEIRA, 2016, p. 115). Todavia, o autor assevera que o nome desse periódico mato-grossense não adveio de nenhum outro jornal homônimo brasileiro, visto que no período de sua fundação o único que apresentava tal título tinha acepções espíritas. De acordo com Biennés (1994 apud OLIVEIRA, 2016), o nome do periódico *A Cruz* de Cuiabá foi dado pelo frei Ambrósio, inspirado no jornal católico francês *La Croix*.

O jornal *A Cruz*, em sua primeira década de existência, manteve certa uniformidade quanto à disposição do texto – em colunas verticais com alinhamento justificado – e também quanto ao tipo, o tamanho e a cor das fontes utilizadas em suas edições. Na composição visual do jornal, desde a sua criação, são utilizadas ilustrações, sempre em preto e branco, com maior predominância de imagens sacras (Figura 32, p. 121), que eram dispostas, geralmente, acompanhando os textos comemorativos do calendário cristão e de pregação religiosa.

Figura 32 – Exemplos de ilustrações sacras no jornal *A Cruz*

Fonte: Elaborado por nós, segundo análises do periódico *A Cruz* (1910-1920).

Do mesmo modo, era comum a este jornal católico homenagear personalidades que compunham principalmente o clero regional. Nesse tipo de publicação, o periódico costumava contemplar, em sua composição, imagens fotográficas do homenageado (Figura 33, p. 122).

Apesar disso, como podemos observar na ilustração do jornal *A Cruz* correspondente ao ano de 1911, em um episódio excepcional, que será esclarecido mais adiante, o editorial do periódico rendeu tributo a Rondon.

Figura 33 – Exemplos de foto-ilustração no periódico *A Cruz*

Fonte: Elaborado por nós de acordo com as análises do periódico *A Cruz* (1910-1920).

Além das imagens sacras e de reproduções de fotografias, *A Cruz* também contava com ilustrações nas propagandas comerciais, editadas, preferivelmente, nas últimas páginas do periódico. Entretanto, constatamos, por meio de nossas análises, que foi somente no ano de 1911, quando as publicações se tornaram efetivamente semanais, que teve início a divulgação de anúncios publicitários nas páginas desse jornal católico. Um fator observado que vale destacar é que a imagem da cruz e a referência a ela na tipografia que compunha o nome do jornal até o ano de 1912, como observamos na figura 31 (p. 119), muda a partir de 1913, após seu terceiro ano de circulação. A retirada da cruz pode representar um movimento de formação de identidade voltada também para fins comerciais, ampliando a possibilidade de atrair diferentes patrocinadores.

Na figura 34 (p. 123), expomos algumas propagandas comerciais localizadas no *A Cruz*:

Figura 34 – Ilustrações em anúncios publicitários no jornal A Cruz

1911 – Previdência da Caixa Paulista de Pensões	1913 – Bromil e Saúde da Mulher
	
1914 – Peitoral de Angico Pelotense	
	
1916 – Bromil	
	
1919 – Xarope de "Grindelia Oliveira Junior"	1920 – Emulsão de Scott
	

Fonte: Elaborado por nós de acordo com as análises do periódico A Cruz (1910-1920).

O periódico contou também, em algumas de suas edições, com a publicação de caricaturas e outras ilustrações ácidas, em que rechaçava formações discursivas contrárias às suas, como as apresentadas na figura 35, em que o tema dos enunciados era a reprovação do Positivismo e da Maçonaria.

Figura 35 – Exemplos ilustrações do jornal *A Cruz*



Fonte: Elaborado por nós de acordo com as análises do periódico *A Cruz* (1910-1920).

Ante o exposto, verificamos que, no decorrer de uma década, o jornal *A Cruz* sofreu algumas alterações quanto à sua forma composicional, como o surgimento dos anúncios publicitários, que certamente contribuíram para que as publicações passassem a ser semanais a partir de seu segundo ano. Com relação às ilustrações, embora elas estivessem presentes desde a criação do periódico, em 1910, ocorrendo com maior intensidade a partir de 1911, serviam como complemento ao texto publicado, pois são os textos verbais que predominam no jornal durante o período analisado, incluindo as primeiras páginas, que, em geral, não contemplavam nenhuma gravura que ilustrasse os gêneros que compunham esse *mídium*.

4.5 A assinatura nos artigos de opinião: a questão da autoria em uma perspectiva dialógica

A questão da autoria, para Bakhtin, está subordinada a uma determinada concepção de língua, segundo Faraco (2016), a heteroglossia, ou seja, como uma realidade composta de múltiplas e heterogêneas línguas sociais, que são tomadas como um complexo verbo-axiológico, como representações de uma específica visão de mundo. Sob essa perspectiva, para Bakhtin, o escritor “encontra seu tema sempre

já envolto em uma aura heteroglóssica constituída pela consciência social e vai, basicamente, se orientar de forma responsiva nessa aura” (FARACO, 2016, p. 49).

Tomando a questão da autoria a partir dos pressupostos bakhtinianos, o autor-criador de um dado enunciado se constitui em uma entidade marcada por uma posição que, conjuntamente, se constitui refratada e refratante do mundo. Nesse sentido, o autor esclarece que essa posição axiológica é refratada no sentido de que é tomada pela orientação valorativa do autor-pessoa (criador) e se funda como refratante, pois é em consequência dela que os eventos da vida são recortados e reordenados esteticamente. Partindo de tais premissas, falaremos sobre algumas questões que envolvem a autoria dos artigos de opinião e editoriais aqui analisados.

Após a seleção dos textos do jornal católico *A Cruz*, iniciamos a pesquisa sobre quem seria o articulista que assinava os artigos nele publicados, ou seja, quem seria o seu autor-criador. Nos primeiros exemplares avaliados, detectamos apenas a abreviação de seu nome inicial, seguida do sobrenome: “A. Rodrigues”. Após analisarmos os demais exemplares, para nossa surpresa, constatamos que não se tratava de **um** articulista, mas sim de **uma** articulista: Amélia Rodrigues (1861-1926):

Figura 36 – Fotografia de Amélia Rodrigues



Fonte: Biblioteca Virtual Consuelo Pondé⁴⁰.

⁴⁰ Disponível em: <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=168>
Acesso em: 25 abr. 2018.

Em que essa descoberta nos surpreendeu? Pois bem, conforme exposto nos capítulos anteriores, o recorte temporal aqui trabalhado reporta às primeiras décadas do século XX, período em que a figura feminina, em geral, era associada apenas à vida doméstica, assumindo, assim, uma imagem maternal e de esposa dedicada, distante do mundo letrado, tanto mais do jornalístico.

A conquista, pelas mulheres, do território da escrita foi lenta e se deu a duras penas, como afirma Norma Telles (2004) no seu capítulo intitulado *Escritoras, escritas, escritura*, que integra a obra *História das mulheres no Brasil*, em que destaca essas dificuldades, citando as queixas de autoras hoje consagradas, como Hilda Hilst (1930-2004) e Zélia Gattai (1916-2008), que tiveram que romper com o preconceito em sua própria época, para poderem se realizar como escritoras. Porém, ser uma articulista, especialmente nas primeiras décadas do século XX, como é o caso de Amélia Rodrigues, era ainda mais impactante aos olhares de então, pois opinar sobre os assuntos da sociedade não era algo adequado às mulheres, que nesse período sequer tinham direito ao voto, conquistado apenas em 1932.

A mulher que foi Amélia Rodrigues com certeza merece uma obra à parte, porém, nos atentamos aos aspectos que auxiliam a constituição da esfera discursiva, para a compreensão da posição axiológica assumida pela articulista. Como explanamos anteriormente, o/a articulista é, em geral, uma pessoa que tenha uma autoridade socialmente legitimada sobre o assunto a ser discutido e, ao assumir a autoria, assume sua responsabilidade perante o artigo. Quanto à questão de autoridade, Bakhtin (2011) ressalta que:

Em cada época, em cada círculo social, em cada micromundo familiar, de amigos e conhecidos, de colegas, em que o homem cresce e vive, sempre existem enunciados investidos de autoridade que dão o tom, como as obras de arte, ciência, jornalismo político, nos quais as pessoas se baseiam, as quais elas citam, imitam, seguem. Em cada época, em todos os campos da vida e da atividade, existem determinadas tradições, expressas e conservadas em vestes verbalizadas: em obras, enunciados, sentenças, etc. Sempre existem essas ou aquelas ideias determinantes dos “senhores do pensamento” de uma época verbalmente expressas, algumas tarefas fundamentais, lemas, etc. [...] (BAKHTIN, 2011, p. 294, grifo do autor).

Diante do exposto, podemos concluir que Amélia Rodrigues representava, em seu tempo, uma autoridade na esfera religiosa, onde se situavam seus interlocutores do jornal *A Cruz*. É a partir dessa sua posição axiológica (comprometida com certos

valores) que são produzidos seus discursos, cujos enunciados se inscrevem em nosso cronotopo, e que selecionamos para análise.

Ancoramo-nos, neste momento, em uma obra publicada em 2005 pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), a *Coleção Educadoras Baianas*, com oito volumes, cada um deles dedicados à biografia de uma personalidade feminina de destaque na área da educação, no cenário baiano. Dentre esses oito volumes, há um dedicado à Amélia Rodrigues que, além de articulista e educadora, transitava por diversas áreas da literatura, escrevendo peças teatrais, poesias e contos. Além do público adulto, as produções de Amélia também contemplavam textos voltados para o público infantil e jovens (PASSOS, 2005).

Amélia Rodrigues sobressaiu em sua época e, como fruto desse reconhecimento, o lugarejo onde nascera, ao se tornar município, em 1961, recebeu o nome de Amélia Rodrigues em sua homenagem (IBGE)⁴¹.

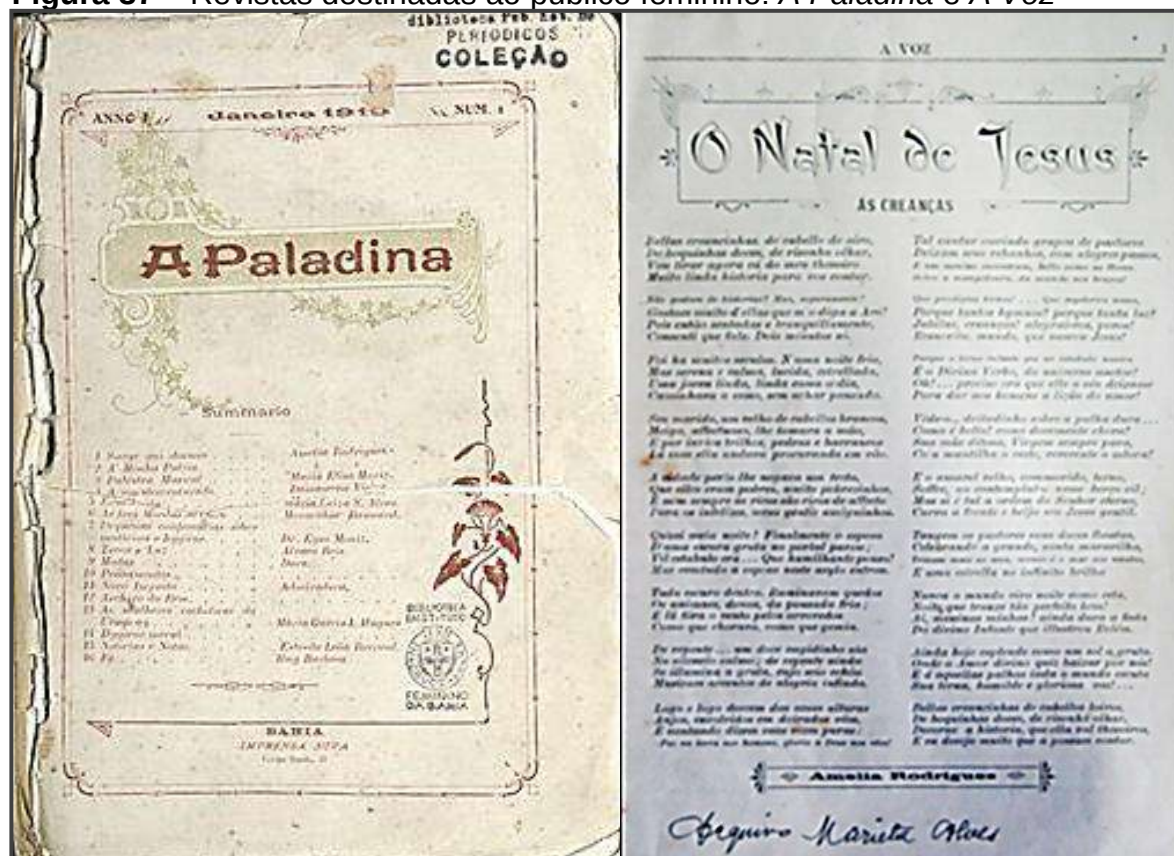
De acordo com Passos (2005), Amélia Rodrigues teve participação ativa em obras sociais e de associações beneficentes ligadas à Igreja Católica. Em seus escritos, mostrou-se engajada às questões sociais da época, escrevendo sobre problemas como: “[...] a seca do Nordeste, a escravidão, o racismo, a situação de gênero e o abolicionismo em momento que esses assuntos eram pouco discutidos, até mesmo por homens.” (PASSOS, 2005, p. 23). Como exemplo, esta autora salienta os escritos de Amélia do ano de 1866, 26 anos antes da promulgação da Lei Áurea no Brasil, em que defende fervorosamente o fim da escravidão, descrevendo-a como uma “mancha”.

Ainda de acordo com Passos (2005), além de contribuir com vários jornais e revistas da época, de diferentes estados brasileiros, inclusive o Mato Grosso, Amélia Rodrigues criou, juntamente com Maria Elisa Valente Moniz de Aragão e Maria Luiza de Souza Alves, em 1910, a primeira revista feminina da Bahia, denominada *A Paladina*. Por razões ainda desconhecidas, em 1912, Amélia deixou essa revista e criou outra, intitulada *A Voz, órgão oficial da Liga* que ficou em atividade por oito anos.

A figura 37 (p. 128) estampa as capas destas duas revistas.

⁴¹ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 07 de dez de 2017

Figura 37 – Revistas destinadas ao público feminino: A Paladina e A Voz



Fonte: Biblioteca Virtual Consuelo Pondé⁴².

Para Amélia Rodrigues, a religião seria a única alternativa para os males que assolavam a sociedade, como a guerra e a corrupção, causadoras de diversas mazelas humanas. Em outras palavras, como sinaliza Passos (2005), Amélia defendia a ideia de que somente a “recristianização” seria capaz de desfazer os males sociais existentes na época. Por conseguinte, as escolas religiosas se configurariam em “grandes celeiros de almas e seus educadores verdadeiros alquimistas, capazes de transformar almas humanas em ouro” (PASSOS, 2005, p. 48-49). Para Amélia, a principal função da escola seria a de assegurar a subordinação dos alunos aos princípios da moral.

Amélia, sendo uma representante do feminismo cristão, atribuía ao homem o papel de provedor e defensor da família e, à mulher, restariam as obrigações de cuidar e de servir. A ela, como educadora, competia a função de cuidar das crianças, dos idosos e doentes, reproduzindo os velhos modelos da sociedade patriarcal característica da época (PASSOS, 2005).

⁴² Disponível em: <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=168>
Acesso em: 25 abr. 2018.

Passos (2005) explica que embora Amélia tenha se posicionado a favor do voto feminino, ao mesmo tempo questionava sobre o preparo das mulheres para exercer esse direito, por haver, na época, por parte delas, pouco interesse quanto aos assuntos relativos à política bem como de existir pouco incentivo à participação da mulher em tal contexto. A autora acrescenta que, para Amélia Rodrigues, o voto feminino deveria ser uma ferramenta que servisse aos princípios católicos, ou seja, o voto teria, assim, um cunho religioso. Dentro dessa acepção, Amélia advogava pelo envolvimento da mulher não nas esferas políticas ou mesmo produtivas, mas sim na esfera moral.

Entretanto, mesmo defendendo um feminismo conservador católico, Amélia não corroborava com a ideia de que as mulheres deveriam ter uma vida marcada pela improdutividade e pelas sombras, tanto que ela própria “viveu de forma ativa, produtiva e participante” (PASSOS, 2005, p. 78).

Logo, as proposições ideológicas vinculadas à esfera religiosa, na qual se insere o discurso de Amélia, contribuem para a composição de um estilo imbricado pelos elementos das esferas jornalística e religiosa.

4.6 Os enunciados do jornal *A Cruz* sobre Rondon e a polêmica em torno da chamada catequese leiga: uma compreensão dialógica

Os artigos de opinião selecionados do jornal mato-grossense *A Cruz* e assinados por Amélia Rodrigues apresentam, abaixo do nome da articulista, a expressão *D' A Paladina*, seguida do mês e do ano da publicação, o que nos leva a presumir se tratar da mesma revista descrita por Passos (2005), cujos textos foram publicados no jornal por nós analisado, com os créditos devidos.

Partimos do pressuposto de que toda forma de enunciação efetiva possui, sempre, seja com maior ou menor expressividade, a presunção de um acordo ou mesmo de um desacordo em relação a algo. Nesse sentido, a palavra se constitui como um signo ideológico por natureza, sendo o elo dialógico que serve de ponte entre o subjetivo, o objetivo e o social, pois “a palavra é o território comum do locutor e do interlocutor” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 117).

O artigo como um todo, intitulado “Catequese dos indígenas brasileiros”, assinado por Amélia Rodrigues, foi dividido em duas partes e publicado em duas edições do jornal *A Cruz* do ano de 1911: a primeira, no dia 15 de janeiro, e a segunda,

no dia 1º de fevereiro, edições 17 e 18, respectivamente. Visto que não se trata de dois artigos independentes um do outro, sendo a segunda publicação uma continuação da primeira, optamos por analisá-los dentro de um mesmo tópico, identificando-os como “Catechese ao indígenas brasileiros - Parte 1” (Anexo II, p. 196) e “Catechese ao indígenas brasileiros - Parte 2” (Anexo III, p. 197).

O texto foi produzido em um momento discursivo em que, ancorado nos princípios positivistas, o Governo procurava inserir o índio no modelo econômico liberal. O objeto do discurso do artigo refere-se à “Catechese leiga”, como a princípio se denominaria o ato de *Proteção aos Indígenas*, instituído pelo MAIC, tendo como chefe o então Coronel Rondon, como podemos ler na transcrição presente no quadro 2 e no quadro 3 (p. 132-133):

Quadro 2 – Transcrição do artigo “Catechese aos indígenas brasileiros” - Parte 1⁴³

CATEQUESE AOS INDÍGENAS BRASILEIROS

Eis aí um assunto que está tentando agora e irresistivelmente a pena. Aliás, tudo quanto se refere à catequese em geral e aos silvícolas brasileiros em particular sempre me interessou e deve interessar a quantos desejam a prosperidade da pátria. Em modesto livrinho que anda pelas escolas, levemente toquei na grande questão, lastimando que os governos passados nunca se houvessem preocupado com os primitivos donos da terra brasileira senão para mandá-los enxotar a balas, quando insurgidos, atacavam fazendas e povoações. Presentemente, justo seria rejubilar-me, vendo que ao fim o poder público olhou para as nossas florestas lá viu a raça infeliz e procura meios de amansá-la e de incluí-la no corpo nacional.

Não me rejubilo, todavia, porque, com franqueza, sou inteiramente da opinião dos que reconhecendo a boa intenção, acham radicalmente defeituoso e sem base segura o decreto para tal fim emanado do ilustre Ministro da Agricultura, Dr. Rodolpho Miranda.

Eminentes jornalistas católicos combateram vitoriosamente o projeto dessa lei; não propriamente o projeto em si, mas o nome de *Catequese leiga* que lhe haviam dado, e que era, de fato, um verdadeiro contrassenso. Afinal, admitindo talvez que as expressões devem obedecer à lógica das ideias e que não se torce à vontade assim o espírito de velhos e conhecidos vocábulos, mudou o governo título de seu ato para o de *Proteção aos indígenas*, nomeando o Sr. Coronel Rondon Diretor Geral dos índios do Brasil.

Sem analisar a dificuldade dessa direção geral, provavelmente mais teórica do que prática, força é confessar que da maneira porque está indicado, continua o problema a ser complexo, intrincado, escuríssimo. Será um prodígio estupendo ver batalhões de soldados abarcarem-se, brenhas a dentro, e pachorrentos ensinarem aos bugres a ler, escrever e falar português, a fabricar mesas e bancos, a trabalhar nas roças o dia inteiro, a tratar as visitas com polidez cidadã, e isto, (maravilha maior!...) sem os privar “de seus usos costumes e religião”!!.

Aplaudindo a grande medida, que diz ser “talvez a mais valorosa das decretados pelo governo atual” e insistindo na denominação antiga, considera *O Paíz*, em artigo redacional do seu número de 22 de junho – “desvio do critério da análise condenar como improficuo a catequese leiga” e continua nesse teor as suas considerações:

“Empresta à ação religiosa, que tantos e tão valiosos serviços, aliás, tem emprestado, a capacidade e exclusiva de dominar, conduzir, trazer o silvícola à civilização; esquecidos de que foi exclusiva até hoje dos missionários católicos, não a capacidade de catequese, mas o exercício

⁴³ Os artigos e editoriais em formato original, tal como estão disponíveis na plataforma eletrônica da Hemeroteca Digital, encontram-se em anexo. Estão sendo apresentadas aqui as transcrições realizadas por nós com as devidas adaptações ortográficas, com o intuito de facilitar a leitura, face à baixa qualidade de resolução da página digitalizada.

dessa prática generosa, de que os governos se julgavam desobrigados e na qual o particular não tinha interesse. O padre, o monge, tiveram, por isso, o privilégio, quase, da ação civilizadora do indígena; mas de que esta intervenção pode ser o apanágio de outra atividade igualmente devotada e inteligente, aí está, como um testemunho insofismável, a passagem triunfal do tenente coronel Rondon, através dos sertões considerados impenetráveis, domando, dirigindo, utilizando as trilhas que a tradição igualava às feras indômitas, unicamente com o poder da persuasão e da brandura.

Julga, pois, o importante órgão carioca, que a simples “passagem triunfal” do Coronel Rondon promove a exequibilidade do novo sistema.

Num instante se produziu o desejado fenômeno; logo ele se produzirá sempre assim; bastando que homens pacíficos e amigos *passem* junto dos selvagens, atirando-lhes sorrisos e talvez beijos em vez de balas, para que eles logo se transformem em gente bem orientada e útil. Não. Deixemo-nos de Ilusões, que a experiência está feita.

O padre, o monge, tiveram, sim o *privilégio* de catequizar os selvagens, porque só *eles* receberam e recebem para isso, não dinheiro, mas – VOCAÇÃO.

*

* *

Catequese, todos o sabem, quer dizer – ensino da religião cristã. Foi a catequese que reformou o mundo. Ela atravessa a história desde Roma e Grécia pagãs até as tribos aborígenes dos países antigos e modernos, chegando à época atual e demandando o futuro enquanto houver um povo, uma família, um indivíduo que não conheça o Evangelho e queira recebê-lo.

Toda Europa Bárbara foi chamada à luz e à paz da verdadeira civilização pelo trabalho da catequese heroicamente executado por missionários católicos, desarmados, mansos, humildes que ousavam penetrar nas cidades guerreiras e pregar aos reis e aos súditos a lei do amor ao próximo em nome de Cristo. Uns morriam, outros envelheciam nessa tarefa gigante. E quantos séculos, quanta paciência, quanta perseverança foram precisos para obtenção de resultados firmes e duradouros? Todavia os resultados vieram, e nós os gozamos; quando desaparecem acaso, é que a lei divina foi posta à margem e o animal humano pôs a cabeça de fora no mar das paixões. Fato incontestável, porém, é que à verdadeira catequese se devem os sentimentos de justiça e caridade fraternal que constituem a base das sociedades cristãs; graças a ela - o mundo pagão mudou de aspecto moral, apenas enxergou claro nos caminhos do direito e do dever.

Nenhuma religião, como o cristianismo, teve em si a força incoercível da expansão do seu proselitismo. Mahomet, de alfanje em punho, nunca fez tantos crentes.

“Por que?” - Naturalmente porque só no cristianismo existe a Fé sobrenatural, dom de Deus, convicção inteira esclarecida, profunda, que faz afrontar o martírio, as humilhações, a morte, os desastres e as derrotas, na certeza de que o seu triunfo não é neste mundo, mas na Pátria eterna. Quando o missionário católico penetra os redutos de inimigos homens ou feras, vai disposto a morrer desconhecido, a sangue frio, sem clarins sugestivos, sem voz que o estimule à bravura, de fúnebre palustre, de veneno ofídico ou de fome, afogado em rios ou espetado e setas. Veja se em Paris, na casa-mãe dos Lazaristas, o Salão dos Mártires. Lá se guardam as roupas manchadas de sangue, relíquias, despojos últimos dos padres trucidados na China, na Zambézia, nas ilhas da Oceania.

A leitura dos ANNAES DA PROPAGANDA FIDE dá ligeira ideia do que seja a *facilidade* da empresa tal. Sob o título – “Listas gloriosas” as *missions catholiques* publicaram, no ano passado, os nomes dos missionários mortos em 1908, no trabalho do apostolado: foram 178, dos quais somente a França de 86.

E logo que chega a notícia de hecatombes novas, dezenas e centenas de moços suplicam a honra de substituir as baixas do exército evangélico. É um combater de titãs, que nunca termina, que renasce cada dia, engolindo vítimas.

Privilégio é, sem dúvida, esse de acabar a vida nas maiores misérias humanas, mas privilégio que vem do alto e pouco invejado... pelos que não aspiram as cousas do alto. ”

A. RODRIGUES

(D' A Paladina de setembro 910)

(Continua)

Quadro 3 – Transcrição do artigo: “Catechese aos indígenas brasileiros: conclusão” - Parte 2

CATEQUESE AOS INDÍGENAS BRASILEIROS

CONCLUSÃO

Ao catequista genuíno - convém lembrá-lo, não importa também sacrificar-se debalde, nem ver os seus suores abrolhando em frutos, ou sem remédio perdidos.

Deus, bem sabe ele!...É quem tem nas mãos a meada dos acontecimentos do mundo.

Instrumento de Deus apenas, quer vença quer sucumba, será o mesmo o seu mérito.

Não sucede, entretanto, assim, quando é meramente humano o ideal. Entre os homens é uma desgraça o desastre, é indecorosa a derrota, causa vergonha a humilhação.

Imaginemos uma tropa de leigos mercenários que, a prestando gordas bagagens, prometam civilizar tribos de bugres, e ao som de vivas, ao estardalhar de aplausos, entrem nas *tabas* e concitem ao trabalho selvagens. Se estes não estiverem pelos autos, se, depois de beberem a aguardente ofertada e enfiarem as roupas coloridas, moquearem um tanto dos emissários da paz, fugindo os outros corridos, codilhados, medrosos, onde estará a beleza de tal façanha? No sentimento do dever cumprido? – Não, que a temeridade nunca foi valentia nem dever. Garantem, porém, alguns, com a maior calma: Ora! Não há que temer. Bugres só matam a quem os perseguem.

Bom. Neste caso, onde está, na fácil empresa, glória que chegue para desfazer o ridículo de um insucesso?

E insucesso haverá, com certeza. Pensar o contrário é embalar-se em quimeras. Se tantos catequistas de ofício pouco relativamente conseguem, visto o grande número de tribos gentias, a enorme extensão do país, as dificuldades do trânsito por serra e vales, - que farão os pobres amadores principiantes? Farão fiasco.

Portanto, das duas uma: ou o governo gasta rios de dinheiro só em proveito de seus enviados... à orla das matas, ou os *amansadores* improvisados arriscam seriamente a pele, para eles talvez mais importante que o dinheiro.

Melhor seria que servissem à pátria de outra maneira, se é que a querem servir.

Demos que o tenente-coronel Rondon seja um bom educador de botocudos; sê-lo-ão também os seus companheiros de antropagogia (*sic*) nas florestas? É curioso.

Na bela Conferência que fez há pouco no Rio, descreve D. Amando Bahlman, Prelado de Santarém, que têm realizado e sofrido na América do Sul, missionários de diferentes congregações e ordens.

No aldeamento, na Bolívia, comeram eles... farinha de gafanhotos moídos, por falta de outro alimento.

Na Bolívia ainda pôs D. Amando singela coroa de flores sobre os cabelos brancos de um velho franciscano, celebrando-lhe o Jubileu de apostolado – 50 anos passados entre os índios Chiriganos.

“Era mestre, da escola, mestre da banda de música, mestre da oficina de carapina.” Os índios festejaram o velhinho nesse dia, diz o ilustre Prelado, com entusiasmo extraordinário, espontâneo e muito sincero.

Assisti a isso com as lágrimas nos olhos.”

Catequista por vocação, já se vê, pois, que são os religiosos. Para que preferir-lhes outros?

Para que buscar na classe, por dever bélica e afeita de rudezas, a doçura, a paciência, o método, a experiência no trato das almas, que são a especialidade do sacerdote? Para que pedir mel ao formigueiro, em vez de pedi-lo à colmeia, e a música ao leão, em vez de pedi-la ao rouxinol?

Cada qual só pode dar o que tem, e cada homem se educa e se forma para o fim que traz em mira: o soldado para guerra, o sacerdote para a paz. Se um deles torce o caminho, errará com certeza o fim.

Proteja, portanto, o governo federal os indígenas, é justo, é urgente, é patriótico; proteja-os com toda sua força, com toda a sua bondade, mas proteja-os pelos meios seguros, experimentados, menos sujeitos a decepções desastrosas.

Contemple, com os olhos de pai, a brilhante falange dos missionários brasileiros: *Salesianos* do Mato Grosso; *Dominicanos* em Goiás; *Capuchinhos* no Maranhão, *Padres do Verbo Divino* no Espírito Santo; *Franciscanos* em Santarém; *Benedictinos* em Rio Branco no Amazonas, e Rio Pardo na Bahia, e não outros, é que sabem catequizar.

Aumente o governo estas missões, funde outras, dê-lhes recursos materiais e escusará de gastar dinheiro em pura perda com pseudo-catequistas que não entendem do ofício, nem terão

desejos de encanecer nas brenhas, e que, apesar das seguranças otimistas em relação à boa índole dos bugres, não podem deixar de estremecer à ideia de acabar no espeto, desde que aos selvagens garantidos ficam “os seus usos, costumes e religião.”

Em vez de crer em Augusto Comte, creia no Evangelho; em vez de receber aplausos da maçonaria, - que é apenas um grupo, receba-os da Pátria, que é o Brasil inteiro, o Brasil batizado, o Brasil católico, o Brasil destinado a um grande porvir se souber conservar-se livre e independente das seitas, das filosofias ateias, das ideias reacionárias e demolidoras que andam perturbando as várias nações da Europa e tendo as mais funestas e tristes consequências. Assim, compreendemos todos a catequese e a proteção aos silvícolas; do contrário; não.

AMÉLIA RODRIGUES.
(*D' A Paladina de setembro de 1910*)

Fonte: *A Cruz*, Ano I, 15/02/1911, ed. 18, p. 02, grifos no original.

O gênero artigo de opinião, conforme dissertamos no segundo capítulo, tem como característica fundante o fato de ser assinado por alguém de fora da esfera jornalística, onde seu texto está vinculado, havendo, assim, uma inter-relação entre as esferas de atuação do/da articulista e a do jornal. Tal característica observamos no artigo em questão, pois a autora tece seu texto pautando-se nas acepções da esfera religiosa, sobre a qual possui autoridade social para compor seu discurso.

O objeto do discurso do artigo analisado está fixado em uma situação social de interação, não limitada ao imediatismo do ato enunciativo, mas abarca um contexto mais amplo e complexo, pois todo enunciado, dentro dos preceitos bakhtinianos, é “um elo na cadeia da comunicação discursiva. É a posição ativa do falante nesse ou naquele campo do objeto e do sentido” (BAKHTIN, 2011, p. 289).

Partindo desse pressuposto, o enunciado como um todo, produzido por Amélia Rodrigues, não pode ser compreendido isoladamente. A autora assume uma posição valorativa frente a outros enunciados que são bem demarcados por ela dentro do artigo, de modo a estabelecer, assim, relações dialógicas com outros já-ditos.

Por posição valorativa, no âmbito pressupostos bakhtinianos, entendemos um conjunto de valores constituídos a partir de uma tomada de posição ideológica determinada do sujeito em relação a algo, o lugar valorativo tanto quanto a situação são impreterivelmente determinados sócio-historicamente. Tais proposições se fundam a partir de uma concepção de ideologia não como falsa consciência, como a defendida pelo marxismo oficial, e tampouco como uma consciência meramente individual. A ideologia, dentro das proposições bakhtinianas, passa então a ser compreendida como expressão que representa a tomada de uma posição determinada, a partir de uma interpretação da realidade social e natural (MIOTELLO, 2016; BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014).

Lembrando o que afirmamos anteriormente, *A Cruz* tinha por objetivo central autodeclarado, a defesa – ancorada nos ideários ultramontanos – do catolicismo contra o anticlericalismo que emergia com pujança naquele momento sócio-histórico. A indicação de Rondon, um militar de base positivista, para o comando de algo que por tempos era exclusivamente atribuição da Igreja Católica (Missão Salesiana) em Mato Grosso, provocou grande rejeição por parte do clero local.

Ao tecer seu discurso, o/a articulista incorpora outros enunciados já-ditos, estabelecendo, dessa maneira, relações dialógicas com outras vozes sociais, que operam como argumentos que sustentam seu ponto de vista em relação à temática. Esse recurso, denominado “chamadas”, quando tece uma avaliação de caráter positivo, constitui o que se designa “*movimento dialógico de assimilação*”, já quando são empregados com o intuito de desqualificar, distanciando ou apagando as vozes com as quais o autor dialoga, denomina-se “*movimento dialógico de distanciamento*”. (RODRIGUES, 2001, p. 164, grifos da autora).

Ao iniciar o artigo (Parte 1), a autora realiza um chamamento quanto à importância da temática que envolve a catequese indígena, utilizando-o como um instrumento argumentativo e de legitimação do seu discurso, em que a articulista situa o tema para além dos interesses da esfera religiosa, postulando-o como um assunto de interesse nacional, o que podemos identificar como *movimento dialógico de assimilação*: “Eis aí um assunto que está tentando agora e irresistivelmente a pena. Aliás, tudo quanto se refere à catequese em geral e aos silvícolas brasileiros em particular sempre me interessou **e deve interessar a quantos desejam a prosperidade da pátria.**” (Grifos nossos).

Os discursos analisados se situam em um momento sócio-histórico em que emergia um novo regime de governo que ainda não havia se recuperado de uma crise de identidade advinda de uma pós-Independência mal resolvida, proclamada por um membro da monarquia, o Príncipe Regente, fazendo nascer um sentimento nacionalista no intuito de construir um ideário de nação, ainda mais acentuado após a Proclamação da República, em 1889.

É nesse sentido, ao evocar o sentimento patriota do seu leitor presumido, que também almeja a “**prosperidade da pátria**”, que o discurso de Amélia converge com os outros já-ditos na esfera política e social. Entretanto, dentro da esfera religiosa ideológica ultramontana, lugar onde se situa o discurso tecido pela autora em seu artigo, a ideia de pátria não harmoniza com a concepção centrada em um Estado laico

e, em consequência, de instrução igualmente sem influências religiosas, tal como se procurava efetivar naquele momento.

Retomando aqui brevemente as acepções de Bakhtin (2011) a respeito da natureza dos enunciados, destacamos a condição de estarem indissolivelmente ligados à tríade tema, estilo e composição, cuja estabilidade estrutura o gênero, que expressa as características de uma determinada esfera da comunicação humana.

No que tange ao conteúdo temático de um artigo de opinião, Rodrigues (2001) esclarece que este parte, impreterivelmente, de eventos sociais que se concretizam como desencadeadores de enunciados singulares que estão discursivizados dentro do texto⁴⁴. No artigo aqui analisado, tanto em sua primeira parte quanto na segunda, o elemento desencadeador é um Decreto apresentado pelo então Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Rodolpho Miranda, e aprovado pelo Governo, que instituiria o Serviço de Proteção aos Índios com o propósito, segundo Bigio (2000), tanto de efetivar medidas “civilizatórias” em relação aos índios do Brasil, tarefa até então atribuída quase que exclusivamente aos missionários, como de promover a integração do território e a integração dos povos indígenas na sociedade, tornando, assim, mais seguras as fronteiras do país.

Após expor a temática a ser tratada, logo no segundo parágrafo a articulista demarca sua posição antagônica em relação ao decreto instituído pelo Ministro do MAIC, primeiramente denominado *Catequese leiga*. Conforme a autora, diante dos protestos de “eminentes jornalistas católicos”, o título do ato foi mudado para *Proteção aos indígenas*, sob a Direção Geral de Rondon, reforçando a ideia de uma efetiva influência do jornalismo católico em relação ao Estado, de modo a fazer com que este recuasse quanto à designação do termo *catequese leiga*.

Todavia, mesmo tendo mudado sua denominação, segundo a articulista, os trabalhos a serem realizados pela *Proteção aos Indígenas* apresentavam sérios problemas, por terem sob o seu comando um militar, e não membros do clero: “Sem analisar a dificuldade dessa direção geral, provavelmente mais teórica do que prática, força é confessar que da maneira porque está indicado, continua o problema a ser complexo, intrincado, escuríssimo”.

⁴⁴ Nesse sentido, Rodrigues (2005) esclarece que não significa que tais acontecimentos sejam verdadeiros ou não, ou que sejam realmente o motivo desencadeador do enunciado, contudo, dentro do sentido do artigo, como um todo, são verossímeis e tomados como tais.

As críticas direcionadas a Rondon no artigo se devem ao fato de que ele, em seus trabalhos frente à Comissão e ao SPILTN, representava um agente político do Estado, que defendia e tentava estabelecer a ideologia de laicidade do novo regime e, conseqüentemente, no trato às políticas indigenistas. Isso desencadeou severas críticas por parte da Igreja Católica, sendo refletido e refratado no discurso produzido por Amélia, que atribuía aos trabalhos em relação aos indígenas a necessidade de vocação religiosa, reprovando a atividade remunerada. É o que podemos observar, por exemplo, nos enunciados:

O padre, o monge, tiveram, sim o *privilégio* de catequizar os selvagens, porque só *eles* receberam e recebem para isso, **não dinheiro**, mas – **VOCAÇÃO**.; [...] Catequese, **todos o sabem**, quer dizer – ensino da religião cristã [...]; [...] Toda Europa Bárbara foi chamada à luz e à paz da verdadeira civilização pelo trabalho da catequese heroicamente executado por missionários católicos, desarmados, mansos, humildes que ousavam penetrar nas cidades guerreiras e pregar aos reis e aos súditos a lei do amor ao próximo **em nome de Cristo** [...]. (*A Cruz*, Ano I, 15/01/1911, ed. 17, p. 03, grifos nossos em negrito; grifos da autora em itálico).

Conforme dito previamente, o trabalho da Comissão recebera várias críticas que a acusavam de ser onerosa aos cofres públicos. E, ao expor dicotomicamente a relação Igreja e Estado, vocação e dinheiro, Amélia suscita outras vozes sociais que provocariam movimentos dialógicos de distanciamento, desqualificando, portanto, os trabalhos do SPILTN, chefiado por Rondon, que seriam pagos pelo Estado para cumprir aquelas atribuições que antes eram realizadas pela Igreja por “vocação”. Quanto a isso, podemos constatar no artigo (Parte 2), como tal crítica é explicitamente tecida por Amélia:

[...] Portanto, das duas uma: ou o governo **gasta rios de dinheiro** só em proveito de seus enviados... à orla das matas, ou os *amansadores* improvisados arriscam seriamente a pele, para eles talvez mais importante que o dinheiro. [...]; [...] Aumente o governo estas missões, funde outras, dê-lhes recursos materiais e **escusará de gastar dinheiro** em pura perda com pseudo-catequistas que não entendem do ofício [...]. (*A Cruz*, Ano I, 15/02/1911, ed. 18, p. 02, grifos da autora em itálico; grifos nossos em negrito).

Amélia Rodrigues também articula seu texto, dialogicamente, com a notícia divulgada na primeira página do jornal carioca *O Paíz*⁴⁵ e se posiciona contrária à

⁴⁵ O texto citado por Amélia Rodrigues em seu artigo compõe o jornal *O Paíz* do dia 22 de junho de 1910, edição nº 9391, ano XXVI. Esse jornal assumiu uma postura de defesa sobre a importância dos trabalhos realizados pela Comissão em resposta às críticas advindas de outro periódico do Rio de Janeiro, o *Jornal do Commercio* (LASMAR, 2011).

posição defendida por aquele órgão da imprensa que, assim como outros jornais da época, reproduzia os discursos oficiais sobre a catequização dos grupos indígenas desvinculada do catolicismo. Diante desse posicionamento, a articulista toma partido de forma responsiva, ao estabelecer uma relação dialógica com outros enunciados, posicionando-se frente a eles, de modo que o enunciado constitui uma reação-resposta que marca sua compreensão responsiva-ativa.

Bakhtin/Volochínov (2014) definem o discurso citado como sendo “o *discurso no discurso, a enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação*” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 150, grifos dos autores). Em relação ao estilo, Amélia se utiliza do discurso citado tanto de forma direta, empregando as aspas como estratégia de demarcação do discurso alheio, quanto, em sua forma indireta, o que, para os autores, consiste na difusão analítica do discurso alheio, sendo a análise a “alma” do discurso em sua forma indireta.

Conforme discorreremos no segundo capítulo, o conceito de estilo dentro das proposições bakhtinianas supera a ideia de ser simplesmente uma marca exclusiva do autor; um olhar restrito apenas ao linguístico e figurativo não seria capaz de alcançar a dimensão dialógica de um enunciado concreto. Nesse sentido, o estilo está intrinsicamente relacionado tanto às unidades temáticas determinadas, quanto às composicionais. Destarte, como destaca Brait (2016), Bakhtin vai considerar que o estilo também é dependente do tipo de relação estabelecida entre o locutor e os demais parceiros do ato comunicativo.

Tomando o estilo a partir dessa perspectiva dialógica, avaliamos, pois, a forma como é estabelecido, no enunciado como um todo, salientando que são consideradas como marcas de estilo do gênero de artigo de opinião, por exemplo, a presença constante da palavra alheia, utilizada em graus diferentes de alteridade, tendo em vista a persuasão do leitor. Assim, para Bakhtin (2011), o estilo e a composição de um enunciado são demarcados pelo objeto do sentido e também pela expressividade, ou seja, pela relação volitiva instituída pelo locutor com o enunciado.

Quanto ao primeiro caso, podemos observar, nos excertos a seguir, a incorporação do discurso do outro em sua forma direta, pinçados pela articulista do jornal *O Paíz*, que operaram como ponto de partida para o desenrolar de outros enunciados, ativamente responsivos, de não concordância:

[...] “talvez a mais valorosa das decretados pelo governo atual” [...]; “Empresta à ação religiosa, que tantos e tão valiosos serviços, aliás, tem emprestado, a capacidade e exclusiva de dominar, conduzir, trazer o silvícola à civilização; esquecidos de que foi exclusiva até hoje dos missionários católicos, não a capacidade de catequese, mas o exercício dessa prática generosa, de que os governos se julgavam desobrigados e na qual o particular não tinha interesse. O padre, o monge, tiveram, por isso, o privilégio, quase, da ação civilizadora do indígena; mas de que esta intervenção pode ser o apanágio de outra atividade igualmente devotada e inteligente, aí está, como um testemunho insofismável, a passagem triunfal do tenente coronel Rondon, através dos sertões considerados impenetráveis, domando, dirigindo, utilizando as trilhas que a tradição igualava às feras indômitas, unicamente com o poder da persuasão e da brandura.”[...] (A Cruz, Ano I, 15/01/1911, ed. 17, p. 03).

Após apresentar o discurso do jornal *O Paiz*, a articulista empreende a **ironia**, juntamente com o emprego do discurso alheio demarcado por **aspas**, como estratégia estilístico-composicional de afastamento do discurso de outrem. Notamos, no excerto a seguir, que a autora rebate de forma zombeteira o discurso presente naquele jornal sobre a atividade de pacificação indígena por meio do ato “Proteção aos Indígenas”, a chamada catequese leiga:

Julga, pois, o importante órgão carioca, que a **simples** “passagem triunfal” do Coronel Rondon promove a exequibilidade do novo sistema. [...] Num instante se produziu o desejado o fenômeno; logo ele se produzirá sempre assim; bastando que homens pacíficos e amigos *passem* junto dos selvagens, atirando-lhes sorrisos e talvez beijos em vez de balas, para que eles logo se transformem em gente bem orientada e útil. **Não. Deixemo-nos de Ilusões, que a experiência está feita.** (A Cruz, Ano I, 15/01/1911, ed. 1, p. 03, grifos da autora, aspas e itálico; grifos nossos em negrito).

Sobre a ironia como uma estratégia de comunicação e argumentação, Brait (2008) assevera que um dos aspectos que constituem o discurso irônico, embora aparentemente simplista, é a tensão entre dois pontos extremos: o “sentido literal” e o “sentido figurado”. A ideia de ironia, assim, está intrinsecamente relacionada à sua forma de antífrase.

Machado (2014) enfatiza que Bakhtin deixou uma grande contribuição para a compreensão da ironia como um fenômeno comum à linguagem, de modo a superar, assim, a proposição de que o uso da ironia apenas exprimia uma antífrase maliciosa:

Ela faz parte ou ajuda a compor um discurso de caráter transgressivo, que abre espaço para o riso, ao romper com as convenções. Mais que isso, ela pode também apresentar críticas amargas às atitudes por demais dogmáticas, aos discursos totalitários, aos gêneros do discurso que se julgam inatacáveis. (MACHADO, 2014, p. 110).

Rompendo os limites conceituais da ironia até então, Bakhtin (2011, p. 367) agrega ao termo um aspecto corriqueiro desse evento na linguagem “A ironia existe em toda parte – da ironia mínima, imperceptível, à ruidosa, limítrofe com o riso”. Como podemos notar nos excertos retirados do jornal *A Cruz*, a articulista utiliza-se da ironia e dá sustentação ao seu enunciado, embasando-se em convicções situadas dentro dos contornos da ideologia católica ultramontana, no entanto, traz ao texto outras vozes que divergem da sua, como estratégia argumentativa discursiva de refutação e desqualificação do discurso alheio.

Sobre a expressão presente no discurso do jornal *O Paíz*: “passagem triunfal”, além de ser demarcada e figurativizada por Amélia, é contraposta com informações e dados numéricos que têm por objetivo refutar a ideia de que a catequização indígena pela Igreja fora uma tarefa fácil, dando ao seu discurso a ideia de legitimidade. Vejamos que a palavra **facilidade** está em destaque:

A leitura dos ANNAES DA PROPAGANDA FIDE dá ligeira ideia do que seja a *facilidade* da empresa tal. Sob o título – “Listas gloriosas” as *missions catholiques* publicaram, no ano passado, os nomes dos missionários mortos em 1908, no trabalho do apostolado: foram 178, dos quais somente a França de 86. (*A Cruz*, Ano I, 15/01/1911, ed. 17, p. 03).

Como verificamos em situações anteriores, Amélia Rodrigues talha dialogicamente o discurso de outrem como recurso de persuasão e afirmação de seu ponto de vista. No excerto apresentado acima, a articulista cita o discurso dos “*Annaes da Propaganda Fide*”, que, segundo Santos (2005), trata de registros de uma série de documentos da *Propaganda Fide* (Para a propagação da fé), órgão integrante da Cúria Romana responsável por coordenar e orientar os trabalhos de divulgação evangélica da Igreja Católica pelo mundo, fundado no ano de 1622, pelo Papa Gregório XV.

A agregação desses discursos no discurso, também oriundo da esfera religiosa, lugar de onde se orienta a autora e o próprio *mídium* em que seu discurso está afixado, contribui para persuadir o leitor presumido. O que se almeja é legitimar um ponto de vista e desconstruir o discurso de que a catequização fosse *facilmente* alcançada por uma “simples passagem triunfal” de Rondon, presente no jornal *O Paíz*.

Rodrigues (2001, p. 215) destaca que as perguntas retóricas, como marcas estilístico-composicionais do gênero discursivo artigo de opinião explicitam a presença de um leitor ativo, “sendo que os seus possíveis enunciados ‘sulcam’ o artigo”. Sobre essa questão, Bakhtin (2011) assevera que o enunciador (ou quem escreve) emprega

questões na composição do enunciado que, entretanto, são respondidas por ele mesmo, realizando objeções a si mesmo e refutando-as. Segundo o teórico russo, esse fenômeno diz respeito às representações de forma convencional do diálogo nos gêneros primários do discurso.

Nesse sentido, o dizer do autor e a relação que este tem com a palavra do outro implica em graus diferentes de assimilação e alteridade (entre o *eu* e o *outro*) que se manifesta no todo do enunciado. Logo, ao observar o nível de alteridade estabelecido no artigo de opinião pela autora, podemos perceber um grau maior de distanciamento em relação ao discurso alheio, com o qual estabelece uma relação exotópica, para assim refutá-lo. Entende-se por exotopia uma relação de tensão que, de acordo com Amorim (2016, p. 101), ocorre pelo menos entre duas posições: “o sujeito que vive e olha de onde vive, e daquele que, estando de fora da experiência do primeiro, tenta mostrar o que vê do olhar do outro”.

Essa questão é tratada também em *Marxismo e filosofia da linguagem* (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014), em que os autores apresentam tanto a *pergunta retórica*, como a *exclamação retórica*, como variantes do *discurso direto retórico* que agrega valor persuasivo, situando-se nos extremos entre o discurso citado e o discurso narrativo. Vejamos no artigo “Catequese leiga”, como a autora se utiliza desse recurso retórico:

[...] (maravilha maior!...); [...] [...] E quantos séculos, quanta paciência, quanta perseverança foram precisos para obtenção de resultados firmes e duradouros? Todavia os resultados vieram, e nós os gozamos; [...]; [...] “**Por que**”? - Naturalmente porque só no cristianismo existe a Fé sobrenatural, dom de Deus, convicção inteira esclarecida, profunda, que faz afrontar o martírio, as humilhações, a morte, os desastres e as derrotas, na certeza de que o seu triunfo não é neste mundo, mas na Pátria eterna [...]. (A Cruz, Ano I, 15/01/1911, ed. 17, p. 03, grifos nossos).

Dentre os exemplos de exclamação e perguntas retóricas, apresentados acima, notemos que há uma demarcada com aspas. Por que se diferiria das demais? Inferimos que a intencionalidade seja de que com a interrogação dê voz ao leitor, um artifício comunicativo⁴⁶ para marcar o discurso alheio, como mais uma estratégia de

⁴⁶ Segundo Bechara (2010), as aspas são um sinal gráfico de pontuação que, dentro de uma concepção restrita, constituem os “sinais de *comunicação* ou *mensagem*”, assim como, por exemplo, os dois-pontos e os parênteses (BECHARA, 2010, p. 654, grifos do autor).

persuasão. Por conseguinte, a resposta de Amélia para a pergunta retórica já não aparece sinalizada por aspas, reafirmando, dessa maneira, seu posto de autoria.

Amélia Rodrigues encerra a primeira parte do artigo, reforçando sua opinião baseada na ideia de que a catequese católica seria a única forma de resolver a problemática da inclusão do índio na “sociedade civilizada”. A autora incorpora aos seus enunciados, de forma velada, o discurso crítico em que se inseria um já-dito a circular no cronotopo da enunciação: os altos custos que os trabalhos de Rondon representavam para os cofres públicos.

Aproveitando-se dessas informações, Amélia arregimenta outros discursos comuns à esfera do cotidiano para convalidar seu ponto de vista de que a catequização não deveria ser atribuição do Estado, com uma orientação leiga. Igualmente, não deveria ser paga com dinheiro dos cofres públicos e sim conduzida pelos missionários que, de acordo com sua orientação ideológica, receberiam o pagamento por suas ações “civilizatórias” não em dinheiro, mas em recompensas divinas.

Vejamos, nesse mesmo trecho que compreende o último parágrafo da primeira parte do artigo, a marcação em *itálico* feita pela autora em uma palavra em especial: “*Privilégio* é, sem dúvida, esse de acabar a vida nas maiores misérias humanas, mas privilégio que vem do alto e pouco invejado... pelos que não aspiram as cousas do alto.” Nessa projeção referente ao estilo-composição, a autora, ao tomar a palavra de outrem, dá-lhe outro tom, ressignificando-a conforme sua posição axiológica (defesa religiosa).

Nesse caso, a palavra em destaque opera um movimento dialógico de distanciamento da palavra alheia, pois retoma o enunciado do jornal *O Paíz*, no trecho do discurso apanhado pela autora e interposto ao seu: [...] “O padre, o monge, tiveram, por isso, o **privilégio**, quase, da ação civilizadora do indígena; [...]” (grifo nosso). Essa retomada se constitui em um enquadramento da palavra de outrem com propósito de ressignificá-la, a partir de sua posição axiológica, refutando sua significação inicial no discurso do jornal *O Paíz*, com o qual mantém um diálogo ao engendrar seu artigo.

Isto posto, podemos perceber a natureza “neutra” da palavra, conforme a posição defendida em *Marxismo e Filosofia da linguagem*: “As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas relações sociais em todos os domínios” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 41). É neutra, pois pode servir a qualquer esfera ideológica que lhe dê o “tom”, preenchendo-a com seus valores sociais específicos determinados pelas condições sócio-históricas. Assim sendo, a palavra *privilégio* recebe outra conotação delineada por Amélia, que contesta

o sentido em que foi empregada no discurso do jornal *O Paíz*, com o qual estabelece uma relação dialogizadora.

Na segunda parte do artigo, Amélia Rodrigues dá continuidade à defesa de sua tese, deixando marcas dialógicas que refletem e refratam a realidade social da esfera a que pertence: uma formação discursiva ultramontana, conforme já afirmamos, que tinha por principal objetivo afrontar o clima anticlerical vivido no Brasil, nos primeiros anos da República.

Quanto ao plano composicional do artigo, no trecho concernente à segunda parte, a autora continua sendo enfática quanto a sua opinião, que ali representa a ideologia católica da época, a quem caberia a catequização dos índios, questionando-se qual seria o papel do Estado. Os enunciados fazem ainda uma alusão ao artigo primeiro do Projeto de Constituição Positivista, de janeiro de 1890, que lhes assegurava a “proteção do governo federal contra qualquer violência” (LEMOS; MENDES, 1890, p. 01 apud CUNHA, 1992, p. 135):

Proteja, portanto, o governo federal os indígenas, **é justo, é urgente, é patriótico**; proteja-os com toda sua força, com toda a sua bondade, mas proteja-os pelos meios seguros, experimentados, menos sujeitos a decepções desastrosas. Contemple, com os olhos de pai, a brilhante falange dos missionários brasileiros: *Salesianos* do Mato Grosso; *Dominicanos* em Goiás; *Capuchinhos* no Maranhão, *Padres do Verbo Divino* no Espírito Santo; *Franciscanos* em Santarém; *Benedictinos* em Rio Branco no Amazonas, e Rio Pardo na Bahia, **e não outros, é que sabem catequizar**. (*A Cruz*, Ano I, 15/02/1911, ed. 18, p. 02, grifos da autora em itálico; grifos nossos em negrito).

De tal forma, dentro dessa acepção, ao governo caberia a “proteção” dos povos indígenas e à Igreja sua catequização, para assim inseri-los na sociedade. Como foi exposto anteriormente, a separação Igreja-Estado ainda era algo recente no Brasil, as atribuições de ambos estavam em fase de intensos ajustes e disputas por poder. O indígena é retratado, tanto pela Igreja quanto pelo Estado, como uma figura que deve ser “protegida” e “cuidada”, “catequizada”, revelando uma percepção de índio como incapaz de gerir e decidir sobre seu próprio destino, cingindo-o de forma tutelar. No último parágrafo, que compreende a segunda parte do artigo, a articulista arremata o seu discurso endereçando críticas bastante severas ao Positivismo de Comte, que, nos enunciados do jornal católico *A Cruz*, é personificado, de maneira velada, na figura de Rondon, chefe e idealizador do SPILTN. Amélia traça um contraste Positivismo X

Evangelho, para, assim, afirmar sua ideia de que se não fosse pelo catolicismo, o Brasil, como nação, não teria êxito:

Em vez de crer em **Augusto Comte**, creia no Evangelho; em vez de receber aplausos da maçonaria, - que é apenas um grupo, receba-os da Pátria, que é o Brasil inteiro, o Brasil batizado, o Brasil católico, o Brasil destinado a um grande por vir se souber conservar-se livre e independente **das seitas, das filosofias ateias, das ideias reacionárias e demolidoras** que andam perturbando as várias nações da Europa e tendo as mais funestas e tristes consequências. Assim, compreendemos todos a catequese e a proteção aos silvícolas; do contrário; não. (*A Cruz*, Ano I, 15/02/1911, ed. 18, p. 02, grifos nossos).

Nesse movimento de desqualificação do discurso alheio, encontra-se também outro, inserido nessa teia discursiva, isto é, o movimento de assimilação de outras vozes que darão persuasão ao seu próprio discurso. É o que ocorre no excerto acima, que traz a analogia feita pela autora com as experiências vividas no continente europeu que, segundo Amélia, foram desastrosas em decorrência de suas aproximações com as “seitas, as filosofias ateias, das ideias reacionárias e demolidoras”.

Nesse trecho do artigo, é possível observar de forma explícita a formação discursiva à qual o discurso está condicionado: a ideologia ultramontana. A esse respeito, Oliveira (2016), ao analisar os discursos do periódico *A Cruz*, concluiu que:

[...] havia uma convergência com os interesses da hierarquia eclesiástica mato-grossense e brasileira, em comunhão com os pontífices ultramontanos ao condenar seus principais inimigos: o protestantismo, o espiritismo e a Maçonaria, mas também o positivismo, o ensino leigo nas escolas públicas, a catequese indígena leiga, o divórcio, o laicismo na Constituição, o comunismo, o socialismo, o anarquismo, entre outros. (OLIVEIRA, 2016, p. 12).

E é essa formação discursiva que dá o tom ao todo do enunciado da articulista Amélia Rodrigues e aparece de forma não velada na amarração do seu artigo. As relações dialógicas que são estabelecidas no decorrer do enunciado, como um todo, com os outros discursos e com seu leitor presumido contribuem para endossar a opinião da articulista sobre o tema abordado.

Notamos, em nossa análise desse artigo de opinião, a presença de diversas vozes sociais que se mostram ora de forma explícita, ora velada, porém, de acordo com nossos estudos acerca do princípio da polifonia, tal como fundado por Bakhtin (2013),

essas vozes que ecoam no tecido discursivo não se enquadram em sua característica fundamental do discurso polifônico, a plenevalência dessas vozes, conforme explanamos no capítulo 2. Há sim, no artigo, a evidência do dialogismo, que se faz presente em todo discurso da articulista, seja ele de aproximação ou de afastamento, como apresentamos em nossa análise. Insistimos, então, na percepção de que o dialogismo caracteriza melhor (do que a polifonia) a arena em que as formações discursivas encaminhariam enunciados, materializados no suporte que ora analisamos, o periódico *A Cruz*.

4.7 Análise do editorial “Catequese. Notícias espalhadas [...] nosso dever”

Em seguida às publicações no jornal *A Cruz* dos artigos de opinião assinados por Amélia Rodrigues, houve uma breve trégua em relação às críticas dirigidas a Rondon e aos seus trabalhos frente ao SPILTN. Como exemplo, podemos citar o comunicado presente na edição 31 (Anexo IV, p. 198), de 09 de julho de 1911, em que se noticia a chegada de Rondon a uma das colônias indígenas assistidas pelos salesianos em Mato Grosso, salientando o caráter amistoso da visita, cujo propósito seria “presenciar *de visu* quanto a esforçada Missão Salesiana mereceu pelos surpreendentes sacrifícios praticados até hoje, e pelos resultados obtidos”.

Esses ares plácidos entre o jornal *A Cruz* e Rondon também estiveram presentes na edição 36, publicada no dia 13 de agosto de 1911, ocasião em que o periódico faz uma homenagem ao “benemérito mato-grossense” pelo seu “caráter, a ciência, a coragem, ao patriotismo concretizados na ilustre personalidade”. Destoante do discurso afiado dos artigos de Amélia, esta edição do jornal católico mato-grossense traz copiosos elogios a Rondon, estampados em sua primeira página, seguindo-se o motivo dos honrosos adjetivos: um telegrama redigido por Rondon, destinado ao Sr. Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, então Presidente de Estado de Mato Grosso.

O telegrama em questão, divulgado inicialmente pela *Gazeta Oficial* e citado integralmente nessa edição do jornal *A Cruz*, constituía-se em um relato sobre a inspeção realizada por Rondon no agrupamento dos índios Bororo em Mato Grosso. No texto, ele enaltece os trabalhos realizados pela Missão Salesiana, evidenciando “os progressos que a valente tribo dos sertões de leste a sudoeste tem experimentado

no seu lento evoluir, já por intervenção livre dos missionários salesianos”, o que justificaria uma trégua momentânea por parte do jornal.

Na edição de número 44, do dia 8 de outubro de 1911, esse clima diplomático entre ambas as partes já não se mantém. Isso se dá devido a um novo entrave causado por um telegrama de Rondon, desferindo críticas aos trabalhos dos padres salesianos, tendo como destinatário o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. Esse fato foi a alavanca para suscitar uma série de outros enunciados com críticas e questionamentos por parte do editorial do jornal *A Cruz*.

No quadro 4 encontra-se a transcrição de todo o texto do referido editorial.

Quadro 4 – Transcrição do editorial “Catequese. Notícias espalhadas [...] nosso dever”⁴⁷

Linha	Editorial
1	CATEQUESE
2	Notícias espalhadas – ignorância ou má fé? – Quem é o autor? – Entrevista com o
3	Revmo. P. Malan – Contradição e má fé – Nosso dever
4	
5	Não sabemos se oficial, oficiosas sectariamente, mas o certo é que foram, ao que
6	parece disseminadas pela imprensa do País, circulares contendo informações acerca das
7	colônias indígenas salesianas do Rio das Garças, Barreiro e Sangradouro informações
8	essas colhidas, ao que se afirma, no telegrama que o Sr. Tenente Coronel Dr. Cândido
9	Mariano da Silva Rondon, após a sua visita a esses núcleos coloniais, dirigira ao Sr. Ministro
10	da Agricultura.
11	Tais informações, digamos desde logo, denunciam no seu autor, quem quer que ele,
12	seja ignorância ou má fé; e, se fossem autênticas, isto é, do autor a quem são atribuídas,
13	seriam uma flagrante contradição e deslealdade.
14	Nós, portanto, que, de há muito, vimos acompanhando com íntima satisfação, a
15	nova e a imparcialidade com que o Tenente Coronel Rondon, embora, como é sabido,
16	dissidente em credo, tem sempre julgado, em face da Nação, a obra civilizadora dos
17	R.R.P.P. ⁴⁸ Salesianos; nós; que em um sem número de seus escritos e telegramas
18	admiramos sempre o mesmo estilo elegantemente encomiástico para com a Missão
19	Salesiana; nós, que após a referida visita, o que é muito de notar, lemos, com verdadeiro
20	entusiasmo, as suas impressões telegráficas, as melhores possíveis, por quanto as ligeiras
21	atenuantes, que nelas se deparam, explicam-se de sobejo pela mera escassez de tempo e
22	de meios; nós, que estamos inteirados das suas públicas e vibrantes manifestações de
23	admiração pela catequese salesiana, mesmo após a inspeção; nós, que veneramos sempre
24	em o nosso egrégio conterrâneo, a culta pujança do talento a par da integridade e coerência
25	adamantina do caráter; nós, enfim, que reconhecemos no Tenente Coronel Rondon, quer
26	uma superior inteligência e firmeza d'alma, pelo que franqueamos, há pouco, em modesto,
27	mas sincero preito de homenagem, a nossa página de honra ao retrato do glorioso filho de
28	Mato Grosso, que um admirador da civilização salesiana, pela qual parece mesmo timbrar
29	de entusiasta, sendo nisso correspondido pelos missionários, aos quais ouvimos sempre as
30	melhores referências à sua personalidade, - imagine os leitores como não ficamos
31	perplexos e de uma perplexidade única, diante daqueles tópicos telegráficos tão finalmente
32	maliciosos, quais só poderá forjá-lo o mais Insinuante espírito de seita!

⁴⁷ Ver o editorial no anexo V, p. 199.

⁴⁸ De acordo com Ragucci (1946), R.R.P.P. é o plural da abreviatura R.P., Reverendo Padre. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=ApQNAAAAIAAJ&q=palabras+infermas+y+barbaras+RR.PP&dq=palabras+infermas+y+barbaras+RR.PP&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKewjglT3wucbAhVBGZAKHX84BuMQ6AEIJjAA> Acesso em: 12 jun. 2018.

33	Que há, de fato, nessas linhas, como vemos ao depois, senão veneno sutil da
34	adulteração dos fatos, que se infiltra e corrompe, senão o caruncho da interpretação
35	malévola que lavra surdamente em cada frase, senão os áspides da insinuação maligna,
36	que insidiosamente se esgueiram, senão, em suma, o estilete da má-fé que reponta e punge
37	em cada palavra?
38	Pois que outra coisa significa, em verdade, aquele escrupuloso cercear tudo e o
39	muito que poderia abonar à causa da catequese católica, esse esforço, inútil para apoucar
40	e amesquinhar tantos e tamanhos serviços e sacrifícios, para adulterar e para denegrir as
41	intenções dos missionários com insinuações mais dignas de pasquim do que de um
42	documento oficial, que significa, enfim, todo esse espírito que nele domina e tende
43	francamente a combalir a justa reputação nacional da Catequese Salesiana?
44	Nem menos perplexos deixou-nos a conferência que tal respeito solicitáramos com
45	o Revma. Sr. P. Malan, D. D. Inspetor da Missão Salesiana no Estado.
46	Mostrou-se o S. Revma. sobremaneira surpreso, tanto mais quanto mui lisonjeiros
47	foram sempre as impressões manifestadas e mesmo arquivadas pelo Tenente Coronel
48	Rondon em sua recente inspeção a todas as colônias.
49	Acredita, pois, S. Revma. em alguma adulteração do telegrama oficial, o que, aliás,
50	não seria, disse-nos ele, fato virgem mesmo em comunicações dessa ordem, concernentes
51	à Catequese, de que é chefe.
52	Nós outros, porém, jornalistas católicos, então momentoso assunto, embora
53	possamos obter privadamente por semelhante alvitre, é-nos ele, entretanto, defeso na
54	cátedra da imprensa, onde a opinião pública de nós aguarda orientação objetiva e serena
55	da verdade.
56	Por isso e por que não houve, até o presente, que saibamos, protesto algum da
57	parte do Tenente Coronel Rondon contra a autoria das supraditas informações, estudá-las-
58	emos crítica e severamente, analisando-as e cotejando-as em subseqüentes artigos.
59	Ao cabo destes, resultará, estamos convictos, nítida e plena, a verdade da nossa
60	tese que define os informes em questão: <i>contradição e má-fé</i> .
61	A maneira, por fim de epílogo e moralidade, poderemos então gravar, parafraseando
62	um verso dantesco com esta pergunta:
63	“Andam as leis da lógica assim rotas?...” e esta outra:
64	É essa a republicana imparcialidade do Positivismo no <i>Serviço de Proteção aos</i>
65	<i>índios (sic)?</i>

Fonte: A Cruz, Ano II, 08/10/1911, ed. 44, p. 01.

Começamos nossa análise pelas marcas dialógicas presentes no título do editorial: “CATEQUESE: Notícias espalhadas – Ignorância ou má fé? – Quem é o autor? – Entrevista com o Revmo. P. Malan – Contradição e má fé – Nosso dever” (Quadro 4, linhas 1-3, p. 145-146). O assunto a ser tratado no editorial (catequese) é exposto no título seguido da expressão “Notícias espalhadas”, que aqui já demonstra que tais “notícias” serão tratadas como inverdades, boatos. O autor se utiliza de perguntas sobre a autoria e a intencionalidade do que fora noticiado, estratégia de chamamento e ao mesmo tempo de persuasão do discurso a ser desenrolado, adiante “guiado” pela entrevista realizada com o Padre Malan a respeito do assunto.

Ao mencionar, já no título, que o assunto será respaldado na entrevista com Padre Malan, o jornal atribui ao seu discurso o aval do personagem central, quando se trata da catequese indígena praticada pelos Salesianos. O Padre Malan, mais tarde descrito por José de Mesquita como “o heroico desbravador das selvas e das

inteligências, o grande apóstolo da Bororolândia”, já tinha sua imagem vinculada aos serviços de catequização indígena em Mato Grosso, desde a época do império (MESQUITA, 1931 e 1932, p. 11).

A figura 38 expõe a presença de uma missão salesiana em uma aldeia Bororo.

Figura 38 – Missão salesiana junto à aldeia Bororo no início do século XX



Fonte: Novaes (1993, p. 154).

Conforme Novaes (1993), os salesianos auxiliavam o governo na resolução de conflitos entre “civilizados” e indígenas, como o que ocorrera em 1907 em que P. Malan fora chamado para compor uma expedição para intervir junto aos Bororo da região de São Lourenço. Entretanto, ao se referir à proteção oferecida aos indígenas pelos salesianos, a autora ressalta que:

Obviamente, esta proteção era dada em troca do “bom comportamento” dos índios, que deveriam agir como “bons cristãos”. A obediência dos índios era, assim, conseguida através da proteção que os missionários, aliados às tropas do governo, oferecem aos bororos, contra os brancos e índios inimigos. (NOVAES, 1993, p. 156, grifos da autora).

Do mesmo modo, a autora frisa que, desde a época das missões jesuíticas no Brasil, a proteção aos indígenas e a distribuição de mercadorias consistiam em ferramentas eficazes no processo de aproximação missionária. Podemos dizer, em suma, que ao evocar já no título do editorial a figura do P. Malan, o jornal agrega um

tom de autoridade ao discurso a ser pronunciado e, com isso, o discurso alheio assegura um caráter de legitimidade ao que ali está escrito.

Sobre esse fenômeno, a integração do discurso de outrem, Bakhtin/Volochínov (2014, p. 150) consideram que este se constitui para além do tema do discurso, podendo entrar também na sua construção sintática, “como uma unidade integral da construção”. No editorial, assim como observado no gênero artigo de opinião, ocorre o predomínio do uso do discurso alheio, ora empregado como movimento dialógico de assimilação (como é o caso da citação da entrevista com o padre Malan), ora utilizado como movimento dialógico de distanciamento (o relatório cuja autoria é supostamente atribuída a Rondon).

Nesse sentido, no texto *Os gêneros do discurso*, Bakhtin (2011) atesta que toda a experiência individual se formula e se desenvolve a partir da ação interativa com os enunciados individuais de outrem, e não propriamente das palavras da língua. Essa experiência discursiva, para o autor, é, em certa medida, marcada como um processo de assimilação da palavra do outro:

Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados (incluindo as obras de arte) é pleno de palavras dos outros, de um grau vário de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de aperceptibilidade e de relevância. Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos, e reacentuamos (BAKHTIN, 2011, 294-295).

Assim, os nossos discursos, em todos os nossos enunciados, são acometidos pelos discursos de outrem e é a partir da palavra do outro que agimos e lhes damos o tom – alteridade. Bakhtin (2011) reitera que o papel ocupado pelo outro, aquele a quem é endereçado o enunciado, é excepcionalmente determinante e orienta o dizer do falante/autor, pois se constituem como participantes ativos dentro do ato comunicativo.

Retomando o editorial, logo no primeiro parágrafo temos a apresentação do motivo fundante de seu discurso: um telegrama de autoria de Rondon ao então Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio (Quadro 4, linhas 8-10, p. 145-146) contendo críticas aos trabalhos realizados pela Missão Salesiana em Mato Grosso.

Ao construir o tecido discursivo, o autor vai estabelecendo relações dialógicas como ferramenta de sustentação de sua posição de refutação frente ao fator

desencadeador do editorial, ou seja, às críticas presentes no relatório de Rondon, às ações salesianas nos aldeamentos assistidos por esse grupo de religiosos.

O editorial questiona a autoria real do relatório, não por duvidar, mas sim como estratégia facilitadora para refutá-la com mais afinco e provocar, a princípio, a ideia retórica da contradição entre o personagem Rondon (agente oficial do Estado) e sua atitude de lançar críticas aos missionários salesianos, a quem elogiara em outra ocasião, como expusemos anteriormente. Vejamos o excerto:

Não sabemos se oficial, **oficiosas sectariamente**, mas o certo é que foram, **ao que parece** disseminadas pela imprensa do País, circulares contendo informações acerca das colônias indígenas salesianas do Rio das Garças, Barreiro e Sangradouro informações essas colhidas, **ao que se afirma**, no telegrama que o Sr. Tenente Coronel Dr. Cândido Mariano da Silva Rondon, após a sua visita a esses núcleos coloniais, dirigira ao Sr. Ministro da Agricultura (A Cruz, 08/10/1911, ed. 44, p. 01, grifos nossos).

Ao utilizar a expressão “oficiosas sectariamente” já no primeiro parágrafo do texto (Quadro 4, linha 5, p. 145-146), o autor do editorial suscita outras vozes sociais e ideológicas presentes em seu cronotopo e que compõem outras posições valorativas antagônicas à ideologia ultramontana assumida pela Igreja Católica da época. Sendo assim, o discurso católico daquele período aparece refletido e refratado nos enunciados do jornal *A Cruz* que, como bem salienta Oliveira (2014, 2016), coadunava com esse terceiro momento do ultramontanismo católico em que se alvitrava a apropriação dos recursos midiáticos para a difusão de seus dogmas e defesa em relação ao movimento anticlerical.

A ideia é que *se é oficial, o é para quem?* Juntamente à palavra “sectariamente”, que faz alusão à seita, retoma outros já-ditos sobre a orientação ideológica positivista do então Tenente Coronel Rondon e que vai operar como estratégia argumentativa para justificar tais críticas sofridas pela Missão Salesiana e recuperada também ao final do editorial como fechamento e reforço dessa tese implícita na interrogação: “É essa a republicana imparcialidade do Positivismo no *Serviço de Proteção aos Índios?*” (Quadro 4, linhas 64-65, p. 145-146).

No excerto abaixo podemos notar como o autor do editorial desqualifica o discurso alheio, utilizando-se, para tal, de palavras e expressões que exprimem valor e que refutam, dessa forma, a ideologia positivista, combatida pela Igreja Católica, assim como outras, por representarem uma ameaça à sua supremacia durante séculos:

[...] imagine os leitores como não ficamos perplexos e de uma perplexidade única, diante daqueles tópicos telegráficos tão **finalmente maliciosos**, quais só poderá **forjá-lo** o mais Insinuante **espírito de seita!**

Que há, de fato, nessas linhas, como vemos ao depois, senão **veneno sutil da adulteração dos fatos**, que se **infiltra e corrompe**, senão o caruncho da interpretação malévola que lavra surdamente em cada frase, senão os **áspides da insinuação maligna**, que **insidiosamente se esgueiram**, senão, em suma, **o estilete da má-fé** que reponta e punge em cada palavra? (*A Cruz*, 08/10/1911, ed. 44, p. 01, grifos nossos).

Há o chamamento do leitor presumido para a situação de “indignação” que dera origem a todo o discurso, ou seja, o telegrama de Rondon. Temos aqui, novamente, a estratégia do autor para tornar visível no enunciado o seu leitor, estabelecendo, assim, um diálogo explícito, uma tentativa de orientação sobre o seu dizer, como uma ferramenta de envolvimento do interlocutor para alcançar a persuasão de seus argumentos. Dessa forma, considera-se que o estilo está intrinsecamente atinente à relação estabelecida entre os participantes do ato comunicativo que, assim como a escolha do gênero do discurso, também é determinado levando em consideração as esferas da comunicação social às quais esteja vinculado.

A opinião do P. Malan é expressa por meio de citação indireta “Acredita, pois, S. Revma. em alguma adulteração do telegrama oficial, o que, aliás, não seria, disse-nos ele, fato virgem mesmo em comunicações dessa ordem, concernentes à Catequese, de que é chefe.” (Quadro 4, linhas 49-51, p. 145-146). É possível notar que o entrevistado atribui a culpa do mal-entendido a alguma adulteração do documento oficial, fato que o autor do editorial, mesmo que de forma sutil, contesta:

Por isso e por que não houve, até o presente, que saibamos, protesto algum da parte do Tenente Coronel Rondon contra a autoria das supraditas informações, estudá-las-emos crítica e severamente, analisando-as e cotejando-as em subseqüentes artigos (*A Cruz*, 08/10/1911, ed. 44, p. 01).

Conforme prometido pelo editor, as próximas edições do jornal *A Cruz* trazem numerosas críticas a Rondon, motivadas pelo telegrama destinado ao Ministro da Agricultura, em que desfere avaliações sobre a Missão Salesiana no trabalho com os indígenas que desagradaram sobremaneira o clero mato-grossense e, em consequência, aquele jornal católico.

Foram redigidos e divulgados, em edições praticamente subsequentes⁴⁹, no jornal *A Cruz*, 22 editoriais em resposta ao relatório de Rondon. Tendo em vista os limites desta pesquisa, optamos por analisar apenas o primeiro editorial, contudo, no quadro 5, seguem elencados as edições e os títulos dos demais editoriais publicados:

Quadro 5 – Relação dos editoriais publicados pelo jornal *A Cruz* em resposta ao relatório de Rondon

Data da publicação	Edição	Título
08/10/1911	44	CATEQUESE: Notícias espalhadas – Ignorância ou má fé? – Quem é o autor? – Entrevista com o P. Malan – Contradição e má fé – Nosso dever
15/10/1911	45	CATEQUESE: O telegrama Rondon – Informações sobre a primeira colônia – Tesoura que mutila? – Argumento “ <i>ex silentio</i> ” contra o autor desses informes – O que o Tenente Coronel Rondon escreveu no álbum daquela colônia
22/10/1911	46	CATEQUESE: As Irmãs Missionárias – Laconismo deplorável – Testemunhos algo reparadores (sic) do Ten. Cel. Rondon – Eficácia da catequese religiosa – Anjos e heroínas
29/10/1911	47	CATEQUESE: Habitações dos índios – São elas nas colônias salesianas, tal como nas suas próprias aldeias? – Sempre as omissões! – Relativismo oportuno – Contradição?
05/11/1911	48	CATEQUESE: irmãos leigos salesianos - Abnegados e beneméritos – Admiráveis colonos – suas obras gigantescas – Merecem toda a gratidão e apoio
12/11/1911	49	CATEQUESE: A Colônia de S. Coração – Que diz sobre ela o telegrama Rondon – Suas aulas e oficinas – Informações inconciliáveis com outros testemunhos do Diretor Geral dos Índios – Progresso dos índios nos estudos
19/11/1911	50	CATEQUESE: Ainda o trabalho dos índios – É verdade que o Tenente Coronel Rondon não encontrou trabalho algum feito por eles? – Parreirais e pomares – Idílio ou <i>dithyrambo</i> ? <i>Risum teneatis, amici</i> ?
26/11/1911	51	CATEQUESE: O imortal telegrama de Rondon – Ainda uma vez as escolas indígenas – Muito sobre parreiras e pomares, nada sobre o ensino cívico – Os retratos dos nossos – A bandeira nacional no sertão – Testemunho insuspeito.
03/12/1911	52	CATEQUESE: O telegrama Rondon sobre os viveres – Apresentação equívoca dos fatos – Sistema de brindes – Sistema salesiano dos vales – Insuficiência? – Hábitos indígenas.

⁴⁹ Somente as edições do dia 25 de dezembro de 1911 e 28 de janeiro de 1912 não continham editoriais com críticas a Rondon, sendo destinadas à resposta do Bispo de Corumbá, pelas críticas a ele desferidas pelo jornal *A Reação*, e aquela, por ser um especial de comemoração do Natal, uma data importante à comunidade católica.

10/12/1911	53	CATEQUESE: Roupas de índio – Roupas de festa e roupas de uso – Uniformes _ Roupas novas e roupas sujas – Como se explica?
17/12/1911	54	CATEQUESE: Continua sobre as roupas dos índios – Asseio – Lavagem – Episódio a bordo – Os pequenos bororos.
31/12/1911	56	CATEQUESE: A alegria e as queixas dos índios.
07/01/1912	57	CATEQUESE: Onde dormem e como comem os índios das colônias indígenas salesianas?
14/01/1912	58	CATEQUESE: A terceira Colônia – Que diz sobre ela o telegrama Rondon – Nossos reparos – Impressões do Diretor Geral dos Índios
21/01/1912	59	CATEQUESE: Última parte do telegrama Rondon – Homenagem às autoridades e educação cívica – As congratulações do Diretor Geral do Índio – Contradição ou má fé.
04/02/1912	61	CATEQUESE: São deficientes, como diz o telegrama Rondon, os resultados obtidos pelos padres? – Testemunho recente e ponderoso.
11/02/1912	62	CATEQUESE: O progresso dos índios - Feitiçaria?
18/02/1912	63	CATEQUESE: Segue sobre o progresso real dos índios – Positivismo – Internato – Absurdos – Salutares efeitos – Progresso real
25/02/1912	64	CATEQUESE: Esperanças e conselhos do Tenente Coronel Rondon
03/03/1912	65	CATEQUESE: Final do telegrama Rondon – Classificação pessoal indígena – Modéstias – Higiene e asseio – Testemunho Dr. Murillo.
10/03/1912	66	CATEQUESE: Conclusão ⁵⁰
17/03/1912	67	CATEQUESE: Conclusão

Fonte: Elaborado por nós com base nas edições analisadas do jornal *A Cruz*

Das 22 publicações apresentadas acima, somente na edição de número 62, do dia 11 de fevereiro de 1912, não está estampado o tema na primeira página do jornal *A Cruz*. Esta exceção se deu em resposta às críticas do jornal *A Reação*, também mato-grossense, que, na ocasião, desferira farpas ao Bispo de Corumbá. Devido a esse episódio, a edição de número 60 do dia 28 de janeiro de 1912 foi dedicada à resposta do Bispo ao jornal arquirrival.

É pertinente frisarmos aqui que *A Cruz* nasceu como contraposição ao surgimento do jornal *A Reação*, fundado pelo grupo de pensadores-livres arrebatados pelo clima de anticlericalismo advindo da “publicidade positivista e cientificista reinante” (CANAVARROS, 2007). Tomando a linguagem a partir de uma abordagem do fenômeno enunciativo, como propõem Bakhtin/Volochínov (2014), a natureza

⁵⁰ A conclusão das análises do relatório de Rondon feitas pela equipe do Editorial do jornal foi dividida em duas partes, constando, assim, nas edições 66 e 67 do ano de 1912.

extralinguística se entretetece no linguístico de forma a constituir o enunciado como um lugar privilegiado dos fenômenos ideológicos.

Como vemos, tanto os enunciados presentes no jornal *A Cruz* como os de *A Reação* e do relatório de Rondon, divulgado por meio de um telegrama, refletem e refratam as esferas ideológicas em que cada discurso foi fundado. Assim, os editoriais do jornal católico *A Cruz*, tanto como em qualquer evento da comunicação humana, são partes que integram uma discussão axiológica, respondendo a um já-dito, confirmando-o ou refutando-o, ou antecipando respostas e possíveis objeções, dentre outras possibilidades, conforme podemos verificar nas relações dialógicas estabelecidas nos enunciados do editorial selecionado para análise (BAKHTIN, 2011); (FARACO, 2009).

4.8 A catequese leiga em outros enunciados do jornal *A Cruz*: refutação à ideologia positivista

O episódio do telegrama Rondon rendeu, além dos 22 editoriais, vários enunciados-resposta que contestavam, acima de tudo, os ideais republicanos pautados em uma orientação ideológica positivista. Como exemplo, temos, ainda no ano de 1912, um editorial publicado na primeira página do jornal *A Cruz*, com o título “Desordem e regresso” (Figura 39), em que o autor remete o leitor ao signo ideológico positivista presente na Bandeira Nacional, desconstruindo, portanto, seu sentido inicial.

Figura 39 – Cabeçalho do jornal *A Cruz*, editorial “Desordem e Regresso”



Fonte: *A Cruz*, Ano III, 17/11/1912, ed. 101, p. 01.

Como nos outros enunciados analisados, neste também há marcas do dialogismo, seja velado ou explícito, do qual o autor se utiliza principalmente para a refutação da ideologia positivista de cunho anticlerical, como podemos observar no excerto extraído do editorial, ideia com que se ilustra o seu título: “Em vez de ordem e progresso, o lema que os positivistas inscreveram na bandeira, é a desordem e o regresso que os fanáticos positivistas da missão Rondon estão obtendo neste Estado”.

O jornal acusa o Serviço de Proteção ao Índio, denominado aqui como Missão Positivista Rondon, de perseguir os Salesianos com o apoio da imprensa: “a Missão Positivista vendo que não pode concorrer com a Missão Católica quer destruir todo o progresso que os beneméritos Salesianos iniciaram sem trombetear laudatório da imprensa ímpia”; “Acusação caluniosa aos Salesianos é a perseguição que novamente se põe em ação”.

Como vimos anteriormente, os relatórios e os telegramas oficiais da Comissão Rondon e do Serviço de Proteção ao Índio eram amplamente divulgados nos principais jornais do país, especialmente após a implementação, em 1910, do Escritório Central da Comissão, que ficara encarregado de noticiar e dar visibilidade aos trabalhos da Comissão.

Em linhas finais, o editorial reforça o discurso de desqualificação dos trabalhos do SPILTN, ao afirmar que almejam “destruir o progresso que encontraram”, referindo-se aos avanços obtidos pelos trabalhos dos salesianos e que “logo é o *regresso* que conseguem”.

No enunciado como um todo, podemos observar o duelo entre as vozes sociais representadas pelas esferas religiosa ultramontana em oposição à positivista. Essa luta ideológica por “corações e mentes e de espaço de poder no ambiente republicano”, como bem sinalizou Canavarros (2007, p. 05) é exemplo de que “cada campo da atividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade à sua própria maneira” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 33).

Outro exemplo de refutação ao relatório, e da repercussão em consequência deste, é o editorial publicado no dia 24 de novembro de 1912 – “Campanha indigna contra a catechese catholica: a protecção aos indios transformada em perseguição aos padres” –, registrado na primeira página da edição nº 102 (Figura 40, p. 155 e Anexo VI, p. 200), em que retomam a temática da catequese, reportando seu discurso

a outros já-ditos, pois “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, 2011, p. 272).

Figura 40 – Primeira página do jornal A Cruz

A CRUZ

Órgão da "Liga Social Catholica Brasileira" de Matto-Grosso

VENDEREM TODAS AS MINHAS ALFALAS PARA QUE NÃO SE INTERROMPA A PUBLICAÇÃO DA "DEFEZA" Fio X.

Só a IMPRENSA PODE REPARAR OS MALES DA IMPRENSA. Visconde de Bonald.

TYPOGRAPHIA: (A grandeza do Brasil pelo Catholicismo) Redacção: Seminário Archiepiscopal

SEMANARIO de maior tiragem no Estado do Matto-Grosso

ANNO III | Cuiabá - DOMINGO, 24 DE NOVEMBRO DE 1912. | NUM. 102

Campanha indigna contra a catechese Catholica

A PROTECCÃO AOS INDIOS TRANSFORMADA EM PERSEGUIÇÃO AOS PADRES

Motivos da guerra

- 1) O sectarismo positivista reinante nas repartições chefiadas pelo Coronel Rondon, o que constitue intoleravel transgressão dos principios de liberdade republicana.
- 2) Despreito do mesmo Coronel por ter o jornal "A Cruz" luminosamente revelado as suas graves incoherencias, das quaes tentou embalde e tardamente justificar-se perante os seus superiores hierarchicos.
- 3) A esportancia e patriótica proposta de uma subvenção a favor da Missão Salesiana deuto Estado pelo leader da bancada Matto-grossense, Exm. Sr. Coronel Caetano de Faria Albuquerque, apódoado pela maioria do Congresso.

Accusados

Um RESPEITAVEL SACERDOTE E UM ASPERANTE, dois pacificos missionarios salesianos, BENEFICENTOS do Estado e do Paiz, os quaes, de ha annos, tudo sacrificam pela civilização desses mesmos indios agora contra elles vilmente instigados.

Resultado

Aguardamos serenamente o parecer da auctoridade policial, que esperamos seja o triumpho immortel da verdade e da justiça.

Armas ignobéis

- 1) Violentos e calumniosos ataques contra esta Missão Salesiana na imprensa do Rio pelo Coronel Rondon, que descura as suas multiphas e gravissimas responsabilidades para dedicar-se á perseguição contra a catechese Salesiana, trahindo assim, a sua propria missão de Protector dos indios.
- 2) Telegrammas do mesmo Coronel aos encarregados das Relações General Correio e Presidente Murinho, facultando-lhes plena liberdade nas atitudes das colonias salesianas, sem dependencia alguma dos respectivos directores, no intuito de assim desmoralizar e desorganizar a irreprehensivel disciplina das mesmas colonias.
- 3) Telegrammas do mesmo Coronel exigindo dos seus cegos auxiliares aqui, toda e qualquer denuncia contra a catechese Salesiana.
- 4) Manifestas accusações de tratamentos de aspersão de indios levantadas por esses empregados contra os Salesianos de Palmeiras.
- 5) Consequentemente telegrammas apaixonados do Coronel Rondon ás auctoridades e politicos locais requisitando o

Consequencias immediatas

- 1) Indignação geral de toda a população sensata contra os elevados funcionarios da catechese leiga.
- 2) Alarido dos tranquillos moradores vizinhos de Palmeiras que, temendo ussem com elles como contra os padres, apresentaram queixa formal contra esses indios outrora respeitosos e ordeiros sob a catechese salesiana, agora turbulentos e insolentes sob a invalensabilidade de mal entendida e escandalosa protecção.

NOSSO DEVER

PATRIOTAS, ALERTA!

Esse indio não nosso irmão, que o fanatismo arranca á civilização que já lhes alvoroscei, para de novo lançal-os nas trevas da barbarie, do vicio, do odio e da ingratitude para com seus maiores beneficentes e benemeritos da nossa Patria.

CATHOLICOS, ALERTA!

E' a lucta de uma seita inconstitucionalmente officializada, que aggride o sentimento catholico nacional, tentando offuscar uma das nossas mais esplendidas glorias.

A obra monumental da catechese catholica no Brasil.

que agora, face da devaluação que asseverba, incutem caminho do exilio, a hesitação que não encontramos aqui. Nós temos conspurcado deves. Assim, quando a cidade Matto-Grosso extinguir-se definitivamente, pungentissima será a verga que nos sangrará coração; mas o Brasil receberá em ebaio a missão e o labou do desmoroamento desse povo, que collaborou, sem medir sacrificios, para acorementamento seu territorio, defendendo todo seu occidente santissimo hespanhaes seculos 18 e 19, povo

FATALIDADE atroz

Emquanto os funcionarios da Protecção aos Indios neste Estado, consomem-se na impetritica tarefa de perseguirem a catechese catholica, os indios atacam barbaramente os laboriosos moradores da veneranda cidade de Matto-Grosso, os quaes nada podendo separar dos mesmos encarrega-

dos de um serviço tão apparentes quo sumptuosamente nullo, appellam para o Governo da Republica e do Estado, nos seguintes patheticos termos:

Exm. Senr.

«Dirigido a V. Ex. este telegramma, povo cidade Matto-Grosso, fui-o na resolução abandonando sua terra al derradeiro apuido que cederia a illos Poderes Náo não logramos sur ouvido.

Luciendo estoicamente mais vinte annos contra calamida-

des que soem affligir povos abandonados, matto-grossenses soutem suas energias esgotadas, para proseguir resistenciã a decadencia e ruina que assolam sua terra natal. Mais vinte annos revives que nos infligem indios, que quotidianamente degradam nossas lavozas, infestam nossas ruas, esculam nossas familias, espalhando panico e a ruina, privados do exercicio nossa actividade; mais vinte annos flagello publico trahido por epidemias, que não podemos debellar, porque poderes publicos usm nos

Fonte: A Cruz, Ano III, 24/11/1912, ed. 102, p.01.

O editorial em tela foi transcrito integralmente (Quadro 6, p. 156), de modo a favorecer tanto a leitura quanto a posterior análise:

Quadro 6 – Transcrição do editorial “Campanha indigna contra a catequese católica: a proteção aos índios transformada em perseguição aos padres”

Linha	Editorial
1	Campanha indigna contra a catequese católica
2	A PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
3	TRANSFORMADA EM PERSEGUIÇÃO AOS PADRES
4	
5	Motivos da guerra
6	
7	1) O sectarismo positivista reinante nas repartições chefiadas pelo Coronel Rondon, o que
8	constitui intolerável transgressão dos princípios de liberdade republicana.
9	2) Despeito do mesmo Coronel por ter o jornal “A Cruz” luminosamente revelado as suas
10	graves incoerências, das quais tentou embalde e tardiamente justificar-se perante os
11	seus superiores hierárquicos.
12	3) A espontânea e patriótica proposta de uma subvenção a favor da Missão Salesiana deste
13	Estado pelo <i>leader</i> da bancada Mato-grossense, Exm. Sr. Coronel Caetano de Faria
14	Albuquerque, apoiado pela maioria do Congresso.
15	
16	Armas ignobeis
17	
18	1) <i>Violentos e caluniosos ataques contra</i> esta Missão Salesiana na imprensa do Rio pelo
19	Coronel Rondon, que descara as suas múltiplas e gravíssimas responsabilidades para
20	dedicar-se à perseguição contra a catequese Salesiana, traindo assim, a sua própria
21	missão de <i>Protetor dos índios</i> .
22	2) <i>Telegrama do mesmo Coronel</i> aos encarregados das Estações General Carneiro e
23	Presidente Murtinho, facultando-lhes plena liberdade nas aldeias das colônias
24	salesianas, <i>sem dependência alguma dos respectivos diretores</i> , no intuito de assim
25	desmoralizar e desorganizar a irrepreensível disciplina nas mesmas colônias.
26	3) <i>Telegrama do mesmo Coronel</i> exigindo dos seus cegos auxiliares aqui, toda e qualquer
27	denúncia contra a catequese Salesiana.
28	4) <i>Monstruosas acusações de tentativa de assassinato</i> de índios levantadas por esses
29	empregados contra os Salesianos de Palmeiras.
30	5) <i>Consequências do telegrama apaixonado do Coronel Rondon às autoridades e políticos</i>
31	<i>locais</i> requisitando o
32	ESPETACULOSO INQUERITO do dia 13 corrente, no qual representaram de
33	VITIMAS E TEXTEMUNHAS: uma horda de índios ingênuos, subornados, seduzidos,
34	açulados, previamente ensaiados, semibárbaros, beberões, seminus, absolutamente
35	incapazes!!!
36	
37	Acusados
38	
39	UM RESPEITÁVEL SARCEDOTE E UM ASPIRANTE, dois pacíficos missionários
40	salesianos, BENEMÉRITOS do Estado e do País, os quais, de há anos, tudo sacrificam pela
41	civilização desses mesmos índios agora contra eles vilmente instigados.
42	
43	Resultado
44	
45	Aguardaremos serenamente o parecer da autoridade policial, que esperamos seja o
46	triunfo imortal da verdade e da justiça.
47	
48	Consequências imediatas
49	
50	1) Indignação geral de toda a população sensata contra os levianos funcionários da
51	catequese leiga.
52	2) Alarme dos tranquilos moradores vizinhos de Palmeiras que, temendo usem com eles
53	como contra os padres, apresentaram queixa formal contra esses índios outrora
54	respeitosos e ordeiros sob a catequese salesiana, agora turbulentos e insolentes sob a
55	invulnerabilidade de mal-entendida e escandalosa proteção.
56	

57	<u>NOSSO DEVER</u>
58	
59	<u>PATRIOTAS ALERTA!</u>
60	Esses índios são nossos irmãos, que o fanatismo arranca à civilização que já lhes
61	alvorecia, para de novo lançá-los nas trevas da barbárie, do vício, do ódio e da ingratidão
62	para com os seus maiores benfeitores e beneméritos da nossa Pátria.
63	<u>CATÓLICOS ALERTA!</u>
64	É a luta de uma seita inconstitucionalmente oficializada, que agride o sentimento católico
65	nacional, tentando ofuscar uma das nossas mais esplêndidas glórias:
66	A obra monumental da catequese católica no Brasil.

Fonte: *A Cruz*, Ano III, 24/11/1912, ed. 102, p. 01.

A expressão “campanha indigna” (Quadro 6, linha 1, p. 156-157) se refere aos outros enunciados produzidos e reproduzidos na imprensa nacional a respeito do telegrama com o relatório de Rondon sobre a catequese salesiana. A esfera política e a religiosa (Igreja Católica), que desde a chegada dos portugueses em solo brasileiro mantiveram relações estreitas, agora, no contexto da Primeira República travavam uma disputa ideológica, cada uma defendendo suas próprias orientações e interesses. Sobre as esferas sociais, de acordo com Bakhtin (2011), estas não operam de forma completamente isoladas e estanques, há níveis de inter-relação entre elas em decorrência de tensões de natureza histórico-social.

Ao longo do editorial, podemos perceber que o editor procurou apresentar, de forma sintética e sistemática, os principais pontos a serem discutidos. Diferentemente dos outros editoriais e artigos de opinião publicados no jornal *A Cruz* sobre o tema, este apresenta um estilo particular de estruturação do texto, em que a temática é dividida por seções.

Assim, além do estilo, tema e composição estão imbricados no todo do enunciado, sendo igualmente determinados, de acordo com as singularidades de uma determinada esfera da comunicação humana. Todavia, o autor sinaliza que embora o enunciado particular seja individual, cada uma das esferas produz seus tipos de enunciados relativamente estáveis.

Dentro de uma perspectiva dialógica, “a forma e o estilo ocasionais da enunciação”, para Bakhtin/Volochínov (2014, p. 118), são determinados tanto pela situação quanto pelos participantes mais imediatos. Logo, por se tratar de um assunto discutido pelo jornal de longa data, o estilo de apresentação do editorial pode ser uma estratégia de situar os novos assinantes e leitores quanto à problemática a ser

discorrida, reportando aos fatos e enunciados retóricos para, então, agregar-lhes informações novas.

Há, na tessitura do enunciado, como um todo, a relação polarizante entre a ideologia positivista e a católica ultramontana de forma categórica, empregando-se, para tal, expressões de desqualificação daquela e de exaltação desta. O editorial refere-se às publicações do jornal *A Cruz* como algo sobrenatural, divino ao afirmar que o jornal tem “luminosamente revelado” (Quadro 6, linha 9, p. 156-157) as “incoerências” (Quadro 6, linha 10, p. 156-157) de Rondon.

No que se refere aos elementos que compõem o estilo do editorial, podemos perceber que tanto ao positivismo/SPILTN quanto a Rondon são associadas expressões volitivas: *sectarismo* (linha 7), *intolerável transgressão* (linha 8), *violentos e caluniosos* (linha 18), *perseguição* (linha 20), *seita* (linha 64), *monstruosas* (linha 28), *fanatismo* (linha 60), *levianos* (linha 50), *insolentes* (linha 54) etc., todas no Quadro 6 (p. 156-157). E, em contraposição, são associados ao catolicismo e ao clero termos avaliativos como: *respeitável* (linha 39), *pacíficos* (linha 39), *beneméritos* (linha 62), *esplêndidas* (linha 65), *glórias* (linha 65), *obra monumental* (linha 66), também no quadro acima citado.

Como expusemos no capítulo sobre o Positivismo no contexto da Primeira República, os ideais positivistas se limitavam apenas a uma pequena parte da sociedade do país, naquela época, e tampouco tinham unanimidade no meio político. Tal fato é demonstrado no editorial ao destacar a “espontânea e patriótica” (Quadro 6, linha 12, p. 156-157) proposta de apoio do líder da bancada mato-grossense a favor da Missão Salesiana, segundo o próprio jornal, “apoiado pela maioria do Congresso” (Quadro 6, linha 14, p. 156-157).

Mais do que acusações e tentativas de defesa, o editorial explicita o confronto ideológico travado por essas duas esferas, naquele contexto sócio-histórico, a “catequese leiga” (Quadro 6, linha 51, p. 156-157) do Serviço de Proteção ao Índio, chefiada por Rondon, de um lado; a catequese cristã dos salesianos, de outro. O índio, “objeto” de disputa entre tais interesses, era tratado por ambas as partes como incapaz de decidir sobre seu próprio destino.

A edição seguinte, de número 103 (Anexo VII, p. 201), do dia 1º de dezembro de 1912, obedece às mesmas características estilístico-composicionais quanto à apresentação das temáticas por sessões do editorial anterior, no entanto, se trata de uma edição que traz trechos dos autos do inquérito, sob a forma de citação direta, do

telegrama destinado ao Secretário de Justiça com uma denúncia contra os Salesianos, referente à tentativa de assassinato de dois índios Bororo pelo aspirante a padre, que foi arquivada por se entender que os depoimentos continham “vacuidade” por parte das “curiosas testemunhas⁵¹”, por não configurar crime de tentativa de homicídio. Isso porque, segundo consta no depoimento do acusado e que fora acatado nos autos do inquérito, o aspirante não teve a intenção de assassinar os índios e sim de abater um animal conhecido como caxinguelê⁵², como se pode analisar no trecho a seguir:

Figura 41 – Excerto da edição 103 do A Cruz

VICTORIA TRIUMPHAL da verdade e da justiça — GLORIFICAÇÃO da inocência e justa condem- nação dos seus perseguidores «Pela declaração do P.^o Director Ragogna e pelo in- terrogatorio do accusado, verifica-se que o facto leviana- mente qualificado de acto crimi- noso, não é mais do que um acto natural, a caça de um caxin- guelê, e que a queixa dada não é mais do que um desabafo dos	encarregados da protecção aos índios, como perfeitamente se deduz das declarações do Te- nente Alencarliense Fernandes da Costa e da longa exposição que fez no auto de acareação, verdadeiro libello PRO DOMO SUA. Sendo assim, julgo dever sêr archivado o presente inque- rito; entretanto, como a tanto não chegam as attribuições desta Delegacia, ordeno ao Sr. Escrivão que remetta, com urgencia, os presentes autos ao Exm. Sr. Juiz de Direito, para os fins de direi- to, pagas as custas pelo queixoso, na forma da lei.
--	---

Fonte: A Cruz, Ano III, 01/12/1912, ed.103, p. 02.

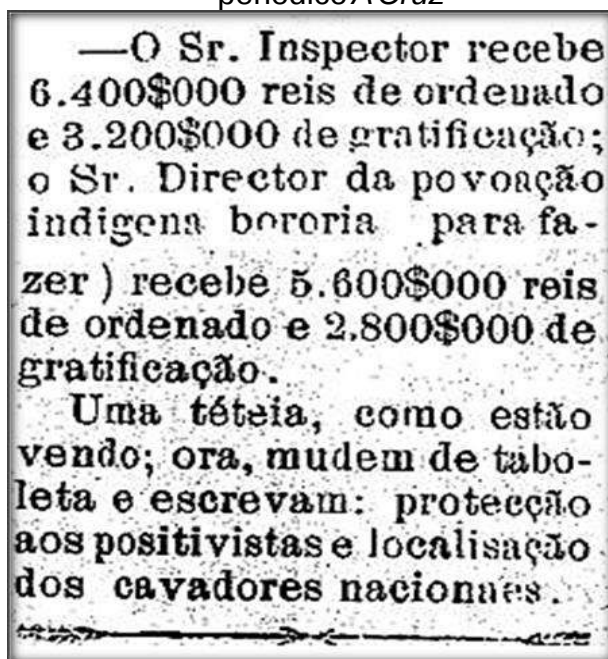
⁵¹ Expressão empregada pelo jornal ao se referir aos índios que, de acordo com o editorial, estavam embriagados.

⁵² Segundo o dicionário Michaelis Online, trata-se de um esquilo arborícola, com cerca de 20 cm de comprimento, encontrado nas matas brasileira, caracterizado pela cauda longa e peluda. Também conhecido como caitité ou serelepe. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/caxinguel%C3%AA/> Acesso em: 10 jun. 2018.

Mesmo após o desfecho em favor da absolvição do aspirante salesiano e arquivamento do inquérito, o jornal *A Cruz* deu continuidade às publicações a respeito do assunto, com o intuito de reforçar ainda mais sua tese de perseguição aos padres salesianos.

Ainda nessa edição do dia 1º de dezembro de 1912, há uma coluna intitulada “Repiques”, destinada às chalaças curtas, geralmente com assuntos que envolviam a temática anticlerical, tendo como alvo, muitas vezes, o então Coronel Rondon, o Positivismo e o SPILTN (Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais):

Figura 42 – Excerto da edição 103 do periódico *A Cruz*



Fonte: *A Cruz*, Ano III, 01/12/1912, ed.103, p. 03.

Notemos que novamente retomam outros enunciados que permeiam outras esferas sociais, como é o caso dos altos valores pagos ao SPILTN que, de forma irônica, os desqualificam.

Houve uma sucessão de primeiras páginas do periódico *A Cruz* em que, a partir do desfecho do inquérito relativo à acusação de tentativa de assassinato de índios por parte dos salesianos, se originaram outros enunciados-respostas. Como exemplos, vejamos a primeira página das edições 105 e 110 do jornal, nas figuras 43 (p. 161) e 44 (p. 162), respectivamente:

Figura 43 – Primeira página da edição 105 do A Cruz

A CRUZ

Órgão da "Liga Social Catholica Brasileira" de Matto-Grosso

VENDENDO TODAS AS MINHAS ALPARGATAS PARA QUE NÃO SE
INTERROMPA A PUBLICAÇÃO DA "DIPERA" Pío X.

(A grandeza do Brasil pelo Catholicismo)

Semana de maior tiragem no Estado de Matto-Grosso

ANNO III | Cuiabá - DOMINGO, 15 DE DEZEMBRO DE 1912. | NUM. 105

Campanha indigna contra a catechese Catholica

A PROTECÇÃO AOS INDIOS TRANSFORMADA EM PERSEGUIÇÃO AOS PADRES

Parecer do Promotor - Despacho do Juiz

Grandiosa victoria definitiva da causa Salesiana

A PROTECÇÃO AOS INDIOS PERTURBANDO A PAZ DAS FAMILIAS

Polgamos de hoje abri-
lhamos a nossa primeira pa-
gina com alguns topicos da
bella e eritica promocio
com que o digno Promotor
da Justica, o Exm. Sr. Adv.
Manoel Nunes de Barros,
destrói por completo as de-
ploraveis calumnias assae-
das oficialmente pela Inspec-
toria do Serviço de Protec-
ção aos Indios neste Estado,
contra a pacifica e laboriosa
Missão Salesiana. Damos,
outrossim, em seguida o des-
pacho, em que o M. M. Juiz
de Direito, Major João Lou-
renço de Figueiredo, con-
cordando com a sobredita
promocio, manda archivar
o para sempre celebre in-
querito de Palmeiras.

Entretanto, ao mesmo
tempo que nos é grato e es-
pontaneo congratularmo-
nos com a benemerita Missão
Salesiana por tão estronda-
sa victoria, que vai confir-
mar cada vez mais a justa
reputação nacional, em que
é áida, não podemos deixar
de aqui registrar tambem o
nosso profundo pesar civico
pela ineptia dos funciona-
rios que a Justicações do
Coronel Rondon, acabou
de assim macular e desmo-
ralhar o serviço nacional
de Protecção aos Indios.

**PARECER DO PROMOTOR
DA JUSTIÇA**

* Os meios pelos quaes se

instaura um processo criminal,
não são nem podiam ser arbi-
trarios; porque affectando a or-
dem e liberdade publicas, viria
o abuso d'aquelles meios pro-
judicar a reputação, fortuna e
liberdade do individuo proces-
sado; pelo qua, nossas leis des-
conhecem e repellem outros
meios que não os por ellas
prestabelecidos, formulando
condições em que cada um
delles deverá ser usado e re-
quisitos que deverão conter.

Taes meios são:

1.º Queira da parte offendida
ou de quem tiver qualidade pa-
ra representá-la, como pa-
z, tutor, si o offendido for
menor, o conjuge; o Promo-
tor da Justica, si o offendido
for miseravel, e a requerimen-
to dos seus representantes le-
gales.

2.º Denuncia do ministerio pu-
blico.

3.º Procedimento ex-officio
nos crimes inafiançaveis quan-
do não for apresentada a de-
nuncia nos prazos da lei.

A peça, porém, que se de-
signa pelo "Inquerito", as-
signada pela "Inspeccoria do
serviço de protecção aos indios",
só por um lemerario apascona-
do poder ser encerrada como
uma queixa ou denuncia; pois,
como uma e outra, ella achou-
se completamente despidida dos
requisitos legais, já enume-
rados pelo Sr. Delegado de Poli-
cia no seu rto jurupico QUO
LUMINOSO RELATORIO, além da
que o signatario de tal peça
não provou, nem que a pseudo-
victima é uma dessas pessoas
incapazes enumeradas na lei,
nem a sua qualidade de repre-
sentante legal della. Portanto,
deve o Promotor da Justica
como representante da lei e
fiscal de sua execução perante

os juizes e tribunales, requere-
r o seu completo desprezo,
o que faço e aliás com o en-
saiamento dos mestres, dentro
os quaes o insigne juriconsul-
to Pimenta Bueno. (Faculdade
das obrigações do ministerio
publico)... Pelos depoimentos
das testemunhas, declarações,
acareações, etc., que constitu-
em o presente inquerito, não
pode ella (a Promotoria) cum-
prir este dever, porque os es-
clarecimentos colhidos no mes-
mo inquerito, não lhe dão noti-
cia de facto criminoso com to-
das as suas circunstâncias e,
nesse caso, do valor provavel
do dano soffrido e das razões
de convicção ou presumpção do
crime, requisitos cuja falta im-
porta ineptia ou falsidade
da respectiva denuncia. Taes
esclarecimentos, pelo contra-
rio, trouxeram á Promotoria
a mesma convicção do Sr. De-
legado de Policia exposta no
seu supracitado relatório:—
**DESABAFOS dos auctores do
mesmo inquerito, por quan-
to, nem os mais remotos
indícios podem-se colher
de uma tentativa crimina-
l; pelo qua, não tendo a
Promotoria a mais leve prova
para produzir... DEIXA DE OF-
FENDER O MINISTERO, como lhe
é facultado fazer.**

Finalmente resta o ultimo
meio de instauração do pro-
cesso—procedimento ex-officio—
sobre o qual o esclarecido
critério e reconhecido espirito
do justiciero do Meritissimo Juiz
resolvetão. Cuiabá, 2—12—
912. D. Promotor da Justica,
Adv. Manoel Nunes de Barros.

DESPACHO DO JUIZ

Conformando-me com a
promotão do Promotor da Jus-

lica, de accordo com a prova
negativa dos Autos, **MANDO
QUE ESTES SEJAM AR-
CHIVADOS.**

Cuiabá, 11 de Dezembro de
1912.

J. Lourenço.

REPRESENTAÇÃO envi-
da ao Exm. Sr. Dr. Presi-
dente do Estado, pelos fa-
zendeiros e moradores cir-
cunvizinhos de Palmeiras.

Exm. Sr. Dr. Joaquim Au-
gusto da Costa Marques, D. D.
Presidente do Estado.

Os abaixo assignados, pacifi-
cos moradores das circunvizi-
nhauças da Escola Agrícola
"Gratidão Nacional" de Palmei-
ras, pertencente á Missão Sale-
siana, comprem o dever de le-
var ao conhecimento de V. Ex.
que os indios Boróros subtra-
hidos de ha mezes á cateche-
ria Missão, e alguns outros
percorrem desde então, noma-
des e viciosos, as nossas pro-
priedades, damnificando a s-
nossas roças, matando as nos-
sas criações, ameaçando e as-
pauando a honestos trabalha-
dores, perturbando, enfim, a
paz dos nossos lares domesti-
cos, desordenando estas que nunca
se deram enquanto permanes-
ceram os mesmos indios sob
a disciplina Salesiana.

Taes violencias, entretanto,
recrudesceram depois que na-
mente grosseira desses selvá-
gens foram tentadas maximas
reclandamente falsas, uma
inopporiunas outras, todas arbi-
trarias da ordem e do pro-
gresso; tornaram-se, porém,
de todo intoleraveis após a

ignobil perseguição que, para
vergonha da nossa patria, está
movendo oficialmente contra
a catechese Salesiana o Serviço
de protecção aos Indios.

Deante desses factos e da
perspectiva de um futuro em
que, si não forem tomadas e-
nergicas providencias, renova-
r-se-ão os mais trágicos epi-
sodios da nossa historia nati-
vidade, após baldado appello á
Inspeccoria de Protecção aos
Indios, nós todos, titelando os
inviolaveis direitos das nossas
familias, appellamos para o
Governo de V. Ex. e solicita-
mos, para tranquillidade das
nossas, a criação aqui de um
Districto Policial, servido por
um subdelegado e auxiliado por
um destacamento, por peço
que seja, da força policial.

Nestes termos

E. R. Mercê.

Moquean, 6 de Dezembro de
1912.

O Inspector de Quarteirão,
Zephyrião de Arruda; Felício
Júlio B. Corrêa da Costa; Ma-
noel J. Corrêa da Costa; Jo-
quim F. Corrêa da Costa; José
F. Corrêa da Costa; Frederico
A. Corrêa da Costa; Francisco
Córrea da Costa; Geraldo Gun-
taives de Queiroz; Raphael Fr.
de Queiroz; Manoel Sobrinho
de Queiroz; Luiz Antonio B.
de Queiroz; André Barbosa Ro-
drigues; Antão Barbosa Ro-
drigues; José Rodrigues de Araújo;
Francisco Rodrigues; Cassiano
R. de Araújo; Virgílio R. de
Araújo; Benedicto Leite de Ar-
ruda; a rogo de Gregório Na-
reno dos Santos, Benedicto Lei-
te de Arruda; Luiz Rodrigues
de Arruda; Francisco R. de Ar-
ruda; a rogo de João Mariano de
Souza, Luiz R. de Arruda; Ab-
austo Antonio Rodrigues; Chi-

Fonte: A Cruz, Ano III, 15/12/1912, ed. 105, p. 01.

Figura 44 – Primeira página da edição 110 do A Cruz

A CRUZ

Órgão da "Liga Social Catholica Brasileira" de Matto-Grosso

VENDEREI TODAS AS MINHAS ALFALAS PARA QUE NÃO SE
INTERROMPA A PUBLICAÇÃO DA "DIFESA" Pto X.

SÓ A IMPRENSA PODE REPARAR OS MALES DA IMPRENSA.
Visconde de Bonald

TYPOGRAPHIA:
Seminário Archiepiscopal

(A grandeza do Brasil pelo Catholicismo)
Semanario de maior tiragem no Estado de Matto-Grosso

REDAÇÃO:
Seminário Archiepiscopal

ANNO III Cuiabá—DOMINGO, 19 DE JANEIRO DE 1913. NUM. 110

O "caxinguelê" de Palmeiras

Prologo — fez intervir nas declarações do inquerito.

Este "caxinguelê" já pertence a posteridade. E, a permanecer ali nesse gularim, onde, arrebatado a solidão obscura das suas matas, o alcandoraram, o pobre animalzinho já celebrado, aliás, em carinhosa página por Buffou, vai certo desbancar a fama classica do *ex-guamus* de Virgílio ou do *ritiduchus* mus de Horácio.

Admirável, dizem os críticos literarios, o effeito e a expressão desse monossyllabo de tres letras a rematar, num contraste grotesco, o solenne hexametro horaciano; que representa, com tamanha harmonia imitativa, a catastrophe dos esforços e vaidades humanas: *Fortuitum montes, nascetur ridiculus mus*. De parturientes montanhas nasceram, ás mais das vezes, ridiculos camondongos.

Tal foi o caso de Palmeiras. De todo esse montão de fiscalizações e syndacianças, de telegrammas e denuncias, de insinuações e empenhos, de tão apparatus inquerito, de tantas declarações e acareações, que nasceu um "caxinguelê"!

E' natural, pois, que todos os tiros sejam, assediados contra o pequeno, mas importante roedor.

Pobre "caxinguelê"! E dizer que o celebre naturalista francez já opinara que os esquilos deveriam ser poupados pela sua vivacidade, elegancia e innocencia. Exactamente o contrario, é que se está verificando.

Gracias á sua agilidad, escapou elle, são e escoreito, aos tiros da Bolla.

Sabe agora contra elle, e, ao que parece, *Mauzer* em punho, o Tenente Alencariense. Felizmente, porém, não é este mais habili atirador que aquelle.

Com effeito...

"Caxinguelê" admirável!

No auto de acareação, admitte-se o Sr. Tenente de que o Director de Palmeiras, por occasião da visita feita pelo mesmo Tenente áquelle estabelecimento em 12 de Outubro ultimo, não tivesse sabido, ao que parece, do "caxinguelê", que do tão vulgar e innocente "caxinguelê".

"Caxinguelê" phantastico?

O Tenente, entretanto, não pôde crer que o Sr. P. Director, logo que teve conhecimento do crime, não tivesse interrogado o seu subordinado Bolla, a respeito do mesmo. (Auto de acareação).

Aqui, como em todo o seu prolixo arrazoado, o Sr. Tenente labora evidentemente em uma falsa suposição. Suppõe, de facto, tractar-se de um crime.

Supposto isto, então, sim, mui de accordo, o Director deveria não só ter interrogado circumstanciadamente o criminoso, mas tel-o tambem denunciado aos seus superiores hierarchicos e, quizá mesmo, ao supremo serviço de protecção aos indios.

Não é questão, porém, como já todos sabem, de crime algum. Só por leviandade, disseram mui juridicamente o Delegado de Polícia e o Promotor da Justiça, ponde ser qualificada de criminoso o facto de Palmeiras.

Porquanto, dado, não concedido que o Bolla ou quem quer que fosse houvesse atirado contra indios, para que esse acto podesse, como tentativa de assassinato, incorrer na sanção das leis humanas, mister fora provar, por algum ferimento, o que se chama comego de execução. Ora, todos á uma, desdo o Inspector Humberto e o Tenente Alencariense até o ultimo dos bórrios, desmentindo-se embora, tiveram que confessar publicamente, no inquerito, diante da logica irresistivel dos factos, que os tiros não pegaram e não houve, portanto, ferimento algum.

Todavia, nem tal houve. Os tiros não foram desfechados contra os indios. Assegurou-o resoluta e constantemente o Director ao Tenente. E era essa, aliás, a unica hypothese de algum momento na questão.

Mas agora, que os tiros tivessem sido dados ao ar para espantar os indios, ou contra algum "caxinguelê" ou qualquer outro alvo, é tudo isso, e não ha quem não veja, de mui somenos ou nenhuma importancia.

Pode sêr, pois, que o Bolla desde a sua primeira relação tenha falado ao Director de algum animal, a que mirára; pôde sêr tambem que tenha falado em geral dos tiros; o que é certo, porém, é que o Director não estava obrigado a guardar por 7 mezes e meio, na ponta da lingua todas essas minudencias para repetilas á primeira pergunta de qualquer improvisado e incognito emissario.

O Padre expoz o facio nas suas circumstancias principaes e mais ou menos importantes: os dois tiros, que não foram, porém, dados contra os indios, o pânico destes, a apprehensão e posterior entrega de varios objectos seus, etc. etc.

Entrando, porém, a esmiuçar os accessorios, o Director parece mesmo, conforme affirma o Tenente, haver admittido até a hypothese mais desfavoravel a si proprio, isto é, que os tiros tivessem sido disparados para espantar os indios. Isto prova claramente a plena boa fé do Padre. Podia, de facto, ter negado tambem isso. Não quiz, porém, nada adiantar de que não estivesse moralmente certo.

Certo estava de que os tiros não tinham sido dados contra os indios; affirmou-o, portanto, sem hesitar. Não estava, porém, igualmente certo de que não tivessem sido dados para amedrontar os: não ousou, portanto, affirmar o, ainda que reaceasse, a sêr exacto o que refere o Tenente sobre as titubeações do Director, ainda que reaceasse, note se bem, ir nisso algum desdouro para o seu instituto. Isto é sinceridade!

Entretanto, que mal ou que delicto pode haver em dar tiros ao ar para espantar a indios indisciplinados e perigosos?

Pavoneia-se o Tenente de ter verberado com toda franqueza e energia tal procedimento? até conseguir mesmo amedrontar o padre por ter este achado possivel a hypothese de um seu subalterno dar tiros ao ar para amedrontar aos indios!!!

Pôde, porém, o Tenente Alencariense ou qualquer outro catechista leigo, dedilhar todas as cordas do seu sentimentalismo lyrico e extraordinario para com os indios, mas nunca chegará a persuadir-nos de que seja crime perante Deus nem perante os homens, dar tiros ao ar para amedrontar a barbaros.

Não são raros os casos, que chegam ao conhecimento dos Srs. da Protecção, não só de maus tractos aos indios, não só de serem estes espantados a tiros, não só de tentativas de homicidio contra elles, mas até dos mais horroresos assassinatos e massacres; e, entretanto, que providencias tomam?

Porque não verberam com a necessaria franqueza e energia tais procedimentos?

Nunca se viu tanta enscenação como no caso de Palmeiras. E porque? Por terem, dizem elles, embora aleivosamente, por terem os padres espantado a 2 indios com tiros, ou quando muito, atentado contra a vida delles, sem feril-os, entretanto, nem de leve.

Ora, não será este o caso daquelles que, no divio dizer de Jesus, clam mosquitos e engolem camelos?

Comprehendemos, porém, tudo isso. E' que em todo o scenario dessas tragedias, não ondulam roupas de missionarios, que valham a excitar o laico zeloso impetuoso dos noveis catechistas, como a bandirilha rubra do toureiro instiga os tauros furrosos.

Eis porque o Tenente não tolera. Denuncia os padres. E de que crime? Talvez de terem espantado aos indios com tiros, caso esse que o Director achará possivel?

Não! Accusa-os, como consta do officio do Inspector Humberto ao Ministro da Justiça e do telegramma do Coronel Rondon ao mesmo, accusa-os tremadamente de *tentativa de assassinato*, contra o que o Director euergicamente protesta. E depois vá ainda o Sr. Tenente queixar-se de que o padre lhe não tenha declarado tudo! A que fim? Que valor deu elle ás palavras do padre?

Esto negará redondamente que os tiros tivessem sido desfechados contra os indios, dando embora de barato que tivessem sido desfechados para espantal-os.

Porque então o foi accusar aquillo e não disto?

Estamos, pois, autorizados a crêr que, embora o Director tivesse declarado desde a primeira occasião que os tiros haviam sido dados em um "caxinguelê", o Sr. Tenente houvera da mesma forma delatado os padres, quaes atenedores contra a vida dos indios.

Queixe-se, pois, o Tenente de si proprio e das proprias phantasmagorias; não, porém, do innocente "caxinguelê".

Continúa.

Declarações dos factos circumstanciaes de Palmeiras

Afirmamos que os Salesianos das Palmeiras têm tratado os indios com carinho e dedicação, procurando civiliz-os

Fonte: A Cruz, Ano III, 19/01/1913, ed. 110, p. 01.

De acordo com Canavarros (2009a), esse episódio em que os salesianos foram acusados de atentar contra a vida dos índios ficou conhecido como o “caxinguelê de Palmeiras” e causou grande agitação por parte da imprensa nacional.

Os salesianos, esclarece o autor, ganharam notório apoio, e a repercussão dessa história adentrou pelo ano de 1913, sendo amainada à medida que se aproximava a chegada do ex-presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, ao Brasil e a Mato Grosso, de cuja comitiva Rondon foi oficialmente designado, pelas autoridades brasileiras, assessor e guia nos sertões amazônicos.

Chamou-nos à atenção, em especial, quanto à composição, a primeira página da edição de número 112 do jornal *A Cruz*, do dia 02 de fevereiro de 1913 por trazer, além do resumo do ocorrido no episódio de Palmeiras, uma charge ilustrativa. É a primeira vez que o jornal, em suas críticas desferidas às ações do SPILTN, agrega-lhes uma ilustração satírica.

Na figura 45 (p. 164), que expõe esta capa da referida edição 112, para melhor visualização dos aspectos aqui analisados, tais elementos estão numerados e circundados em vermelho, excetuando-se a própria charge, de fácil identificação.

Com o título: “A OBRA DESTRUIDORA DA PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS”, o editorial foi dividido em duas sessões: “Instrumentos de destruição” e “Resultados” (1), sendo a charge disposta ao centro da página de forma ostensiva, acompanhada por uma quadra poética em redondilha maior, que ali opera como legenda desse componente não-verbal: “*Sua e bufa e desespera-se/O catequista sem fé; A Catequese Católica/Permanece sempre em pé!*” (2).

Figura 45 – Uma charge para Rondon



Fonte: A Cruz, Ano III, 02/02/1913, ed. 112, p. 01.

A charge e a quadra poética são respaldadas pelo enunciado da primeira página como um todo e suscitam outros já-ditos produzidos pela esfera religiosa e, em consequência, pelo próprio jornal acerca da defesa da catequese católica, em detrimento dos serviços prestados aos índios sob a direção de Rondon.

Os efeitos de sentido da charge ocorrem em conjunto com outras vozes e a escrita propriamente, sintetizando a ideia de que o SPI – representado pela caricatura

de Rondon, cujos chifres aludem à figura do diabo – tentaria, em vão, destruir o que havia consolidado a Missão Salesiana, representada, na charge, pela imagem sacra, cuja base é submetida a golpes da picareta empunhada por Rondon.

O enunciado, como um todo, dialoga com outras vozes sociais que desqualificam o SPILTN, como o fato de ser aquela uma atividade onerosa aos cofres públicos, referindo-se à verba destinada a ela como “pomposa e desperdiçada” (3). Por meio de votação no Congresso Nacional, fora retirado “um significativo auxílio à Missão Salesiana deste Estado”, emergindo, então, uma explicação de ordem econômica para o descontentamento dos religiosos.

Quanto à classificação do texto como editorial, apesar de apresentar um componente não verbal (charge) e um poema, justifica-se devido a uma subordinação de efeito de sentido entre a charge e o conjunto verbal do enunciado como um todo. Ao nos pautarmos em uma proposição a respeito de gênero discursivo como estruturas não estanques e rígidas (BAKHTIN, 2011), podemos perceber que há, nesse caso, a imbricação de gêneros textuais que, juntos, desempenham a função comunicativa de persuasão, atendendo às necessidades comunicativas da esfera social em que se encontra afixado o enunciado.

Dessa maneira, podemos concluir que no enunciado em questão há uma mescla de gêneros que operam como editorial. As ocorrências dessa natureza, hibridismo ou mescla de gêneros, denominam-se “intertextualidade tipológica” (FIX, 1997, p. 97 apud MARCUSCHI, 2008, p. 165) ou recebem a nomenclatura “intergenericidade”, empregada pelo autor.

Na esfera jornalística, essa discussão sobre a problemática da classificação dos gêneros discursivos também se faz presente como ressaltam Rego e Amphilo (2010):

A questão dos gêneros é polêmica devido à dificuldade de encaixe de possíveis textos em determinadas categorias. Isso porque nem sempre o autor ao escrever seu texto, ou discurso, está preocupado em prender-se, ou a adequar-se, em determinado gênero (REGO; AMPHILO, 2010, p. 98).

Assim, essa é uma questão envolta em complexidade uma vez que, como sinaliza o próprio Marcuschi (2008, p. 171), são vários “os problemas envolvidos na questão da intergenericidade e ainda não há trabalhos conclusivos sobre o tema”. Ante o exposto, não aprofundaremos nossas discussões sobre essa temática, logo, abrimos apenas parênteses, visto que o *corpus* em análise requeria algumas considerações.

Voltemos, então, às considerações tocantes ao discurso. Como ocorre nos demais textos analisados, há um ataque de maneira desvelada contra o Positivismo, colocando-o em franco antagonismo ao catolicismo, sempre com palavras e expressões de desqualificação, como observamos no excerto que compõe o editorial: “**Monstruosa** aliança dos **soi-disant**”⁵³ positivistas da Proteção aos Índios com a liga dos anticlericais” (grifos nossos).

Enfim, a campanha de ataque ao SPILTN continuou sendo empreendida de forma exaustiva pelo jornal *A Cruz*, expressa em gêneros dissertativos, como editoriais e artigos de opinião, visto que, no jornalismo de até meados do século XX, segundo Rego e Amphilo (2010), ainda há resquícios de predominância dos gêneros opinativos em relação aos informativos.

O jornal *A Cruz* procura agregar aos seus enunciados outros discursos que convergem para o viés que delineia sua posição discursiva, como estratégia de estabelecer um ponto de apoio argumentativo e, ao mesmo tempo, dar legitimidade ao seu dizer. É o que pode ser percebido no excerto extraído do editorial intitulado “*Lamentável!*”, edição de número 114 do dia 16 de fevereiro de 1913:

Vinha ele de há alguns anos aureolando-se pela tenacidade no trabalho, embora, como lemos em um jornal do Rio e muitos dos nossos patrícios sabem, com uma disciplina anti-humanitária, tenha pontilhado de cadáveres de soldados **e até de índios executados**, a estrada da linha telegráfica. (*A Cruz*, Ano II, 14/03/1915, ed. 218, p. 01, grifos nossos).

Como sinaliza Canavarros (2009a), essa contenda entre os Salesianos e o SPILTN ganhara uma repercussão nacional, porquanto na imprensa do Rio de Janeiro, então capital do país, ressoavam as querelas de ambas as partes. Com isso, o jornal *A Cruz* capitalizava as críticas a Rondon por parte da imprensa e de outras esferas da comunicação, agregando-as aos argumentos retóricos firmemente ancorados em uma ideologia católica de orientação ultramontana.

O excerto revela que, bem anteriormente ao período que compreendia as investigações que resultaram no Relatório Figueiredo⁵⁴, encaminhado à Comissão

⁵³ Tradução: assim chamados.

⁵⁴ Em 1967 foi instaurada uma Comissão de Inquérito (CI) pelo então General Albuquerque Lima, Ministro do Interior, presidida pelo Procurador Jáder de Figueiredo Correia, com objetivo de apurar as supostas irregularidades cometidas pelo SPI. Após percorrer parte do território brasileiro, entrevistando agentes do SPI e visitando aldeias indígenas, a Comissão de Inquérito produziu um relatório contendo cerca de 7 mil páginas, documento que ficou conhecido como *Relatório Figueiredo*, divulgado pela

Nacional da Verdade, o enunciado sinaliza para casos de extermínio de índios, em consequência dos trabalhos da estrada da linha telegráfica que, segundo *A Cruz*, já era de conhecimento de muitos, tendo sido, inclusive, noticiado em um jornal carioca.

A campanha contra a chamada catequese leiga e as críticas a Rondon tiveram seu clímax de outubro de 1911 a março de 1912, bem como nas edições que contemplam o período entre outubro desse último a abril do ano subsequente.

No ano de 1915, a edição de número 218 publicou um editorial com o título “MANIFESTAÇÃO AO CORONEL RONDON: Será merecida? – Respondam seus atos”, contestando uma homenagem feita a Rondon por membros do grupo dos “livres pensadores”, com apoio de “raríssimos positivistas”.

O jornal faz um apanhado retórico de outros enunciados a respeito de Rondon para assim justificar sua posição axiológica em relação ao tributo a ser prestado:

[...] como órgão da opinião católica, e dada a facilidade com que nos esquece o passado, cedemos à dura necessidade de aqui brevemente expor, para orientar os nossos leitores as principais razões, algumas, aliás, já bem frisadas nesse jornal, pelas quais achamos a referida homenagem inteiramente injustificável (*A Cruz*, Ano V, 14/03/1915, ed. 218, p. 01).

O periódico sintetiza tal manifestação como sendo um movimento “anticlerical, anticatólico e antirreligioso” cujo objetivo seria tentar reparar a imagem “desmoralizada após as suas públicas e notórias incoerências, contradições, hipocrisias, mentiras, calúnias, mistificações e furibundas investidas contra a catequese religiosa”.

No editorial, o jornal sustenta que “o Coronel Rondon perdeu o direito à gratidão do povo mato-grossense”, ao retomar a questão do relatório destinado ao Ministro da Agricultura, com o telegrama que contradizia o que afirmara cinco dias antes sobre os trabalhos da Missão Salesiana, com “mel nos lábios, veneno no coração”. A discussão a respeito da catequese leiga e “o caso de Palmeiras” também são retomados pelo jornal que ainda lança críticas à Comissão de linhas telegráfica, também sob o comando de Rondon.

imprensa em 1968. Entretanto, após sua repercussão nacional e internacional, o Relatório foi dado como perdido em decorrência de um incêndio nas dependências do Ministério da Agricultura, voltando à tona após ser encontrado nos arquivos do Museu do Índio, em 2012 (em outras fontes constam o ano de 2013), pelo pesquisador da Comissão Nacional da Verdade, Marcelo Zelic (GUIMARÃES, 2015; LIMA, 2015).

Apesar de declarar o reconhecimento aos trabalhos realizados pela Comissão, o jornal assevera que estes “perderam quase todo o mérito” por:

- 1) Na comissão por ele organizada, reinou sempre o mais revoltante *sectarismo* que o fez desprezar, salvo pouquíssimas exceções, os católicos para favorecer escandalosamente aos positivistas.
- 2) Que somas fabulosas e principalmente que preciosas vidas não custou à nação esse serviço! Muitas dessas existências o Coronel teria podido poupá-las, são os seus próprios amigos que o dizem, com um pouco de cuidado e...*humanidade*.
- 3) Como afirma o distinto general brasileiro, em artigo já transcrito do “jornal do Brasil”, por esta folha: “A CADA POSTE DA LINHA TELEGRÁFICA DO HERÓICO CORONEL RONDON CORRESPONDE UM SOLDADO MORTO!”.
- 4) A linha do Norte, que dizem ter sido concluída, é, pelos entendidos, considerada de mui *problemática utilidade*, e é, por todos, reconhecida a sua *impossível conservação*. (A Cruz, Ano V, 14/03/1915, ed. 218, p. 01, grifos no original).

Além das antigas querelas em relação ao Positivismo, o jornal lança mão de outras vozes que ecoam de outras esferas sociais, incorporando-as ao seu discurso de refutação em relação a Rondon. É o caso das críticas à onerosidade aos cofres públicos com os trabalhos da Comissão e sua questionável eficiência, utilizando-se do discurso citado a respeito das perdas de vidas dos seus trabalhadores.

Após discorrer de forma a desqualificar a posição ideológica de Rondon e seus trabalhos frente à Comissão das Linhas Telegráficas e ao SPILT, em linhas finais, o editorial emite a seguinte pergunta retórica: “Quem assim procede, como o Coronel Rondon, pode merecer uma manifestação de apreço?”. E são categóricos ao afirmar que “DE LIVRES PENSADORES **talvez**; DE CATÓLICOS E BEM PENSANTES, **nunca!**” (grifos no original).

A manifestação em favor de Rondon rendeu outras publicações ao jornal A Cruz no decorrer do ano de 1915, além de muitas críticas negativas advindas de outros órgãos da imprensa, como o jornal *Diário da Tarde*⁵⁵ e *O Debate*⁵⁶, que foram prontamente replicadas pela equipe do editorial católico mato-grossense.

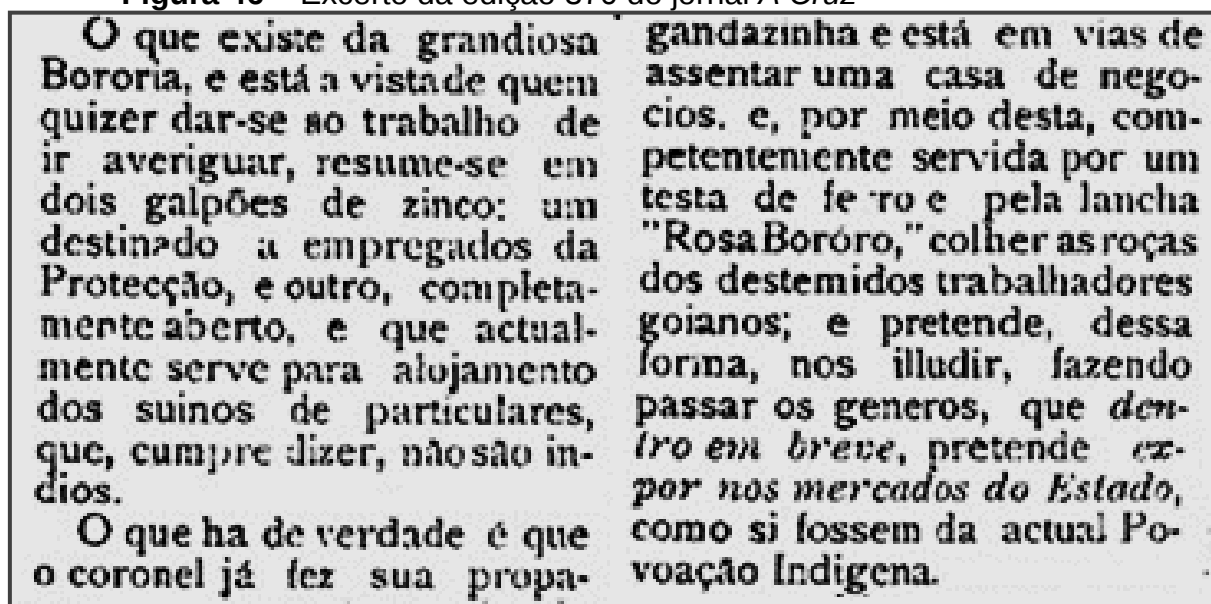
⁵⁵ De circulação diária, o Jornal *Diário da Tarde: Órgão Independente e Noticioso, Órgão Político e Noticioso* era publicado em Cuiabá e teve um período de publicação efêmero (SILVA, 2015). Não foi possível acessar o periódico em questão, pois este não está disponível para pesquisa em formato digital pela Hemeroteca Digital.

⁵⁶ O Jornal A Cruz faz réplica a este periódico na edição número 219 do dia 21 de março de 1915. O *Debate: Órgão do Partido Republicano Conservador* foi fundado em 1911 e teve circulação em todo o estado de Mato Grosso até o ano de 1914 (SILVA, 2015).

O jornal *A Cruz* abria espaço também às queixas contra Rondon advindas da sociedade. É o caso das várias reclamações advindas dos “fazendeiros do rio Vermelho”⁵⁷, que iniciam a partir de 1916, motivadas por uma carta de autoria de Rondon que, segundo o jornal, tratava-se de uma comunicação “leiga” e “escrupulosamente escrita”⁵⁸, que foi interpretada como uma coação por parte do Coronel.

Na edição de número 370 o jornal traz um editorial em que tece novas críticas à atuação do Serviço de Proteção, como pode ser observado no fragmento a seguir:

Figura 46 – Excerto da edição 370 do jornal *A Cruz*



Fonte: *A Cruz*, ano VIII, 24/03/1918, ed. 370, p. 02.

Neste mesmo editorial, em outro momento, ainda há acusações retóricas contra Rondon por, segundo o jornal, facilitar a requisição de terras a seus parentes e críticas à sua forma de se dirigir ao governo brasileiro, em um telegrama “cheio de ironia e perfídio”, em relação à postura assumida frente à guerra que assolava a França em 1918 que, segundo o jornal, configurava em um ato de rebeldia e indisciplina por parte de Rondon⁵⁹. *A Cruz*, assim como ocorre em outros editoriais do jornal, faz uso do

⁵⁷ Atual município de Rondonópolis, localizado a 215 quilômetros de distância da capital Cuiabá. Disponível em: Portal da Prefeitura de Rondonópolis. <http://www.rondonopolis.mt.gov.br/index.php?pg=acidade&intCatID=120> Acesso em: 20 mar. 2018.

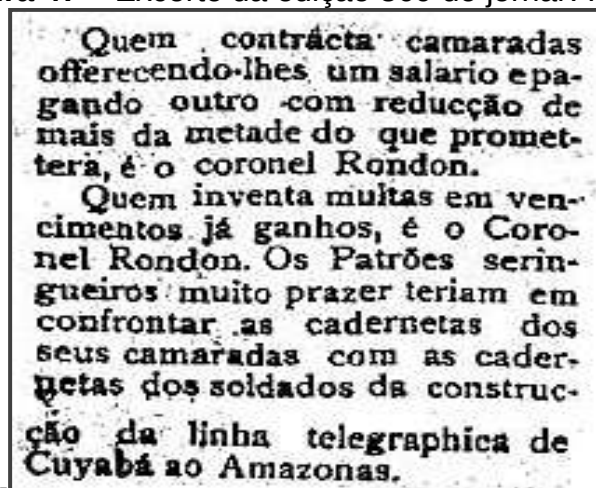
⁵⁸ *A Cruz*, ano V, 27/02/1915, ed. 266, p. 02.

⁵⁹ O Brasil teve participação na Primeira Guerra Mundial, em 1917, após ataques a embarcações brasileiras, ao lado das potências da Tríplice Entente, inicialmente lideradas pela França, Inglaterra e, posteriormente, pelos Estados Unidos da América. Entretanto, a República brasileira teve uma modesta participação na guerra, colaborando, por exemplo, com o envio de assistência médica e medicamentos aos países aliados (DARÓS, 2016).

discurso relatado direto que aparece em destaque e delimitado por aspas, que assim detém o efeito dar neutralidade no trato ao discurso alheio, aqui empregado, porém, a fim de refutá-lo.

Um outro exemplo de discurso direto é a nota publicada no periódico (Figura 47), em 1918, na edição 369, assinada como “Alguns Patrões seringueiros”⁶⁰, que protestam contra o fato de Rondon, segundo conta o jornal, ter desferido “de modo insólito e desrespeitado”⁶¹ alegações contra eles, em uma conferência como presidente de Estado. Nessa ocasião, também são suscitadas outras vozes que corroboraram para a elaboração de um discurso de desqualificação de Rondon:

Figura 47 – Excerto da edição 369 do jornal A Cruz



Fonte: A Cruz, ano VIII, 17/03/1918, ed. 369, p. 03

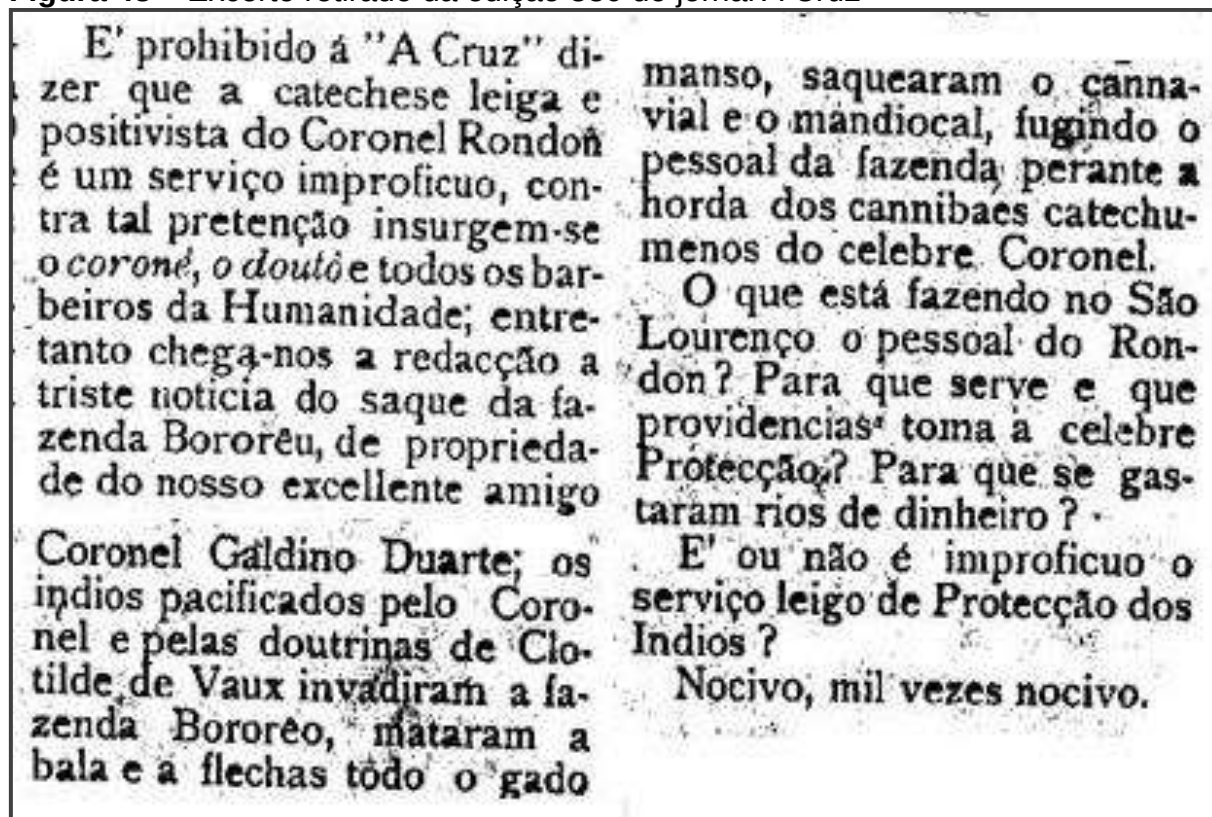
Percebemos, ao ler o excerto que, mesmo tendo sua autoria atribuída a pessoas externas ao jornal, há certa paridade entre o estilo desse enunciado em relação aos outros publicados pela equipe de editorial.

Há uma série de editoriais do A Cruz contendo réplicas a outros jornais que apoiavam o então Coronel Rondon, dentre eles, pinçamos um intitulado “Rondonices”, com críticas à ineficiência do SPI pela doutrina positivista de seu chefe, de acordo com o próprio periódico. É o caso do editorial do periódico número 380, de 1918, que destaca os saques a uma propriedade rural pelos índios Bororo da região do Rio São Lourenço, assistidos pelo SPI. Vejamos, na figura 48 (p. 171), este excerto:

⁶⁰ A Cruz, ano VIII, 17/03/1918, ed. 369, p. 03.

⁶¹ Idem

Figura 48 – Excerto retirado da edição 380 do jornal *A Cruz*



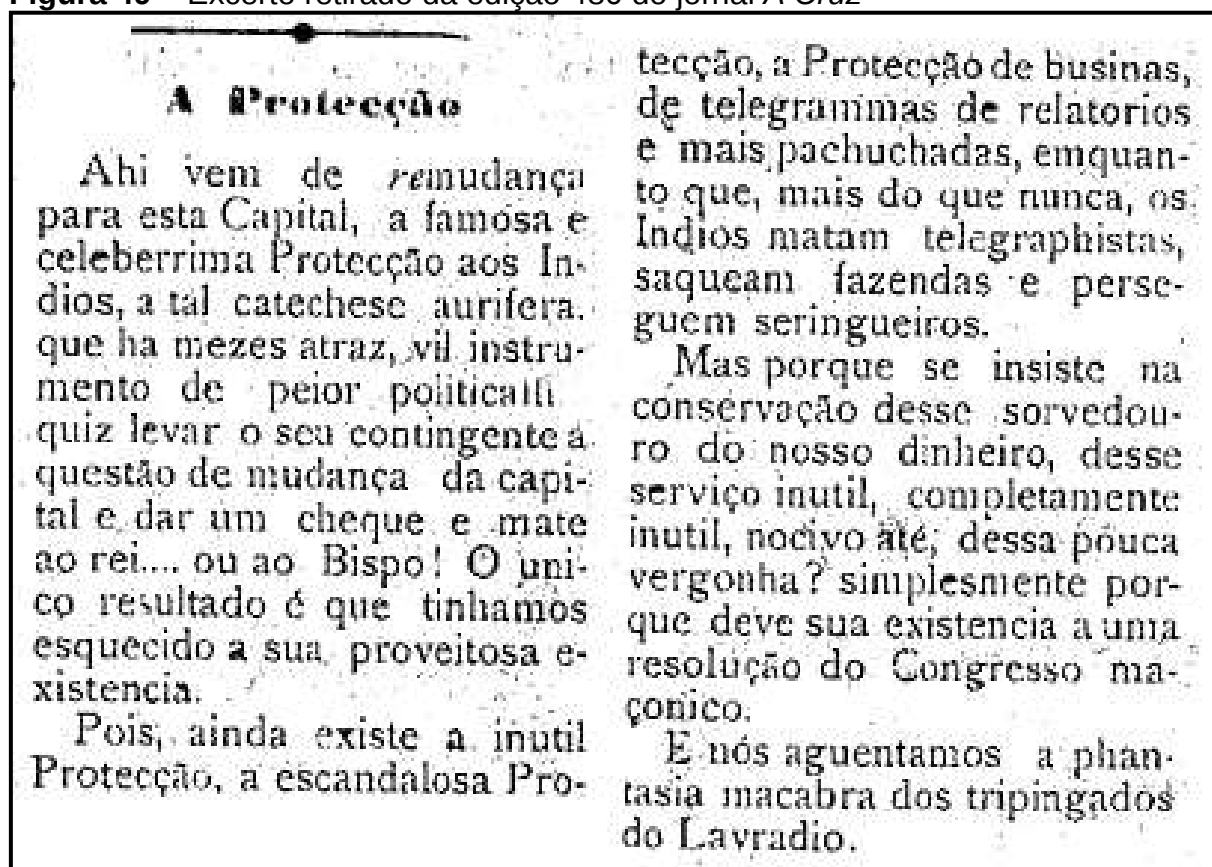
Fonte: *A Cruz*, ano IX, 09/06/1918, ed. 380, p.02

Além de se referir à catequese leiga positivista de Rondon, salientamos que o jornal se refere ao Positivismo de forma não direta, aludindo à personagem Clotilde de Vaux que, de acordo com Carvalho (2017), influenciara Comte na elaboração dos denominados elementos utópicos e religiosos do Positivismo, demonstrando, por parte do autor do editorial, um conhecimento elaborado a respeito dessa corrente ideológica.

Ao trazer o nome de Clotilde de Vaux, o jornal enfatiza qual a perspectiva do Positivismo que estão refutando: sua abordagem como dogma que, para a Igreja Católica, seria inaceitável. O jornal, nessa lógica, atribui os saques feitos por índios às fazendas como uma consequência de uma doutrinação não católica.

E, por fim, no ano de 1920, o último ano de nosso recorte temporal, o jornal *A Cruz*, ao anunciar, na edição 480, a volta do SPI à capital mato-grossense, mantém o mesmo tom ríspido e com requintes de ironia em relação ao Serviço de Proteção ao Índio e sua catequese leiga, conforme ilustrado pelo excerto abaixo (Figura 49, p. 172):

Figura 49 – Excerto retirado da edição 480 do jornal *A Cruz*



Fonte: *A Cruz*, ano XI, 22/08/1920, ed. 480, p. 02

O excerto traz uma analogia ao jogo de xadrez em que se aplica ao rei “cheque e mate”, seguido da expressão “ou ao Bispo!”. Esta expressão tem um significado que, somente por meio de uma compreensão do cronotopo em que circulou o enunciado, é possível desvendar: em 1920, o estado de Mato Grosso estava sob o governo do Bispo católico Dom Aquino de Corrêa que, desde 1918 até 1922, esteve à frente da presidência do Estado (ABREU, 2015). Sobre o contexto da indicação de um representante do clero para presidir o Estado, Silva (2015) assegura que:

A escolha do nome de D. Aquino Corrêa sugeria uma conciliação entre os partidos políticos e a religião, por ser um representante do catolicismo e apoiado pelos dois partidos Republicanos. Seu governo desenvolveria um papel de “pacificação” da sociedade matogrossense, unindo as lideranças em torno do “progresso” do Estado e iniciando, assim, uma nova etapa na vida política da região. (SILVA, 2015, p.103, grifos da autora)

A posse de Dom Aquino como Presidente de Estado foi, portanto, uma “lavada de alma” para a comunidade católica matogrossense, em especial à equipe do jornal *A Cruz*, que organizou, em 1918, uma recepção para seu retorno a Cuiabá, já na

condição política, referindo-se a ele como “ilustre representante do mundo católico⁶²”. De acordo com Oliveira (2016), o jornal *A Cruz* ficou menos polêmico após a posse do Bispo, entretanto, deu continuidade à defesa dos interesses da Igreja Católica.

Sobre esta questão, Canavarros (2009b) acrescenta que este clima mais ameno, em relação às antigas desavenças que subsidiaram várias edições do periódico *A Cruz*, deve-se também aos efeitos causados pela Grande Guerra que, segundo o autor,

[...] fizeram-se sentir pesadamente na consciência dos contendores ideológicos. As rixas, ou as contundências nos debates de ideias, cederam lugar a uma maior tolerância, fruto, talvez, do abalo emocional provocado em todos pela hecatombe recém-encerrada no centro da Europa moderna. A angústia e a perplexidade eram sentimentos dominantes entre os povos e na intelectualidade, principalmente (CANAVARROS, 2009b, p. 01).

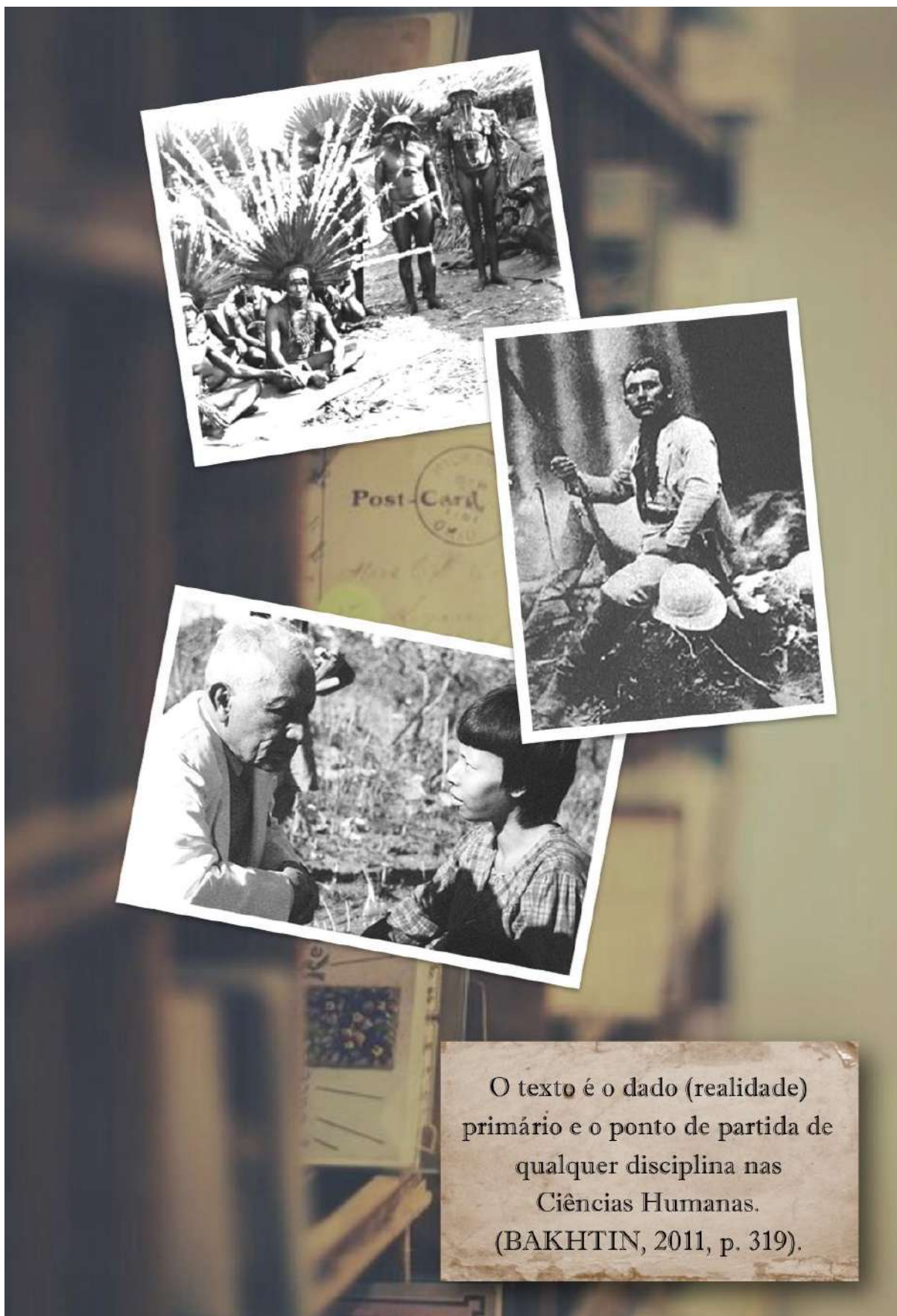
Mesmo apontando os efeitos causados pela Grande Guerra sobre os ânimos mato-grossenses, Canavarros (2009b) assevera que a posse de Dom Francisco de Aquino Corrêa como Presidente do Estado de Mato Grosso (1918-1922) teria sido também um fator apaziguador, visto que o coronelismo que imperava em Mato Grosso havia desencadeado uma intervenção federal e provocado impasses, em decorrência de vários anos de perturbações e violência. Assim, para o autor, o nome de Dom Aquino para presidir o Estado foi uma solução política, tendo em vista que a figura do religioso era altamente respeitada pelas forças conflitantes devido aos títulos e honrarias por ele alcançados.

Em suma, de acordo com Canavarros (2009b), Dom Aquino efetivamente realizou seu papel de apaziguador no cenário político e também na promoção da cultura no Estado e, conseqüentemente, atenuou a atmosfera ideológica do *A Cruz*. Assim, conforme o autor, em comparação à sua primeira fase, o periódico apresentou-se um pouco menos doutrinário e mais voltado para um caráter noticioso.

Encerramos aqui nossas abordagens acerca do que consideramos nosso objeto central de pesquisa: os enunciados que portavam como temática o protagonismo de Rondon, sua relação com a catequese indígena e a missão salesiana, materializados no suporte impresso do jornal *A Cruz*, no período de 1910 a 1920, disponibilizados pela Hemeroteca Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca

⁶² *A Cruz*, ano, XVIII, 20/01/1918, ed. 361, p. 01.

Nacional. Pela densidade dos documentos, tornou-se um utópico desafio contemplar com análises todas as nuances merecedoras de destaque. O que fizemos, portanto, foram escolhas subsidiadas por nossas referências teóricas e visão de mundo e que implicam sempre em abdicarmos de outros caminhos e abordagens, como, por exemplo, a investigação iconográfica do periódico, que, por si só, recomendaria uma nova pesquisa. Apesar disto, cremos ter feito um percurso de investigação documental apropriado aos limites do texto, embora o mesmo jamais se esgote, tanto em sua inscrição no cronotopo delimitado, quanto para a posteridade.



O texto é o dado (realidade)
primário e o ponto de partida de
qualquer disciplina nas
Ciências Humanas.
(BAKHTIN, 2011, p. 319).

CONSIDERAÇÕES

Para Bakhtin (2011, p. 319), o texto “é o dado (realidade) primário e o ponto de partida de qualquer disciplina nas Ciências Humanas”. Com isso em mente, procuramos realizar as análises dos enunciados presentes em artigos de opinião e editoriais do jornal *A Cruz*, apropriando-nos da materialidade e singularidade dos mesmos, buscando autorias, camadas de sentidos que revelassem formações discursivas, exotópicos movimentos. Fizemos o mesmo, em menor medida, com fragmentos de outros gêneros e suportes, de modo a ilustrar o cenário dialógico de que tratamos.

O destaque aos fragmentos do jornal se deu pela convicção alicerçada na teoria do enunciado de que este, como elo da comunicação, sempre espelha outras vozes que o originam, bem como aquelas que o refletirão. O percurso da pesquisa sempre se orientou por tal pressuposto, de modo que todas as abordagens feitas, fossem conceituais, biográficas ou de qualquer natureza, se constituíram elos na cadeia comunicativa que culminaram com a formulação de nossos enunciados acerca do objeto delimitado. Podemos, face a isto, afirmar que há um *corpus* de pesquisa, se a pensarmos de modo estrutural, todavia, ponderamos que, para além de uma materialidade estática, na qual se inscrevem em especial os dados e a análise dos mesmos, existe outra dimensão mais dinâmica, extensiva a qualquer trecho do trabalho que, ao tangenciar a temática, também se revela parte de um *corpus* maior.

Torna-se um exercício instigante para os pesquisadores da área de comunicação, linguagem, educação, enfim das ciências humanas, examinar sobretudo os discursos aparentemente monológicos, que, à sua revelia, revelam, refratam vozes cuja orientação ideológica se encaminha para direções até mesmo opostas àquilo que pretendia a enunciação autoral. Tal expediente investigativo nos rendeu muitas inferências, ao buscarmos respostas para a questão que orientou o percurso: como se concebia, na Primeira República, a inserção dos povos indígenas na sociedade moderna e capitalista.

Ao retomarmos nosso objetivo geral, que vem a ser refletir, partindo-se do protagonismo de Rondon, sobre a complexidade daquele contexto histórico, social, geoeconômico e político, temos a sensação de havermos cumprido tal meta. Pelos limites do texto e considerando-se a riqueza do objeto de investigação, reconhecemos que muitas abordagens foram preteridas, mas, assim mesmo, nos foi possível

conduzir as análises de modo produtivo. Os artigos de opinião e editoriais do período de 1910 a 1920, do jornal *A Cruz*, cuja orientação ideológica se revelava avessa à doutrina positivista, personificada na figura do agente público Cândido Mariano da Silva Rondon, revelaram-se potentes dados de pesquisa, registros de um cronotopo em que a República recém-nascida buscava desvincular-se ideologicamente da antiga influência católica. Ao perseguirmos aquele objetivo, deparamo-nos, no percurso, com um ícone da história brasileira que pouco lembra a figura do herói nacional, eternizada pelos discursos oficiais. Dentre as características que mais o diferem da idealizada imagem que temos atualmente, destacamos sua religiosidade positivista, acompanhada de uma convicção civilizatória dos povos indígenas que, assim como o fazia a missão salesiana, pouco considerava os saberes e produtos culturais destes. Maior importância tinham valores como a necessidade de se incorporar às culturas dos povos da floresta a produção de bens de consumo da sociedade branca, como armas, roupas, açúcar, e tantos outros itens e hábitos que, em larga escala temporal, levariam à superação de sua condição selvagem.

Nosso olhar ficou orientado para a compreensão das significações oferecidas pelo contexto enunciativo, não nos restringindo aos limites da mera explicação linguística ou mesmo histórica, o que possibilitou novas percepções acerca da intrincada e densa imagem de Rondon, refletida e refratada nos enunciados do jornal tomado em análise e outros produzidos pela Comissão Rondon e demais autorias simpatizantes. Assim, a pesquisa, ao concluir, lança percepções e inferências sobre a natureza do personagem Rondon, cuja complexidade se aprofunda por ocasião de seu protagonismo no contexto da catequese indígena, cuja índole se revela disciplinar e civilizatória, conforme a liturgia comteana. A figura heroica do militar, nesse sentido, ganha novos contornos, mais próximos do humano e do que deveriam ser nossas representações sobre aqueles que nos lideram. Com respeito ao projeto salesiano, vimos que partia do mesmo pressuposto positivista: a suposta inferioridade dos povos “silvícolas”, sobretudo pela necessidade de proteção, cuidados materiais e espirituais. Não será forçoso afirmarmos que ambas as propostas – positivista republicana e salesiana – configuravam-se doutrinas de sujeição, com traços religiosos e educativos. Também se faz relevante afirmarmos que havia, indubitavelmente, aspectos positivos para os povos da floresta naquelas ações assistencialistas, sobretudo de natureza material. Vale destacar que políticas de sujeição dos povos indígenas do Brasil, infelizmente, não se restringiram ao nosso recorte cronotópico

(1910-1920). Diversos programas indigenistas, especialmente de cunho religioso, são executados até os dias atuais, sem que se considere verdadeiramente o protagonismo de seus atores centrais, os próprios índios.

Nos artigos de opinião e editoriais do jornal *A Cruz*, é evidente o ressentimento dos autores católicos pela gradativa perda de poder e prestígio no cenário da Primeira República; alguns enunciados expressam mesmo a fúria destes ao verem a secular missão de cristianizar os índios ameaçada pelos ares da catequese leiga, como assim denominaram as ações positivistas. Podemos notar que o periódico apresenta uma formação discursiva ordenada por princípios ultramontanos, perceptíveis em especial nos exaustivos ataques ao SPILTN e seu idealizador, o então Coronel Rondon, e suas ações indigenistas, conflitantes com os interesses da missão salesiana. Tal formação discursiva (ultramontanismo) não somente contendia com o positivismo, mas também com o liberalismo, a maçonaria e outras ideologias que de algum modo ameaçassem o protagonismo e os valores apostólicos romanos.

Com relação a nossos objetivos específicos, enumerados na introdução da pesquisa, cremos ter cumprido a contento a tarefa de explanarmos acerca dos gêneros do discurso, da teoria enunciativa proposta pelo “Círculo de Bakhtin” e como tais conceitos incidem sobre a esfera da produção jornalística; vale a pena destacar aqui o conceito de enunciado – elo comunicativo capaz de espelhar a experiência humana e que, unido a outros pela regularidade da tríade *tema / composição / estilo*, engendra os gêneros, configurando-se firme categoria analítica para os dados coletados.

Procuramos caracterizar o percurso histórico de Rondon e sua filiação à religião positivista, o que nos trouxe inferências de certo modo surpreendentes, resgatando-se traços afastados e esquecidos na idealização do herói e pacificador, como a truculência revelada em situações que assim a “recomendavam”, segundo o ideal militarista. Estamos certos também de termos elucidado os pressupostos mais significativos das ideologias contendentes – o positivismo republicano e o catolicismo ultramontano – que viam nos povos indígenas sociedades primitivas a serem doutrinas, cada uma com seu projeto educativo e doutrinário.

Pudemos observar que os gêneros inerentes ao jornal impresso, agregados a outros de diferentes suportes que contribuem para a composição do cenário dialogizador dos discursos, constituem-se um objeto de ensino com potentes qualidades, para além das tradicionais análises dos aspectos estruturais do texto.

Entretanto, para que possa transcender os limites das abordagens puramente fraseológicas, gramaticais, o professor deve considerar os aspectos que envolvem a dimensão social dos enunciados, prenhes de marcas históricas e ideológicas que possibilitam uma efetiva compreensão e reflexão acerca da realidade, além de dispor de categorias de análise, como exotopia, dialogicidade, autoria etc., assim podendo problematizar estereótipos historicamente cristalizados e ressignificá-los.

Em suma, os gêneros discursivos que compõem os jornais impressos constituem-se potentes espelhos que guardam, expressam e projetam a experiência do vivido, para além dos trilhos da linguagem, sobretudo pela constituição do enunciado – elo da comunicação –, portanto, daquilo que nos impacta, transforma e constitui.

Por fim, cremos ter analisado adequadamente, alicerçados nas contribuições teóricas de nossos autores, os enunciados do jornal católico mato-grossense *A Cruz*, resgatando já-ditos que de algum modo se espelharam nos excertos impressos, bem como discutindo aspectos da recepção, sentidos e juízos encaminhados pela enunciação salesiana, como também aqueles de autoria opositora. O afã civilizatório do militar, por um lado se propunha a defender tais povos; por outro, lhes exigia braços para o expansionismo telegráfico. Eis uma abordagem que exemplifica o quão multifacetada e paradoxal se revela a figura de Rondon, razão de ocupar centralidade em nossa temática investigativa. Também afirmamos que Rondon protagonizara notórias realizações que o credenciaram, sobretudo pelos discursos oficiais, como um herói. Para resumirmos, percorrendo mais de 100.000 km em lombo de animais, contribuiu para a cartografia, elaborando mapas para cerca de 500.000 km²; como engenheiro, construiu, com seus comandados, estradas, expandiu as redes telegráficas, conforme verificamos, enfim feitos de inegável envergadura, em tempos em que não havia satélites e os recursos eram poucos.

Esperamos, com o esforço empreendido, contribuir especialmente para as reflexões sobre linguagem e comunicação, pelo que pudemos enunciar sobre os nexos entre o personagem histórico Rondon, o positivismo, o catolicismo e a educação indígena no contexto inicial da República; uma temática de potentes possibilidades para se produzirem novos sentidos e leituras acerca de elementos que contribuem para a formação de nossa identidade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves. (Coordenadora geral). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. [Recurso eletrônico]. 2015. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=vi2HCgAAQBAJ&pg=PT1816&lpg=PT1816&dq=bispo+d.+aquino+governa+mato+grosso&source=bl&ots=-L6uCs1QVj&sig=G0xvv88Mle0UHz3baVthC9zfkW&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiAm5HKp4XZAhUBIJAKHd8yCEM4ChDoAQhBMAc#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 15 dez. 2017.
- A CRUZ. Edições 01 a 498 (1910 a 1920). Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=765880&pesq=>>>. Acesso entre 01 set. 2017 a 09 jun. 2018.
- ALVES, Cleber Francisco. A influência do pensamento liberal de Benjamin Constant na formação do Estado Imperial Brasileiro. In: **Revista de Informação Legislativa**. Brasília. 45n. 180 out./dez. 2008.p. 65-75. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/45/180/ril_v45_n180_p65.pdf. Acesso em 21 jun. 2017.
- AMORIM, Marília. Cronotopo e exotopia. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin**: outros conceitos-chave. 2. Ed. São Paulo Contexto, 2016, p. 95-114.
- AMOROSO, Marta. Posfácio. In: MILLARD, Cândice. **O Rio da Dúvida**: a sombria viagem de Theodore Roosevelt e Rondon pela Amazônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BAHIA (Biblioteca Virtual Consuelo Pondé). **Amélia Rodrigues**: entre terços, letras e política. Disponível em: <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=168> Acesso em: 25 abr. 2018.
- BALEEIRO, Aliomar. 1891.3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições Técnicas, 2012. 103 p. (Coleção Constituições brasileiras; v. 2). Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137604/Constituicoes_Brasileiras_v6_1967.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2017.
- BAKHTIN, M. **Estética da Criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins fontes, 1997.
- BAKHTIN, M. **Questões de Literatura e de estética** (a teoria do romance). Trad. Aurora F. Bernardini, José P. Júnior, Augusto G. Júnior. Helena S. Nazário. Homero F. de Andrade. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévsk**. Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2013.

BAKHTIN, M. (V. N. Volochínov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BARROS, Manoel de. **Retrato do artista quando coisa**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

BECHARA, Evanildo. **Gramática escolar da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BIBLIOTECA DO CONGRESSO DOS EUA (*Library of Congress*). **Mappa Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil**. Companhia Lithographica Hartmann-Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro, 1908. Disponível em: <<http://www.historia-brasil.com/mapas/brasil-1908.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BIGIO, Elias dos Santos. **Cândido Rondon: a integração nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto; Petrobras, 2000.

BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. **História Constitucional do Brasil**. 9. ed. Brasília: OAB Editora, 2008.

BONINI, Adair. Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Org.). In: **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 53-82.

BRAIT, Beth. **Ironia em perspectiva polifônica**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

BRAIT, Beth. Estilo. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 79-102.

BRAIT, Beth; MELO, Rosineide. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. In: BRAIT, (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 61-79.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do discurso**. 3. ed. rev. Campinas: EdUnicamp, 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro da Agricultura, Indústria e Comércio Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda no ano de 1910**. Vol. II. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873730&>> . Acesso em: 06 de abr. de 2018.

BRASIL. Ministério do Interior. **Relatório Figueiredo**. Versão de Síntese, 1968.

BRASIL. Imprensa Nacional. Atas e Atos do Governo Provisório. IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e estatística**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=290110>>. Acesso em: 02 out. 2017.

CANAVARROS, Otávio. A Imprensa cuiabana de Antanho (1910-1920). In: **Albuquerque**: Revista de História, Campo Grande. MS, v. 1, jan./jun. 2009a, p. 11-23, Disponível em <http://www.seer.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/3903>. Acesso em: 09 jun. 2017.

CANAVARROS, Otávio. Entre 1920 e 1940: registros da imprensa do grande interior brasileiro. In: **XVII COLE - Congresso de Leitura do Brasil**. 2009b. UNICAMP. Campinas. Disponível em: < http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem16/COLE_2731.pdf >. Acesso em: 04 dez. 2017.

CANAVARROS, Otávio. Leitura na Imprensa Cuiabana: o caso de A Cruz. (1910/1940). In: **XVI COLE - Congresso de Leitura do Brasil**. 2007. UNICAMP. Campinas. Disponível em: <http://alb.org.br/arquivo-orto/edicoes_anteriores/anais16/sem05pdf/sm05ss16_05.pdf . >Acesso em: 05 jul. 2017.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. Notas sobre as origens do Escritório Central da Comissão Rondon no Rio de Janeiro. In: **Histórica** – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, nº 43, ago. 2010. Disponível em:< <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao43/materia06/texto06.pdf> >. Acesso em: 12 out. 2017.

CARETAS. Rio de Janeiro. Ed. 0590. Acervo da hemeroteca da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=083712&PagFis=1&Pesq=>. Acesso em: 12 de maio de 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2017.

CASER, Arthur Torres; SÁ, Dominichi Miranda de. O medo do sertão: a malária e a Comissão Rondon (1907-1915). In: **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n.2, abr.-jun. 2011, p.471-497. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v18n2/10.pdf> > Acesso em: 03 de maio de 2017.

CAXINGUELÊ. In: **Dicionário brasileiro da Língua Portuguesa** (online). São Paulo: Melhoramento, 2018. Disponível em: < <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/caxinguel%C3%AA/> >. Acesso em: 10 jun. 2018.

CEREJA, William. Significação e tema. In: BRAIT, (Org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2016, p. 201-220.

COELHO, Tatiana Costa. **Discursos ultramontanos no Brasil do século XIX**: os bispados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Tese (Doutorado). 286 f. Departamento de Pós-graduação em história da Universidade da Universidade Federal Fluminense – Instituto de Ciências Humanas. Niterói, 2016. Disponível em:< <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1764.pdf> >. Acesso em: 15 de jul de 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CORRÊA NETTO, Orozimbo. **Águas Termais de Mato-Grosso**: com estudos “in loco” das fontes de Palmeiras, Baía do Frade e Poúro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro. 03/09/1919, ed. 7492. Acervo da hemeroteca da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=089842&pesq=>>. Acesso em: 12 de jun. de 2017.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. 3. Ed. rev. Ampl. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

COUTINHO, Edilberto. **Rondon, o civilizador da última fronteira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

CUNHA, Doris de Arruda Carneiro. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: **Gêneros Textuais e Ensino**. Organizador: Ângela Paiva Dionísio, Anna Raquel Machado e Maria Auxiliadora Bezerra. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 179-193.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: **A história dos índios no Brasil**. CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). 2. ed. São Paulo: Companhia das letras. Secretaria Municipal de Cultura: APESP, 1992, p. 133-154.

DARÓS, Carlos. **O Brasil na Primeira Guerra**: a longa travessia. São Paulo: Contexto, 2016.

DIACON, Todd A. **Stringing Together a Nation**: Cândido Mariano da Silva Rondon and the Construction of a Modern Brazil, 1906-1930. Durham: Duke University Press, 2004.

DIACON, Todd A. **Rondon**: o marechal da floresta. Tradução de Laura Teixeira Motta. Elio Gaspari e Lília M. Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DOMINGUES, Cesar Machado. A Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a Integração do Noroeste. In: **XIV Encontro Regional da ANPUH - Memória e Patrimônio**. Rio de Janeiro, de 19 a 23 de julho de 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1273879829_ARQUIVO_RondonANPUHCesarMachado.pdf. Acesso em: 03 jun. 2017.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso**. São Paulo: UNESP, 2006.

ENSINAR HISTÓRIA. Blog da Professora Joelza Esther Domingues. **O grito do Ipiranga**: uma fraude ou a idealização de um fato histórico? Publicado em 31 mar. 2015. Disponível em: <http://www.ensinarhistoriajoelza.com.br/o-grito-do-ipuranga-uma-fraude>. Acesso em: 10 jun. 2018.

ÉPOCA. **A verdade sobre a tortura dos índios**. Publicado em 26 abr. 2013. Disponível em: <https://istoe.com.br/294080_A+VERDADE+SOBRE+A+TORTURA+DOS+INDIOS>. Acesso em: 10 fev. 2018.

FARACO, Carlos Alberto. Interação e linguagem: balanço e perspectivas. **Calidoscópio**, vol. 3, n. 3, p. 214-221, set/dez 2005. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/6244>. Acesso em: 21 abr. 2017.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FARACO, Carlos Alberto. Autor e autoria. In: BRAIT, Beth, (org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. 5. Ed. São Paulo: Contexto, 2016, p. 37-60.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional. In: **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 1, 1º sem. 2009, p. 115-126. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/viewFile/3002/1933>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

FREIRE, Felisbello. **História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil**. 1894. Vol. II. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/220531>>. Acesso em: 15 de jul. de 2017.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Rondon**: a construção do Brasil e a causa indígena. Brasília: Abravídeo. 2009.

GERMANO, Marcelo Gomes. **Uma nova ciência para um novo senso comum**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/qdy2w/pdf/germano-9788578791209.pdf>>. Acesso em: 25 de set. de 2017.

GRILLO, Sheila V. de Camargo. Esfera e campo. In: BRAIT, Beth. (Org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. 2. ed., 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2016, p. 133-160.

GUERRA, Flávio. **Rondon**: o sertanista. Rio de Janeiro - São Paulo: Distribuidora Record, 1965. (Enciclopedia Histórica).

GUIMARÃES, Elena. **Relatório Figueiredo**: entre tempos, narrativas e memórias. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social/Programa de Pós-graduação em Memória Social - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. 203 p. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2846133. Acesso em: 10 de fev. de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 07 dez. 2017.

JUSTO, Thiago Cesar Teixeira. **Diagramação**: Fundamentos e técnicas. (Gráfica e editorial). SENAI-SP Editora. Edição do Kindle.

LALANDE, André. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LASMAR, Denise Portugal. **O acervo imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio, 1890-1938**. Rio de Janeiro: Museu do Índio. 2011.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. O governo dos Índios sob a gestão do SPI. In: **A história dos índios no Brasil**. CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). 2. ed. São Paulo: Companhia das letras. Secretaria Municipal de Cultura: APESP. 1992, p.155-172.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. Sobre tutela e participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos XX/XXI. In: **Mana** vol.21 n.2, Rio de Janeiro ago. 2015. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p425>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio**: caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”. São Paulo: EDUC, 1998.

MACHADO, Ida Lucia. A ironia como estratégia comunicativa e argumentativa. In: **Bakhtiniana**, São Paulo, Número 9 (1): 108-128, Jan./Jul. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bak/v9n1/08.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2017.

MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. In: BRAIT, Beth, (org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2016, p. 151-166.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARQUES DE MELO, José; TOSTA, Sandra Pereira. **Mídia & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. [Coleção temas & Educação].

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: UESP, 2010.

MESQUITA, José B. de. Elogio histórico dos sócios Des. Luis da Costa Ribeiro e Dom Antônio Maria Malan (Discurso). In: **Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso**. Ano XIII e XIV — Números XXV a XXVII 1931 e 1932. Cuiabá. Disponível em: <http://www.jmesquita.brtdata.com.br/bvjmesquita.htm>. Acesso em: 15 set. 2017.

MILLARD, Cândice. **O Rio da Dúvida**: a sombria viagem de Theodore Roosevelt e Rondon pela Amazônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth, (org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2016, p.167-176.

MISSÃO RONDON. **Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegraphicas Estratégicas de Matto Grosso ao Amazonas, sob a direção do coronel de engenharia Cândido Mariano Rondon, de 1907 a 1915**. (publicados em artigos no Jornal do Comércio em 1915) Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1916.

MOCELLIN, Renato. **Federalista: a revolução da degola**. [Livro eletrônico] São Paulo: Editora do Brasil S.A., 2014. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=NETZBQAAQBAJ&pg=PT40&dq=o+cerco+da+lapa&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwis14GJscTaAhUGEpAKHclrBcEQ6AEIPTAE#v=onepage&q=o%20cerco%20da%20lapa&f=false>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

MONDAINI, Marco. Guerras Napoleônicas. In: MAGNOLI, Demétrio. (org.). **História das Guerras**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 189-218.

MORAES, Sibele. **O episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour (1878-1921)**. 2003. 144 f. Dissertação (Mestrado). Departamento de História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. Disponível em: <<http://ppghis.com/ppghis/index.php/editais1/download/5-dissertacoes/131-o-episcopado-de-d-carlos-luiz-d-amour-1878-1921>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Trad. Eloá Jacobina. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NOVAES, Sylvia C. **Jogo de espelhos: imagens da representação de si através dos outros**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 1993.

OLIVEIRA, Daniel Freitas. Representações sobre ordem social no jornal católico *A Cruz* (1910-1912). In: XII **Encontro da Associação Nacional de História, Seção Mato Grosso do Sul: Democracias e Ditaduras no mundo contemporâneo**. 2015, Aquidauana. ANAIS DO ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, SEÇÃO MATO GROSSO DO SUL. Aquidauana: ANPUH-MS, 2015. Disponível em: <http://www.encontro.ms.anpuh.org/resources/anais/38/1412805404_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2014-DanielOliveira.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

OLIVEIRA, Daniel Freitas. **O jornal A Cruz: imprensa católica e discurso ultramontano na arquidiocese de Cuiabá (1910-1924)**. 2016. Dissertação (Mestrado). 222 f. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Disponível em: <http://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Daniel_Oliveira.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2017.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes volume 2. Brasília: MEC/SECAD; Rio: LACED/Museu Nacional, 2006. ISBN 978-85-60731-17-6. Disponível em: <<http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/index.htm>>. Acesso em: 19 out. 2017.

O MALHO. Rio de Janeiro. Ed. 459 . 1º de julho de 1911. Acervo da hemeroteca da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pesq=>>>. Acesso em: 02 de jun. de 2017.

O MATTO-GROSSO. Ed. 1616. Acervo da hemeroteca da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=716189&pesq=>>. Acesso em:
 02 de jun. de 2017.

O PAIZ. Rio de Janeiro. Edições: 9391; 12588. Acervo da hemeroteca da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em:
 <<http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=178691&pesq=>>. Acesso em:
 12 de jun. de 2017.

PASSOS, Elizete. **Amélia Rodrigues (1861-1926)**. Coleção Educadoras Baianas. Salvador: EDUFBA-FACED, 2005.

PORTAL UTFPR. Disponível em: http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/dircom/departamento-de-documentacao-historica-1/museu-virtual/acervo-textual-e-de-impressos/arquivo-digital-textual-e-de-impressos/documentos-textuais-da-rotina-administrativa/580364_370579003051426_1073723789_n.jpg/image_view_fullscreen Acesso em: 12 mai. 2018.

RABAÇA, Carlos Alves; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de comunicação**. São Paulo: Ática, 1987.

RAGUCCI, Rodolfo Maria. **Palabras enfermas y bárbaras**: docientos problemas idiomáticos con varios centenares de corolarios resueltos en forma sencilla para aficionados al bien decir. Buenos Aires – Argentina: Sociedad Editora Nacional, 1946. Disponível em:
https://books.google.com.br/books?id=ApQNAAAAIAAJ&q=palabras+infermas+y+barbaras+RR.PP&dq=palabras+infermas+y+barbaras+RR.PP&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjlt3wuc_bAhVBGZAKHX84BuMQ6AEIJjAA. Acesso em:
 12 jun. 2018.

REGO, Ana Regina; AMPHILO, Maria Isabel. Gênero opinativo. In: **Gêneros jornalísticos no Brasil**. MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

RIBEIRO. **Falando de índios**. (Darcy de Bolso nº5). Brasília. DF: UnB, 2010.

REZZUTI, Paulo. **D. Pedro - A história não contada**: o homem revelado por cartas e documentos inéditos. Editora Leya: São Paulo, 2015.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. **A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo**. 2001. 347f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em:
http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Teses/rosangela_rodrigues.pdf. Acesso em: 21 jun. 2017.

SNYDERS, Georges. **Pedagogia Progressista**. Coimbra - Portugal: Almedina, 1974.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Ática. 2002.

SOBRAL, Adail. **Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do círculo de Bakhtin**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2009.

SOUSA, Maurício de. **As aventuras de Rondon**. Secretaria de Estado de Cultura/Instituto Maurício de Souza. 2016.

STRIQUER, Marilúcia dos Santos Domingos; OLIVEIRA, Sônia de Castilho Tavares. Uma proposta de ensino organizada a partir do gênero textual “artigo de opinião”. In: BARROS, Eliana Merlin Deganutti de; STORTO, Letícia Jovelina. (Orgs.). **Gêneros do Jornal e ensino: práticas de letramento na contemporaneidade**. Campinas: Pontes, 2017, p. 119-149.

TANOS. C. C. França, Marta G. dos Santos e José D. Figueroa-Villar Divisão de Ensino e Pesquisa, Seção de Engenharia Química, Instituto Militar de Engenharia, Praça General Tibúrcio, 80, 22290-270 Rio de Janeiro - RJ, Brasil. In: **Quim. Nova**, Vol. 31, No. 5, 1271-1278, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/qn/v31n5/a60v31n5.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: **História das mulheres no Brasil**. PRIORE, Mary Del (org.) 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

VIVEIROS, Ester de. **Rondon conta sua vida**. Cooperativa Cultural dos Esperantistas: Rio de Janeiro, 1969.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem** Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo; ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. Trad. André Glaser. São Paulo. Editora da Unesp. 2011.

ANEXOS

Anexo I – Carta de Rondon ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio

Apresento-vos as seguranças de minha estima e legitima consideração. »

A esta carta, o Sr. Tenente-Coronel Candido Mariano Rondon deu a seguinte resposta :

« Rio de Janeiro, 14 de Março de 1910.

Cidadão Dr. Rodolpho Miranda, Ministro da Agricultura, Industria e Commercio.

Accuso recebida a vossa carta de 2 do corrente em que, manifestando os vossos bondosos sentimentos e projectos em relação aos nossos indigenas, reiteraes o convite, que em pessoa já me havieis dirigido, para chefiar os serviços que agora e por vossa iniciativa, o Governo da Republica vae instituir em beneficio delles.

Agradecendo-vos sinceramente a generosidade dos conceitos com que vos approuve distinguir-me, eu não seria de nenhuma forma digno delles, caso, accedendo ao vosso honroso appello, vos deixasse sem completo conhecimento do modo pelo qual encaro o problema indigena, no que elle tem de realisavel actualmente.

A catechisação dos indigenas, comprehendendo a sua incorporação á nossa sociedade pela assimilação de nossa industria, nossas artes, como pela adopção de nossos habitos,—que resultam da nossas crenças religiosas, no sentido positivo desses termos,—julgo-a ser um problema directamente inabordavel no presente, em que por tantas crenças se repartem as preferencias das populações.

Como positivista e membro da Igreja Positivista do Brazil, estou convencido de que os nossos indigenas deverão incorporar-se ao Occidente sem passar

pelo theologismo, e assim será mais tarde, quando o Positivismo houver triumphado sufficientemente.

Acha-se, portanto, tal problema encadeado ao grande problema geral de nossos dias, cuja solução penso ter sido desvendada por Augusto Comte.

E o nosso Governo que, reconhecendo essencialmente a situação revolucionaria do Occidente, collocou-se pelo advento da Republica na verdadeira attitude que lhe cabia, tanto pela abolição do theologismo official, como pela não adopção de qualquer outra doutrina metaphysica ou scientifica, não poderá, dentro dos nossos moldes republicanos, levar aos indigenas a catechisação sob qualquer das fórmulas que derivam daquellas doutrinas.

Assim, julgo que devemos ficar em expectativa quanto a esse problema, já que não podemos abordeal-o agora, competindo á iniciativa particular todas as tentativas nesse assumpto, e cabendo-nos apenas velar sempre para que dessas tentativas não resultem oppressões e fraudes contra os indigenas.

Se nada, porém, póde ser feito officialmente pela catechese systematica dos indigenas, muito, entretanto, se conseguirá pela instituição de um serviço de protecção, por meio do qual se estenderá a elles a vigilancia que ás auctoridades compete estabelecer para a salvaguarda dos legitimos interesses de toda a população, e de um modo especial e mais minucioso do que o adoptado para a parte occidentalizada do nosso paiz.

Por semelhante instituição, aos nossos indigenas seria antes de tudo garantida de ora avante a effectividade da posse dos terrenos em que habitam, restituindo-se ás tribus subsistentes e cujos territorios foram usurpados, os mesmos territorios sempre que fôr possível, ou uma sufficiente extensão que lhes fixasse o Governo, mediante accôrdos amistosos.

Usando sempre de processos fraternaes, se poderá mesmo mudar a residencia de algumas tribus, quando isso convenha aos interesses geraes do paiz, como acontecerá brevemente segundo o accôrdo que conseguimos estabelecer com os Parecis. Effectivamente, estes, devido á nossa intervenção, em breve abandonarão os chapadões que habitam ha longos seculos, em troca dos campos e mattas da Serra do Norte, junto ás estações da linha telegraphica em construcção, onde não existe nenhuma outra tribu localisada, medida que tanto aproveitará á conservação dessa linha, como a elles proprios, pela protecção menos difficil de lhes ser mantida.

Já lhes fiz ver que, habitando os chapadões, lhes será sempre necessaria uma vasta porção de terras para poderem viver, devido á escassez de recursos nelles existentes. Mas, concedendo-lhes o Governo terras mais ricas e campos de excellentes pastagens, será de esperar que se contentem com uma extensão menor.

Elles sem demora se transformarão em criadores, devido á facilidade de manter o gado nos Campos Novos da Serra do Norte, e ao mesmo tempo poderão continuar as suas plantações, desenvolvidas, então, pelos recursos de ferramentas que lhes forneceremos.

Plantando e criando, deixarão pouco a pouco a vida nomade de caçadores, por terem junto ás suas casas tudo de que necessitam para se alimentar; e só retomarão os habitos antigos episodicamente, mas não obrigados por nenhuma necessidade, tal como acontece aos civilisados.

Habituaados assim á fixidez de residencia, ficarão cada vez mais em condições de receber a nossa influencia amistosa, a nossa protecção e os nossos conselhos. Ora por gosto, ora por simples imitação, se affeioarão aos nossos usos e costumes; e espontaneamente lhes nascerão as necessidades de vestuario e outras de que não prescindimos, e assim tambem se porão a coberto dellas.

Esse exemplo, que se está verificando nos sertões dos Parecis, demonstra a fórma pela qual julgo poder-se intervir com efficacia nas tribus indigenas, fazendo-as nossas amigas e que nos acceitem como seus protectores, acceitando tambem alguns dos nossos usos menos em desaccôrdo com os dellas.

Essa medida, garantindo aos indigenas a posse das terras que habitam legitimamente, se não está escripta na nossa Constituição, encontra-se nella implicitamente.

Não estará nunca de accôrdo com a moral e a razão negar-se aos indigenas, nações mais fracas, o respeito que observamos pelas mais fortes; e, portanto, não póde encontrar apoio em leis republicanas a doutrina da ex-poliação violenta ou por fraude, das terras que legitimamente elles possuem. A experiencia tem demonstrado que se poderá, mediante processos amistosos, levar a todas essas terras os melhoramentos modernos e explorar suas riquezas naturaes, seja por consentimento dos proprios indigenas, seja por trocas amistosamente combinadas. Os indigenas mesmos são os primeiros a nos descobrirem os thesouros que suas terras encerram; justo será não esbulhal-os da posse destas, e sim pagal-os com justiça pelos serviços que nos prestam e pelas riquezas que nos entregam. A experiencia demonstra que, não tocando em suas aldeias, nem nas suas plantações, elles não impedirão o trabalho de quem se estabeleça nas suas terras para explorar as riquezas mineraes e vegetaes que não lhes interessam, e que desprezam.

Os conflictos nascem sempre de se querer transformal-os em trabalhadores captivos, de não se lhes respeitar as familias e de se lhes roubar as limitadas posses.

Em segundo logar, cumprirá manter-se o mais escrupuloso respeito pela organização interna das diversas tribus, não intervindo para alteral-a senão

com brandura e fraternalmente, sem forçar nem enganar, sempre, portanto, consultando a vontade dellas.

O desenvolvimento dessas medidas por si só nos garantirá, em futuro proximo, a amizade de nossos indigenas em todos os logares onde ella se acha perturbada, e nos evitará os possiveis conflictos com as tribus ainda desconhecidas.

Para facilitar o desenvolvimento dos trabalhos a que actualmente ellas já se entregam, será preciso fornecer-lhes as ferramentas de lavoura, que lhes tornarão menos pesados e mais rendosos os mesmos trabalhos.

Ainda lhes serão fornecidas as machinas mais simples para a preparação da farinha de mandioca e de milho, que elles fabricam por processos rudimentares; machinas para o desenvolvimento domestico da pequena industria de tecidos, que já preparam para occorrer ás exigencias da pudicicia.

Para crear-lhes novas occupações, se lhes fornecerá o gado, sobretudo o bovino, bem como todos os animaes domesticos de mais immediata utilidade. Afim de desenvolver-lhes o gosto da musica, que elles já possuem em gráo notavel, se lhes darão os instrumentos mais ao seu alcance; os pequenos objectos de uso domestico e de enfeite, completarão, finalmente, a série de presentes que elles necessitam e tanto apreciam.

O desenvolvimento dessas medidas, o qual cumprirá fazer-se com prudencia e gradualmente, será, então, dirigido e impulsionado pela «Inspectoria Federal de Protecção Fraterna aos Indigenas do Brazil», nome que indica immediatamente, não só o limite de nossa intervenção official, como tambem o modo de ser dessa intervenção.

Estou certo de que, agindo com essa prudencia, não teremos no futuro que lamentar nenhum fracasso; e, dentre os indigenas que conheço, posso assegurar que tanto os Parecis como os Bororós poderão brevemente prestar excellentes serviços, com proveito proprio e do paiz, junto ás linhas e estradas do sertão, conservando-as e melhorando-as.

Muitos Parecis já se empregam nos trabalhos de exploração da seringa, seja espontaneamente, seja por contracto; será facil empregal-os na conservação das linhas telegraphicas do sertão, conforme o desejo que muitos delles já manifestaram, certos de que o Governo lhes concederá melhor e mais justa retribuição do que as illusorias vantagens que colhem ao serviço de particulares que os exploram deshumanamente.

A' dita Inspectoria caberá ainda naturalmente tornar effectiva a punição dos crimes que se commettem contra os indigenas; fiscalisar o modo pelo qual são tratados nas colonias e estabelecimentos particulares, de modo a evitar que sejam victimas de explorações, violencias e fraudes.

Por intermedio de delegados especiaes, manterá contínuas relações com as tribus, fornecendo-lhes o necessario, velando por sua segurança e

de vinte annos, constituem a chave dos meus successos junto aos nossos indigenas.

Caso acceiteis, Sr. Ministro, o modo de intervir que deixei explicado, o qual parecendo muito limitado é, no entanto, já um grande esforço e o unico, a meu ver, capaz de resultados praticos e justos, — estarei prompto para collaborar nos serviços que espontaneamente decidistes instituir em nossa Patria, os quaes resolverão, no que é possível actualmente, o mais elevado problema que se apresenta a um estadista brasileiro, realisando os votos e os projectos daquelle que, ha cerca de noventa annos, entreviu á luz da moral e da razão o mesmo problema, em toda a vasta complexidade com que se apresentava então.

Saúde e fraternidade. — *Candido Mariano da Silva Rondon.* »

Anexo II — "Catechese aos indigenas brasileiros — Parte 1", por Amélia Rodrigues

indigenas brasileiros

«Eis ahí um assumpto que me está tentado agora irresistivelmente a penna. Aliás, tudo quanto se refere á catechese em geral e aos selvícolas brasileiros em particular sempre me interessou, e deve interessar a quantos desejam a prosperidade da patria. Em modesto livrinho que anda pelas escolas, levemente toquei na grande questão, lastimando que os governos passados nunca se houvessem preocupado com os primitivos donos da terra brasileira senão para mandal-os enxotar a balas, quando insurgidos, atacavam fazendas e povoações. Presentemente, justo seria rejubilar-me, vendo que afinal o poder publico olhou para as nossas florestas lá viu a raça infeliz e procura meios de amansal-a e de incluí-la no corpo nacional.

Não me rejubilo todavia porque, com franqueza, sou inteiramente da opinião dos que, reconhecendo a boa intenção, acham radicalmente defeituoso e sem base segura o decreto para tal fim emanado do illustre Ministro da Agricultura, Dr. Rodolpho Miranda.

«Eminentes jornalistas catholicos combateram victoriosamente o projecto dessa lei; não propriamente o projecto em si, mas o nome de *Catechese leiga* que lhe haviam dado, e que era, de facto, um verdadeiro contra-senso. A final, admitindo talvez que as expressões devem obedecer á logica das ideias e que não se torce á vontade assim o espirito de velhos e conhecidos vocabulos, mudou o governo o titulo de seu acto para o de *Protecção aos indigenas*, nomeando o Sr. Coronel Rondon Director Geral dos indios do Brasil.

«Sem analysar a difficuldade dessa direcção geral, provavelmente mais theórica do que pratica, força é confessar que da maneira porque está indicado, continua o problema a ser complexo, intrincado, escurissimo. Será um prodigio estupendo ver ba!lhões de soldados abaracarem-se, brenhas a dentro, e pachorrentos ensinarem os bugres a ler, escrever e falar portuguez, a fabricar mezas e bancos, a trabalhar nas roças o dia inteiro, a tratar as visitas com polidez cidadã, e isto, (maravilha maior!) sem os privar de «seus usos, costumes e religião»!!...

«Applaudindo a grande medida, que diz ser «talvez a mais valorosa das decretadas pelo governo actual» e insistindo na denominação antiga, considera *O Paiz*, em artigo redaccional do seu numero de 22 de Junho — «desvio do criterio da analyse condemnar como improficua a catechese leiga» e continua neste teor as suas considerações:

«Emprestam á acção religiosa, que tantos e tão valiosos serviços, aliás, tem prestado, a capacidade exclusiva de dominar, conduzir, trazer o selvícola á civilisação; esquecidos de que foi exclusiva até hoje dos missionarios catholicos, não a capacidade de catechese, mas o exercicio desta pratica generosa, de que os governos se julgavam desobrigados e na qual o particular não tinha interesse. O padre, o monge, tiveram, por isso, o privilegio, quasi, da acção civilisadora do indigena; mas de que essa intervenção pode ser o apanagio de outra actividade igualmente devotada e intelligente, ahí está, como um testemunho insophismavel, a passagem triumphal do tenente coronel Rondon, através dos sertões considerados impenetraveis, domando, dirigindo, utilizando as tribus que a tradição igualava ás feras indomitas, unicamente com o poder da persuasão e da brandura.»

«Julga, pois, o importante orgão carioca, que a simples «passagem triumphal» do Coronel Rondon prove a exequibilidade do novo systema.

Num instante se produziu o desejado phenomeno; logo elle se produzirá sempre assim, bastando que homens pacíficos e amigos *passem* junto dos selvagens, atraindo-lhes sorrisos e talvez beijos em vez de balas, para que elles logo se transformem em gente bem orientada e util. Não. Deixemo-nos de illusões, que a experiencia está feita.

«O padre, o monge, tiveram, sim o *privilegio* de catechisar os selvagens, porque só *elles* receberam e recebem para isso, não dinheiro, mas — VOCACÃO.

«Catechese, todos o sabem, quer dizer — ensino da religião christan. Foi a catechese que reformou o mundo. Ella atravessa a historia desde Roma e Grecia pagans até as tribus aborigines dos paizes antigos e modernos, chegando á epocha actual e demandando o futuro enquanto houver um povo, uma familia, um individuo que não conheça o Evangelho e queira recebê-lo.

«Toda a Europa barbara foi chamada á luz e á paz da verdadeira civilisação pelo trabalho da catechese, heroicamente executado por missionarios catholicos, desarmados, mansos, humildes que ousavam penetrar nas cidades guerreiras e pregar aos reis e aos subditos a lei do amor ao proximo em nome de Christo. Uns morriam, outros envelheciam nessa tarefa gigante. E quantos seculos, quanta paciencia, quanta perseverança foram precisos para a obtenção de resultados firmes e duradouros? Todavia os resultados vieram, e nós os gosamos; quando desapparecem acaso, é que a lei divina foi

posta á margem, e o animal humano pôz a cabeça de fóra no mar das paixões. Facto incontestavel, porém, é que á verdadeira catechese se devem os sentimentos de justiça e caridade fraternal que constituem a base das sociedades christans; graças a ella — o mundo pagão mudou de aspecto moral, apenas enclergou claro nos caminhos do direito e do dever.

Nenhuma religião, como o christianismo, teve em si a força incoercível da expansão e do proselytismo. Mahomet, de alfanje em punho, nunca fez tantos crentes.

«Porque? — Naturalmente porque só no christianismo existe a Fé sobrenatural, dom de Deus, convicção inteira, esclarecida, profunda, que faz affrontar o martyrio, as humilhações, a morte, os desastres e as derrotas, na certeza de que o seu triumpho não é neste mundo, mas na patria eterna. Quando o missionario catholico penetra os reductos de inimigos homens ou feras, vae disposto a morrer desconhecido, a sangue frio, sem clarins suggestivos, sem voz que o estimule á bravura, de febre palustre, de veneno ophidico ou de fome, afogado em rios ou espetado em settas. Veja se em Pariz, na casa-mãe dos Lazaristas, o Salão dos Martyres. Lá se guardam as roupas manchadas de sangue, reliquias, despojos ultimos dos padres trucidados na China, na Zambesia, nas ilhas da Oceania.

«A leitura dos ANNAES DA PROPAGANDA FIDE dá ligeira idéa do que seja a *facilidade* de empreza tal. Sob o titulo — «Listas gloriosas» as *missions catholiques* publicaram, no anno passado, os nomes dos missionarios mortos em 1908, no trabalho do apostolado: foram 178, dos quaes somente a França deu 86.

E logo que chega a noticia de hecatombes novas, dezenas e centenas de moços supplicam a honra de substituir as baixas do exercito evangelico. E' um combater de titans, que nunca termina, que renasce cada dia, engulindo victimas.

Privilegio é, sem duvida, esse de acabar a vida nas maiores misérias humanas, mas privilegio que vem do alto e pouco invejado... pelos que não aspiram as cousas do alto.»

A. RODRIGUES

(D' A Paladina de Setembro 910)
(Continúa.)

Anexo III — "Catechese aos indigenas brasileiros — Parte 2", por Amélia Rodrigues

Catechese aos indigenas brasileiro:

CONCLUSÃO

«Ao catechista genuino — convenlembra-l-o; não importa também sacrificar-se debalde, nem ver os seus suores abrolhando em fructos ou sem remedio perdidos.

Deus, bem o sabe elle!... é quem tem nas mãos a meada dos acontecimentos do mundo.

Instrumento de Deus apenas, que vença quer succumba, será o mesmo o seu merito.

Não succede, entretanto, assim, quando é meramente humano o ideal. Entre os homens é uma desgraça o desastre, é indecorosa a derrota, causa vergonha a humilhação.

Imaginemos uma tropa de leigos mercenarios que, aprestando gordas bagagens, promettam civilisar tribus de bugres, e ao som de vivas, ao estardalhar de applausos, entrem nas tabas e concitem ao trabalho os selvagens. Si estes não estiverem pelos autos, si, depois de beberem a aguardente offertada e enfiarem as roupas coloridas, moquearem um tanto dos emissarios da paz, fugindo os outros corridos, codilhados, medrosos, onde estará a belleza de tal façanha? No sentimento do dever cumprido? — Não, que a temeridade nunca foi valentia nem dever. Garantem, porém, alguns, com a maior calma: — Ora! não ha que temer. Bugres só matam a quem os persegue.

Bom. Neste caso, onde está, na facil empreza, gloria que chegue para desfazer o ridiculo de um insuccesso?

E insuccesso haverá, com certeza. Pensar o contrario é embalar-se em chimeras. Se tantos catechistas de officio pouco relativamente conseguem, visto o grande numero de tribus gentias, a enorme extensão do paiz, as difficuldades do transito por serras e valles, — que farão os pobres amadores principiantes? Farão fiasco.

Portanto, das duas uma: ou o governo gastará rios de dinheiro só em proveito de seus enviados... á orla das mattas, ou os amansadores improvisados arriscam seriamente a pelle, para elles talvez mais importante que o dinheiro.

Melhor seria que servissem á patria de outra maneira, se é que a querem servir.

Demos que o tenente-coronel Rondon seja um bom educador de botocudos; sel-o-ão também os seus companheiros de anthropogogia nas florestas? E' curioso.

Na bella Conferencia que fez ha pouco no Rio descreve D. Amando Bahlman, Prelado de Santarém, o

que tem realisado e soffrido, na America do Sul, missionarios de diferentes congregações e ordens.

N'um aldeamento, na Bolivia, comeram elles... farinha de gafanhotos moidos, por falta de outro alimento.

Na Bolivia ainda pôz D. Amando singela corda de flores sobre os cabellos brancos de um velho franciscano, celebrando-lhe o jubileu de apostolado — 50 annos passados entre os indios Chiriganos.

«Era mestre da escola, mestre da banda de musica, mestre da officina de carapina». Os indios festejaram o velhinho nesse dia, diz o illustre Prelado, com entusiasmo extraordinario, expontaneo e muito sincero.

Assisti a isso com as lagrimas nos olhos.»

«Catechistas por vocação, já se vê, pois, que são os religiosos. Para que preferir-lhes outros?

Para que buscar na classe, por dever bellica e affeita a rudezas, a docura, a paciencia, o methodo, a experiencia no trato das almas, que são a especialidade do sacerdote? Para que pedir mel ao formigueiro, em vez de pedir-o á colmeia, e musica ao leão, em vez de pedir-a ao rouxinol?

Cada qual só pode dar o que tem, e cada homem se educa e se forma para o fim que traz em mira: o soldado para a guerra, o sacerdote para a paz. Se um delles torce o caminho, errará com certeza o fim.

Proteja, portanto, o governo federal os indigenas, é justo, é urgente, é patriotico; proteja-os com toda a sua força, com toda a sua bondade, mas proteja-os pelos meios seguros, experimentados, menos sujeitos a decepções desastrosas.

Contemple, com olhos de pae, a brilhante phalange dos missionarios brasileiros: *Salesianos* no Mato-Grosso; *Dominicanos* em Goyaz; *Capuchinhos* no Maranhão; *Padres do Verbo Divino* no Espirito Santo; *Franciscanos* em Santarém; *Benedictinos* em Rio Branco no Amazonas, e Rio Pardo na Bahia, e não outros, é que sabem catechisar.

Augmente o governo estas missões, funde outras, dê-lhes recursos materiaes e escusará de gastar dinheiro em pura perda com pseudo-catechistas que não entendem do officio, nem terão desejos de encaecer nas brenhas, e que, apesar das seguranças optimistas em relação á boa indole dos bugres, não podem deixar de estremecer á idéa de acabar no espeto, desde que aos selvagens garantidos ficam «os seus usos, costumes e religião.»

Em vez de crer em Augusto Comte, creia no Evangelho; em vez de receber applausos da maçonaria, — que é apenas um grupo, receba-os da Patria, que é o Brasil inteiro, o Brasil baptisado, o Brasil catholico, o Brasil destinado a um grande porvir se souber conservar-se livre e independente das seitas, das philosophias athéas, das idéas reaccionarias e demolidoras que andam perturbando as velhas nações da Europa e tendo as mais funestas e tristes consequências. Assim, comprehenderemos todos a catechese e a protecção aos selvicos; do contrario, não.»

AMELIA RODRIGUES.

(D' A Paladina de Setembro 910):

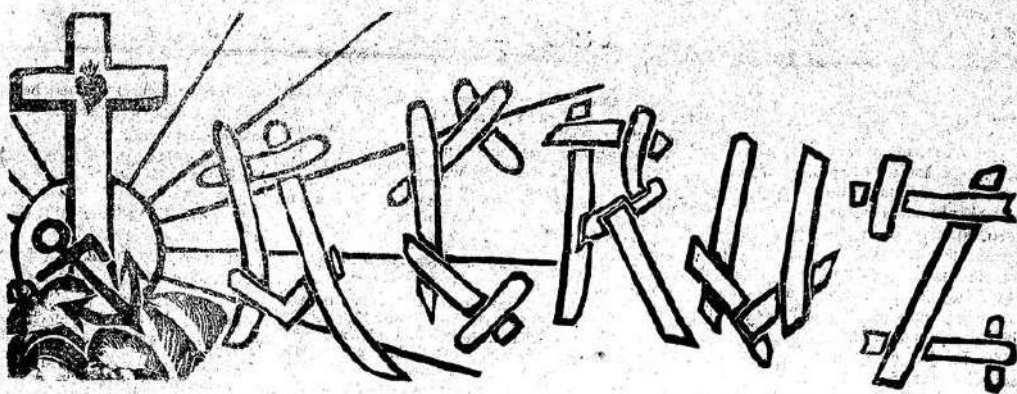
Anexo IV – Comunicado presente na edição 31 de 09 de julho de 1911, noticiando a chegada de Rondon a colônia indígena assistida pelos salesianos em Mato Grosso

Coronel Candido Mariano Rondon

No dia 3 do fiente chegou nas Colonias indigenas, que a Missão Salesiana mantém no alto Araguaia, o Exm. Sr. Coronel Candido Mariano Rondon, Director Geral do serviço de protecção aos indios e Localisação do Trabalhadores Nacionais na nossa Republica.

S. Exia. caracter adamantino, de certa e independente orientação, terá ensejo de presenciar de visu quanto a esforçada Missão Salesiana mereceu pelos surprehendedentes sacrificios praticados até hoje, e pelos plenos resultados obtidos.

Anexo V – Editorial “CATECHESE. Notícias espalhadas – Ignorancia ou má fé? – Quem o autor? – Entrevista como o Rvmo. P. Malan – Contradição e má fé – Nosso dever.”



Órgão da "Liga Social Catholica Brasileira" de Matto-Grosso

VENDEREI TODAS AS MINHAS ALFALAS PARA QUE NÃO SE INTERROMPA A PUBLICAÇÃO DA "DIFESA" Pío X. SÓ A IMPRENSA PÓDE REPARAR OS MALES DA IMPRENSA. (Visconde de Bonald)

(A grandesa do Brasil pelo Catholicismo)

Folha semanal de maior tiragem no Estado de Matto-Grosso

ANNO II	Redacção e impressão Seminario Archiepiscopal	CUIABÁ, 8 DE OUTUBRO DE 1911	ASSIGNATURAS Anno \$3000—Semestre \$1500 Numero avulso 200 réis	NUM. 44
---------	--	------------------------------	---	---------

CATECHESE

Noticias espalhadas—Ignorancia ou má fé?—Quem o autor?—Entrevista com o Revm. P. Malan—Contradição e má fé—Nosso dever.

NÃO sabemos si official, as melhores possiveis, por officiosa ou sectariamente, mas o certo é que foram, ao que parece, disseminadas pela imprensa do Paiz, circulares contendo informações acerca das colonias indigenas salesianas do rio das Garças, Barreiro e Sangradouro, informações essas colhidas, ao que se afirma, no telegramma que o Sr. Tenente Coronel Dr. Candido Mariano da Silva Rondon, após a sua visita a esses nucleos colonias, dirigira ao Sr. Ministro da Agricultura.

Taes informações, digamol-o desde logo, denunciam no seu autor, quem quer que elle seja, ignorancia ou má fé; e, si fossem authenticas, isto é, do autor a quem são attribuidas, seriam uma flagrante contradição e deslealdade.

Nós, portanto, que, de ha muito, vimos acompanhando com intima satisfação, a nobre imparcialidade com que o Tenente Coronel Rondon, embora, como é sabido, dissidente em credo, tem sempre julgado, em face da Nação, a obra civilizadora dos R. R. P. P. Salesianos; nós, que em um sem numero de seus escriptos e telegrammas admiramos sempre o mesmo estylo elegantemente encomiastico para com a Missão Salesiana; nós, que após a referida visita, o que é muito de notar, lemos, com verdadeiro entusiasmo, as suas impressões telegraphicas,

as melhores possiveis, por quanto as ligeiras attenuantes, que nellas se deparam, explicam-se de sobejo pela mora escassez de tempo e de meios; nós, que estamos inteirados das suas publicas e vibrantes manifestações de admiração pela catechese salesiana, mesmo após a inspecção; nós, que veneramos sempre em o nosso egregio conterraneo, a exalta pujança do talento a par da integridade e coherencia adamantina do character; nós, em fim, que reconhecemos no Tenente Coronel Rondon, quer uma superior intelligencia e firmeza d'alma, pelo que franqueamos, ha pouco, em modesto, mas sincero preito de homenagem, a nossa pagina de honra ao retrato do glorioso filho de Matto-Grosso, quer um admirador da civilização salesiana, pela qual parece mesmo timbrar de entusiasta, sendo nisso correspondido pelos missionarios, aos quaes ouvimos sempre as melhores referencias á sua personalidade,—imaginemos os leitores como não ficamos perplexos e de uma perplexidade unica, diante daquelles topicos telegraphicos tão finalmente maliciosos, quaes só poderia forjal-os o mais insinuante espirito de seita!

Que ha, de facto, nessas linhas, como veremos ao depois, senão o veneno subtil da adulteração dos factos, que se insinua e corrompe, senão o ca-

runcho da interpretação malevola que lavra surdamente em cada phrase, senão os aspides da insinuação maligna, que insidiosamente se esgueiram, senão, em summa, o estylo de má fé que reponta e punge em cada palavra?

Pois que outra coisa significa, em verdade, aquelle escrupuloso cercear tudo e o muito que poderia abonar á causa da catechese catholica, esse esforço, inutil para apoucar e amesquinhar tantos e tamanhos serviços e sacrificios, para adulterar e para denigrir as intenções dos missionarios com insinuações mais dignas de pasquim do que de um documento official, que significa, emfim, todo esse espirito que nelle domina e tende francamente a combater a justa reputação nacional da Catechese Salesiana?

Nem menos perplexos deixou-nos a conferencia que a tal respeito solicitáramos com o Revm. Sr. P. Malan, D. D. Inspector da Missão Salesiana no Estado.

Mostrou-se S. Rev.^{ma} sobremaneira surpreso, tanto mais quanto mui lisongeiras foram sempre as impressões mantidas e mesmo archivadas pelo Tenente Coronel Rondon em sua recente inspecção a todas as colonias.

Acredita, pois, S. Rev.^{ma} em alguma adulteração do telegramma official, o que, aliás, não seria, disse-nos elle, facto virgem mesmo em communicações dessa ordem, concernentes á Catechese, de que é chefe.

Nós outros porém, jornalistas catholicos, em tão momentoso assumpto, embora possamos op-

tar privadamente por semelhante alvitre, é-nos elle, entretanto, defeso na cathedra da imprensa, oude a opinião publica de nós aguarda a orientação objectiva e serena da verdade.

Por isso e porque não houve, até o presente, que saibamos, protesto algum da parte do Tenente Coronel Rondon contra a auctoridade das supraditas informações, estudal-as-emos criticamente e severamente, analysando-as e cotejando-as em subsequentes artigos.

Ao cabo destes, resultará, estamos convictos, nítida e plena, a verdade da nossa these que define os informes em questão: *contradição e má fé.*

A maneira, por fim de epilogo e moralidade, poderemos então gravar, paraphraseando um verso dantesco, esta pergunta: «Audam as leis da logica assim rotas?...» e est'outra:

E' essa a republieana imparcialidade do Positivismo no Serviço de Protecção aos indios?

5 de Outubro.

Nesse dia, no anno proximo passado, desahou sobre Portugal, o mais pavoroso tufão que temos visto soprar contra a religião tão adorada dos nossos avós; nesse dia, aquelle nobre povo que se impoz outr'ora ao mundo por uma coragem e patriotismo que só a fé pôde produzir, viu crescer contra a maioris de uma nação quasi toda catholica, querendo engulir a, o mar revoltado da incredulidade; nesse dia desapareceu a gloria tradicional e tão invejada de um povo de intrepidos ga-

Anexo VI – Editorial de 24 de novembro de 1912, edição nº102 “Campanha indigna contra a catechese catholica: a protecção aos indios transformada em perseguição aos padres”

A CRUZ

Órgão da "Liga Social Catholica Brasileira" de Matto-Grosso

VENDEREM TODAS AS MINHAS ALFALAS PARA QUE NÃO SE
INTERROMPA A PUBLICAÇÃO DA "DIFESA" Pto X.

TYPOGRAPHIA:
Seminário Archiepiscopal

SÓ A IMPRENSA PÔDE REPARAR OS MALES DA IMPRENSA.
Visconde de Bonald

(A grandeza do Brasil pelo Catholicismo)
Semanário de maior tiragem no Estado de Matto-Grosso

REDACÇÃO:
Seminário Archiepiscopal

ANNO III
Cuiabá—DOMINGO, 24 DE NOVEMBRO DE 1912.
NUM. 102

Campanha indigna contra a catechese Catholica

A PROTECÇÃO AOS INDIOS

TRANSFORMADA EM PERSEGUIÇÃO AOS PADRES

Motivos da guerra

- 1) O sectarismo positivista reinante nas repartições chefiadas pelo Coronel Rondon, o que constitue intoleravel transgressão dos principios de liberdade republicana.
- 2) Despeito do mesmo Coronel por ter o jornal "A Cruz" luminosamente revelado as suas graves incoherencias, das quaes tentou embalde e tardiamente justificar-se perante os seus superiores hierarchicos.
- 3) A espontanea e patriótica proposta de uma subvenção a favor da Missão Salesiana deste Estado pelo *leader* da bancada Mattogrossense, Exm. Sr. Coronel Cactano de Faria Albuquerque, apoiado pela maioria do Congresso.

Armas ignobeis

- 1) Violentos e calumniosos ataques contra esta Missão Salesiana na imprensa do Rio pelo Coronel Rondon, que deseura as suas multiplas e gravissimas responsabilidades para dedicar-se á perseguição contra a catechese Salesiana, trahindo assim, a sua propria missão de *Protector* dos indios.
- 2) Telegrammas do mesmo Coronel aos encarregados das Estações General Carneiro e Presidente Murtinho, facultando-lhes plena liberdade nas aldeias das colonias salesianas, sem dependencia alguma dos respectivos directores, no intuito de assim desmoralizar e desorganizar a irreprehensivel disciplina das mesmas colonias.
- 3) Telegrammas do mesmo Coronel exigindo dos seus cegos auxiliares aqui, toda e qualquer denuncia contra a catechese Salesiana.
- 4) Monstruosas accusações de tentativa de assassinato de indios levantadas por esses empregados contra os Salesianos de Palmeiras.
- 5) Consequentes telegrammas apaixonados do Coronel Rondon ás autoridades e politicos locais requisitando o

ESPECTACULOSO INQUERITO do dia 18 do corrente, no qual representaram de

VICTIMAS E TESTEMUNHAS: Uma horda de indios ingenuos, gride o sentimento catholico nacional, tentando offuscar uma das ros, beberões, semi-nús, absolutamente incapazes!!!

Accusados

Um respeitavel SACERDOTE e um ASPIRANTE, dois pacificos missionarios salesianos, BENEMERITOS do Estado e do Paiz, os quaes, de ha annos, tudo sacrificam pela civilização desses mesmos indios agora contra elles vilmente instigados.

Resultado

Aguardamos serenamente o parecer da auctoridade policial, que esperamos seja o triumpho immortal da verdade e da Justiça.

Consequencias immediatas

- 1) Indignação geral de toda a população sensata contra os levianos funcionarios da catechese leiga.
- 2) Alarme dos tranquillios moradores vizinhos de Palmeiras que, temendo usen com elles como contra os padres, apresentaram queixa formal contra esses indios outr'ora respeitosos e ordeiros sob a catechese salesiana, agora turbulentos e insolentes sob a invulnerabilidade de mal entendida e escandalosa protecção.

NOSSO DEVER

PATRIOTAS, ALERTA!

Esses indios são nossos irmãos, que o fanatismo arranca á civilização que já lhes alvorecia, para de novo lançal-os nas trevas da barbarie, do vicio, do odio e da ingratição para com seus maiores bemfeitores e benemeritos da nossa Patria.

CATHOLICOS, ALERTA!

E' a luta de uma seita inconstitucionalmente officializada, que ag-gride o sentimento catholico nacional, tentando offuscar uma das nossas mais esplendidas glorias:

A obra monumental da catechese catholica no Brazil.

Anexo VII - Editorial de 1º de dezembro de 1912, edição nº 103 "Campanha indigna contra a catechese catholica: a protecção aos indios transformada em perseguição aos padres - O inquérito de Palmeiras"

A CRUZ

Órgão da "Liga Social Catholica Brasileira" de Matto-Grosso

VENDEREI TODAS AS MINHAS ALFALAS PARA QUE NÃO SE
INTERROMPA A PUBLICAÇÃO DA "DEFESA" Pío X.

SÓ A IMPRENSA PODE REPARAR OS MALES DA IMPRENSA.
Visconde de Bonald.

TYPOGRAPHIA: (A grandeza do Brasil pelo Catholicismo)
Seminario Archiepiscopal Semanario de maior tiragem no Estado de Matto-Grosso

REDAÇÃO: Seminario Archiepiscopal

ANNO III Cuiabá - DOMINGO, 1.º DE DEZEMBRO DE 1912. NUM. 103

Campanha indigna contra a catechese Catholica

A PROTECÇÃO AOS INDIOS TRANSFORMADA EM PERSEGUIÇÃO AOS PADRES

O INQUÉRITO DE PALMEIRAS

A LARGOS TRAÇOS

A QUBIXA

Foi dada pelo Inspector da Protecção aos Indios, Humberto d'Oliveira, que passou as mãos do Exm. Sr. Dr. Secretario da Justiça, copia do seguinte telegramma, para que S. Ex. se dignasse ordenar as providencias legais a fim de que fosse aberto o inquerito policial necessario á apuração da criminosa tentativa de morte nas pessoas de dois cidadãos brasileiros de origem boróro, por parte do Sr. P. Director daquelle estabelecimento (Palmeiras) e do atirador P. Bulla, aquelle como mandante e este como mandatário.

TELEGRAMMA ALENCARLIENSE

«Inspector Humberto - Protecção Indios - Cuiabá.
«... Os indios aldeados na Bocaina, proximidades de Palmeiras, a 2 leguas deste Estabelecimento, queixaram-se-me de que um Sr. P. Bulos, por ordem P. Director (que se achava ausente, como confirmaram as proprias supostas victimas) atirára contra dois delles por estarem pescando lambari numa cachoeira rio Capim que corre propriedade salesiana, apprehendendo todo seu material piscaria... Insistem em declarar para quem quiser ouvir que tiros foram dados de perto, tanto que um ficou queimado pelo fogo da pólvora no hombro direito (na distancia de 20 ms., como o proprio telegraphante declarou depois nos autos do presente inquerito) Admiravel a balística do Tenente!!! e outro teve que mergulhar (nas pedras da cachoeira!!!) para escapar illeso. Um morador lugar denominado Porteira perto aldeia declarou que tambem sabe desse incidente». (Esse morador, que pudera ser, aliás, a unica tes-

temunha idonea, nunca appareceu!!!)

TELEGRAMMA RONDON

O Coronel Rondon não podia deixar de acudir, solidico, a esses queixumes, não sabemos si para proteger os indios ou aggreir os padres, com o seguinte lugubre e solenne telegramma dirigido ao Sr. Secretario da Justiça e archivado nestes autos:

«Profundamente apprehensivo com o grave acontecimento de Palmeiras de que já deveis ter tido conhecimento pela inspeccão do Serviço de Protecção aos Indios desse Estado, apello para o vosso patriotismo e espirito de rectidão seido ser desagravada justiça infringida pelos padres salesianos do estabelecimento de Palmeiras, praticando o crime de tentativa de assassinato contra os indios boróros que se acham aldeados na bocaina proxima daquelle estabelecimento. E' tanto mais estigmatizavel esse acto quando se reflecte que foi elle praticado por padres que são deviam exercer caridade sobre indios de quem deviam ter pena pela triste sorte em que jazem em meio da civilização moderna. Tal pratica da catechese vem bem provar a mystificação em que esses padres mantem a sociedade que exploram a pretexto da religião catholica. O Serviço de Protecção aos Indios cumprirá em tão triste e deploravel emergencia, o dever que lhe impõe a confiança nelle depositada pelo Governo da Republica; nada conseguiremos, porém, de positivo, de eficaz, sem o apoio do Governo do Estado, para o qual neste momento apellamos em nome dos mais santos principios republicanos. Serenamente aguardo vossa resolução. Saudos-vos attentosamente. - Coronel Rondon.»

Do publico sensato o commentario a esta ineffectual peça official de tão serena imparcialidade.

DECLARAÇÕES DAS SUPPOSTAS VICTIMAS E DAS TESTEMUNHAS

NOTA. - Não houve testemunhas oculares além das mesmas duas supostas victimas, Joaquim Siqueira (Jabotára) e Manoel Fernandes (Jocoregocuri).

1.ª Supposta victima: Joaquim Siqueira (Jabotára) declara:

- 1) Um certo dia estavam elle e Manoel Fernandes pescando, assando e comendo lambari no ribeirão Cupim.
- 2) Chegou o Padre (aspirante) Bulla negacendo o seu companheiro com o fim de atirar-o; chegando perto de uma arvore, encosou a arma com direcção a Manoel Fernandes, atirou por 2 vezes e de novo carregou a arma.
- 3) Elle e o seu companheiro ficaram envolvidos na fumaça produzida pelos tiros dados á distancia de 20 a 31 metros (!!!) e afinal se resolveram a correr.
- 4) Perguntado si com os tiros dados pelo P. Bulla algum delles ficara offendido, respondeu que não.

2.ª Supposta victima: Manoel Fernandes (Jocoregocuri) acrescenta que soube depois que o aspirante Bulla conduzia diversos artigos pertencentes a si e ao seu companheiro, «os quaes mais tarde foram entregues pelo P. Director que naquella occasião não se achava presente».

1.ª Testemunha: Floriano Peixoto (Tabarakie): «Sendo inquirida, disse: Que nada sabe relativamente ao facto».

2.ª Testemunha: João Pereira (Noaquejapa): «Sendo inquirida, disse: Quena occasião... elle não estava...»

3.ª Testemunha: Quirino (Beribacora): «Sendo inquirida, disse: Que nada pode informar porque na occasião do facto delictuoso elle se achava na capital...»

5.ª Testemunha: Julio da Silva Oliveira (Kerle): «Sendo inquirida, disse: Que estava elle em sua casa, quando alli chegaram os seus companheiros de nomes Manoel Fernandes e Joaquim Siqueira, e lhe contaram que P. Bulla dera dois tiros nos mesmos seus companheiros os quaes sem perda de tempo fugiram... Perguntado si algum dos seus companheiros foi offendido, respondeu que não...»

Declarações prestadas pela Director da Escola Agrícola "Gratidão Nacional" de Palmeiras. «Inquirido sobre compromisso da lei, respondeu: Que estando presente na occasião em que se abriu o presente inquerito teve occasião de ouvir depoimentos inexactos prestados pelas testemunhas que depuseram no mesmo inquerito e que, por consequente, passa a expor o que se segue: Que não estando elle, declarante, nesta Escola Agrícola, quando se deu o supposto crime de haver o aspirante Bulla desfechado tiros em dois indios Boróros, elle declarante chamou o aspirante Bulla e lhe perguntou o que de verdade existia sobre o facto, que lhe havia chegado aos ouvidos. Então o aspirante Bulla lhe in-

formou que, na vespéra da sua chegada elle fôra examinar os serviços, e que chegando no local onde havia mandado construir um rego d'agua, aconteceu ver elle, Bulla, um animalzinho conhecido pelo nome de Caxingueli, que trocava em uma arvore; então procurou matal-o, dando nessa occasião dois tiros, e que nunca suppoz que existissem Boróros naquellas immedições, visto as recommendações por elle feitas; que ficou admirado ao ver que dois Boróros, talvez amedrontados pelos tiros, e não havia razão para isso, corriam em linha recta em direcção opposita; que elle chegado no lugar denominado "Cachoeira", margem esquerda do ribeirão "Cupim", deparou com uns objectos pertencentes aos Boróros; e trouxe-os para casa, dos quaes naquella occasião lhe fazia entrega, e que nada mais se passou do que isto. Que elle como Director do estabelecimento, recebeu-os e no dia seguinte de manhã fez entrega delles ao Boróro de nome Floriano Peixoto, o qual nenhuma allusão fez sobre o facto já expellido; que lamentava as accusações feitas a elle pelos proprios Boróros, quando até a presente data os tem tratado como si fossem seus filhos, presentando-os, como podem dizer alguns delles, que não estejam de animo prevenido, como, appellando para alguns presentes, estes confirmaram».

Declarações prestadas pelo Tenente Alencarliense Fernandes de Cezar: Tanto essas declarações como a subsequente acareação descahem, pela extraordinaria e indigesta mole, nesta synopse, e merecem menção especial em proximos numeros deste jornal.

Interrogatorio feito ao accusado Theodoro Bulla. «Tem algum motivo parti-

cular a que attribuir o presente processo? Não. (*Devia ter respondido: Tenho, sim, senhor: é o odio da Protecção aos Indios contra a catechese salesiana*).

«Tem factos a allegar que mostrem, provem ou justifiquem a sua innocencia? Respondeu que sim». E contou o facto natural e singelo já contido nas declarações do Director.

Relatorio do Delegado de Policia

«Designado pelo Exm. Sr. Dr. Secretario do Interior, Justiça e fazenda, para proceder a inquerito sobre a queixa dada pelo Sr. Humberto Oliveira, Inspector em commissão do serviço de protecção aos indios e localização de trabalhadores nacionaes, contra o aspirante da Missão Salesiana, Theodoro Bulla, como mandatario e contra o P. Antonio Ragogna, como mandante, por tentativa de homicidio contra os indios Manoel Fernandes e Joaquim Siqueira, transportei-me com meu escrivão á fazenda "Palmeiras", onde procedi ao mesmo inquerito com as formalidades legais».

PRELIMINAR

«Como acima referi, em obediencia a uma ordem superior, segui para o local indicado pelo queixoso, o que consta da minha portaria de fls.

«Seja-me licito, porém, dizer que o officio n. 71 da Inspectoria do serviço de protecção aos indios e localização de trabalhadores nacionaes, não constitue uma queixa ou denuncia de accordo com as leis vigentes e a legitimidade da parte queixosa de nenhum modo se acha provada no bojo dos autos do presente inquerito». Cita em seguida as formalidades requeridas

pelo Código do Processo Criminal, art. 79, requisitos esses «que falham, por completo, no officio dirigido ao Exm. Sr. Dr. Secretario do Interior, não constando deste inquerito outra base, que não seja a mencionada injuridica e insubsistente petição em officio».

«Em direito a parte accusada não deve estar á mercê das eventualidades, em materia de prova, e é por isso que, incumbindo á parte queixosa essa mesma prova, não apresentou-a em tempo opportuno, como era de lei, mas de surpresa!»

As testemunhas ainda assim trazidas, como veremos, destroem, por completo, a insinuação feita no officio n. 71, já citado».

NOS AUTOS

«Começamos como de direito, pelas declarações dos pseudo-offendidos». Examina e mostra em seguida a nullidade das supracitadas declarações das duas supostas victimas, e conclue

«Ambos, *hypotheticas victimas*, como se vai verificar pelos depoimentos dos outros boróros». E aqui fazer a perfeita vacuidade dos acima referidos depoimentos dessas curiosas testemunhas que nada sabem de sciencia propria.

VICTORIA TRIUMPHAL da verdade e da justiça

GLORIFICAÇÃO da innocencia e justa condemnação dos seus perseguidores

«Pela declaração do P.^o Director Ragogna e pelo inquerito do accusado, verifica-se que o facto leviana-

mente qualificado de acto criminoso, não é mais do que um acto natural, a caça de um caxinguelê, e que a queixa dada não é mais do que um desabafo dos encarregados da protecção aos indios, como perfeitamente se deduz das declarações do Tenente Alencarliense Fernandes da Costa e da longa exposição que fez no auto de acareação, verdadeiro libello PRO DOMO SUA. Sendo assim, julgo dever ser archivado o presente inquerito; entretanto, como a tanto não chegam as attribuições desta Delegacia, ordeno ao Sr. Escrivão que remetta, com urgencia, os presentes autos ao Exm. Sr. Juiz de Direito, para os fins de direito, pagas as custas pelo queixoso, na forma da lei.

Cuiabá, 16 de Novembro de 1912. (assignado) João Baptista da Costa Garcia.»

- ⁱ Composição utilizando imagens disponíveis em: Fundo: <https://pt.dreamstime.com/foto-de-stock-acess%C3%B3rios-antigos-propaganda-de-jornal-da-forma-do-vintage-image45757649>. Acesso em: 04 ago. 2018. Fotografias superior e inferior: http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/candido_rondon.html. Acesso em: 06 jun. 2018. Fotografia central: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/05/1624869-homenagem-em-lista-de-herois-do-pais-marca-150-anos-de-marechal-rondon.shtml>. Acesso em 06 jun. 2018.
- ⁱⁱ Composição utilizando imagens disponíveis em: Fundo: <https://pt.dreamstime.com/foto-de-stock-acess%C3%B3rios-do-vintage-que-escrevem-ferramentas-configura%C3%A7%C3%A3o-velha-do-plano-do-compartimento-de-forma-image86294556>. Acesso em: 04 ago. 2018. Fotografia superior: https://i1.wp.com/alekspalitot.com.br/wp-content/uploads/2014/12/IMG_0005-1024x720.jpg. Acesso em: 06 jun. 2018. Fotografia central: <http://www.rondonia.ro.gov.br/cinquentenario-rondon-atendera-a-15-comunidades-de-rondonia-com-aco-es-sociais-em-julho/>. Acesso em: 06 jun. 2018. Fotografia inferior: <http://www.projetomemoria.art.br/rondon/vida-jardim-da-natureza.jsp>. Acesso em: 06 jun. 2018.
- ⁱⁱⁱ Composição utilizando Imagens disponíveis em: Fotografia superior: <http://www.projetomemoria.art.br/rondon/vida-rondon-uma-vida-para-servir.jsp>. Acesso em: 06 jun. 2018. Fotografia central: <http://www.projetomemoria.art.br/rondon/principios-educacao-dirigida.jsp>. Acesso em: 06 jun. 2018. Retrato abaixo: http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/candido_rondon.html. Acesso em: 06 jun. 2018.
- ^{iv} Composição utilizando imagens disponíveis em: Fundo: <https://pt.dreamstime.com/foto-de-stock-acess%C3%B3rios-antigos-propaganda-de-jornal-da-forma-do-vintage-image45757649>. Acesso em: 04 ago. 2018. Fotografia superior: <http://www.projetomemoria.art.br/rondon/principios-educacao-dirigida.jsp>. Acesso em: 06 jun. 2018. Fotografias inferior e central: <https://alekspalitot.com.br/trilhando-a-historia/rondon-o-heroi-do-brasi/>. Acesso em: 06 jun. 2018.
- ^v Composição utilizando imagens disponíveis em: Fundo: <https://www.pinterest.de/pin/36099234493354728/>. Acesso em: 05 ago. 2018. Fotografia central: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/05/1624869-homenagem-em-lista-de-herois-do-pais-marca-150-anos-de-marechal-rondon.shtml>. Acesso em: 06 jun. 2018. Fotografia inferior: https://www.sescsp.org.br/files/blog_galeria/4f9d587d-8e00-4be8-a42f-c9997e634ef8.png. Acesso em 06 jun. 2018. Fotografia superior: Freire (2009, p. 21).